

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

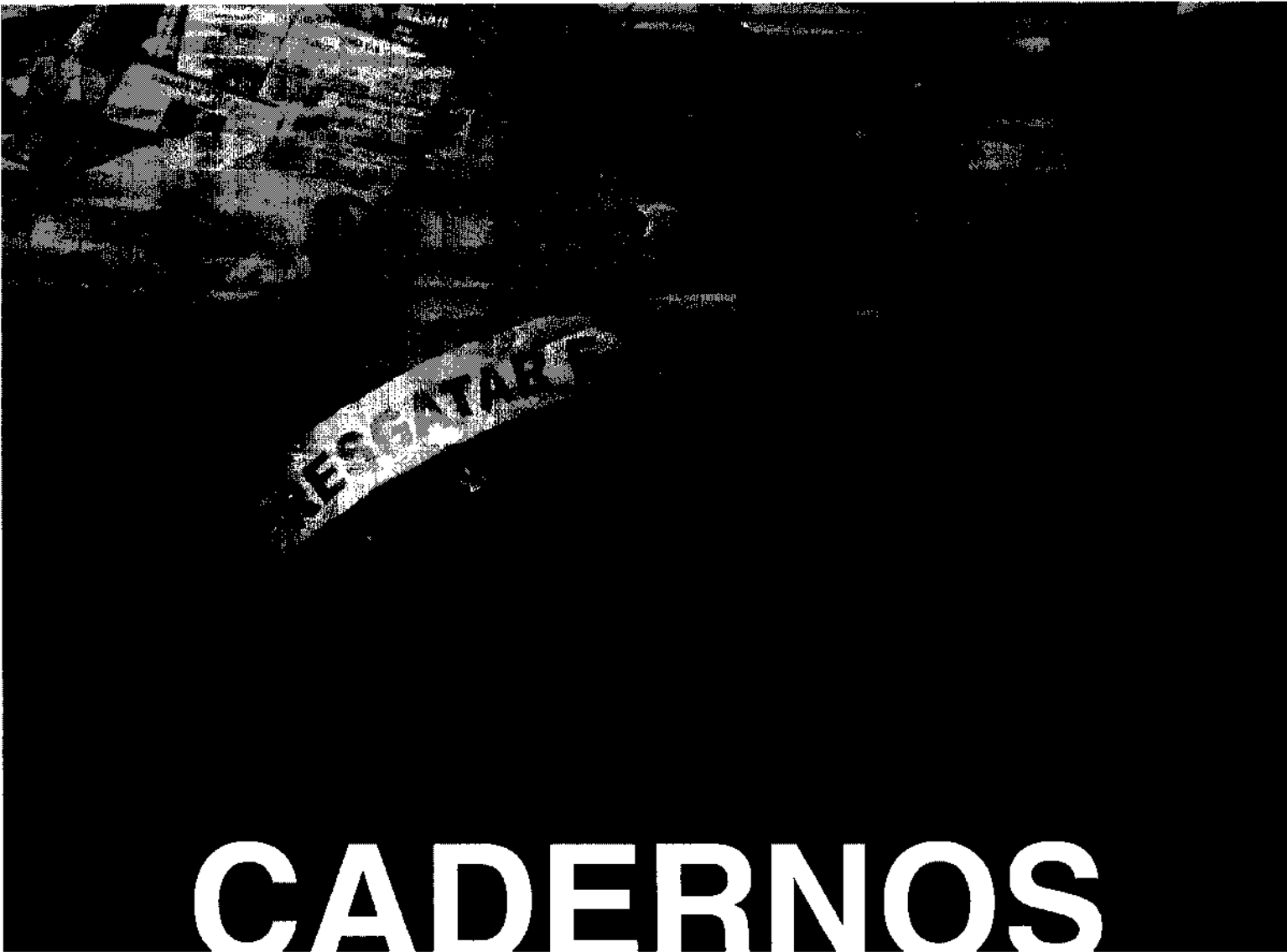
DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423



CADERNOS

ANAIS & MEMÓRIA Nº 6

Indexação Temática dos Documentos

**LEI ORGÂNICA:
DOCUMENTOS HISTÓRICOS**

Brasília - 2008

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

APRESENTAÇÃO

Como parte do projeto PUBLICAÇÕES ON-LINE, de resgate e preservação da Memória, apresentamos os títulos lançados da Série Cadernos:

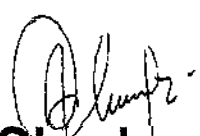
Nº 5 COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / CDC - Vol. 1

Nº 6 LEI ORGÂNICA: DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Os números lançados anteriormente, e relacionados abaixo, estão disponíveis na Intranet: 3ª Secretaria / Anais e Memória:

- Nº 1 DEPUTADOS DISTRITAIS E SUPLENTE: EVANGÉLICOS - Volumes 1 a 4
- Nº 2 INSTALAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO
- Nº 3 OS 17 ANOS DA CASA DE LEIS DO DISTRITO FEDERAL NOS 50 ANOS DE TAGUATINGA
- Nº 4 "O PIONEIRO" ROTARY CLUB DE BRASÍLIA

Brasília, agosto de 2008


Deputado **Dr. Charles**
Terceiro Secretário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAINPARQUERURAL 70.086-900
canais@cl.df.gov.br
3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

PARÂMETROS DE PESQUISA

Documentos Triados:

Documentos históricos recolhidos para a Configuração de um vídeo comemorativo, face à aprovação pelo Gabinete da Mesa Diretora da Proposta de Comemoração dos 15 anos da Lei Orgânica

MINERAÇÃO DE TEXTOS E DADOS

- Recolhidos documentos e imagem na Comissão dos Anais e Memória, Área de Digitalização

GESTÃO DE PRECISÃO

Periodicidade: 1991 a 2005

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@ cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

INDEX

DOCUMENTÁRIO



- ① CONSTITUIÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA
- ② 1^{OS} DEPUTADOS DISTRITAIS EMPOSSADOS - SESSÃO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL
- ③ 1^{OS} GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL EMPOSSADOS
1^A SESSÃO SOLENE DA CÂMARA LEGISLATIVA
- ④ 1^A SESSÃO ORDINÁRIA
- ⑤ 1^º PROJETO DE LEI APROVADO
- ⑥ 1^A LEI APROVADA NA CÂMARA LEGISLATIVA E 1^º SANÇÃO DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
- ⑦ INSTALAÇÃO DA LEI ORGÂNICA - SESSÃO SOLENE DE ABERTURA
- ⑧ A LEI ORGÂNICA NO PLENÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA - SESSÃO ORDINÁRIA Nº 35
- ⑨ PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA - SESSÃO SOLENE

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

O

**CONSTITUIÇÃO
DA CÂMARA
LEGISLATIVA**

A Câmara Legislativa hoje

Hoje, consolidada e institucionalizada, com um quadro de 763 servidores efetivos, 607 de livre provimento e 201 requisitados de outros órgãos, a Câmara Legislativa do Distrito Federal presta inestimáveis serviços ao povo do DF.

O conjunto de leis aprovadas e os diversos projetos em tramitação na Casa têm por objetivo resgatar, garantir a cidadania dos **brasilienses** e **melhorar, cada vez mais**, a qualidade de vida dos habitantes da Capital do Brasil.

Assim, de janeiro de 1991 até julho de 1998, o trabalho legislativo dos deputados distritais gerou 1 **8.373** proposições, sendo 5.471 projetos de lei, 1.789 indicações, 4.350 moções, 3.054 requerimentos, 304 projetos de resolução, 512 projetos de decretos legislativos, 135 recursos, 57 projetos de emenda à Lei Orgânica e 701 projetos de lei complementar.

A par disso, em 1998, somente no primeiro semestre, 73.225 pessoas **acessaram** as dependências da Câmara Legislativa, de acordo com dados da Coordenadoria de Segurança.

Isso prova a importância e a confiança que a população do Distrito Federal atribui à sua Casa Legislativa.

Para se aproximar cada vez mais dos cidadãos, a CLDF desenvolve diversos projetos e presta **vários** serviços à comunidade, dentre os quais destacam-se:

BIBLIOTECA

A Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal foi criada em 1991, ano da instalação da CLDF. O seu acervo é especializado nas áreas de Ciências Sociais, com **ênfase** em Direito, Economia, Ciência Política e assuntos pertinentes ao Distrito Federal, além da documentação técnica, administrativa e histórica da Casa.

A Biblioteca é constituída de dois setores: o de Pesquisa e Recuperação da Informação e o Setor de Documentação **Legislativa**.

No Arquivo da CLDF encontra-se toda a documentação histórica e administrativa do Poder Legislativo do DF e a história **pessoal**, política e funcional de cada deputado e servidor da Casa.

Estes dois setores trabalham de forma integrada, fornecendo aos seus usuários toda a **documentação/informação** necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

A Biblioteca **está** informatizada e interligada à rede do **PRODASEN**. Isto significa que além do acesso on-line a todas as bases de dados do sistema, **está à disposição** de todos interessados a legislação (leis, **atos**, resoluções, etc) emanados da CLDF.

Com o objetivo de incentivar o hábito da leitura, e também como entretenimento, foi criado na Biblioteca o Clube do Livro constituído de **obras** literárias nacionais e estrangeiras doadas pelos sócios.

A população tem participado intensamente dos debates na Câmara Legislativa, com manifestações em defesa de suas reivindicações



Delegando competências

Em 1995, a Mesa Diretora formou uma comissão encarregada de reestudar o Regimento Interno, a fim de propor modificações substantivas que fossem necessárias e incluir, para debate, todas aquelas sugeridas a partir de sua implantação, mas que ainda não foram de fato transformadas em Resoluções.

Entre as propostas apresentadas pela comissão, estava a figura do **diretor-geral**, que foi descartada. Entretanto, para que os deputados pudessem exercer efetivamente as tarefas para as quais foram eleitos - legislar e fiscalizar o Executivo -, a Mesa Diretora da Câmara Legislativa editou, em 1995, o Ato nº 120/95, delegando aos seus assessores especiais competência para praticar atos administrativos relacionados a diversas matérias que, na verdade, obstruíam a pauta de deliberações do Colegiado Diretor da Casa, atrasando questões de alta relevância. Os atos do Colegiado de Assessores deveriam ser tomados sempre em conjunto e por decisão unânime.

Em 1996, o Ato da Mesa Diretora nº 013/96 dele-

gou nova competência aos assessores especiais da Mesa para disciplinar os procedimentos de elaboração das folhas de pagamento dos servidores da CLDF e regulamentar as matérias que envolvem assuntos da área administrativa da Câmara.

Em maio de 1997, o Ato da Mesa Diretora nº 016/97 revogou os Atos anteriores delegando aos Assessores Especiais competência para, sempre em conjunto e por decisão da maioria de no mínimo quatro, praticarem atos administrativos relativos à concessão de licenças, aposentadorias, vantagens, averbação de tempo de serviço, programação de treinamento, diárias, passagens, exercício de servidores, horário especial, cota de serviços, horas extras, aprovação de pareceres normativos da área jurídica, a subdelegação de competência, entre outros.

Foi dada assim nova face ao Colegiado de Assessores Especiais da Mesa Diretora, correspondendo cada assessor a um membro da mesma.

Ato da Mesa Diretora
nº 120/95

ATO DA MESA DIRETORA Nº 120 DE 1995

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e lendo em vista o disposto no m. 205 da Resolução h* 1% de 17 de junho de 1991 e sempre juízo de suas competências,

RESOLVE:

Art. 1º Delegar competência aos Assessores Especiais da Mesa Diretora, **LUCIANE CARNEIRO PINTO** - Presidência, **JOSÉ ANTONIO PRATES** - Vice-Presidência, **JOÃO BATISTA CASCUDO ROBRIGUES** - 1º Secretário, **ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL** - V Secretário e **RICARDO JOSÉ ALVES** - 3º Secretário para, sempre em conjunto e por decisão unânime, praticarem os seguintes atos administrativos, através de Portaria:

O Fixar as cotas de serviços dos Gabinete Parlamentares, das Lideranças de Partidos e Blocos Parlamentares, bem como dos órgãos da Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

H) Expedir as normas regulamentadoras do Boletim de Comunicações administrativas, de que traia a Resolução nº 100, de 26 de setembro de 1995.

An. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Alt 1º - Revogam-se as disposições em contrário:

Sala das Reuniões, em 11 de outubro de 1995.

Deputado **GERALDO MAGELA**
Presidente

Deputado **JOSÉ EDMAR**
Vice-Presidente

Deputado **MANOEL DE ANDRADE**
1º Secretário

Deputado **EDMAR PIRENEUS**
2º Secretário

Deputado **PENIEL PACIENCO**
3º Secretário

DCL-13/10/95

Estrutura organizacional da CLDF

Em 1º de janeiro de 1991, quando foi instalada, a Câmara Legislativa do Distrito Federal não contava com nenhuma estrutura administrativa que desse suporte aos trabalhos da Casa.

Em vista da urgente necessidade de dotar a CLDF dos instrumentos necessários a seu pleno funcionamento, em 11 de janeiro de 1991, foi editada a Resolução nº 001/91, estabelecendo a composição do quadro de pessoal dos gabinetes dos deputados distritais.

Mesmo com o quadro de pessoal dos gabinetes já estabelecido, a Câmara Legislativa não contava, ainda, com os servidores efetivos que dessem sustentação aos trabalhos administrativos, de modo que, em 24 de janeiro de 1991, foi editada a Resolução nº 006/91, criando, provisoriamente, cargos em comissão e gratificação de função na Casa.

A Resolução nº 006/91 permitiu, então, o provimento dos cargos e funções necessários ao funcionamento da Casa, mediante requisição de servidores da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

No mesmo dia 24 de janeiro de 1991, foi editada a Resolução nº 007/91, que criou a Comissão de Trabalho para elaborar o Projeto de Organização Administrativa, composta por cinco deputados distritais, com prazo de duas semanas para concluir o projeto.

Em 12 de março de 1991, a Resolução nº 013/91 aprovou o Quadro Administrativo Provisório da Câmara Legislativa, com 256 cargos de requisição e 48 de livre provimento, até que fossem aprovados o Quadro de Pessoal definitivo e o Plano de Carreira.

Atendendo ao disposto no art. 1º da Resolução nº 048/90 do Senado Federal, que funcionava como Regimento Interno, em 15 de março de 1991, a Comissão de Estrutura composta pelos deputados Carlos Alberto, Cláudio Monteiro, Fernando Naves, Maurílio Silva e Wasny de Roure apresentou o trabalho final, com um con-

junto de definições essenciais à estruturação administrativa da Casa, tais como descrição dos órgãos até o nível de coordenadoria e suas respectivas atribuições.

O trabalho contava, também, com uma primeira versão do Plano de Cargos, estabelecendo cargos efetivos, em comissão, as funções gratificadas e o quantitativo desses cargos.

Ao mesmo tempo em que os deputados eleitos se preocupavam com a organização administrativa da Casa, a população do DF reivindicava a elaboração da Lei Orgânica e de leis que atendessem aos seus anseios.

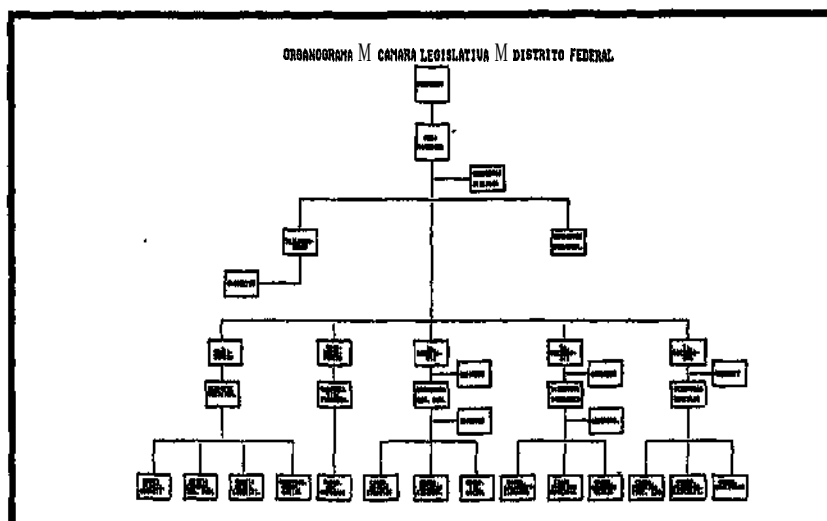
Assim, em 15 de julho de 1991, a CLDF estabeleceu convênio de cooperação técnico-científica com a Fundação Getúlio Vargas para projetar a estrutura administrativa detalhada da Casa, conforme determinado na Resolução nº 021/91,

A Fundação Getúlio Vargas, durante a realização dos trabalhos, apresentou três versões de estrutura administrativa, sendo a última o resultado de um consenso entre os técnicos daquela instituição e a Mesa Diretora.

Com base no último documento consolidado, foi editada a Resolução nº 034/91, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, de 24 de janeiro de 1992, que instituiu a estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tal estrutura administrativa finalmente permitiu à Casa atuar de forma organizada, com procedimentos, rotinas, recursos humanos, materiais e métodos de trabalho definidos.

Posteriormente, atendendo a contingências e necessidades de modernização e atualização, as Resoluções números 037/91, 046/92, 057/92, 070/93, 089/94, 140/97 e 145/98 e o Ato da Mesa Diretora nº 008/95 promoveram alterações na estrutura organizacional da Câmara Legislativa. Aquele modelo vigora, ainda hoje, e é apresentado no organograma a seguir.

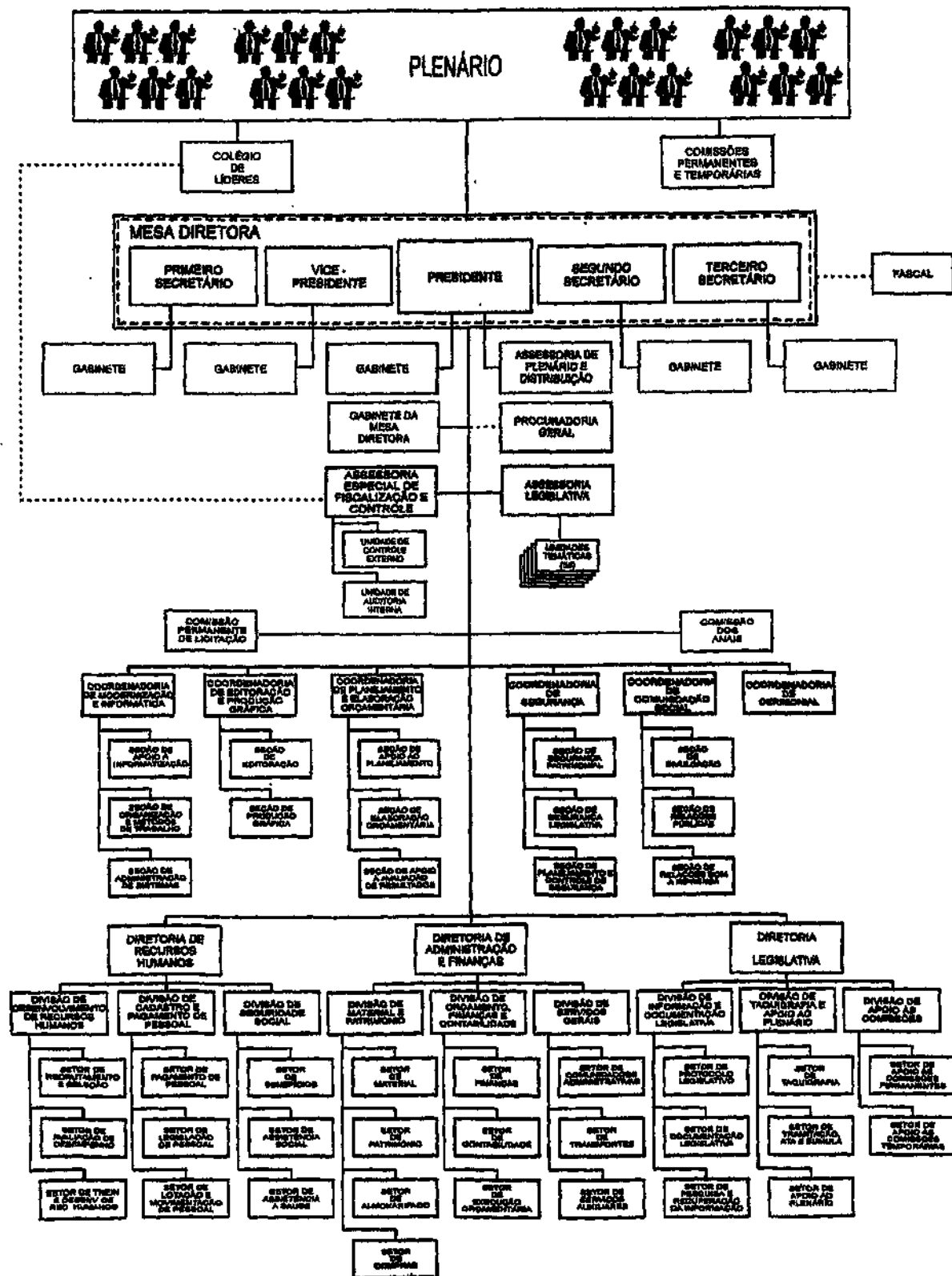


"UMA CASA LEGISLATIVA NÃO É COMO UMA EMPRESA PARTICULAR, QUE SE MONTA E CONTRATA UM GERENTE E UM VENDEDOR. PARA SE TER UM QUADRO DE FUNCIONÁRIOS NUM ÓRGÃO PÚBLICO PRECISA HAVER UMA APROVAÇÃO LEGAL DESSE QUADRO, PORQUE TEMOS DE PAGAR AOS FUNCIONÁRIOS E REQUISITÁ-LOS. ENTÃO, NÃO TÍNHAMOS QUADRO DE FUNCIONÁRIOS. COMO ISSO FOI FEITO? FALAMOS COM O EX-GOVERNADOR. Eu JÁ HAVIA SIDO ELEITO PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, COM A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAR, E TODOS SE REUNIAM E DISCUTIAM O QUE SERIA MELHOR PARA A CÂMARA LEGISLATIVA. FUI AO SENADO FEDERAL E PEDI FUNCIONÁRIOS EMPRESTADOS. O SENADO FEDERAL NOS CEDEU TAQUIGRAFOS. ENFIM, UMA EQUIPE DO SENADO FEDERAL FOI PARA A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. OCORREU UMA CONFUSÃO ENORME, POIS OS FUNCIONÁRIOS NÃO ERAM CEDIDOS OFICIALMENTE, NEM MESMO ERAM REQUISITADOS. ERA COMO SE TIVESSEM TRABALHANDO PELO SENADO FEDERAL, MAS só QUE ESTAVAM NA CÂMARA LEGISLATIVA. ERA ALGO INTEIRAMENTE IRREGULAR."

Salviano Guimarães

Primeiro Organograma da CLDF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ORGANOGRAMA - SITUAÇÃO ATUAL
ABRIL/98



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resoluções nº 034/91, nº 037/91, nº 046/92, nº 000/94, nº 140/97 e nº 146/98.

ELABORAÇÃO: Seção de Organização e Métodos de Trabalho/CM

Organograma atual da
CLDF

Regimento Interno da CLDF

Regimento Interno é o conjunto de normas que regulam o funcionamento e os serviços internos da Câmara Legislativa.

Em seu início, durante o período de janeiro a junho de 1991, trabalhando de forma ainda incipiente, sem estrutura administrativa formal e com quadro de pessoal provisório, a CLDF teve seu processo legislativo regulado pelas Resoluções números 157/88, 48/90 e 49/90, do Senado Federal, e pelo Regimento Interno daquela Casa.

Entretanto, em face das diferentes características da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Senado Federal, alguns embaraços aconteciam.

Cientes da necessidade de um instrumento próprio para balizar e normatizar o trabalho legislativo e a ação parlamentar, e, considerando a natureza da CLDF e a realidade do Distrito Federal, vários deputados apresentaram projetos de resolução dispondo sobre a regulamentação de procedimentos e sugerindo propostas ao Regimento Interno.

A Resolução nº 12/91, de 18 de março de 1991, estabeleceu, então, normas para a discussão e votação do Regimento Interno, suspendendo todos os prazos relativos aos trabalhos já em curso na Casa, sendo apreciadas apenas as matérias relativas à estrutura da CLDF e as que tivessem pedido de urgência aprovado.

De março a junho de 1991, o plenário da Câmara Legislativa discutiu intensamente o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e as emendas apresentadas ao Projeto de Regimento Interno.

Em 17 de junho de 1991, a Resolução nº 19/91, instituiu o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, criando condições para o funcionamento de todo o processo legislativo e a administração da Casa, abrindo condições para realização dos concursos públicos e elaboração da Lei Orgânica.

Consolidava-se a maturidade jurídico-administrativa do Legislativo, colocando em vigor seus mecanismos legais de conduta e ação parlamentar.

REGIMENTO INTERNO

Resolução nº 19, de 17 de junho de 1991

Institui o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma estabelecida nesta Resolução.

Art. 2º São instituídas, ainda, sob o Título "Das Disposições Transitórias", normas com numeração própria que regulam o processo a ser adotado na elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 3º O Regimento Interno, instituído por esta Resolução, deverá ser reformulado, para sua adaptação à Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 4º Elaborada a Lei Orgânica do Distrito Federal, ficarão automaticamente derrogadas as "Disposições Transitórias", constantes do Título XII do Regimento ora instituído.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

Lei Orgânica, a Constituição do Distrito Federal

Emancipação, autonomia, participação e democracia. Como tornar estas palavras algo mais do que palavras? Como transformar as expressões do anseio popular em ações, em leis que possam garantir ao brasileiro o exercício real, amplo e irrestrito da cidadania?

Esta era a grande preocupação dos primeiros deputados distritais eleitos pela população de Brasília. Esses parlamentares, além de serem os primeiros representantes legítimos do povo do Distrito Federal, tinham também a responsabilidade histórica de elaborar a sua primeira Constituição, simultaneamente à função de legislar e fiscalizar.

A nossa Lei Maior, chamada Lei Orgânica, seria então o contrato que regeria o disciplinamento político, econômico, social e territorial, rompendo os vínculos de subordinação direta do Distrito Federal ao Senado e ao Executivo local, e selando definitivamente a autonomia.

"Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e municípios.

§ 2º A eleição do governador e do vice-governador, observadas as regras dos art. 77, e dos deputados distritais coincidirá com a dos governadores e deputados estaduais, para mandato de igual duração.

§ 3º Aos deputados distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do

Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar."

Para elaboração do Projeto da Lei Orgânica, foram formadas quatro comissões temáticas e uma comissão de sistematização dos trabalhos.

COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL e MEIO AMBIENTE

Presidente - Padre Jonas
Vice-Presidente - Jorge Cauhy
Relatora - Rose Mary Miranda

COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA, ORÇAMENTO E TRIBUTOS

Presidente - José Omellas
Vice-Presidente - Benício Tavares
Relator - Carlos Alberto

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO DISTRITO FEDERAL

Presidente - Cláudio Monteiro
Vice-Presidente - Edimar Pireneus
Relator - Peniel Pacheco

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E RURAL

Presidente - Gilson Araújo
Vice-Presidente - José Edmar
Relator - Aroldo Satake

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Presidente - Maurílio Silva
Vice-Presidente - Maria de Lourdes Abadia
Secretário - Fernando Naves
Relatores - Geraldo Magela e os demais relatores das comissões temáticas.

Ao começar os trabalhos nas comissões, os parlamentares depararam com a falta de infra-estrutura geral e de servidores, o que poderia atrasar o início dos trabalhos de elaboração da Lei Orgânica.

A proposta de contratar pessoal sem concurso público trouxe à tona uma grande polêmica. Muitos parlamentares questionavam a legalidade e a legitimidade dessa proposta e exigiam concurso público para preenchimento imediato do quadro de servidores.

Entretanto, havia consenso de que a Lei Orgânica deveria ser elaborada com urgência e que o processo de seleção por concurso público seria demorado, apesar de já ter sido previsto.

Desta forma, a Mesa Diretora da Câmara, juntamente com as lideranças, optaram pela contratação, por meio de uma seleção simplificada, baseada em currículos. Cada comissão avaliaria, por critérios próprios, os servidores que seriam lotados no seu âmbito.

Aproximadamente 100 servidores trabalhavam diretamente no projeto, contando com o apoio de gabinetes e outros órgãos da Câmara Legislativa.

Delegando competências

Em 1995, a Mesa Diretora formou uma comissão encarregada de reestudar o Regimento Interno, a fim de propor modificações substantivas que fossem necessárias e incluir, para debate, todas aquelas sugeridas a partir de sua implantação, mas que ainda não foram de fato transformadas em Resoluções.

Entre as propostas apresentadas pela comissão, estava a figura do **diretor-geral**, que foi descartada. Entretanto, para que os deputados pudessem exercer efetivamente as tarefas para as quais foram eleitos - legislar e fiscalizar o Executivo -, a Mesa Diretora da Câmara Legislativa editou, em 1995, o Ato nº 120/95, delegando aos seus assessores especiais competência para praticar atos administrativos relacionados a diversas matérias que, na verdade, **obstruíam** a pauta de deliberações do Colegiado Diretor da Casa, atrasando questões de alta relevância. Os atos do Colegiado de Assessores deveriam ser tomados sempre em conjunto e por decisão unânime.

Em 1996, o Ato da Mesa Diretora nº 013/96 dele-

gou nova competência aos assessores especiais da Mesa para disciplinar os procedimentos de elaboração das folhas de pagamento dos servidores da CLDF e regulamentar as matérias que envolvem assuntos da área administrativa da Câmara.

Em maio de 1997, o Ato da Mesa Diretora nº 016/97 revogou os Atos anteriores delegando aos Assessores Especiais competência para, sempre em conjunto e por decisão da maioria de no mínimo quatro, praticarem atos administrativos relativos à concessão de licenças, aposentadorias, vantagens, averbação de tempo de serviço, programação de treinamento, diárias, passagens, exercício de servidores, horário especial, cota de serviços, horas-extras, aprovação de pareceres normativos da área jurídica, a subdelegação de competência, entre outros.

Foi dada assim nova face ao Colegiado de Assessores Especiais da Mesa Diretora, correspondendo cada assessor a um membro da mesma.

Ato da Mesa Diretora
nº 120/95

ATO DA MESA DIRETORA Nº 120 DE 1995

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e lendo em vista o disposto no m. 205 da Resolução nº 19, de 17 de junho de 1994 e sem prejuízo de suas competências,

RESOLVE:

An. 1º Delegar competência aos Assessores Especiais da Mesa Diretora, LUCIANE CARNEIRO PINTO - Presidência, JOSE ANTONIO PRATES - Vice-Presidência, JOÃO BATISTA CASCUDO RODRIGUES - 1º Secretário, ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL - 2º Secretário e RICARDO JOSÉ ALVES - 3º Secretário para, sempre em conjunto e por decisão unânime, praticarem os seguintes atos administrativos, através de Portaria:

I) Fixar as cotas de serviços dos Gabinete Parlamentares, das Lideranças de Partidos e Blocos Parlamentares, bem como dos órgãos da Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

II) Expedir as normas regulamentadoras do Boletim de Comunicações administrativas de que trata a Resolução nº 100, de 26 de setembro de 1995.

An. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Alt. 1º - Revogam-se as disposições em contrário:

Sala das Reuniões, em 14 de outubro de 1995.

Deputado GERALDO MAGELA
Presidente

Deputado JOSE EDMAR
Vice-Presidente

Deputado MANOEL DE ANDRADE
1º Secretário

Deputado EDIMAR PIRENEUS
2º Secretário

Deputado PENTEL PACHECO
3º Secretário

DCL-13/10/95

nas três protocoladas. Desta forma, o prazo foi **prorrogado** por mais um mês. Com a prorrogação, a campanha de publicidade antes cancelada pôde ser **efetivada**.

A publicidade era feita em rádios, emissoras de W e jornais. Além disso, as Igrejas passaram a esclarecer a importância da Lei Orgânica, preocupadas com a redação do capítulo sobre a criança e o adolescente.

Para facilitar a participação popular, nos dias de votação da Lei Orgânica, a Câmara Legislativa oferecia transporte gratuito à população.

Mas a participação sempre foi um processo complexo durante o período de **elaboração** da Lei Orgânica. Ela foi o que é na realidade: um processo **constante**, tortuoso e infundável; uma forma de poder que se renova a cada dia.

Participação pressupõe compromisso, envolvimento e presença, mesmo nas mais adversas situações. Tudo isso houve durante a elaboração da Lei Orgânica. Como havia diversos canais de **participação**, e, dentre eles, aquele **direto** com o deputado, era impossível **medir** a participação popular apenas pelo que estava documentado.

Na verdade, cada reivindicação, mesmo a mais pessoal, carrega consigo uma demonstração de um problema que atinge o coletivo. Quando uma pessoa pede emprego, ela está sinalizando que é preciso criar novos meios de absorção de mão-de-obra. Quando pede um lote, provavelmente está querendo dizer que é necessário criar uma política habitacional. E cada uma dessas **reivindicações** é **participação**, a seu modo.

O SONHO É APERFEIÇOADO

Da mesma forma como se estimulou a participação popular, o processo de **elaboração** da Lei Orgânica **requeria** **sugestões** de foros mais especializados, dos quais pudesse receber contribuições a fim de ser aperfeiçoada e adequada à Constituição Federal.

A Ordem dos Advogados do Brasil, por meio de sua Comissão de Assuntos Constitucionais, formada por oito juristas, apontou mais de **150 erros** no anteprojeto da Lei Orgânica.

Para sanar essas impropriedades, a **Comissão** de Sistematização contratou um **constitucionalista** que, durante 22 dias, analisou o anteprojeto, apontando o que deveria ser suprimido ou modificado.

Por mais que se quisesse avançar, a rebeldia da filha da Constituição Federal não **poderia** transgredir certas regras de **conduta**.

A ATUAÇÃO DOS CONSTITUINTES

Ao contrário do que se observou durante a elaboração da Constituição Federal, em que a atuação do grupo denominado Centrão era **decisiva** nas votações da Lei Orgânica, **nenhum** partido ou tendência possuía maioria para aprovar sozinho uma **emenda**. Essa fato acarretou discussões muito **mais** amplas, pois tudo teria que ser negociado.

Durante as votações da Lei Orgânica, em vez de blocos partidários, as composições temporárias predominaram na Câmara Legislativa. O PT, com cinco votos, tinha como aliado natural o deputado Agnelo Queiroz, do PC do B. O **PTR**, na época partido do governo, contava com o apoio de nove parlamentares. O PDT, assim como o PT, possuía cinco **votos**, mas mantinha uma posição **indefinida**, ora votava com o governo ora com a **oposição**. Também os deputados Carlos Alberto, **Periel** Pacheco, Maria de **Lourdes** Abadia e José Ornellas mantinham posições independentes.

Desta forma, **nenhum** grupo **conseguia** alcançar a maioria exigida de dois terços das assinaturas dos 24 deputados para aprovação das matérias.

ENFIM, A PROMULGAÇÃO

No dia 8 de junho de **1993**, após quase um ano de trabalho incansável, foi promulgada a Carta Magna do Distrito Federal.

Produto e elemento agregador dos interesses de Brasília a serem defendidos por todos os segmentos da sociedade, a Lei Orgânica finalmente era uma realidade.

Regrada pela Constituição Federal, não pôde **contemplar os cidadãos brasileiros com o direito de escolher** diretamente seus administradores **regionais**, mas conseguiu avançar em diversos pontos, como, por exemplo a criação de conselhos de participação em muitos setores.

A Lei Orgânica conseguiu oferecer uma perspectiva moderna na direção do futuro de Brasília. Nela está presente o **equacionamento** tanto das questões aparentemente pequenas quanto dos maiores temas **institucionais**.

Entretanto, a **Lei Orgânica** já sofreu 23 emendas. Isso **mostra** que ela está se adequando às novas necessidades da população. População que sonhou, que ajudou a construir a realidade, que, a cada dia, vai transformando esta realidade e, conseqüentemente, adaptando a Lei Orgânica aos novos tempos.

Com o tempo, pequenas modificações foram acrescentadas ao Regimento **Interno**, corrigindo limitações detectadas pelos parlamentares e pelos assessores da Casa.

A **Promulgação da Lei Orgânica** aconteceu, na presença de diversas autoridades, no dia 8 de junho de 1993



A maioria das leis não sai da cabeça dos deputados. **E**las são provocadas por suas bases e seus compromissos, que os levam a fazer uma triagem. O processo é esse. **C**omo é medido isso? É difícil calcular se houve ou não uma **p**articipação popular, que se dá pela presença do povo na Casa. Apesar de todas as dificuldades, a Lei Orgânica atende aos interesses maiores do Distrito Federal.

O SONHO COMEÇA A REALIZAR-SE

No dia 2 de agosto de 1991, foi promovida a abertura oficial dos trabalhos da Lei Orgânica, em frente à Câmara Legislativa, com a presença de diversas autoridades e lideranças, entre elas o governador do Distrito Federal, o presidente do Tribunal de Justiça, o **p**residente do Tribunal de Contas e o representante do presidente da República.

A grande preocupação dos parlamentares constituintes era a de fazer uma Lei Orgânica que espelhasse os interesses de **B**rasília. Para isso, criaram-se vários mecanismos de participação, **o**bjektivando a influência direta do povo por meio de **s**ugestões e emendas populares. Para a apresentação de cada emenda, seriam **n**ecessárias as subscrições de 1.000 eleitores.

O PROJETO "FALA, CIDADANIA"

Esse mecanismo de participação popular objetivava receber sugestões para o anteprojeto da Lei Orgânica. Foram **d**istribuídos 100.000 aerogramas nos principais espaços públicos da cidade. As pessoas depositavam ali suas propostas e as enviavam à Câmara Legislativa, via Correios, sem **o**nus para o remetente. Posteriormente, a CLDF respondia por **c**arta-padrão, informando sobre o encaminhamento dado à proposta.

Dos 2.600 aerogramas encontrados no arquivo da Câmara Legislativa, a maioria trata de assuntos realmente **p**ertinentes à Lei Orgânica, como saúde, **e**ducação, segurança, transporte e, principalmente, a questão da terra no Distrito Federal.

Entretanto, havia também quem usasse os aerogramas para pedir empregos, lotes e para tratar de assuntos que não seriam da alçada da Lei Orgânica.

Mas, em todas as propostas, notava-se que as pessoas confiavam na Câmara Legislativa e se utilizavam desse canal para tratar dos mais diversos problemas que as afligiam.

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas eram sessões itinerantes **p**romovidas em todas as cidades-satélites. Nelas, os deputados tinham a possibilidade de ouvir sugestões oferecidas diretamente pela comunidade. Os parlamentares levavam consigo o suporte técnico necessário para as **d**iscussões. Era a Câmara Legislativa indo ao **p**ovo, rompendo a barreira da distância física.

Cada **c**omissão promovia suas reuniões. Caminhões de som eram postos à disposição das Administrações **R**egionais a fim de convocar a população para participar das audiências.

Com a pouca **d**ivulgação decorrente do atraso na contratação de uma agência de publicidade, os resultados eram sessões itinerantes esvaziadas. Houve, inclusive, o cancelamento de algumas por falta de público. Isto fez com que a Comissão de **O**rganização dos **P**oderes do Distrito Federal deixasse de participar das reuniões previstas para o período vespertino e passasse a realizar suas reuniões à noite, facilitando a participação dos **t**rabalhadores. Esse exemplo foi seguido pelas demais comissões.

A primeira audiência pública em Planaltina contou com a participação de cerca de 70 pessoas. Em Taguatinga, apesar de haver maior participação popular (mais de 100 pessoas), não foi apresentada nenhuma sugestão por escrito. Uma **p**roposta verbal na sessão foi a de se criar uma tribuna livre onde o cidadão comum tivesse espaço para se **m**anifestar no Plenário da Casa, o que não entrou no texto da Lei Orgânica.

O que se observava é que a maioria das pessoas que participavam das **a**udiências públicas não tinham clara a idéia do que seria a Lei Orgânica do Distrito Federal. Frequentemente, confundiam Câmara Legislativa com governo **t**olerante e Lei Orgânica com **l**ei ordinária. Isto conduzia a sugestões desvirtuadas e a pedidos de natureza pessoal.

Apenas a **s**ociedade realmente organizada participava **e**fetivamente da elaboração da Lei Orgânica. Já no início dos trabalhos, 76 entidades **c**onstituíram o Fórum Popular e Sindical **P**ro-Participação na Lei Orgânica. Como havia vários outros canais de participação, como os seminários e debates, essas entidades nem sempre estavam presentes nas audiências públicas.

Outra **b**arreira a ser transposta era o prazo para apresentação de emendas. Até o último dia do prazo **e**stipulado para recebimento de emendas populares, havia ape-



Audiência pública realizada no Jardim Botânico

A Câmara distribuiu cem mil aerogramas para que a população participasse com sugestões para a Lei Orgânica

Lei Orgânica, a Constituição do Distrito Federal

Emancipação, autonomia, participação e democracia. Como tomar estas palavras **algo** mais do que **pala-**bras? Como transformar as expressões do anseio popular em ações, em leis que possam garantir ao **brasiliense** o exercício real, amplo e irrestrito da cidadania?

Esta era a grande preocupação dos primeiros deputados distritais eleitos pela população de Brasília. Esses parlamentares, além de serem os primeiros representantes legítimos do povo do Distrito **Federal**, tinham também a responsabilidade **histórica** de **elabo-**rar a sua primeira Constituição, simultaneamente à fun-ção de legislar e fiscalizar.

A nossa Lei Maior, chamada Lá Orgânica, seria então o contrato que regeria o **disciplinamento** político, econômico, social e territorial, rompendo os vínculos de subordinação **direta** do Distrito **Federal** ao Senado e ao Executivo local, e selando definitivamente a autonomia.

"Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e apro- vada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e municípios.

§ 2º A eleição do governador e do vice-governador, obser- vadas as regras dos art. 77, e dos deputados distritais coincidirá com a dos gover- nadores e deputados esta- duais, para mandato de igual duração.

§ 3º Aos deputados distritais e à Câmara Legislativa apli- ca-se o disposto no art. 27.

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do

Distrito **Federal**, das **polícias** civil e militar e do corpo de **bombeiros** militar."

Para elaboração do Projeto da Lei Orgânica, foram formadas quatro comissões temáticas e uma comissão de **sistematização** dos trabalhos.

COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE

Presidente * Padre Jonas
Vice-Presidente - Jorge **Cauhy**
Relatora - Rose **Mary** Miranda

COMISSÃO DA ORDEM **ECONÔMICO-FINANCEIRA**, ORÇAMENTO E TRIBUTOS

Presidente - José Omellas
Vice-Presidente - Benício Tavares
Relator - Carlos Alberto

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO DISTRITO FEDERAL

Presidente - Cláudio Monteiro
Vice-Presidente - Edimar Pireneus
Relator - **Reniel** Pacheco

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E RURAL

Presidente - Gilson Araújo
Vice-Presidente - José **Edmar**
Relator - Aroldo Satake

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Presidente - Maurílio Silva
Vice-Presidente - Maria de Lourdes Abadia
Secretário - Fernando Naves
Relatores - Geraldo Magela e os demais relatores das comissões temáticas.

Ao começar os trabalhos nas **comissões**, os parla- mentares depararam com a falta de infra-estrutura geral e de servidores, o que poderia atrasar o início dos traba- lhos de elaboração da **Lei Orgânica**,

A proposta de contratar pessoal sem concurso público trouxe à tona uma grande polêmica. Muitos parla- mentares questionavam a legalidade e a legitimidade dessa proposta e exigiam concurso público para preen- chimento imediato do quadro de **servidores**.

Entretanto, havia consenso de **que** a Lei Orgânica deveria ser elaborada com urgência e que o processo de **seleção** por concurso público seria demorado, apesar de já ter sido previsto.

Desta forma, a Mesa Diretora da Câmara, **junta-** mente com as lideranças, optaram pela **contratação**, por meio de uma seleção simplificada, baseada em currícu- los. **Cada comissão avaliaria**, por critérios próprios, os servidores que seriam **lotados** no seu âmbito.

Aproximadamente 100 servidores trabalhavam **diretamente** no projeto, contando com o apoio de gabi- netes e outros órgãos da **Câmara** Legislativa,

Regimento Interno da CLDF

Regimento Interno é o conjunto de normas que regulam o funcionamento e os serviços internos da Câmara Legislativa.

Em seu início, durante o período de janeiro a Junho de 1991, trabalhando de forma ainda incipiente, sem estrutura administrativa formal e com quadro de pessoal provisório, a CLDF teve seu processo legislativo regulado pelas Resoluções números 157/88, 48/90 e 49/90, do Senado Federal, e pelo Regimento Interno daquela Casa.

Entretanto, em face das diferentes características da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Senado Federal, alguns embaraços aconteciam.

Cientes da necessidade de um instrumento próprio para balizar e normatizar o trabalho legislativo e a ação parlamentar, e, considerando a natureza da CLDF e a realidade do Distrito Federal, vários deputados apresentaram projetos de resolução dispondo sobre a regulamentação de procedimentos e sugerindo propostas ao Regimento Interno.

A Resolução nº 12/91, de 18 de março de 1991, estabeleceu, então, normas para a discussão e votação do Regimento Interno, suspendendo todos os prazos relativos aos trabalhos já em curso na Casa, sendo apreciadas apenas as matérias relativas à estrutura da CLDF e as que tivessem pedido de urgência aprovado.

De março a junho de 1991, o plenário da Câmara Legislativa discutiu intensamente o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e as emendas apresentadas ao Projeto de Regimento Interno.

Em 17 de junho de 1991, a Resolução nº 19/91, instituiu o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, criando condições para o funcionamento de todo o processo legislativo e a administração da Casa, abrindo condições para realização dos concursos públicos e elaboração da Lei Orgânica,

Consolidava-se a maturidade jurídico-administrativa do Legislativo, colocando em vigor seus mecanismos legais de conduta e ação parlamentar.

REGIMENTO INTERNO

Resolução nº 19, de 17 de junho de 1991

Institui o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma estabelecida nesta Resolução.

Art. 2º São instituídas, ainda, sob o Título "Das Disposições Transitórias", normas com numeração própria que regulam o processo a ser adotado na elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 3º O Regimento Interno, instituído por esta Resolução, deverá ser reformulado, para sua adaptação a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 4º Elaborada a Lei Orgânica do Distrito Federal, ficarão automaticamente derrogadas as "Disposições Transitórias", constantes do Título XII do Regimento ora instituído.

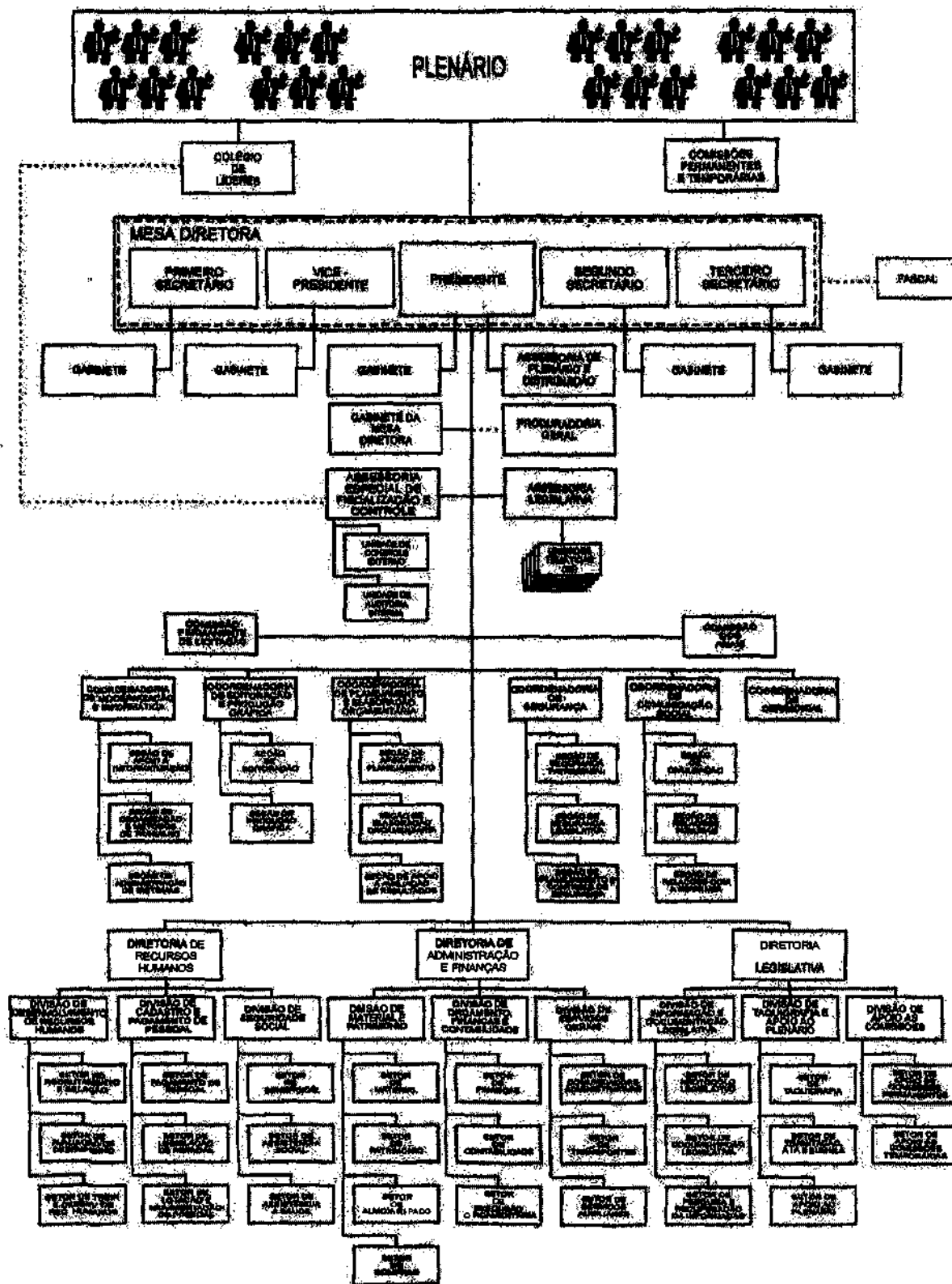
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1991,

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ORGANOGRAMA - SITUAÇÃO ATUAL
ABRIL/98



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resoluções nº 034/91, nº 037/91, nº 040/92, nº 140/97 e nº 145/98.

ELABORAÇÃO: Grupo de Organização e Métodos do Trabalho/CM

Organograma atual da CLDF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA**

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

2

**1ºS DEPUTADOS
DISTRITAIS
EMPOSSADOS -
SESSÃO ESPECIAL DO
SENADO FEDERAL**



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 1

QUARTA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SESSÃO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL

Realizada em 19 de janeiro de 1991, às 10 horas, no auditorio Petronio Portela, destinada a receber o compromisso e dar posse aos Deputados Distritais eleitos a 3 de outubro de 1990.

Compõem a Mesa, à direita do Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente, o Sr. Senador Mendes Canale, 1º Secretário; e à esquerda, o Sr. Senador Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Declaro aberta a sessão que se destina a receber o compromisso e dar posse aos Srs. Deputados Distritais eleitos a 13 de outubro de 1990, para comporem, no Placito Central, a primeira Câmara Legislativa do Distrito Federal, em sua primeira Sessão Legislativa da Primeira Legislatura.

Tenho a honra de convidar Sua Eminência o Cardeal Dom José

Freire Falcão para fazer parte da Mesa. (Pausa.)

(O Arcebispo de Brasília, Cardeal Dom José Freire Falcão, toma assento à Mesa.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Tenho a honra de convidar o Governador do Distrito Federal, Dr. Wanderley Vallim, para fazer parte da Mesa. (Pausa.)

(O Governador do Distrito Federal, Dr. Wanderley Vallim, toma assento à Mesa.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Tenho a honra de convidar o Dr. Joaquim Domingos Roriz, Governador eleito do Distrito Federal, para fazer parte da Mesa. (Pausa.)

(O Governador eleito do Distrito Federal, Dr. Joaquim Roriz, toma assento à Mesa.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Tenho a honra de convidar o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Valtério Mendes Cardoso, para fazer parte da Mesa. (Pausa.)

(O Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Valtério Mendes Cardoso, toma assento à Mesa.) (Palmas.)

(É executado o Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Nos termos do disposto no inciso I do parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal, os diplomas conferidos a S. Exas. os Srs. Deputados Distritais, pela Justiça Eleitoral, os quais serão publicados no órgão oficial.

São os seguintes os diplomas encaminhados à Mesa:

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

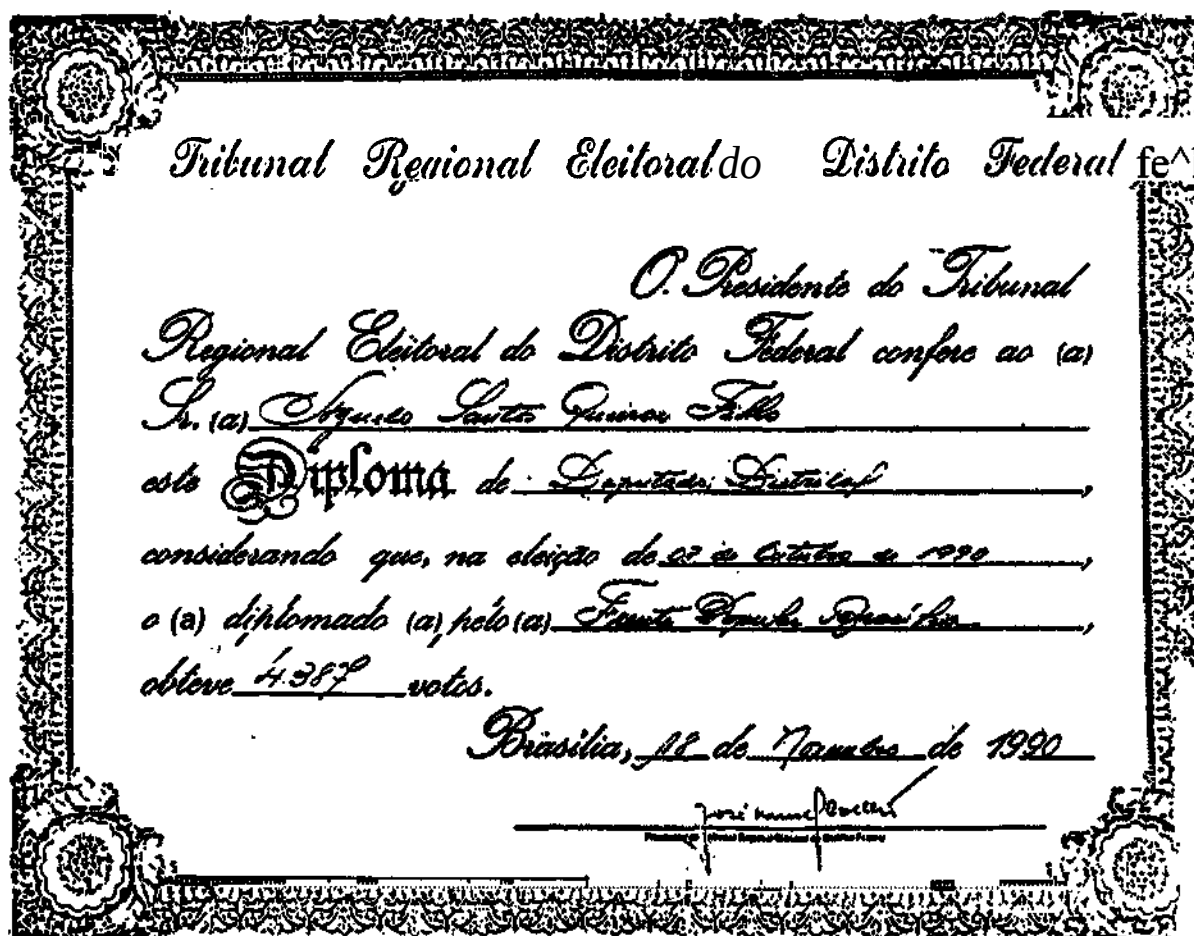
PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL OASILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Chefe Administrativo
LUIS CARLOS DE BASTOS
Chefe Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da 1ª Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Sumário Cr\$ 3.519,45

Tiram 2.200-exemplares.



Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Arnoldo Satake*

*este **Diploma** de Deputado Estadual,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária,
obteve 4.182 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990

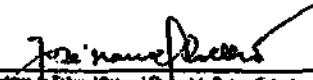
João Nunes
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

50

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Guiseio Tavares da Cunha Netto
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 02 de outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Quarian,
obteve 6.036 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990


Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Carlos Alberto Nogueira Lima Torres
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 02 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Brasileira,
obteve 14.541 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Nogueira
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Edimar Fereus Cardoso
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 02 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Brasileira,
obteve 4.156 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Carlos Dória
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Guilherme Figueira de Camargo
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Partido dos Trabalhadores,
obteve 4.171 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

João Américo
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Fernando Gomes Naves
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária,
obteve 5.490 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990

Jose Carlos Reis
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Francisco Claudio Martins
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 09 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Movimento Eleitoral Progressista,
obteve 2.857 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José nome
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Guilherme Mesquita Pereira
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Partido dos Trabalhadores,
obteve 6.940 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Nuno Mendes
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Wilson da Silva Araújo Aguiar
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunidade,
obteve 3537 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Amílcar Pereira
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Jorge Cauly Júnior
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 02 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Movimento Social Progressista,
obteve 8.712 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Nunes Leão
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) José Edmar de Castro Cardoso
este **Diploma** de Deputado Distrital
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária,
obteve 3.680 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Américo
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) José Ozequias de Souza Filho
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 08 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Movimento Liberal Progressista,
obteve 3.520 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Carlos de Souza
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Lúcia Helena de Lima
este **Diploma** de Deputada Distrital,
considerando que, na eleição de 02 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Partido dos Trabalhadores,
obteve 11.506 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Carneiro
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Caio Augusto de Andrade Neto
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunidade,
obteve 5.623 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Henrique Dutra
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao, (a)
Sr. (a) Maria de Lourdes Madia Gomes
este Diploma de Deputada Distrital
considerando que, na eleição de 08 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Brasileira,
obteve 12.607 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Amador
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Marcelino Silva
este **Diploma de Deputado Distrital**,
considerando que, na eleição de 05 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunidade,
obteve 4.198 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

João Manoel Dutra
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) João Victoraci
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Popular Brasileira,
obteve 8.526 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990

João Victoraci
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Pedro Celso
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 02 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Partido dos Trabalhadores,
obteve 19.139 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

João Manoel
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

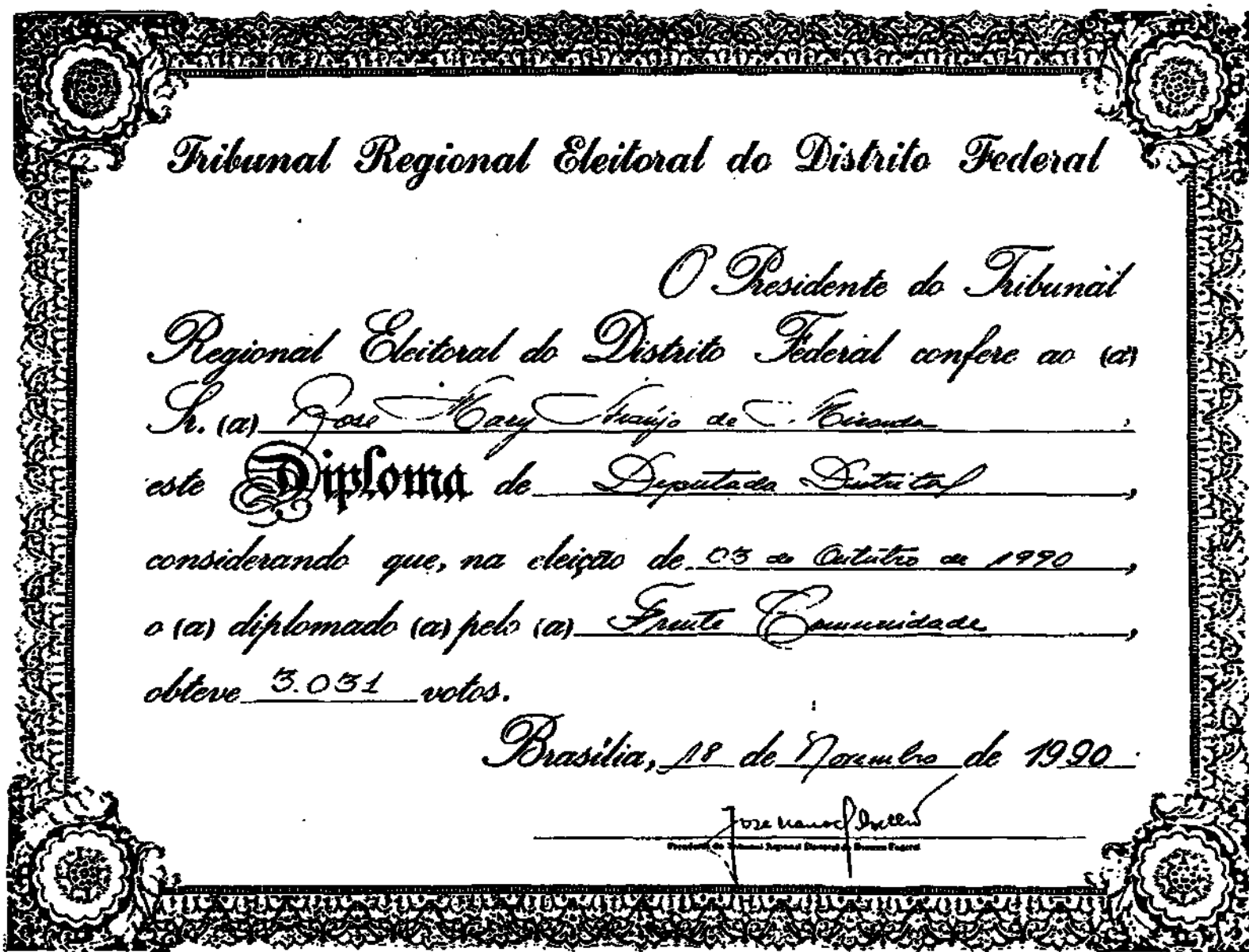
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Genival Pacheco
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunidade,
obteve 6.382 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990

João Manoel de Souza
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

22



Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Ferreira Mary Araújo de Almeida
este **Diploma** de Deputada Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunidade,
obteve 3.031 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990.

Jose Manoel Dellen
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

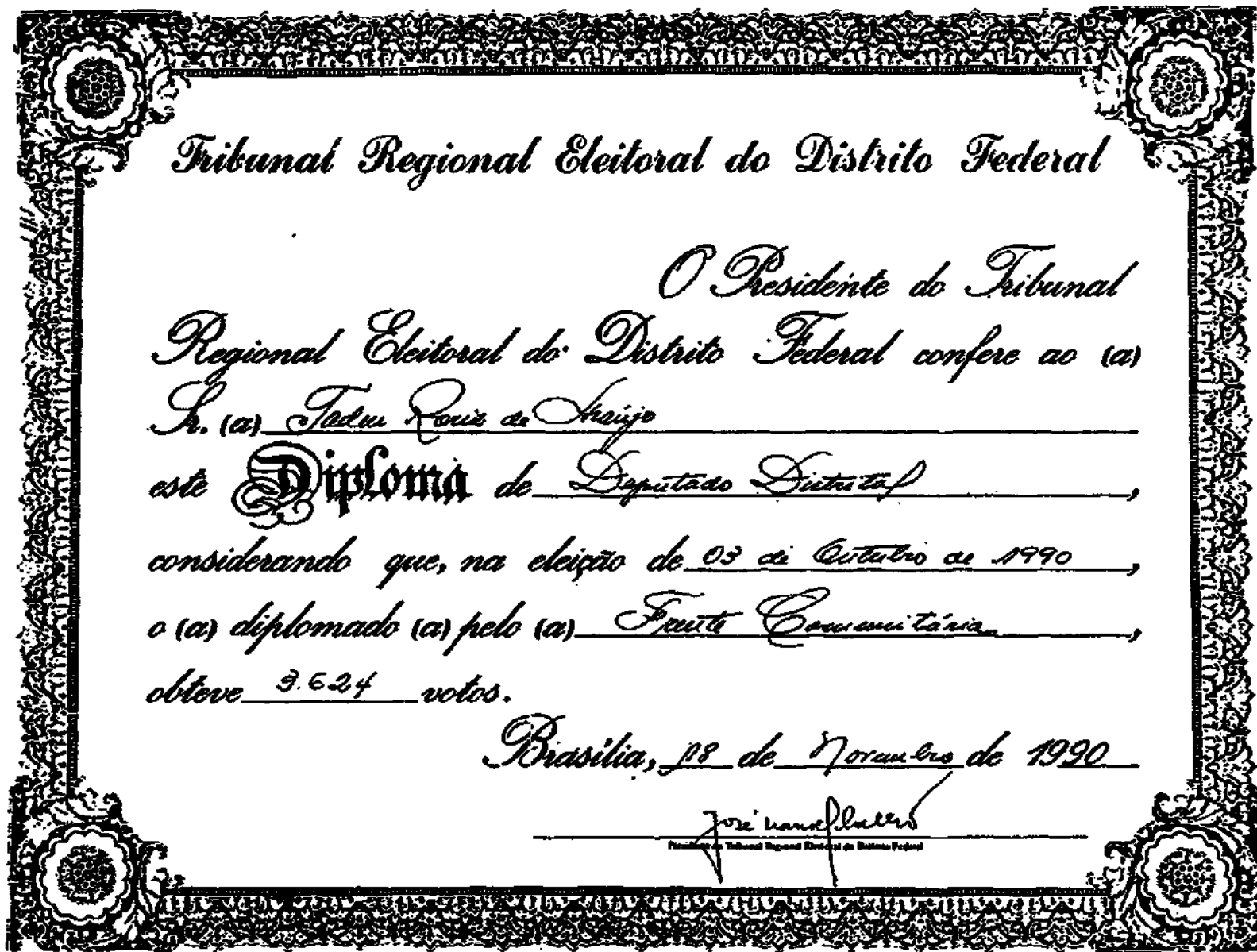
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Salviano Antônio Guimarães Gomes
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 08 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunidade,
obteve 4.801 votos.

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Manoel Duarte
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

48



Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

*O Presidente do Tribunal
Regional Eleitoral do Distrito Federal confere ao (a)
Sr. (a) Teodoro Luiz de Azevedo
este **Diploma** de Deputado Distrital,
considerando que, na eleição de 03 de Outubro de 1990,
o (a) diplomado (a) pelo (a) Frente Comunitária,
obteve 3.624 votos.*

Brasília, 18 de Novembro de 1990

José Manoel de Azevedo
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - O Senado Federal, aue, em decorrência de disposição constitucional, vinha exigendo as atribuições da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na palavra do ilustre Presidente da respectiva Comissão do Distrito Federal, Senador Mauro Benevides, saudando os Srs. Deputados Distritais que hoje assumem os seus respectivos mandatos.

Com a palavra o nobre Senador Mauro Benevides. (Palmas.)

O SR. MAURO BENEVIDES - Exm^o Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, Sua Eminência Cardeal Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; Exm^o Sr. Governador Wanderley Vallim; Exm^o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Valtenio Mendes Cardoso; Exm^o Sr. Governador eleito do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz; Exm^{os} Senadores Mendes Canale e Pompeu de Sousa, que compõem a Mesa Diretora do Senado Federal; Exm^o Sr. Vice-Governador do Distrito Federal, Dr. Marco Aurélio de Araújo; Exm^o Sra. Vice-Governadora eleita ao Distrito Federal, Deputada Marcia Kubitschek; Exm^{as} Srs. Senadores integrantes da Comissão do Distrito Federal; Exm^{as} Srs. Senadores; Exm^{as} Srs. Deputados Federais; Exm^{as} Srs. Deputados Distritais; minhas Senhoras e meus Senhores,

A partir de hoje, o Senado Federal vê concluída a sua tarefa de inquestionável magnitude relacionada com a vida legislativa de Brasília, transferindo tão imensa responsabilidade à Assembleia Distrital, cujos integrantes se investem num mandato popular conferido soberanamente pelo eleitorado da Capital da República, na manifestação das urnas de 3 de outubro passado.

O 1^o de janeiro de 1991 assume, assim, conotação de significativo evento histórico com a posse do primeiro Governador e Vice-Governador eleitos por via direta e dos 24 Parlamentares que terão o difícil encargo de ordenar a facies jurídica e institucional do Distrito Federal, fazendo despojar uma estrutura política autônoma, que agora se concretiza na imponência desta solenidade marcante.

Aqui, coube ao Senado C

o contexto legislativo de Brasília através de Comissão Permanente, da qual foi primeiro Presidente, ainda nos idos de 1986, um Senador por São Paulo, Lino de Mattos, sucedido no cargo por preclaros nomes públicos, todos conscientes de seus deveres para com esse Planalto monumental que D. Bosco e Juscelino Kubitschek, separados no tempo, mas identificados na grandiosidade de um sonho deslumbrante, erigiram como centro nevrálgico das decisões nacionais.

Destaque-se, apenas, para guardar fidelidade a registros inapagáveis, que antes os Deputados Arnaldo Nogueira e Guilherme Machado presidiram a Comissão, quando tal atribuição era deferida ao Congresso Nacional pela Carta vigente. Com a Constituição de 5 de outubro de 1988, que sinalizou o reingresso do País no Estado de Direito, após longo e oneroso período autoritário, o Distrito Federal assiste ultimamente à sua aspiração autonomista, com a inserção no texto de nova Lei Fundamental das normas permanentes e transitórias, garantidoras da guarda emancipação, que neste instante reveste-se de contorno definitivo em meio ao esplendor e as glórias desta data inesquecível.

Entendeu o Presidente desta Casa, Senador Nelson Carneiro, figura-símbolo do Parlamento brasileiro, detentor de seguidos mandatos populares em 50 anos de fecunda e brilhante atuação, que hoje se ouvisse a palavra do último dirigente da Câmara Legislativa provisória, no momento em que se empossam os Deputados Distritais, aos quais foi cometida a incumbência de compor um importante colegiado, escolhido toaos os seus Membros. Dela vontade incontestável da comunidade brasileira. Conhecidos os resultados da recente competição e proclamados pela Justiça especializada os titulares da deputação distrital, apressamo-nos em limitar a nossa ação legislante, circunscrevendo-a somente à apreciação de matéria indispensáveis à movimentação administrativa e a própria governabilidade do Poder Executivo local. Com elasticidade de prerrogativas explicitadas pela Resolução nº 157, de 1^o de novembro de 1986, tudo fizemos para suprir a inexistência da Câmara que hoje se instala, oferecendo todo lastro de nossa experiência e tirocínio à população da Capital da República, na transitoriedade de uma fase emergencial de seus fatos políticos.

Cerca de vinte proposições apenas deixaram de ser votadas pela Comissão do Distrito Federal entre elas, a que diz respeito ao Código de Posturas, a que estabelecia linhas mestras para o Plano Diretor e a que criava a Secretaria Extraordinária, com o fim específico de promover a viabilização do Projeto do Entorpe.

Nos dois últimos anos, mais de duas centenas de anteprojeto e mensagens foram examinadas no esforço constante de toaos os 21 Senadores para corresponder à natural expectativa da população de Brasília.

Transformou-se a comissão, por outro lado, em foro adequado para ouvir os reclamos do povo, obrigando-se a mesma a instar o governador e seus secretários a se tornarem sensíveis a justos apelos dirigidos por entidades de classe, associações de cidadãos, sindicatos, enfim, órgãos sindicais e civis representativos aos mais variados segmentos sociais.

No parecer final do orçamento para 1991 consignamos, dentro dos tetos disponíveis, dotações que permitirão ao ilustre Governador Joaquim Roriz e à Vice-Governadora Mareia Kubitschek iniciar a concretização de suas metas e programas durante o quadriênio que se vai inaugurar, sob os melhores auspícios, a partir desta data.

Acompanhamos, com críticas e estímulos, empreendimentos arrojados, como os assentamentos de Samambaia, congregando milhares de famílias, sequiosas pela obtenção de um lote de terra capaz de assegurar-lhes a moradia que tanto almejavam. Convocamos Secretários de várias Pastas, para que esclarecessem decisões do Governo, inquinadas incorretas ou equivocadas, na busca empenhada de conduzir a administração por caminhos que melhor a aproximassem das aspirações coletivas.

Em termos de política de pessoal, no âmbito do GDF, acolhemos mensagem ao Governador Wanderley Vallim, consubstanciando o Plano de Cargos e Salários, ao mesmo tempo que votamos o regime jurídico único, sem algumas das frustrações com que se defrontam agora os servidores públicos civis da Capital.

Preocupamo-nos sobremaneira o repasse imenso destinado aos itens segurança, saúde e

27

educação, de responsabilidade do poder central, numa dependência orçamentária que ainda se prolongará por algum tempo, em razão de óbvia carencia de disponibilidades que afeta a restrita área tributária da capital do País. Por isso, a exemplo do que fizeram os eminentes Senadores Meira Filho, Maurício Corrêa, Pompeu de Sousa e Valmir Campelo, além dos Deputados Federais brasileiros, também nos subscrevemos emendas ao Orçamento Federal vinculando recursos mais ponderáveis para acelerar o progresso desta área privilegiada do extenso território Nacional.

Se é certo que agora nos afastamos, por imposição legal, dos misteres pertinentes ao âmbito legislativo de Brasília, isso não significa dizer que nos iremos distanciar de sua vida política, econômica e social, com a qual tanto convivemos no cotidiano dos nossos afazeres parlamentares.

Possuindo excelente e dinâmica Bancada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, bem assim uma Assembleia Distrital extraída da legitimidade de urnas livres, a capital da República naturalmente não prescindirá da colaboração patriótica e desinteressada da representantes de outras plagas dispostos a contribuir, modesta, mas espontaneamente, para, definitivamente, a consolidação de uma cidade já, de forma merecida, considerada Patrimônio Cultural da Humanidade. A concepção urbanística de Lúcio Costa e a visão arquitetônica de Oscar Niemeyer fazem despertar, em todos nós, os mais nobres e puros sentimentos cívicos, que se arraigam entranhadamente em nosso espírito, tornando-nos sinceros admiradores dessa obra imperecível.

Senhores Deputados distritais, essa breve retrospectiva do trabalho empreendido pela Comissão do Distrito Federal não poderia ser finalizada sem uma mensagem nitidamente política, ajustada à realidade da conjuntura em que vivemos.

Tenho a convicção de que o ano que hoje principia deverá congrega legisladores de todos os níveis no esforço ingente de soerguer a imagem do poder a que pertencemos, lamentavelmente descaída diante da opinião pública brasileira, a julgar pela contundente lição de 3 de outubro, quando uma avalanche de votos brancos e nulos desfigurou a classe política, num veredicto irrecorrível de intensa repercussão em todos os recantos do País.

Brasília não poderá, intensa a essa tarefa de reabilitação, ser comandada pelo próprio Congresso, com a adesão de assembleias e câmaras municipais, numa mobilização que se assentará na austeridade, na dinamização do processo legislativo, no exemplar exercício de mandatos, na seriedade e na transparência dos atos que viermos a praticar.

O Senado já deu a partida na busca desse desiderato para a empenhada arregimentação de todas as classes sociais, valendo a gestão Nelson Carneiro como paradigma dessa faina modelar, imprescindível ao fortalecimento da democracia.

Pressinto que os Deputados que ora se investem do munus representativo estão impregnados desses propósitos salutares, numa perfeita correspondência ao apoio recebido da massa votante. Nos contatos mantidos entre mim, presidente da Comissão do Distrito Federal e os novos Parlamentares Distritais, sobrelevava sempre o espírito moralizador, fonte de inspiração de todas as causas que haverão de patrocinar em nome de quantos os que os sufragaram no pleito de outubro de 1990.

Minhas Senhoras e meus Senhores, o ano que hoje começa foi projetado como suportável pelo Presidente Fernando Collor, numa alusão aos percalços previsíveis na ação governamental, cuja ultrapassagem nos compele a enfrentar inevitável quadro recessivo gerador de inquietude social, com o desamparo atingindo percentuais elevados e o crescimento econômico alcançando-se a insignificantes patamares.

A contenção de despesas do setor público torna-se, assim, obsessiva, dela ninguém deve: do afastar-se, em nome de uma recuperação moral e financeira com a qual estaremos decididamente comprometidos.

Os políticos brasileiros não podem mais ser apontados como dissipadores do patrimônio público, antes precisam situar-se em clara posição de dignidade capaz de reabilitá-los de uma vez por todas, a fim de que não se reedite o episódio absenteísta e constrangedor do pleito passado.

Não fugirão os Deputados Distritais a esse comportamento determinado, que se compatibiliza com os imensos obstáculos postos à frente do País, na superação dos quais devemos concentrar energia e boa vontade permanentes.

Brasília exigirá de seus Parlamentares essa inflexível firmeza de objetivos a ser transposta para todos os escalões dos Poderes da República. O Legislativo dirá presente a essa cruzada, seja pelo Congresso, seja pela Assembleia.

Em meio a tais diretrizes, os deputados brasileiros haverão de nortear o seu intenso labor e prognosticamos como dos mais sérios e profícuos, tendo por base exclusivamente os superiores interesses coletivos.

Ao se iniciarem amanhã os debates entre os novos deputados, debruçando-se cada qual no equacionamento dos angustiantes problemas de uma cidade que cresce e se expande acentuatamente, a opinião pública brasileira deverá reitubilar-se pelas soluções que despontarem, originárias da sensibilidade e da visão dos que agora se investirão no mandato eletivo.

Nessa década fine secular, com as inevitáveis implicações no seu crescimento demográfico, Brasília estará, sem dúvida, preparada para defrontar-se com a realidade emergente, abrindo promissoras alternativas para a atual e as gerações porvindouras.

O Governador Joaquim Domingos Roriz, por seu turno, com a vivência parlamentar de que é possuidor, saberá prestigiar as justas iniciativas dos deputados distritais, somando-as ao seu oportuno programa governamental. Consolidar-se-á, desta maneira, a estrutura democrática da capital federal, sob os nossos aplausos entusiásticos e calorosos.

Sr. Presidente Nelson Carneiro, minhas senhoras e meus senhores, a Comissão Permanente do Senado que se extingue saudando os que agora são empossados, expressando-lhes integral confiança no desempenho do mandato popular outorgado pela consciência esclarecida de milhares de brasileiros aqui domiciliados.

Todos nós, senadores de outros estados, acompanharemos tranqüilos e pressurosos a trajetória da Câmara Legislativa, convictos de que a mesma será direcionada exclusivamente para o desenvolvimento de Brasília, como palco de grandes decisões da história política contemporânea. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Convido o Sr. Deputado Francisco Cláudio Monteiro a comparecer à Mesa, para a leitura do termo de compromisso.

Três anos mais tarde, falando aos bacharelandos de Goiás, afirmava a sua determinação, sob a poeira de mais um século, o gesto romântico de desfraldar a bandeira da interiorização da capital: -

Em 1887, o visconde de Porto Seguro indicava o Planalto Central como a região mais própria a sede do Governo brasileiro.

Hoje, irrompeu a caminhada, chegou o instante de iniciar a bandeira da execução, semeando caminhos e rasgando horizontes. Não se pode um discurso, reclama-se uma decisão, uma marcha. E concluiu em 1952: - Nossa missão não é somente avivar a brasa, ali mentar a fogueira; cumprir-nos incendiar a Nação com o clamor sem fim de nossas vozes. Deu-lhe a providência todas as leituras, a de contribuir com o seu voto para a transferência da capital e sem interrupção assistir, colaborando no florescimento da nova metrópole, a que se junta a suprema honra de presidir a instalação de sua primeira Câmara Legislativa.

Entre as justas alegrias e as melhores esperanças que povoam as primeiras horas deste fim de século, as alegrias de v. Ex^{as}, Srs. Deputados, se acrescenta pela bondade dos fluminenses e ao Senado Federal a daquele obstinado parlamentar que o saudá, prestando o sotebre compromisso de cumprir a Constituição e as leis, s de servir, sem vacilações, a Brasília, de Dom Bosco e Juscelino, desempenhando o honroso mandato popular com fervor, espírito público, probidade e independência.

Deus ajude a v. Ex^{as} (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - solicito ao nobre Sr. 3º Secretário, Senador Pompeu de Sousa, realize, mais uma vez, a chamada, para que os novos deputados recebam os diplomas que lhes serão entregues.

O Sr. 3º Secretário, Senador Pompeu de Sousa, procede a chamada e a entrega aos deputados de diploma conferido pelo Governador do Distrito Federal, Dr. Wanderley Vallim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Esta encerrada a sessão ao Senado Federal.

Convido o nobre Sr. Deputado Distrital José Ornelas de Sousa Filho - nos termos do disposto no inciso VI da parágrafo único do art. 1º da Resolução n.º 49, de 1990 - a assumir a presidência desta Sessão. (Pausa.)

(O Sr. Deputado Distrital José Ornelas de Sousa Filho assume a presidência.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Ornelas de Sousa Filho) - Antes de encerrar esta sessão histórica em que são empossados os primeiros 24 deputados distritais eleitos, cabe-me, em nome de meus companheiros que aqui, represento, agradecer, primeiro, ao Senado - na pessoa do Senador Nelson Carneiro -, pela bela solenidade que preparou; em segundo lugar, a Comissão do Distrito Federal - na pessoa do Senador Mauro Benevides -, pelo trabalho que desenvolveu nestes anos todos em prol do Distrito Federal; e as autoridades, aos amigos, aos parentes e ao povo que aqui acorreu para prestigiar a posse de seus deputados.

Prometemos cumprir uma série de coisas. Evidente que isto implica era trabalhar muito, trabalhar para que possamos dar um exemplo, ao Brasil, de que Brasília vai construir uma sociedade mais humana, mais fraterna, mais solidária.

Encerrando a solenidade, convoco os primeiros deputados distritais para a primeira Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realizar-se hoje, às 16 horas, em seu plenário, destinada à prestação de compromisso e a posse do governador e da vice-governadora do Distrito Federal.

Com estas palavras, declaro encerrada a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

MESA

Presidente

Nelson Carneiro - PMDB - RJ

10 Vice-Presidente

Iram Saraiva - PDT - GO

20 Vice-Presidente

Alexandre Costa - PFL - MA

1B Secretário

Mendes Canale - PSDB - MS

20 Secretário

Divaldo Suruagy - PFL - AL

30 Secretário

Pompeu de Sousa - PSDB - DF

40 secretário

Lourenberg Nunes Rocha - PTB - MT

Suplentes de Secretário

Nabor Júnior - PMDB - AC

Aureo Mello - PMDS - AM

Antônio Luiz Maya - PDC - TO

Lavoisier Maia - PO - PI

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL - (DF)

(21 membros)

Composição

Presidente: Mauro Benevides

Vice-Presidente: Odacir Soares

PMDB

Titulares

Aluizio Bezerra

Áureo Mello

Francisco Rollemberg

Antônio Aives

Márcio Lacerda

Mauro Benevides

Meira Filho

Naoor Júnior

Ronaldo Aragão

Suplentes

Cid Sabóia de Carvalho

Humberto Lucena

João Calmon

José Fogaça

Ronan Tito

PFL

Titulares

Odacir Soares

Edison Lobão

João Lobo

Lourival Baptista

Suplentes

Divaldo do Suruagy

Hugo Napoleão

PSDB

Titulares

Almir Gabriel

Chagas Rodrigues

Pompeu de Sousa

Suplentes

Jutahy Magalhães

Silvio Name

30

30 Janeiro de 1991 DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Sessão m _____ Quarta-feira a 2

PEQUENOS PARTIDOS

João Castelo (PRN)

Maurício Corrêa (PDT)

Mauro Borges (PDC)

Carlos De Carvalho (PTB)

Ney Maranhão (PRN)

Oziel Carneiro (EUS)

Moisés Abrão (PDC)

Vago (PTB)

Assistente: Carlos Guilherme
Fonseca - Ramal 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 10
horas

Local: Sala das Comissões, Ala
Senador Alexandre Costa - Anexo
das Comissões - Ramal 4065

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900
canais@ cl.df.gov.br
3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

3

**1ºS GOVERNADOR E
VICE-GOVERNADOR DO
DISTRITO FEDERAL
EMPOSSADOS
1ª SESSÃO SOLENE DA
CÂMARA LEGISLATIVA**

1ª Sessão Solene

1ª Sessão Legislativa

1ª Legislativa

Data: 10.01.91

11 JAN 1991

PRIMEIRA SESSÃO SOLENE DA

CÂMARA LEGISLATIVA

BRASÍLIA

10 DE JANEIRO DE 1991

Serviços de Taquigrafia e Anais:

Louremar Zanella

Hildenê Sueli

Clarice Zanella



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TRANSMISSÃO E APOIO AO PLÊNARIO
SECTOR DE TRANSMISSÃO, ATA E SIMULA

Sumário

1- ATA DA 1ª SESSÃO SOLENTE, em 4º de Janeiro de 1991.

y. 1- ABERTURA

1.2- NOME DO S. A

Recebimento de Compromisso e Posse do Governador e da Vice Governadora do Distrito Federal, eleitos a 03 de outubro de 1990, e diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral, para exercerem o mandato no período de 1º de janeiro de 1991 a igual data do ano de 1995, a S. A. Joaquim Domingos Bezerra e a S. A. Márcia Kubitschek (Resolução nº 049, de 1990, do Senado Estadual).

1.3 - COMUNICADOS DA PRESIDENCIA

Convoco os Senhores Deputados para a sessão preparatória na reunião de abertura, dia 02 de Janeiro de 1991, às 09:00 horas, neste Plenário, destinada à eleição dos membros da Mesa Diretora.

1.4- ENCERRAMENTO

Ata da Sessão **SOLENE**, em 01 de fevereiro de 1991.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) **José Ornellas "Presidente"**

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s)

Securário: **Maria de Lourdes Abadia**

Srs. Deputados: **Pedro Celso**

José Edmar

Maurício Silva

Às horas e minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz(PC do B)	- Deputado José Edmar(PTR)
- Deputado Aroldo Satake(PDS)	- Deputado José Ornellas(PL)
- Deputado Benício Tavares (PDT)	- Deputada Lúcia carvalho(PT)
- Deputado Carlos Alberto(PCB)	- Deputado Manoel Andrade(PTR)
- Deputado Cláudio Monteiro(PDT)	- Deputada Mª de Lourdes(PSDB)
- Deputado Edimar Fireneus(PDT)	- Deputado Maurílio Silva(PTR)
- Deputado Eurípedes Camargo(PT)	- Deputado Pedro Celso(PT)
- Deputado Fernando Naves (PTR)	- Deputado Peniel Pacheco(PST)
- Deputado Geraldo Magela(PT)	- Deputada Rose Mary Miranda(PTR)
- Deputado Gilson Araújo (PTR)	- Deputado Salviano Guimarães (PDT)
- Deputado Padre Jonas (PDT)	- Deputado Tadeu Roriz (PTR)
- Deputado Jorge Cauhy(PL)	- Deputado Wasny de Roure(PT)

01 JAN 1991

SESSÃO SOLENE DESTINADA À POSSE DO GOVERNADOR E DA
VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL

19 DE JANEIRO DE 1991

O SR PRESIDENTE (José Ornellas) - Declaro aberta a sessão solene da Câmara Legislativa, destinada a receber o compromisso e dar posse ao Governador e à Vice-Governadora do Distrito Federal, eleitos a três de outubro de 1990, e diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral, para exercerem o mandato no período de 19 de janeiro de 1991 a igual data do ano de 1995, o senhor Joaquim Domingos Roriz e a senhora Márcia Kubitschek.

Para secretariar a Mesa, convido a Exma. Sra. Deputada Distrital Maria de Lourdes Abadia e os Exmos. Srs. Deputados Distritais Pedro Celso, José Edmar e Maurílio Silva.

~~(Os Deputados convidados tomam os assentos que lhes são destinados.)~~

~~(Assentos)~~

Honra-nos com sua presença, o representante do Senhor

- 01 JAN 1991

2.

Presidente da República, o nobre Ministro de Estado da Justiça, Jarbas Gonçalves Passarinho, a quem convido para compor a Mesa.

~~(Sua Excelência toma o assento~~

~~que lhe está destinado.)~~

~~(PALMAS.)~~

A Câmara Legislativa está, também, honrada com a presença do Excelentíssimo Senhor Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, a quem convido para compor a Mesa.

~~(Sua Excelência toma o assento~~

~~que lhe está destinado.)~~

~~(PALMAS.)~~

Honra-nos, igualmente, com sua presença o senhor Desembargador Valtério Mendes Cardoso, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a quem convido a compor a Mesa.

~~(Sua Excelência toma o assento~~

~~que lhe está destinado.)~~

~~(PALMAS.)~~

Para receber os empossandos, à entrada do edifício, e acompanhá-los até à Mesa, designo a Comissão integrada pelos Senhores Deputados Distritais Rosemary Araújo, Fernando Naves e Edimar Pireneus.

A fim de aguardar a chegada do Senhor Governador e da Senhora Vice-Governadora, suspendo a sessão.

~~(PAUSA.)~~

Com a presença na Casa do Senhor Governador e da Senhora Vice-Governadora reabro a Sessão, a fim de que Suas Excelências sejam conduzidas até à Mesa.

Solicito que sejam recebidos de pé pelos presentes.

~~(Com os presentes de pé, o Go~~

~~vernador toma assento à direita do Presidente da Mesa e a Vice-Governadora à esquerda.)~~

~~(PAUSAS.)~~

Neste momento será executado o Hino Nacional,

~~(E executado o Hino Nacional~~

~~pela Banda da Polícia Militar do Distrito Federal.)~~

~~(PAUSAS.)~~

O Senhor Governador e a Senhora Vice-Governadora irão prestar o compromisso determinado pela Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal.

Convido os presentes a se levantarem.

O SR. JOAQUIM RORIZ: "Prometo cumprir a Constituição Federal, manter, defender e cumprir a Lei Orgânica a ser elaborada e aprovada por esta Câmara Legislativa, observar as leis, servir com lealdade e dedicação ao povo brasiliense, promovendo o bem geral e o progresso do Distrito Federal".

(PALMAS.)

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHKE: "Prometo cumprir a Constituição Federal, manter, defender e cumprir a Lei Orgânica a ser elaborada e aprovada por esta Câmara Legislativa, observar as leis, servir com lealdade e dedicação ao povo brasiliense, promovendo o bem geral e o progresso do Distrito Federal".

(PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Declaro empossados no cargo de Governador do Distrito Federal o senhor Joaquim Domingos Roriz e no cargo de Vice-Governadora a senhora Márcia Kubitschek.

Suas Excelências exercerão os respectivos mandatos no período de 1º de janeiro de 1991 a igual data do ano de 1995.

A senhora Secretária, Deputada Distrital Maria de Lourdes Abadia, ira proceder á leitura do termo de posse.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA - "Às dezesseis horas do dia primeiro de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e um, perante a Câmara Legislativa do Distrito Federal, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a Direção da Mesa provisória constituída pelo Senhor Deputado Distrital José Ornellas, Presidente, e dos Senhores Deputados Maria de Lourdes Abadia, Pedro Celso, José Edmar e Maurílio Silva, Secretários, compareceram o senhor Joaquim Domingos Roriz e a senhora Márcia Kubitschek, e, nos termos do artigo segundo da Resolução número quarenta e nova, de mil novecentos e noventa, do Senado Federal, foram solenemente empossados nos cargos de Governador e Vice-Governadora do Distrito Federal, para os quais foram eleitos no dia três de outubro do ano de mil novecentos e noventa, para o período de primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e um a primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e cinco. Os empossados proferiram, na forma do disposto no parágrafo quinto do artigo segundo da citada Resolução, o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição Federal, manter, defender e cumprir a Lei Orgânica a ser elaborada e aprovada por esta Câmara Legislativa, observar as leis, servir com lealdade e dedicação ao povo brasiliense, promovendo o bem geral e o progresso do Distrito Federal."

De ordem do Senhor Presidente da Mesa, lavrou-se o

presente Termo de Posse, que é assinado pelos empossados e pela Mesa que dirige os trabalhos da Sessão.

~~É assinado o termo de posse pelos empossados, pelo Presidente e demais membros da Mesa.)~~

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Concedo a palavra ao senhor Joaquim Domingos Roriz, Governador do Distrito Federal.

O SR. GOVERNADOR (Joaquim Domingos Roriz) - Senhor Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, representante de Sua Excelência Fernando Collor de Mello, Digníssimo Presidente da República; Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Nelson Carneiro; Senhor Presidente da Assembléia Distrital, Deputado José Ornellas; Senhora Vice-Governadora, Márcia Kubitschek; Senhores Deputados Distritais que compõem esta Mesa, Deputado José Edmar, Deputada Maria de Lourdes, Deputado Maurílio Silva; Senhores Deputados Federais aqui presentes; demais Senhores Deputados Distritais; Senhores Governadores aqui presentes, Senhores Secretários de Estado; Senhor Senador recém-eleito, Valmir Campello; demais Senadores aqui presentes; autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, o povo do Distrito Federal, nas eleições de 3 de outubro, nos deu a missão de escrever um novo capítulo na história da

Capital do nosso País. Nossa ~~responsabilidade~~ vem, portanto, da confiança popular e do dever que temos de dar continuidade a urna história de sonhos, de lutas e de memoráveis conquistas.

Brasília, sonhada por Dom Bosco, foi pensada por homens como Felipe dos Santos e Joaquim José da Silva Xavier, que já pretendiam, nos ideais da Inconfidência Mineira, interiorizar a Capital do País.

Os caminhos dessa história passam por Hipólito José da Costa, em seu exílio londrino, no qual criou o jornal "correio Braziliense", retomando, como principal bandeira, o ideal mudancista. Importante ainda lembrar José Bonifácio, inscrevendo, na Constituição de 1891, a nova Capital e a Missão Cruls, que demarcou novo Território nesse mesmo ano, chegando até Antônio Carvalho Soares, o "Toniquinho", um brasileiro simples, do interior, que, representando uma aspiração nacional, interpelou JK no comício de Jatai, tirando do Presidente o compromisso público de construir Brasília.

As grandes mudanças da História vêm do povo e da capacidade que devem ter os governantes de ouvi-lo e dirigir suas ações no rumo das aspirações populares.

Juscelino foi, construtor de Brasília, o exemplo

do governante **que**, sabendo ouvir o povo, soube transmitir-lhe otimismo e teve coragem de sonhar.

E o sonho contagia, senhora e senhores.

O sonho de JK contagiou Niemeyer e Lúcio Costa, e foi contagiando brasileiros de fibra **incomum**, como Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, e legiões de candangos que, vindos de todas as regiões do País, trouxeram, para construir Brasília, o suor e a inteligência.

• As linhas da arquitetura e os fundamentos sobre o solo constituem criação de gênios da nossa arte, mas a alma desta Cidade é um pedaço da alma de Juscelino, resumindo, a alma de todo um povo, como parcela da imortalidade de seu espírito, que se eterniza aqui, na memória do concreto, na permanência da esperança.

Señhores Deputados:

Herdeiros que somos dessas conquistas, temos, neste momento **histórico**, o privilégio de iniciar um novo tempo, moldado pela convivência democrática, embasado na vontade popular e **voltado**, unicamente, para o interesse maior da sociedade.

Brasília é de seus moradores, mas é, também, de todo o povo brasileiro. Seu desafio é duplo: cabe-lhe servir de Capital a uma Federação de Estados, reunidos nesta Nação, cumprindo-lhe ser a cidade-modelo, como qualidade de vida e pólo indutor

do desenvolvimento do Centro-Oeste.

Assim, o nosso trabalho conjunto, Senhores Deputados, com certeza deve buscar a constante melhoria da qualidade de vida do nosso povo, cumprindo os compromissos com o povo de Brasília, que, fixando suas raízes nesta ~~terra~~, sabe que a cidadania não se reduz ao direito de votar, ~~mas~~, também, e sobretudo, ao direito de ter saúde, educação, trabalho, transporte, segurança e moradia.

• Mas o nosso trabalho levará em conta, ainda, que, como capital e diante da quantidade de recursos transferidos pela União ao Distrito Federal, Brasília tem contas a prestar a toda a sociedade brasileira. E o modo de fazê-lo consiste na busca de soluções pioneiras e modernas para as questões que nos afligem, como povo e como Nação.

A autonomia de Brasília interessa, também, ao Governo da República. Ao assumir sua própria responsabilidade sobre a administração da Capital, o povo de Brasília ~~retira~~ do Governo Federal, uma preocupação. Se, pelas próprias circunstâncias especiais de Brasília, irão caber, ao Poder Central, encargos de natureza financeira - e isso deve ser visto como contrapartida pela sua utilização como sede do Governo da República - já não ~~lhe~~ pesam as responsabilidades pela administração cotidiana da cidade.

O Governo que aqui se inicia pretende, ao mesmo tempo, preservar a tradição e propor a modernidade.

Brasília é síntese da cultura brasileira, porque implica na visão correta, fulgurante, de um novo tempo para o nosso país. Não apenas uma visão urbanística ou arquitetônica, nem mesmo administrativa. Brasília significa uma transformação radical na paisagem política, econômica e social do Brasil. Sem Brasília, sem a incorporação de novos espaços, sequer existiríamos hoje como Nação, tal a gravidade da concentração econômica, política e demográfica que viveríamos agora.

É preciso, pois, neste momento, dando consequência ao pensamento que gerou Brasília, retomar a direção proposta por Juscelino Kubitschek. Mas não apenas para preservar o Plano Piloto como Patrimônio da Humanidade, com sua alta qualidade de vida.

Num primeiro momento, é preciso estender essa qualidade de vida a todo o Distrito Federal. Ou ela será patrimônio comum de todos os habitantes do Distrito Federal, ou não será de ninguém.

Ao mesmo tempo, é preciso recolocar Brasília na posição que lhe cabe, de vanguarda política, econômica, social e cultural do País.

Seremos vanguarda política e econômica se formos

capazes de propor e levar à prática de um modelo de desenvolvimento que tenha, no Centro-Oeste, seu ponto principal de alavancagem.

O Centro-Oeste brasileiro é a última grande reserva cultivável disponível no mundo. Tem posição geopolítica privilegiada, no centro do País, com comunicação rápida para todos os pontos do País; imensas extensões planas, com água abundante, banhadas de sol o ano inteiro, sem catástrofes climáticas.

Portanto, já que o simples bom senso nos aconselha a preservar a Amazônia e já que o Nordeste exige soluções e investimentos que consumirão mais tempo, é no Centro-Oeste que se localizam as possibilidades brasileiras nesta hora.

É preciso descentralizar o Brasil — ^{tv} ~~politicamente~~, economicamente, social e demograficamente. Ou, então, continuaremos a empilhar pessoas, em condições desumanas, na periferia das metrópoles do Sul-Sudeste, até torná-las ingovernáveis — como já começa a acontecer — e mergulhá-las nas deseconomias de escala, que empresários e governantes daquelas regiões já experimentam.

É o bom senso, pois, que recomenda assentar, no Centro-Oeste, uma nova etapa do desenvolvimento nacional, que amplie a produção, o mercado e as possibilidades sociais. A tragédia brasileira, hoje, está essencialmente na perda da possibilidade de ascensão social. Nada de pior pode acontecer a uma nação que a desesperança de sua gente.

01 JAN 1991

12.

Sem aquela nova direção, não haverá saída para a crise brasileira. De pouco adiantará resolverem-se, localmente, os problemas do Distrito Federal ou de qualquer outra parte - porque as legiões de deserdados inviabilizarão de novo, em pouco tempo, qualquer cidade.

É preciso definir e implantar um modelo de desenvolvimento sustentado, em que produção e preservação caminhem juntas - e a ciência já nos mostra essa possibilidade.

Por isso, não hesitaremos em fazer do Distrito Federal o posto avançado de um movimento pela preservação do cerrado e a ponta-de-lança na luta pela retomada do desenvolvimento, com base no Centro-Oeste.

Neste Governo, tenham certeza - porque este é um compromisso - o meio ambiente será uma variável decisiva em todo o planejamento, em toda e qualquer área - e não um mero apêndice, simples acessório destinado a apagar incêndios de outros setores.

Já sabemos o suficiente sobre a gravidade da si-

tuação ambiental no nosso Planeta, no nosso País, nas nossas cidades. É hora de agir, de sermos competentes. E vamos ser. Vamos tornar o Distrito Federal um exemplo para o Brasil em matéria ambiental. Até inovando. Até incorporando novas tecnologias.

Da mesma forma, e retomando o sonho do eterno Presidente e criador, vamos dar a essa cultura-síntese do Brasil, que se forjou no Distrito Federal, com as mãos, a inteligência e a sensibilidade de brasileiros de toda parte, a importância que lhe cabe. Nós pretendemos que o Distrito Federal seja um ponto de efervescência da cultura brasileira. Porque isso também é modernidade. Na sociedade pós-moderna em que estamos ingressando, apesar dos nossos dramáticos problemas sociais, os bens culturais são e serão decisivos. Se não queremos perder o bonde da História, temos de fazer da indústria da cultura, do turismo, do esporte, do lazer - enfim, da indústria do século XXI - uma de nossas metas principais.

No começo do século, as riquezas partiam da matéria-prima. Nos anos 50, dos bens de capital, das máquinas. Hoje, a

riqueza nasce das idéias e da informação.

O traço mais decisivo da modernidade deste Governo, entretanto, desejamos que venha da nossa decisão inarredável de estabelecer, como prioridade maior, o compromisso com o social, com a solução das questões sociais: a habitação, o emprego, o transporte de massa, a educação, a saúde, o saneamento básico.

Esse, repito, é o compromisso decisivo deste Governo: com os que mais precisam.

Nós vamos levar à prática, um a um - não tenham dúvida - os compromissos que registramos em nossa campanha e nos quais confiaram os cidadãos do Distrito Federal.

Vamos urbanizar os assentamentos já implantados.

Vamos implantar, de modo exemplar, os novos assentamentos. Vamos discutir, profundamente, a nível nacional, as migrações.

Vamos construir o metrô de superfície.

Vamos retomar a tradição brasiliense do ensino de tempo integral na rede pública.

01 JAN 1991

15.

Vamos recuperar e ampliar a rede de saúde do Estado.

Vamos levar o saneamento básico a cada casa.

Vamos gerar habitações para a classe média.

E vamos gerar empregos, num processo que alie uma industrialização não poluente ao estímulo criador no setor terciário, a grande fonte de ocupação na sociedade moderna.

Tudo isso, tenho certeza, é possível. E já. Desde que a sociedade o deseje. E esteja disposta a participar das decisões, do planejamento e da execução.

Participar significa estar disposto, cada cidadão, a discutir democraticamente os problemas e a aceitar as decisões da maioria, sem sectarismos de nenhuma espécie, sem corporativismos inadmissíveis, porque nefastos para o conjunto da sociedade.

Significa cumprir os deveres de cidadania, que vão da preservação do patrimônio público ao pagamento rigoroso dos impostos devidos.

Mas significa, principalmente, acreditar na possibilidade de construir-se, aqui e agora, um pedaço da felicidade. Essa

é a tarefa de um Governo, no final das contas. E é para essa tarefa que convoco, neste momento, toda a sociedade do Distrito Federal, sem nenhuma distinção. Não sou Governador apenas dos que votaram em mim, mas de todos os brasilienses, os "de nascimento e os de opção.

Se nós assim quisermos, no fundo do nosso coração e do nosso desejo, tudo será possível.

A nossa função é a de nos situarmos no centro das pressões e dos desejos da sociedade, para determinar o ponto de convergência possível e, a partir dele, a diretriz correta, o caminho adequado.

Esse é o nosso passado - governar ouvindo a comunidade. Será esse o nosso futuro.

Não nos faltam fé e convicção.

Com a ajuda e a participação do povo do Distrito Federal, nossa vontade se aperfeiçoará.

Vejo-os, nesta Câmara Legislativa, como portadores do poder popular. Fomos, os senhores e eu, os primeiros a rece-

01 JAN 1991

17.

ber os deveres de legislar e governar o Distrito Federal diretamen
te de seus habitantes. Antes os que o governávamos, ainda que nos
dedicássemos inteiramente ao povo, devíamos nosso mandato ao Presi
dente da República e ao Senado Federal. Por^ómais que procurássemos
trabalhar para o povo - e tenho a consciência de que o diz nos
escassos meses em que administrei a cidade - a nossa legitimidade
procedia de vontade alheia à população de Brasília. A partir
de hoje, as coisas mudam. Temos que prestar contas, antes de tudo,
aos que nos escolheram, aos que ouviram o nosso programa, aos
que vieram conversar conosco durante a campanha e nos elegeram
em outubro passado.

Não vejo, nem desejo encontrar impedimentos, à esquerda ou à direita, na execução dos programas de Governo que só contemplam, à sua frente, as necessidades mais prementes do povo.

Nosso governo respeitará - porque considera um fundamento do regime democrático - a independência e a competência exclusiva do Poder Legislativo, especialmente no que diz respeito

à futura Lei Orgânica do Distrito Federal.

E exatamente porque entendemos a importância decisi
va dessa tarefa para o futuro da Capital da República, estamos de
~~terminados~~ que todo o Governo que agora se empossa se abra, sem
restrições, à colaboração com a Câmara Legislativa nesse traba-
lho.

Senhores:

Penso que não podemos esperar pela maturação dos
projetos econômicos de longo prazo. Temos que ir fazendo as coi-
sas já, com muito trabalho e com muito otimismo. Com a ajuda dos
senhores, quero, nesses quatro anos, construir escolas para todas
as crianças ~~que~~ se encontram hoje em idade de freqüentá-las e edi
ficar os hospitais e postos de saúde necessários à atual população
do Distrito Federal. Continuaremos a promover o assentamento das
famílias sem teto. Não podemos prometer ~~que, daqui~~ a quatro anos,
estejam resolvidos todos os problemas sociais de Brasília. Mas
faremos tudo nessa direção. Não é possível levantarem-se muros em
volta das cidades, com a ilusão de proteger seu bem-estar contra a

miséria que as invade. Enquanto não houver uma pouco de prosperidade, pelo menos, para todos os brasilienses, o Braail não serei um País próspero. Podem dizer que este é um sonho. E verdade.

Este foi o sonho de Juscelino, este foi o sonho de Tancredo e, da mesma forma que eles, eu também sonho viver em uma país justo e feliz. Como eles, eu também farei a minha parte para que o sonho se torne realidade um dia.

Neste território, brotam as águas emendadas, que, nascentes das Bacias do Paraná, do Amazonas e do São Francisco, distribuem vida e riqueza a três diferentes regiões desse país - Continente. Neste Território, Juscelino Kubitschek ungiu a esperança do povo brasileiro, de ver sua riqueza melhor distribuída e seu território todo ocupado, de forma racional e equilibrada. Neste território, brota, agora, a esperança no nosso trabalho conjunto, numa exemplar convivência democrática.

Convido-os, a todos, para nos juntarmos em torno das nossas convergências e construirmos, sobre elas, um futuro

Para todos os desafios desta cidade-capital conto com os senhores.

Conto, também, com a ajuda de Deus. Há sobre Brasília o manto da espiritualidade. Dom Dosco sonhou que, neste Planalto, seria erguida uma cidade justa. Poucas comunidades se dedicam, no mundo, tanto como Brasília, à fé em Deus e à transcendência do homem.

Israel Pinheiro, o construtor da cidade, quis que uma das primeiras obras a serem concluídas fosse a da Catedral, com sua cúpula que se prolonga na torre em súplica a Deus.

Imersa em horizontes sem limites. Brasília é um ponto sobre a Terra, cercado e coberto de infinito. Esta situação geográfica a faz mais próxima de Deus. Ele estará conosco para que possamos governar com a razão da justiça e com a solidariedade do amor.

Quero encerrar as minhas palavras, mas, antes de fazê-lo quero agradecer a presença nesta solenidade das autoridades e de uma forma especial a S.Exa. o Sr. Ministro de Estado da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, pelo seu porte de tegfKeãfw. homem público dos mais brilhantes deste País, e, além da sua condição pessoal, também representa Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Quero agradecer, também, ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Nelson Carneiro; quero agradecer a presença dos

senhores Governadores aqui presentes, de forma especial ao meu amigo Iris Rezende Machado, com quem me congratulo neste instante.

(PALMAS)

Agradeço a presença dos outros senhores Governadores, dos senhores Senadores e de todos os Congressistas brasileiros; agradeço também aos senhores Deputados Distritais; Secretários de Estado; Presidentes de Tribunais, e de forma especial ao Sr. Presidente eventual desta solenidade, o Deputado José Ornellas.

Agradeço, em meu nome, e também em nome da Vice-Governadora, Mareia Kubitscheck, a presença de todos, de todas as autoridades aqui presentes.

Muito obrigado.

(PALMAS)

*
O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) — Cumprida a finalidade desta sessão histórica, em que foram empossados o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e a Excelentíssima Senhora Vice-Governadora, Márcia Kubitscheck, primeiros governantes eleitos pelo povo de Brasília, cabe-me agradecer a presença do Excelentíssimo representante do Senhor Presidente da República,

~~Senhor,~~ o Ministro Jarbas Passarinho, do Excelentíssimo Senhor senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, e das demais autoridades que aqui vieram dar maior realce a esta solenidade.

Esta Câmara, em nome do povo de Brasília, saúda e deseja ao Senhor Governador e à Senhora Vice-Governadora uma profícua administração, voltada para o bem maior da nossa coletividade.

A Presidência convoca Sessão da Câmara Legislativa a realizar-se amanhã, dia 2 de janeiro, às 9 horas, neste Plenário, destinada à eleição dos membros da Mesa diretora.

Convido os senhores membros da Comissão que introduziu Suas Excelências ao Plenário, juntamente com os membros da Mesa, a acompanhá-los à saída deste Plenário.

Está encerrada a sessão.

01 JAN 1991

23

RELACÃO DOS SENHORES DEPUTADOS PRESENTES

AGNELO QUEIROZ

JORGE CAUHY

AROLDO SATAKE

JOSÉ ORNELIAS (Presidente)

BENÍCIO TAVARES

LÚCIA CARVALHO

CARLOS ALBERTO. TORRES

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

CLÁUDIO MONTEIRO

MARIA DE LOURDES ABADIA

EDIMAR PIRENEUS

MAURÍLIO SILVA

EDMAR CORDEIRO

PEDRO CELSO

EURÍPEDES CAMARGO

PENIEL PACHECO

FERNANDO NAVES

ROSEMARY ARAÚJO

GERALDO MAGELA

SALVIANO GUIMARÃES

GILSON ARAÚJO

TADEU RORIZ

JONAS VETTORACI

WASNY DE ROURE

Brasília, 01 de janeiro de 1991.

- o o o -

SERVIÇO DE APOIO LEGISLATIVO

APOIO À MESA:

Luiz Paulo Feliciano de Senna

Assessor da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal

Marilda Borges Camargo

Diretora da Subsecretária de Coordenação Legislativa do
Congresso Nacional

Flávia Regina M. de Oliveira Freski

Chefe da Seção de Administração da Subsecretária de
Coordenação Legislativa do Senado Federal

APOIO DE TAQUIGRAFIA E ANAIS

Louremar Zanella

Taquígrafo

Hildenê Sueli Ferreira dos Reis

Taquígrafa

Clarice Zanella

Taquígrafa

MESA

Presidente**Salviano Guimarães (PFL)****Vice-Presidente****Tadeu Roriz (PSC)****12 Secretário****Pedro Celso (PT)****22 Secretário****José Ornellas (PL)****3º Secretário****Benício Tavares (PDT)****Suplentes****José Edmar (PTR)****Fernando Naves (PDC)**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@ cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 – 3966 8423

O

**1ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA**

**1ª SESSÃO
ORDINÁRIA**



TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA UTILITARIA

DIVISÃO DE TRANSMISSÃO (FITA) (IA FTO PUNARAO

SETOR DE TRANSMISSÃO, ATIV. E SIMULA

SUMÁRIO

1. ATA DA 1ª Sessão Extraordinária, 04 de janeiro de 1991.

1.1 - ABEIRUA

1.2 - ORDEM DO DIA

Item - Discussão das primeiras providências administrativas adotadas pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, previstas no art. 7º da Resolução nº 49, de 1990, da Câmara Federal. DISCUTIDO

1.3 - Comunicados da Presidência

- Comunicados, senhores deputados da primeira reunião ordinária, a realizar-se segunda-feira, dia 07 de janeiro de 1991, das 14:30 horas às 18:30 horas.

1.4 - ENCERRAMENTO

Ata da 1ª Sessão **EXTRAORDINÁRIA**, em 4 de Janeiro de 1991,
1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura.

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) **SALVIANO GUIMARÃES**

Secretário(s): Sr(s). Deputado(s) **PEDRO CELSO**

Às 10 horas e 00 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado Agnelo Queiroz(PC do B)	- Deputado José Edmar(PTR)
- Deputado Aroldo Satake(PDS)	- Deputado José Ornellas(PL)
- Deputado Benício Tavares (PDT)	- Deputada Lúcia carvalho(PT)
- Deputado Carlos Alberto(PCB)	- Deputado Manoel Andrade(PTR)
- Deputado Cláudio Monteiro (PDT)	- Deputada Ma de Lourdes(PSDB)
- Deputado Edimar Pireneus(PDT)	- Deputado Maurílio Silva(PTR)
- Deputado Eurípedes Camargo(PT)	- Deputado Pedro Celso(PT)
- Deputado Fernando Naves(PDC)	- Deputado Peniel Pacheco(PST)
- Deputado Geraldo Magela(PT)	- Deputada Rose Mary Miranda(PTR)
m Deputado Gilson Araújo(PTR)	- Deputado Salviano Guimarães
- Deputado Padre Jonas(PDT)	- Deputado Tadeu Roriz(PSC)
- Deputado Jorge Cauhy(PL)	- Deputado Wasny de Roure(PT)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 4.1.91

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Havendo número regimental, declaro aberta a primeira sessão extraordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Presidência lembra que a presente sessão foi convocada para ciência das primeiras providências administrativas adotadas pela Mesa Diretora e, em especial, do previsto no artº 7º da Resolução nº 49, de 1990, do Senado Federal, ou seja, horário de realização das sessões ordinárias da Casa.

Dispõe o artº 11 daquela Resolução :

"Além das disposições desta Resolução, e até que a Câmara Legislativa fixe disposições próprias que possibilitem o normal funcionamento, a Mesa Diretora, ouvido o Plenário, poderá aplicar, no que couber, as normas estabelecidas na Resolução 157, de 1988, do Senado Federal, e em seu Regimento Interno".

A Presidência consulta o Plenário se há alguma objeção à adoção da medida. (Pausa.) Não havendo objeção, serão observadas, preliminarmente, pela Casa, as normas estabelecidas no Regimento Interno e nas Resoluções nos. 157, de 1988, e 49, de 1990, do Senado Federal.

Os casos regulares serão resolvidos pela Presidência, ouvido o Plenário.

Passamos a dar outras informações, sobre atos administrativos.

A Mesa, obedecido o disposto na Resolução nº 49/90, artº 7º, resolve fixar o horário e dias das reuniões ordinárias : de segunda a quinta-feira, das 14h30 às 18h30, e nas sextas-feiras, das 9h às 13h.

Atendendo à solicitação de alguns Srs. Deputados, a Mesa passa a permitir o credenciamento para entrada em plenário de uma pessoa por parlamentar, durante as sessões ordinárias. Fica estabelecido, porém, que essa pessoa só poderá entrar ^{EM} ~~no~~ plenário para prestar informações ao deputado que as solicitar, devendo sair em seguida; não pode, portanto, permanecer ~~no~~ ^{EM} plenário.

O SR. JORGE CAUHY - Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Solicitamos aos Srs.

04 JAN 1991

02

Deputados que aguardem, pois ainda estamos prestando informações sobre o processo parlamentar. Há outros parlamentares, como por exemplo o Deputado José ornellas, que gostariam de prestar informações ao Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Benício Tavares.

04 JAN 1991

03

O SR. BENICIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ~~demais~~ ~~Membros~~ da Mesa, colegas Deputados, senhoras e senho - res, temos a tarefa de, como 3º Secretário, cuidar da parte legislati - va. Procuramos, nos dias que antecederam a nossa posse, obter as pri - meiras informações sobre essa tarefa.

Com a proposta da Presidência, aprovado o dispositivo do artº 11 da Resolução no 49, o que se refere à Resolução no 157 e ao Regimen - to Interno, fica criado o processo legislativo, que permite a tramita - ção necessária às matérias da nossa Casa.

Em face disso, a partir de agora criaremos o Protocolo Legis - lativo, com o que se dará às proposições a respectiva numeração, a fim de que sejam apreciadas em plenário.

Mantivemos contato com os companheiros da Comissão do Distrito Federal. Inclusive, vários de seus membros estão aqui, hoje, nos ajudando nos trabalhos desta sessão. Também aqui estão os companhei - ros da segurança, aos quais daqui dirijo nossos agradecimentos pelo brilhante trabalho que vêm realizando, especificamente à Comissão do Distrito Federal, pois aqui já temos esse pessoal que irá colaborar , dentro das suas funções, nas atividades legislativas desta Casa. Es - tão faltando apenas as requisições que se fizerem necessárias as suas Casas de origem. Devo ressaltar que alguns são funcionários do GDF.

Acredito que no prazo de mais alguns dias, já estará em pleno funcionamento a Secretaria Legislativa.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos colegas que votei ram em mim para ocupar a 3a. Secretaria, e espero poder cumprir minha missão da melhor forma possível,

Muito obrigado.

04 JAN 1991

04

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Dando continuidade aos informes, passo a palavra ao nobre Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, porque me ~~sabe~~ a 2a. Secretaria, ontem estive no GDF, para me informar a respeito do ~~Orçamento~~.

Como ainda não existia a Câmara Legislativa, para implantá-la, em 1991, a Secretaria de Planejamento do GDF abriu a Rubrica no 4,130, que é geral, com o valor de Cr\$5.600.300.000,00. Caberá a nós, agora, o detalhamento dessa verba, para o que já começamos a nos movimentar, a fim de que possamos, pelo menos dentro de uns dez dias, no máximo, tê-lo realizado. Esse detalhamento vai ser feito sob a coordenação da 23ª Secretaria, mas com a cooperação da 19 e da 33 Secretarias, especialmente da 1ª, porque a ela compete cuidar do orçamento de pessoal.

Existe, ainda, outra rubrica, aberta sob no 4.110 - Obras - com o valor de somente Cr\$560.000.000,00. Trata-se de uma técnica de orçamento. Como não se sabe o que se vai gastar com a nova sede, através dessa técnica de orçamento tem-se de abrir uma rubrica. Depois de detalharmos a propósito da obra da nova sede, teremos de aprovar uma verba especial para esse fim.

Quanto aos recursos de 1990, fico devendo explicações a V.Exas., porque ontem não tive condições de, com a Secretaria de Administração e Desenvolvimento Urbano, descer a detalhes para saber o que temos, ainda, da verba do ano passado e de saber qual a possibilidade de adquirirmos os materiais que estão faltando. Se bem que estou informado, e hoje vou melhor me esclarecer sobre este assunto, de que há várias máquinas e troncos de telefones que estão faltando e que já estão adquiridos. Falta, apenas, terminar o processo de licitação. Alguns materiais até estão sendo fornecidos.

Peço aos companheiros que tenham um pouco de paciência. Espero que até o fim da próxima semana, no máximo, o problema desse material, importante para o nosso funcionamento, esteja resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Ainda continuando os **informes**, passo a palavra ao nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr, Presi - dente, estamos **trabalhando**, tentando viabilizar o concurso **público, por** que temos um **prazo** de cinco meses para realiza-lo, e a comunidade o **está** esperando com muita ansiedade.

Também já estamos trabalhando no sentido de **estruturar** **nao** **só** a 1ª Secretaria, mas todas as outras.

A Mesa está aprofundando a discussão quanto à requisição de **pessoal, bem** como a **propósito** da composição dos gabinetes, da Secretaria, enfim, da estruturação da Casa.

Era esse o relato que desejava **fazer**, para dizer que estamos trabalhando para isso.

Devolvo a palavra ao Sr. Presidente,

04 JAN 1991

06

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Feitos os informes.
Presidência concederá a palavra aos Deputados que dela desejarem usar, pe-
lo prazo de cinco minutos. *

Vamos abrir as inscrições.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (ET. Sem revisão do orador.) - Sr. Presiden-
te, Srs. **Deputados**, todos receberam um expediente, ou a grande maioria o
recebeu, da direção da Central **Única dos Trabalhadores**, que representa
mais de quinze sindicatos da nossa cidade, que por sua vez representa mi-
lhares de **trabalhadores**, pedindo a nossa intervenção, solicitando que
funcionemos como uma espécie de mediadores e também que formulemos **propo-**
sições no sentido de que as reivindicações dos **operários, ligados ao GDF,**
sejam atendidas pelo Governo do Distrito Federal, enfim, para que ajude-
mos a encontrar **soluções** nesse sentido.

É bom ~~ver~~ ^{que} esse setor representa milhares de trabalhado-
res que trazem não só as suas **reivindicações**, do ponto de vista da sua
corporação, mas também propostas para solução de problemas de todas as
outras **áreas**, como, por **exemplo**, de saúde, educação etc.

Portanto, que **cada parlamentar** saiba da **importância** que têm **es-**
sas colocações e que não se permita que esta situação se radicalize de
um lado ou de outro; que **nós**, enquanto **Deputados** eleitos pela população
do Distrito Federal, saibamos dar a devida **importância** a esta questão.

Os trabalhadores estão na sua **data-base**, entregaram a pauta ao
Governador **Wanderley Vallin**, bem como ao **atual secretário** do Trabalho, e
até agora não obtiveram resposta. Vão **entregá-la** também ao Governador
Joaquim **Roriz** e ~~ela~~ ^{ela} **nos forneceram** solicitando nossa intervenção.

Peço a cada colega **Deputado** compreensão e colaboração nesse
sentido.

Há pouco **tempo**, **ocorreram** lamentáveis incidentes entre as Poli-
cias Civil e Militar, Não desejamos que casos desse tipo, ou **semelhan-**
tes, aconteçam **novamente** na nossa cidade. Não estou dizendo que vão **acon-**
tecer. Mas esta é a data-base da categoria.

Eles trazem algumas **reivindicações**, como reposição das perdas
salariais, que, pelo DIEESE, já ultrapassam a casa dos 400%; unificação
da data-base; e **verificação**, por nós, da questão do **Regime Jurídico Úni-**
co.

Peço a cada colega que **verifique** com **muito cuidado** essas ques-
tões, para que **possamos** ~~atender e ajudar~~ ^{na} **solução dos problemas** ~~das~~
~~das~~ ^{na} **educação** e ~~das~~ ^{em} outras áreas afins, bem como para
que se consiga melhorar esses serviços, porque neles estão envolvidas mi-
lhares e milhares de pessoas que dependem do atendimento nesses setores.

Era este registro que queríamos fazer, pedindo solução para o
problema exposto.

Muito obrigado.

04 JAN 1991

07

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra a nobre Deputada **Rosemary** Miranda.

A SRA. ROSEMARY MIRANDA (PTR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, **Srs. Membros** da Mesa, Srs. Deputados, durante quinze anos da minha vida levei à população de Brasília as mais variadas notícias e informações. Durante quinze anos da minha vida sofri, como os colegas que ali estão, na área reservada à imprensa, inúmeras discriminações. Trabalhei em lugares apertados. Cobríamos muitas **festas**, e **ficávamos**, na maioria das vezes, fora delas, porque os diretores é que, nelas, gozavam da beleza e da riqueza.

Não vai ser agora, Sr. Presidente, quando estou participando desta Casa, histórica para Brasília, que vou permitir que meus **companheiros** de imprensa fiquem relegados a um curral, sem condições de trabalho.

Portanto, peço ao Sr. **Presidente**, e aos demais membros da **Mesa**, que colaborem com os companheiros da imprensa, facilitando o acesso e o **seu** trabalho nesta Casa.

Seria **necessário** que **colocássemos** gradis rodeando a área **reservada** aos **Deputados**, para facilitar o acesso dos repórteres, fotógrafos e **cinegrafistas**.

Eu, talvez melhor do que qualquer um de **V.Exas**, sei como é difícil o trabalho da imprensa, que tem a missão muito importante de **transmitir** a esta cidade informação correta, uma imagem bonita, uma fotografia bem feita.

Portanto, deixo aqui registrado este meu pedido, Espero que a Presidência **não** o esqueça e imediatamente **facilite** o trabalho dos companheiros da imprensa.

Muito obrigada. (Palmas.)

04 JAN 1991 ;

08

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado José Ornellas.

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL . Sem revisão do orador.) - Sr. Presi
dente, essa parte a que se refere a nobre Deputada ~~Rose~~Mary já está sen,
do providenciada.

Peço à imprensa que tenha paciência, porque as coisas não es-
tão fáceis, temos dificuldades. Mas tudo isso vai ser feito. A reivin
dicação da imprensa vai ser atendida. A sala vai ter máquinas de escre
ver, mesas, tudo exatamente como a imprensa está solicitando.

04 JAN 1991

09

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, companheiros de plenário, creio que esta Casa está registrando as suas primeiras manifestações, e é importante que assim nos acostume-mos, porque de agora em diante o Distrito Federal terá um foro democrático para poder se manifestar, sobretudo para ser ouvida a voz dos trabalhadores,

fi importante lembrar aos companheiros que adentraram a esta Casa que ela é a antiga Embrater.

Temos um compromisso de luta com os companheiros da Embrater, que tentaram desesperadamente segurar a empresa, que constituiu um dos maiores patrimônios históricos deste País, na atividade de sustentação e de apoio ao desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo aos pequenos e aos médios agricultores, uma vez que as empresas de assistência técnica de extensão rural da iniciativa privada nunca privilegiaram os pequenos e os médios rurícolas.

Hoje temos a oportunidade de ocupar este edifício, que representa a historia acumulada durante anos. Inclusive, o plenário desta Casa está instalado exatamente onde funcionava a biblioteca da Embrater.

Sr. Presidente e companheiros de plenário, aproveito a oportunidade para registrar o nosso repúdio à política do Governo Collor de extinguir a Empresa Brasileira de Extensão Rural e outras empresas públicas nacionais, como também estatais, que estão na mira para serem extintas.

Concluindo minha intervenção neste primeiro momento, gostaria de deixar registrado - e acredito que o faço em nome dos nossos companheiros do Partido dos Trabalhadores, quiçá de outros partidos - o nosso repúdio a política de desmantelamento do Governo Collor. A nossa manifestação de repúdio à sua irresponsabilidade para com o povo brasileiro, portanto para com a sociedade brasileira.

Mais tarde, nas futuras gerações - e eu diria a partir do próximo ano - quando teremos de importar alimentos, neste País, lembremos de quanto custou, e está custando, caro para a sociedade brasileira, a ausência de empresas como a Embrater.

Portanto, deixo nosso registro de repúdio à política de um governo que não tem como meta prioritária apoiar o processo da produção agrícola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

x

a

x

04 JAN 1991

10

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos estamos conscientes das nossas responsabilidades, enquanto Deputados eleitos para ocupar a primeira legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Somos não apenas Deputados, mas temos também o dever de desempenhar o papel de vereadores, uma vez que a autonomia política do Distrito Federal ainda não foi plenamente conquistada.

Preocupa-nos notícia veiculada na imprensa, semana passada, segundo a qual a cidade do Guará ainda não terá verbas necessárias à construção de seu hospital, reivindicação há muitos anos feita junto ao Governo.

Sabemos da prioridade que deve ter a assistência à saúde das comunidades mais carentes do Distrito Federal. ~~Compreendemos que~~ ^{um problema} é importante o Governo atender àquelas faixas mais desassistidas da sociedade e entendemos que não é menos importante priorizar o atendimento às regiões dos assentamentos, às menos favorecidas da população.

Entendamos, contudo, que a comunidade do Guará é também constituída de cidadãos que merecem dignidade, e a nossa cidade precisa de um hospital.

Fazemos, portanto, um apelo público ao Sr. Governador do Distrito Federal e também ao novo Secretário da Saúde, Dr. Jofran Frejat, no sentido de que se abra espaço e oportunidade para que a comunidade do Guará tenha esta justa reivindicação atendida, porquanto existem também no Guará alguns núcleos de assentamentos com populações de baixa renda, que não dispõem de transporte coletivo nem de condução própria para buscar nos hospitais do Plano Piloto, e das regiões mais elitizadas de Brasília, um atendimento adequado ao acompanhamento da saúde.

Sem saúde, o Guará é uma cidade precária, é uma cidade que não tem aquilo que requer.

Portanto, usando desta tribuna, que vai ser a caixa de ressonância da vontade popular, conclamamos as autoridades constituídas para que incluam no orçamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal verbas para construção do hospital daquela cidade satélite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

04 JAN 1991

11

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista que estamos numa fase essencialmente de estruturação da nossa Casa, e de algumas atividades básicas, entendo que deva haver um projeto integrado de estruturação da Câmara Legislativa.

Não creio que seria boa norma, bom princípio, pensarmos que a estruturação devesse ser desenvolvida autonomamente pelos três Secretarios. Acho que devemos pensar, repito, num projeto integrado.

Portanto, proponho, para ser aprovada hoje por este Plenário, a formação de uma comissão para elaborar o projeto de estruturação da Casa,

Não estou propondo os nomes porque penso que deveríamos conversar um pouco sobre isso.

Haveria uma comissão para elaborar o anteprojeto do Regimento Interno da Casa e outra para redigir o anteprojeto do Regimento da Constuinte, que apreciara a Lei Orgânica.

Sei que vários companheiros já tomaram iniciativas visando ao Regimento Interno e ao Regimento da Constituinte. Com a utilização desses trabalhos, esses companheiros poderiam ser membros dessas comissões, que, no máximo, seria constituídas por três deputados. Seriam três comissões, cada uma com três pessoas.

O prazo para a elaboração desses três trabalhos, acredito, que poderia ser estabelecido era aproximadamente duas semanas. Minha proposta básica, fundamental, é no sentido de que sejam formadas essas comissões.

Eu me somo também às colocações do companheiro Wasny, quando protesta com relação à extinção de empresas públicas que têm servido ao povo brasileiro, basicamente contra a extinção da Embrater.

X

X

X

04 JAN 1961

12

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Fernando Naves,

O SR. FERNANDO NAVES (PDC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados Distritais que compõem o Plenário, eu gostaria que a Mesa se manifestasse de público sobre este assunto e f levasse ao conhecimento do Governo do Distrito Federal a nossa preocupação com relação às nossas cidades satélites, particularmente a nossa Ceilândia.

Ceilândia é uma cidade discriminada. Seus moradores, ao chegarem a outros locais, são colocados como se fossem marginais. Nosso pessoal é tido como se fosse um apêndice indesejável no Distrito Federal.

Teremos que reverter, que mudar esse pensamento, que fazer com que essas pessoas sejam reconhecidas como seres humanos, que vieram para o Distrito Federal a fim de auxiliar, de ajudar na construção de Brasília. Elas também participaram da eleição de todos que ^{ESTÃO} ~~estavam~~ aqui.

Precisamos valorizar nosso pessoal de Ceilândia, porque não é possível que nossos filhos, ao saírem de lá, venham para o Plano Piloto e sejam discriminados.

Precisamos dar maior atenção as cidades satélites, onde as pessoas são tidas como se não fizessem parte do Distrito Federal, que para cá não vieram nem aqui trabalham para o engrandecimento do DF.

Quero também fazer um pedido ao nosso Presidente.

Sabemos que, após as eleições, ~~todos~~ passamos a nos reunir na Câmara dos Deputados e, às vezes, na Comissão do Distrito Federal. Temos conhecimento de que todas as reuniões foram gravadas e que dali poderão ser extraídos textos a serem remetidos a todos os Deputados Distritais, para que possamos conhecer o que ficou registrado e, dentro do quilo que ficou estabelecido, possamos dar andamento, prosseguimento às nossas discussões aqui. Trata-se de textos que terão de ser adaptados, sustentados de acordo com o que ficou estabelecido nas reuniões, que foram formais, mas com o propósito significativo de levar a sério o que se discutiu.

Por isso, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que peça a remessa não só das fitas, como também dos textos, para nos serem distribuídos.

Muito obrigado.

X

←

↗

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi aventada, aqui, a questão da qualidade de vida da população do Distrito Federal, principalmente das cidades satélites, da periferia.

Quero manifestar, de público, que é preocupação de todos nós buscar a melhoria, com transformações sociais, da qualidade de vida da população do DF. Mas quero também adiantar que tenho absoluta certeza de que o Governo Joaquim Roriz será de transformação social em todo o Distrito Federal, porque há sensibilidade do Governador e do Governo como um todo. S.Exa. governa de frente para o povo, buscando aquilo que o povo exige e quer. Há uma proposta pública de campanha registrada em cartório, com detalhamento geral de tudo aquilo que a sociedade pediu e manifestou de público.

Quero garantir que este Governo, que ora se instala, vai trazer tranqüilidade e sossego, vai ser um Governo de paz e prosperidade.

Portanto, podem ficar tranqüilos, pois as cidades satélites, principalmente Samambaia, onde há um conglomerado de mais de cinquenta favelas, serão contempladas nos níveis de exigência e de urgência de que a população precisa. Todas as cidades satélites serão contempla - das com o progresso, a paz, a prosperidade, a transformação social, por que o Governo Joaquim Roriz é de proposta, é sério, é de participação, o que ainda não se viu durante trinta anos, desde 1960, aqui no Distrito Federal.

Neste plenário, quero deixar uma palavra de fé, no sentido de que se dê um tempo mínimo para que essas manifestações de progresso comecem a tomar corpo aqui no Distrito Federal. E que nós, da Câmara Legislativa, procuremos nos integrar e encaminhar ao Governador projetos aqui elaborados, para que S.Exa. possa tomar conhecimento daquilo que está fora do detalhamento do seu Governo e que deve buscar para o povo do Distrito Federal,

Muito obrigado.

x x x

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra, o nobre Deputado Manoel de Andrade,

O SR. MANOEL ~~DA~~ ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui, em primeira mão e para ficar consignado nos Anais desta Casa, quero registrar o lamentável assassinato de um motorista de táxi, ocorrido no dia 30 de dezembro de 1990.

Esse assassinato, como outros tantos verificados no ano passado, deu uma prova inequívoca de que o aparelho policial de Brasília precisa ser repensado.

Tivemos informações de que o motorista José Osmar Clementino, do TX-4032, ainda tentou, ao verificar a aproximação de uma viatura policial, buscar socorro, e foi abatido exatamente quando dela se aproximou.

Os policiais tiveram a grandeza de prestar socorro, mas não perseguiram o marginal, que correu sorrrateiramente, portanto sem ser perseguido.

A questão da segurança pública de Brasília é séria e tem que ser repensada.

Registro, também, que durante minha vida de motorista de táxi, com mais de quinze anos de atividade, esse foi o ano mais violento que a categoria presenciou.

Daqui, peço as coorporações da Polícia Civil e da Polícia Militar que procurem desempenhar suas atividades com amor ao próximo, defendendo os trabalhadores.

Queremos ver essas polícias, as gloriosas Polícias Militar e Civil, desmpenharem seus serviços de tal modo que a população passe a ter fé e esperança numa garantia de segurança permanente,

Sr. Presidente, ao aliar-me aos companheiros que me antecederam na tribuna, desejo também dizer que o Governo Joaquim Roriz, que agora se instala, tem cinquenta propostas registradas em cartório, conforme reafirmou.

Acredito que este Governo, sábio, preocupado com as causas sociais, com certeza fará com que Brasília tenha, doravante, uma administração competente, eficiente, que atendera às grandes aspirações do povo. Creio que, inclusive, a segurança pública, à frente o Coronel Brochado, vai ser reestruturada e que Brasília terá, assim, tranqüilidade.

Companheiro Fernando Naves, concedo o aparte a V.Exa.

O SR. FERNANDO NAVES - V.Exa. acabou de falar sobre o assassinato do motorista de táxi e na inércia da Polícia, que não perseguiu o criminoso. O que não é sabido pela comunidade é que tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil não dispõem de equipamentos nem de armamentos sequer para poderem executar a sua missão. Essas polícias existem no papel, mas na verdade não dispõem de material. Os policiais sequer dispõem de folga para poderem atender a suas famílias. Os policiais não dispõem de folga para descanso, a fim de que, na hora em que for necessário, possam atuar prontamente. A Polícia está reconhecida de direito

pela União, mas não por nós, do Distrito Federal, porque não podemos interferir na sua organização. As polícias, hoje ~~elas~~ são reconhecidas pelos cidadãos ~~não~~ como integrantes da sociedade. As mães, ao verem seus filhos não querendo atendê-las, dizem assim : "Faça, porque senão eu vou chamar a polícia". A Polícia está precisando ser reconhecida por todos. Está sendo necessário a Polícia ser reconhecida não pelos coronéis e delegados, que dirigem a segurança pública, mas, sim, pelos soldados e agentes, que são os elementos de frente, são os elementos que estão frente a frente com o marginal, são os elementos que estão arriscando suas vidas, são os elementos que dobram serviço para satisfazer a interesses particulares de pessoas ~~que dirigem~~ ^{que} dirigem é que comandam as polícias. Nosso pessoal está pronto, mas infelizmente não pode jogar sua vida contra W "38" de um marginal, ~~que~~ nada tem a perder. Infelizmente, tenho a lamentar que o pessoal não tenha perseguido o criminoso. Mas não dispõe de recursos. Gostaria de pedir o apoio de V.Exa. para revertermos toda essa situação. Muito obrigado.

O SR. MANOEL ANDRADE - Sr. Presidente, quis mostrar uma situação de fato, e pedi que houvesse uma reestruturação na Polícia. O colega disse que falta material, equipamentos, viaturas. Eu realmente disse que precisaríamos, e precisamos, de uma reestruturação na Polícia. Mas necessitamos ~~de~~ amor de todo o servidor público. Precisamos de amor. Que todo o funcionário público tenha amor pela missão, porque a população está a cobrar, e muitas vezes o responsabilizado é o governante, só ele, mas aquele que executa não o é.

Sr. Presidente, muito obrigado.

04 JAN 1991

16

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra; o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (P L . Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, queria fazer um pedido.

O Núcleo Bandeirante, ~~cidade-mãe~~ onde tudo começou, há longos anos tem falta de assistência médica adequada.

Com muita insistência nossa, foi criado um posto de emergência para atendimentos **emergenciais**, mas funciona precariamente. Não há **medicamentos**, não há médicos, nada. **Porém**, o que mais precisamos, no **Núcleo** Bandeirante, é de um hospital. Que sejam tomadas imediatas providências para a construção de um hospital.

Para V.Exas. terem uma idéia, Sr. Presidente e nobres colegas, quando uma pessoa adoece, à noite, sem recursos, não há atendimento no posto ~~médico~~ porque não existe assistência médica adequada. O doente não tem dinheiro para pagar X um **táxi**, e os **ônibus** param ^{em} ~~em~~ ^{na} ~~em~~ ^{essa} hora. Então, o que restar lá, é esperar pela sorte e pela **miseri-córdia** divina.

Peço, Sr. Presidente, que imediatamente haja deliberação do Governo do Distrito Federal, do **secretário** da saúde, no sentido da **construção** de um hospital no Núcleo Bandeirante.

Obrigado.

X

X

X

04 JAN 1991

17

O SR. **PRESIDENTE** (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. **LÚCIA CARVALHO** (PT. Sem revisão da oradora.) - Companheiros da Mesa, companheiros do **Plenário**, público presente, gostaria que nestes quatro anos todos trabalhássemos para dar a Brasília tudo aquilo ~~que~~ que ela precisa e merece e que isso transcendesse as nossas **diferenças ideológicas**. Acho ~~que~~ ^{que} no primeiro dia, já demos uma demonstração dessa nossa qualidade.

Parabenizo ~~todos~~ ^{os} aqueles que contribuíram para ~~que~~ ^{tenhamos} uma Mesa que represente as visões políticas existentes em Brasília.

Peço, por outro lado, que não usemos ~~muito~~ do nosso espaço, aqui, para continuar em campanha.

Acho que ~~há~~ muitas questões para ~~discutirmos~~ e votar. É preciso, portanto, evitarmos a dispersão, inclusive do Plenário, e sermos um pouco mais **objetivos**. Isto, eu pediria a todos.

Comunicado, Sr. Presidente, ~~que~~ ^{em} ~~minha~~ ^{meu} ~~requerimen~~ ^{to} e já discuti o assunto com uma boa parcela de ~~já~~ ^{de} deputados e ~~a~~ ^o propósito da retirada ~~dessa~~ ^{dessa} **divisória** que não nos interessa, que ~~sepa~~ ^{separe} os **Parlamentares** do público que ~~nos~~ ^{nos} assiste. Então, vamos **formali**zar o pedido de retirada dos vidros que nos separam, porque não temos medo do contato e nem da **manifestação** da **população**, que, com certeza, aqui virá. Tenho convicção ~~de~~ ^{de} que esta também não é uma reivindica-
ção ~~só~~ ^{só} da minha bancada, mas da maioria dos **Parlamentares** com os quais entrei em contato.

Portanto, gostaria, além de apoiar a Deputada ~~Rosemary~~ ^{Rosemary} ~~Amor~~ ^{Miranda}, que se referiu à **área** reservada aos **jornalistas**, ~~que~~ ^{que} também **pensá**semos em evitar essa falta de contato com os nossos companheiros **traba**lhadores, com a população em geral, que vem assistir aos nossos **traba**-
lhos.

Vou encaminhar requerimento à Mesa com esse objetivo* Acho que é esse o procedimento. **Consulto**, ~~inclusive~~, a Mesa, neste momento, se deve ser este o procedimento: um requerimento à Mesa, para que ela o encaminhe **administrativamente**.

O SR. **PRESIDENTE** (Salviano Guimarães) - **Está** correto.

A SRA. **LÚCIA CARVALHO** - Obrigada.

✓

✓

✓

04 JAN 1991

18

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Não havendo mais nenhum ~~Deputado~~ inscrito, solicito ao Deputado Carlos Alberto o **encami-
nhamento** formal da proposição a que se **referiu**, para que a Mesa Direto-
ra da Câmara possa examinar a matéria e encaminhar a decisão do **Plená-
rio**, na primeira reunião **ordinária** desta Casa.

Lembro aos Srs. Deputados que a nossa primeira reunião ordi-
nária será realizada na **segunda-feira** dia 7 do corrente, das 14h30 às
18h30.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta primeira
sessão **extraordinária** da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

K

X

2

MESA

Presidente

Salviano Guimarães (PDT)

Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PTR)

1º Secretário

Pedro Celso (PT)

2º Secretário

José Ornellas (PL)

3º Secretário

Benício Tavares (PDT)

Suplentes

José Edmar (PTR)

Fernando Naves (PTR)

S U M Á R I O

1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, em 07 de Janeiro de 1991

- 1.1. Abertura
- 1.2. Pequeno Expediente
- 1.2.1. Comunicados da Mesa
 - **Ofício** da Deputada Lúcia Carvalho, que "**Solicita Providências** no sentido de **aproximar** o plenário das galerias".
 - **Projeto** de **Resolução nº 001/91**, que **estabelece a composição** do pessoal dos gabinetes dos Deputados **Distritais** das outras **providências**".
 - Mensagem nº 001/91, do Sr. Governador do Distrito Federal que "**Encaminha** projeto de lei que promove o **desenvolvimento integrado** da **Região** do Entorno".
 - Projeto de Lei nº 001/91, que "**Cria** a Secretaria de **Articulação** para **desenvolvimento** do Entorno e dá outras **providências**".

1.2.2. COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado José Edmar (PTR)

- Apresentação e comentários de 3 (três) Projetos de lei que **visam** a solução do problema dos inquilinos de baixa renda do Distrito Federal.

Deputado Peniel Pacheco (PST)

- Considerações acerca de **solicitação** de parlamentar da Casa sobre o encerramento do **sistema** de voto secreto.
- **Referências** à matéria publicada pela imprensa local com **denúncia** sobre a existência de um **possível** "trem da alegria", na **Câmara** Legislativa do DF.

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B)

- **Referências** a diversos assuntos pertinentes ao funcionamento da Casa.
- **Considerações** sobre a contratação de **funcionários** para o **quadro** permanente da Câmara através de **concurso público**.

Deputado Wasny de Roure (PT)

- **Solicitação** à Mesa de cobrança junto ao Tribunal de Contas do DF, de resposta ao telex enviado pelo parlamentar sobre **esclarecimento** quanto à reeleição do Presidente e **Vice-Presidente** do referido Tribunal.

Deputado Eurípedes Camargo (PT)

- **Referência** à **denúncia** apresentada pelo Sindicato dos Empregados e Entidades Assistenciais (SENALBA), sobre a **privatização** dos **serviços** públicos funerários do Distrito Federal, com **favorecimento** de grupos de **empresários** do Distrito Federal. Apelo ao governo do DF para apuração das circunstâncias que **envolvem** a matéria.

Deputado Tadeu Roriz (PSC)

- **Parabenização** à iniciativa do governo do DF, pelo envio de mensagem à Câmara Legislativa do Distrito Federal, criando a Secretaria de **Articulação** do Entorno.

Deputado Geraldo Magela (PT)

- **Esclarecimento** sobre a responsabilidade pelas informações divulgadas pela imprensa local (Jornal do Comércio e Correio **Braziliense**) sobre denúncias de **possíveis** contratações de funcionários para o quadro permanente da Casa, sem **concurso público**.

Deputado Jorge Cauhy (PL)

- **Solicitação** de providências para solução do estado precário em que se encontram as ruas da Candangolândia.

- **Proposição** do retorno do Museu do Índio a suas **antigas** e verdadeiras finalidades.

Deputado Pedro Celso (PT)

- **Defesa** ao livre provimento para os cargos dos gabinetes dos deputados e **lideranças** e alerta a esse tipo de **nomeação** em outros setores da Casa.

- **Apresentação** de projeto de resolução à Mesa que modifica o **Art. 2º** da Resolução nº 48 (apoio à reivindicação de participação do 1º Secretário nas **Comissões**).

1.1.1. ENCERRAMENTO

Ata da 1ª Sessão Ordinária, em 07 de janeiro de 1991.

19 Sessão Legislativa Ordinária, de 1 - **Legislatura**.

Presidente (s): Sr (s). Deputado (s) Salvano Guimarães e Tadeu Roriz.

Secretário (s): Sr (s). Deputado (s) Pedro Celso e José Omellas.

Às 15 horas e 25 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- Deputado **Agnelo** Queiroz (PC do B)
- Deputado **Aroldo Satake** (PDS)
- Deputado **Benício** Tavares (PDT)
- Deputado **Carlos** Alberto (PCB)
- Deputado **Cláudio** Monteiro (PRP)
- Deputado **Edimar Pireneus** (PDT)
- Deputado **Eurípedes** Camargo (PT)
- Deputado **Fernando** Naves (PDC)
- Deputado **Geraldo** Magela (PT)
- Deputado **Glison** Araújo (PTR)
- Deputado **Padre** Jonas (PDT)
- Deputado **Jorge** Cauhy (PL)

- Deputado **José Edmar** (PTR)
- Deputado **José** Omellas (PL)
- Deputada **Lúcia** Carvalho (PT)
- Deputado **Manoel** Andrade (PTR)
- Deputada **Mª** de Lourdes (PSDB)
- Deputado **Maurício** Silva (PTR)
- Deputado **Pedro** Celso (PT)
- Deputado **Peniel** Pacheco (PST)
- Deputada **Rose Mary** Miranda (PTR)
- Deputado **Salvano** Guimarães (PFL)
- Deputado **Tadeu** Roriz (PSC)
- Deputado **Wasny** de Roure (PT)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Convido os Srs. 1º e 2º Secretários a tomarem assento à mesa.

(Pausa).

Havendo número regimental, declaro aberta a primeira sessão ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A presidência lembra que a presente sessão foi convocada de acordo com a decisão tomada pelo Plenário na última reunião extraordinária, realizada em 4 do corrente mês.

Fica dispensada a leitura da Ata, em virtude de ainda não haver sido confeccionada, em conformidade com as notas taquigráficas.

Srs. Deputados, de acordo com o art. 11 da Resolução nº 49/90, a Mesa Diretora propõe a aprovação pelo Plenário das seguintes normas disciplinadoras dos trabalhos: as sessões de segundas e sextas-feiras serão consideradas de debates, divididas em duas partes: Pequeno Expediente e Grande Expediente. O Pequeno Expediente terá duração de 60 minutos, podendo ser aberto com o quorum mínimo de 1/4 dos Deputados. O Pequeno Expediente será dividido em duas partes: a primeira parte com 30 minutos, obedecendo à seguinte ordem:

— Leitura da Ata;

— Comunicações enviadas à Mesa;

— Petições e documentos recebidos pela Secretaria e pelo Presidente e de Interesse do Plenário.

Segunda parte, também com 30 minutos; discursos, sem apertes, de 5 minutos por orador.

Para efeito desses discursos, os Srs. Deputados poderão fazer a inscrição em livro próprio, e será obedecida rigorosamente a ordem de inscrição.

Segunda parte da sessão de debates: Grande Expediente, com três horas de duração, destinado aos oradores inscritos, com o tempo máximo de 20 minutos por orador, com direito a aparte.

Asterças, quartas e quintas-feiras, entre o Pequeno e o Grande Expediente, com duração de duas horas, entrará a Ordem do Dia, com discussão e deliberação de todas as proposições, havendo a necessidade de se verificar a presença em plenário do quorum mínimo de 13 Deputados.

Gostaríamos de consultar os Srs. Deputados para saber se algum tem qualquer objeção à proposta. Quem quiser fazer o favor de manifestar-se,

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Essa proposta chegará até nós por escrito?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Sim. É uma proposta dos nossos trabalhos iniciais até que se aprove, em definitivo, o regimento da Casa, para que possamos, então, ter no regimento a ordenação dos trabalhos, depois, vamos dizer, desse período inicial em que faremos o ajustamento a partir de uma ordem de serviço, de uma ordem de entrada em discussão, conforme esta proposta.

O SR. FERNANDO NAVES - Seria possível que a Mesa providenciasse, antes da leitura, uma cópia de todas as propostas para que pudéssemos acompanhá-las?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Perfeitamente.

O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem. Já que não temos cópia, solicito que seja lido de novo para que possamos anotar.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Vou ler pausadamente a proposta. Nós teríamos nas segundas e sextas-feiras sessões de debates. Essas sessões serão divididas em duas partes: Pequeno Expediente e Grande Expediente. O Pequeno Expediente, com duração de 60 minutos, será, por sua vez, dividido em duas partes de 30 minutos. Nos primeiros 30 minutos, proceder-se-á à leitura da Ata, comunicações enviadas à Mesa, petições e documentos recebidos pelo Presidente e Mesa e de

interesse do Plenário. Na segunda parte do Pequeno Expediente, com duração de 30 minutos, discursos, sem aparte, de 5 minutos por orador.

Os Srs. Deputados que desejarem fazer uso da palavra no Pequeno Expediente inscrever-se-ão em livro próprio, antes de iniciada a sessão, e será obedecida a ordem de inscrição. Essa ordem é seqüencial. Se nós tivermos oito deputados inscritos no primeiro dia, falarão os seis primeiros, e no outro dia continuar-se-á com o sétimo, o oitavo, o nono, e assim seqüencialmente.

O SR. WASNY DE ROURE - Quando ocorrerão essas inscrições para as futuras reuniões?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A inscrição para fazer uso da palavra deverá ser feita até às 13h30 da sessão.

O livro de inscrição ficará na Terceira Secretaria, que é a responsável pelos assuntos relativos ao processo legislativo.

A segunda parte, que é o Grande Expediente, terá duração de três horas destinadas aos oradores inscritos, da mesma maneira, em livro próprio para o Grande Expediente, podendo usar a palavra, no máximo, por 20 minutos, com direito a aparte.

Às terças, quartas e quintas-feiras, entre o Pequeno e o Grande Expediente, haverá a ordem do dia, com duas horas de duração, com discussão e deliberação de todas as proposições, havendo necessidade de um quorum mínimo de 13 deputados presentes no plenário.

Nas sessões de sexta-feira será permitida a inscrição até meia hora antes do início da sessão, porque elas são realizadas no período da manhã.

Consulta, então, se existe alguma objeção quanto à aprovação desta proposta.

(Pausa).

Não havendo objeção, está aprovada.

Há sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO Pedro Celso -

"Brasília, 04 de janeiro de 1991,

S. Exa. Sr. Deputado Salviano Guimarães Borges, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal: Eu, Deputada Lúcia Carvalho, PT, venho, através deste, requerer de V. Exa. a providência no sentido de modificar o Isolamento que separa o plenário da galeria desta Casa.

Tal solicitação se faz necessária, uma vez que acreditamos que a participação do povo não dificultará nossos trabalhos.

Nestes termos, peço deferimento.

Deputada Lúcia Carvalho.

À Mesa para apreciar e tomar as medidas convenientes,

Em 07 de janeiro de 1990.

"— Projeto de Resolução nº 001/91.

Ementa: Estabelece a composição do pessoal dos Gabinetes dos Deputados Distritais e dá outras providências.

Câmara Legislativa do Distrito Federal."

"Mensagem nº 001/91.

Ementa: Promover desenvolvimento integrado da região do entorno".

"Projeto de lei nº 001/91.

Ementa: Cria a Secretaria de Articulação, para desenvolvimento do Entorno e dá outras providências.

Os documentos serão distribuídos às comissões competentes para providências.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - De acordo com o regimento do Senado Federal, solicito aos Srs. Deputados representantes de partidos políticos ou blocos parlamentares que indiquem os respectivos líderes, para efeito de composição das comissões permanentes.

Diante da necessidade de urgência na formação

das comissões permanentes, daremos um prazo de 24 horas para a indicação dos líderes.

O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

Queria um esclarecimento: já existe alguma norma para a formação de blocos? Como é que os blocos indicariam líderes, uma vez que esta Casa não aprovou nenhuma norma, ainda, a esse respeito? No que concerne aos partidos políticos, provavelmente isso poderá ser feito sem nenhuma norma, mas não no caso dos blocos partidários. Queria um esclarecimento, Sr. Presidente, para saber como nós, deputados distritais, vamos nos comportar a propósito deste assunto, uma vez que não existe norma aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Aprovamos que o Regimento Interno do Senado seria, vamos dizer, o nosso ponto de referência e regeria os nossos trabalhos. O título IV do Regimento do Senado dispõe.

"Dos blocos da Maioria, da Minoria e das Lideranças.

Artº 61. As representações partidárias poderão constituir bloco parlamentar.

Parágrafo único. Somente será admitida a formação de bloco parlamentar que represente, no mínimo, um décimo da composição", no caso, da Câmara.

"O bloco parlamentar terá líder, a ser indicado dentre os líderes das representações partidárias que o compõem".

Isso é combinado com o artº 11 da Resolução nº 49.

Como um décimo dos deputados constitui 2,4, entendemos que esse número deve ser arredondado para o mínimo de três deputados por bloco partidário ou partido político.

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Sr. Presidente, temos três comissões: de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça. No Regimento do Senado existem outras comissões. Vamos adotar essas três comissões ou o que estabelece o Regimento do Senado? Entendo que sejam as três comissões.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Deputada, por isto que é o Regimento do Senado combinado com a Resolução nº 49. Deveremos compor as três comissões previstas na resolução.

Estão abertas as inscrições para os deputados que quiserem fazer uso da palavra.

(Pausa.)

Passamos ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Oradores inscritos para o Pequeno Expediente:

— José Edmar

— Peniel Pacheco

— Agnelo Queiroz

— Wasny de Roure

— Eurípedes Camargo

— Tadeu Roriz

— Geraldo Magela

— Jorge Cauhy

— Pedro Celso

A Presidência concede a palavra ao nobre Deputado José Edmar, por cinco minutos.

O SR. JOSE EDMAR (PSL) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero pedir um momento da atenção da V. Exªs., meus nobres colegas, para este pronunciamento, no qual procurarei retratar a todos um problema social dos mais relevantes e polêmicos do Distrito Federal e que juntos haveremos de solucionar ou pelo menos amenizar, em níveis suportáveis. Trata-se da questão dos inquilinos de baixa renda do Distrito Federal.

A cidade de **Samambala**, quando foi concebida, era destinada às famílias da classe média baixa a **às** **mals** pobres residentes principalmente nas cidades-favelas, em **barracos** de fundo de quintal, **verdadeiros cortiços** em condições bem piores que as das senzalas do tempo da escravidão.

Ali não existem leis, muito menos ações de despejo. Se o inquilino **atrasa** um ou, no máximo, dois meses de aluguel, quando volte do trabalho, no início da noite, corre o risco de encontrar seus pertences jogados na rua e outras famílias já no seu barraco.

Moram nesses locais mães solteiras, serventes, bombeiros, biscateiros, empregadas domésticas, que deixam seus filhos à marca da promiscuidade, sem as mínimas condições da higiene. Contam, apenas, com um chuveiro e um sanitário, para várias famílias.

São pessoas de bem, pais e mães de famílias que trabalham o dia todo e que merecem uma condição de vida mais digna.

Como disse, Samambala foi destinada, inicialmente, para abrigar esse contingente da população; entretanto, durante a implantação dessa cidade-satélite, o Governo deu prioridade às invasões existentes principalmente no Plano Piloto. Ao agir assim, ele puxou o **cobertor**, que era curto, para **cobrir** a cabeça, e **descobriu** os pés,

O que agora vamos propor é um remendo forte e grosso para **cobrir** esses pés descalços e gelados.

Juntos vamos buscar uma solução digna para esses nossos irmãos e irmãs brasileiros. Estamos dando entrada, nesta Casa do povo, a três projetos flue, na realidade, aparentam ser um só. São as seguintes as suas ementas: 1* — "Reserva área a oeste do córrego Vicente Pires, às margens da Estrada-Parque Ceilândia (Estrutural), para fins de assentamento de famílias de baixa renda"; 2* — "Reserva área a oeste do córrego Vicente Pires, às margens da Estrada-Parque Ceilândia (Estrutural), para famílias com renda de 5 a 15 salários mínimos"; 3* — "Autoriza o Governo do Distrito Federal a conceder outra área, ou mesmo desapropriar a atual ocupada pelo Jockey Clube de Brasília, localizada às margens da ferrovia, divisa com o conjunto habitacional "Lúcio Costa" — Guarã I, para fins de expansão urbana, visando a propiciar habitação para famílias de classe média".

Esclareço que esses três projetos, que na realidade compõem um único projeto, um único conglomerado humano, praticamente suprem o déficit habitacional existente em Brasília. Ele está desmembrado em três projetos, porque o primeiro está completamente desimpedido, podendo ser feito o assentamento da imediato. Quanto ao segundo, já existem na área algumas chácaras que foram, não se sabe como, pois 180 hé clareza, retiradas pela Fundação Zootécnica e cedidas a algumas pessoas que, sabe Deus lá como, já estão com elas demarcadas e usando-as. Teríamos de refazer, antes que tomem esse pedaço de chão, como tomaram do lado esquerdo da Estrutural de Taguatinga para Ceilândia. Relativamente ao terceiro, poderíamos ter problemas para conseguir, porque teríamos da desapropriação aquela área do Jockey Clube. Entendemos que se trata de um local flue não é propício para a atividade que se propõe a desenvolver. Sugerimos, inclusive, no projeto, que seja cedida uma área em troca, ou seja, pagando-se por essa desapropriação, aqui na Granja do Torto, onde já existe área de agropecuária e que poderia interessar aos associados daquela entidade.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para esclarecer minha conduta ideológica nesta Câmara.

Faço parte, como militante do Partido do Socialismo Libertador, que integra o movimento de solidariedade internacional, que tem base na doutrina social cristã e que visa exatamente à libertação de

populações e até mesmo da países. Foi esse movimento que arebentou o muro de Berlim e levou a liberdade democrática ao Leste europeu. Precisamos agora derrubar o muro do capitalismo selvagem e libertar da condição de senzalas países que, como o Brasil, vivem presos à casa grande dos países credores.

Em nível nacional, devemos melhorar a distribuição de rendas. Para isto o País tem de crescer e acabar de vez com a inflação, a qual interessa apenas aos capitalistas cartelizados que têm como máxima "levar vantagem em tudo".

Somente a força da doutrina social cristã, a doutrina da solidariedade humana, é que poderá derrubar este muro invisível e, por isto, muito mais difícil de combater, pois quase sempre aparece disfarçado de ovelha, escondendo suas garras de todo.

O solidarismo visa, acima de tudo, à justiça social com liberdade. É na busca desses objetivos que pautarei minha atuação nesta Casa. Repito: liberdade com justiça social.

Dentro dessa concepção, quero pedir mais um minuto de atenção aos meus nobres colegas para falar sobre um problema que requer intervenção imediata desta Casa. Trata-se dos moradores da Vila São José, de Taguatinga, situada e sufocada pelas mansões concedidas de forma duvidosa, entre a Rodovia Estrutural e a Estrada-Parque de Taguatinga.

Esses moradores estão ali há mais de dez anos, alguns até há 20 anos, e agora, de forma humilhante estão sendo expulsos com a expansão das cercas das "chácaras" (entre aspas) desses privilegiados concessionários que com ninharias estão expulsando os verdadeiros donos daquele solo, chacareiros que há tempos vêm tirando daquelas terras o sustento de suas famílias.

Hoje, de um contingente de 585 famílias, restam apenas 57, é em nome dessas 57 famílias que, desta tribuna, faço um apelo ao Sr. Governador para que coloque em prática imediatamente, a decisão tomada quando visitou aquela Vila em 5 de outubro de 1989, cujo texto, publicado no D.O. do D.F. do dia seguinte, passo a ler, na parte onde consta aquela decisão do Sr. Governador. Peço ao Sr. Presidente que todo o texto faça parte deste meu pronunciamento.

Vila São José será assentada

A área da Vila São José, em Taguatinga, será totalmente dividida em chácaras e lotes menores para acolher os moradores mais antigos da localidade. Essa decisão do governador Joaquim Roriz, apoiada por representantes das 585 famílias cadastradas, durante encontro do governo com a comunidade da Vila, na manhã de ontem, após ouvidas lideranças com interesses conflitantes. No palanque, Roriz esteve acompanhado do vice-governador Wanderley Velim, secretários de Serviços Sociais, João Ribeiro, e da Comunicação Social, Renato Rella, além do administrador regional de Taguatinga, Walter Moura, do assessor Cleo Miranda e do senador que não merece ter seu nome citado nesta Casa."

O Sr. Presidente (Sr. Saviano Guimarães) — Sr. deputado o tempo de V.Exa. terminou, e nós temos mais Deputados inscritos para fazer uso da palavra.

O Sr. José Edmar — Sr. Presidente, estou no final do meu discurso e, se V.Exa. permite, só lerei este texto,

"A propósito das 'chácaras' (entre aspas) onde foram construídas verdadeiras mansões de forma obscura, às margens da Estrutural, concedidas a uma casta privilegiada, comunico a esse Plenário que entrarei no decorrer da semana com requerimento propondo a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, visando ao Artigo 37 da Constituição, porque tenho informações seguras de que essas

concessões não foram pautadas pelo princípio da moralidade a publicidade de que trata esse dispositivo da nossa Carta Magna".

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O SR. PRESIDENTE (Saviano Guimarães) — Srs. Deputados, a confecção dos Anais da Câmara Legislativa está a cargo do Serviço de Taquigrafia. Para que haja a máxima fidelidade na transcrição, a Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que, após efetuarem e leitura dos seus discursos ou publicações, entreguem a matéria lida à Coordenação do Registro Taquigráfico, que fará a posterior devolução. Solicitamos mais uma vez aos Srs. Deputados que obedeçam rigorosamente o tempo de 5 minutos.

Com a palavra Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST - sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente, quando da eleição da Mesa Diretora desta Casa, um dos nobres pares assomou à tribuna para pedir que fosse definitivamente encerrado o sistema de voto secreto. Naquela oportunidade, S. Exa. alegou que o voto secreto poderia esconder decisões tomadas por determinado parlamentar, fugindo, assim, de um acordo, de uma determinação de blocos partidários.

Concordo com essa posição, pois acredito que essa Casa deva ser caracterizada pela transparência plena, e que todos os que foram eleitos, para aqui exercerem seu mandato, devem ter como objetivo mostrar à sociedade suas opiniões, suas convicções políticas, suas decisões partidárias.

Assustou-me, contudo, encontrar na Imprensa local, no domingo passado, e também na grande imprensa, notícias sobre sérias acusações feitas por um Deputado. Esse Deputado, escondendo-se na garantia do sigilo da fonte, denunciava a existência de um "trem da alegria" na Câmara Legislativa do Distrito Federal, trem esse que não existe, até onde entendo. É um trem fantasia, que há somente na cabeça do Deputado que fez tal denúncia.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que pessoas eleitas para manifestarem ao público posição transparente, cristalina, se escondam atrás do sigilo da imprensa que a lei assegura para fazer denúncias levinas, mentirosas, descabidas, com o fim de desmoralizar nosso Legislativo.

É inadmissível que alguém se esconda atrás desse expediente para mostrar coisas que não existem, lançando dúvidas que comprometem o bom desempenho desta Casa.

Sei que a Mesa Já tomou as devidas providências que o caso requer, ao esclarecer publicamente que tais acusações não são procedentes. Conclito a todos os nobres colegas, a que repudiem a atitude tomada por quem fez essa acusação e que denunciem o fato, quando tomarem conhecimento de que há pessoas que se estão mascarando para tentar denegrir a imagem do Legislativo local.

As penas já foram espalhadas, as notícias já foram veiculadas pelos jornais do Brasil e, perante a opinião pública, estamos sendo vistos como pessoas que estão querendo promover benesses, querendo beneficiar apaniguados, fazendo deste Legislativo um cabide de empregos.

Nada disso acontece e não acontecerá. Enquanto eu tiver voz, estarei denunciando neste plenário claramente, abertamente, qualquer atitude neste sentido, pois esta Casa tem de ser preservada desse tipo de coisa. Aqui não haverá contratações ilícitas, de pessoas, por parentesco ou relações de amizade.

Essas minhas palavras, solicito que fiquem consignadas nos Anais registrando, assim, meu repúdio a essa atitude, seja ela de quem for.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ - (PC do B. Sem revisão do orador) — Tendo em vista as notícias que saíram nos Jornais, ontem, fruto de discussão que aconteceu na Mesa da Câmara, gostaria de deixar minha posição em relação a isto.

Na sessão de hoje está prevista a discussão de diversos assuntos pertinentes ao funcionamento da Câmara Legislativa, que precisam ser decididos urgentemente. Dentre outros citamos: equipar gabinetes, contratar funcionários, garantir condições de trabalho para a Imprensa. Gostaria, entretanto, de referir-me, especialmente, à contratação de funcionários, para que, desde já, fique bem explícita minha posição sobre o assunto.

Os cargos de gabinete são de livre provimento. Como em qualquer outra casa legislativa, o parlamentar precisa contratar pessoas de sua confiança para o trabalho mais direto do gabinete, para o trabalho específico do seu mandato e, particularmente agora, para os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica. Exatamente por isso, os funcionários destes cargos só os ocupam pelo tempo do mandato do parlamentar que os contratou. São os cargos de confiança.

Além destes cargos de gabinete, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há justificativa para a contratação de pessoas de confiança. Todos os demais funcionários vão exercer funções de Interesse de todos os parlamentares.

A contratação de funcionários para os gabinetes, para a Mesa, que passariam a ser do quadro da Câmara, independente de concurso público, é uma afronta à população do Distrito Federal e aos próprios deputados distritais. Os gabinetes da Mesa Diretora da Câmara Legislativa não devem seguir uma orientação política específica. São gabinetes que precisam estar tecnicamente capacitados para atender aos seus deputados titulares, sejam eles de quaisquer tendências. A indicação política para estes cargos, na verdade, compromete a democracia e a transparência do processo legislativo. Ela só serve para criar estruturas internas de poder, como se pode constatar em diversas outras casas legislativas do País.

Depois de muita luta, os partidos progressistas e diversos setores organizados da sociedade conseguiram incluir na Constituição de 1988 a exigência do concurso público para qualquer contratação no serviço público. Não fosse a constitucionalidade do concurso público, a própria ética nos indica que a escolha pessoal, por critérios técnicos, de competência, é a melhor forma para a admissão no serviço público. E a melhor forma para que o clientelismo não persista como critério para a contratação de pessoal no serviço público.

Resumo, portanto, minha total oposição a qualquer contratação para o quadro permanente da Câmara Legislativa que não seja feita por concurso público. Os famosos "trens da alegria" em nada contribuem para o tratamento digno do Legislativo. No País inteiro existe uma grande desconfiança em relação aos políticos. Muito dessa desconfiança se baseia em fatos como estes, que desnudam discursos falsamente moralistas de campanha. Precisamos ter a mesma atitude tanto em clima do palanque como ao descemos dele.

Repudiamos, portanto, qualquer tentativa de contratação de funcionários para o quadro permanente da Câmara Legislativa que não seja sob a forma de concurso público. Para atender às necessidades dos trabalhos legislativos, até a realização do concurso público, sugerimos seguir a decisão da Resolução do Senado Federal, que permite a requisição de funcionários pelo prazo máximo de um ano. Se eles

pretenderem continuar trabalhando na Casa do Povo do Distrito Federal, terão de fazer concurso público, como qualquer outro cidadão.

Quero, apenas, aproveitar o que resta do meu tempo para encaminhar duas questões fundamentais: primeira, um Projeto de Resolução que está nas minhas mãos — Infelizmente está manuscrito, porque não temos máquina de datilografia, mas quero encaminhá-lo assim mesmo à Mesa — e que se refere à constituição de uma comissão composta por cinco deputados, que lara a análise dos currículos para admissão dos funcionários que comporão o quadro provisório da Câmara Legislativa, até o concurso público. Esse é o conteúdo do Projeto.

Estamos apresentando, também, anteprojeto de regimento da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Solicitaria um esclarecimento do Sr. Presidente: qual será a tramitação desse projeto na discussão da Lei Orgânica?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Sr. Deputado Agnelo Queiroz, solicito a V. Exa. que dê a entrada de sua proposição na Terceira Secretaria, no protocolo.

Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roura.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de abordar um assunto não tão pertinente à Casa, embora acreditemos que, num futuro muito breve, estará bastante próximo a nós.

O Partido dos Trabalhadores, através da bancada distrital, posicionou-se no início do mês de dezembro, antecedendo-se à eleição do novo Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, solicitando esclarecimento sobre critérios e formas da eleição do Presidente daquela casa.

Segundo a Lei nº 91, de março de 1990, o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal poderá ser reeleito apenas uma vez. Entretanto, em dispositivo aprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, em 30 de outubro de 1990 — portanto, alguns dias antes de se proceder à eleição do novo Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal — o referido Tribunal elaborou uma resolução que retoma o dispositivo da Lei nº 91 do Senado Federal, quando reafirma, no art. 83, o seguinte:

"O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos por seus pares para o mandato coincidente com o ano calendário, permitida a recondução. Esta só se fará uma vez e pelo voto, no mínimo, de cinco conselheiros. Inclusive o que presidir o ato".

Entretanto, o art. 223 da mesma resolução determina;

"O disposto no § 1º do art. 83 não se aplica à primeira eleição após a vigência da Lei nº 91, de 30 de março de 1990, prevalecendo, neste caso, a recondução por maioria simples".

Assim posto, Sr. Presidente, caros companheiros, posicionamo-nos a favor de maiores esclarecimentos por parte daquela Casa, para um bom entendimento da matéria, pois entendemos que aquela deve preservar sua Idoneidade e Imparcialidade.

Sobre este assunto, enviei telex ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Solicito à Mesa que cobre uma resposta do referido Tribunal para esse telex, que, aliás, foi enviado a cada um dos conselheiros.

Dizoseguinte:

"Para os Conselheiros Frederico Augusto Bastos, José Eduardo Barbosa, Joel Ferreira da Silva, Ronaldo Costa Couto e Marli V. Papadópulos.

Tendo em vista a eleição da nova Presidência e Vice-Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos próximos dias, bancada petista distrital

gostaria de obter maiores esclarecimentos quanto à reeleição prevista no art. 223 da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, e Lei nº 91, de 30 de março de 1990. Em princípio, entendemos ser conflitantes ambos dispositivos diante da questão de reeleição".

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, de apresentar outras preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Resta-lhe um minuto na tribuna.

O SR. WASNY DE ROURE - Então faremos, apenas, a apresentação de duas que temos em mãos.

Na recente entrevista concedida pelo Sr. Secretário Newton de Castro, um jornalista formulou a seguinte pergunta: "Agora esta lei não depende somente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Ela depende, também e até mais, da Câmara Legislativa?" Respondeu o Sr. Secretário: "A nossa Secretaria tem sua competência na parte executiva, mas, evidentemente, que todo o seu trabalho envolve aspectos Jurídicos que deverão ser encaminhados à Procuradoria-Central, e quando dependem de autorização legislativa, se o Governador assim entender, deverão ser encaminhados e apreciados pela Câmara Legislativa".

Entendemos, Sr. Presidente — e por sinal a reportagem foi bastante interessante — que a resposta do Sr. Secretário foi equivocada, porque o que regula o trâmite no Poder Legislativo não é a matéria que depende da compreensão do Sr. Governador, mas da compreensão constitucional.

Creio que é um equívoco lamentável esta Câmara Legislativa. Já nos seus primeiros dias, estar recebendo respostas de uma autoridade que está bastante posicionada neste Governo que entende que esta Casa está simplesmente a serviço do poder Executivo, quando isto não é verdade. Esta Câmara está a serviço da comunidade do Distrito Federal e, portanto, o trâmite está regulamentado em matéria constitucional e não, simplesmente, em matéria de compreensão do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (PT - Pronunciado o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que ser moderno é ter compromisso com a liberdade, e implica também não haver fome, miséria e ignorância.

Não é essa a postura do Governo do chamado "Brasil Novo". No seu furor propagandístico, vendendo a imagem de um País moderno e vigoroso, o que se faz é promover o sucateamento e desperdício das empresas públicas que produzem ou prestam serviços essenciais à população que paga por eles. E isto acontece deliberadamente, para ser apresentado como justificativa para a privatização, que agora é apontada como remédio para todos os males sociais — inclusive, um dos apontados como o pior deles é a corrupção — como se no setor privado não houvesse corruptos.

Na verdade, o que sempre tem motivado tudo isso é o favorecimento pessoal ou de grupos empresariais, aos quais é repassado um patrimônio construído com o sacrifício do povo brasileiro.

É o que acontece com o GDF. Ao apagar as luzes do seu governo blônico, o Sr. Wanderlei Vallim efetivou atos de licitação para vender bens e serviços públicos, como é o caso dos cemitérios do Distrito Federal, fato denunciado durante todo o ano passado pelo Senaiba — Sindicato dos Empregados em Entidades Assistenciais, como uma negociata com a "morte".

Toda vez que a Fundação do Serviço Social, órgão subordinado à Secretaria do Desenvolvimento Social do Distrito Federal, foi questionada pelo sindicato ou

pela imprensa sobre o processo de privatização dos serviços funerários do Distrito Federal, a Fundação respondeu que o caso seria remetido para decisão da futura Câmara Distrital.

Pois não tiveram essa paciência. Agora, estamos aqui e temos de exercitar essa autonomia a nós conferida pelo povo, para interferir diretamente em todos os atos praticados sem amparo legal pelo Governo do Distrito Federal, anulando-os ou suspendendo seus efeitos até que a Câmara, soberanamente, estabeleça na Lei Orgânica do Distrito Federal as normas legais que venham a viabilizar juridicamente esses processos, sem nenhuma suspeita de favorecimento a qualquer empresa.

Esperamos que sejam tomadas providências pelo atual Governo do Distrito Federal, para apuração das circunstâncias que envolvem a privatização dos serviços públicos funerários. Caso contrário, esta Câmara terá de encontrar formas de interferir no assunto ora denunciado.

Por enquanto, temos certeza de que da forma como está sendo encaminhado o assunto pela FISS/DF, não beneficia a sociedade brasileira, principalmente suas camadas mais pobres, não beneficia trabalhadores diretamente envolvidos, que terão agravadas suas condições de trabalho, com perdas de conquistas, inclusive, salariais, implantando-se a discriminação social, com diferença entre quadras para quem pode pagar mais, as chamadas "quadras pobres", encarecendo os serviços e, o que é pior, o próprio GDF, a gastar com os serviços. Portanto, isto não resolve o problema da área e só beneficia as empresas que estão entrando na "jogada".

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu Roriz.

O SR. TADEU RORIZ (PCS - sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sn. Deputados, o Governo do Distrito Federal houve por bem enviar a esta Casa a mensagem que cria a Secretaria de Articulação do Entorno, para a devida apreciação. Essa providência é, sobretudo, louvável, porque possibilita equacionar a difícil questão do Entorno que envolve providências não apenas do Governo do Distrito Federal, mas também do Estado de Goiás. Este, como é de nosso conhecimento, igualmente criou sua secretaria para o mesmo fim. Tem-se, assim, uma ação conjugada que pode produzir resultados concretos e positivos.

A questão do Entorno, como sabemos, deve ser vista sob dois aspectos principais. Um deles é o que envolve o GDF e o governo de Goiás nas questões administrativas, sociais e políticas, envolvendo esforços e recursos apropriados e perfeitamente articulados, de forma a obter os melhores resultados. De outro lado, há o aspecto do habitante do Entorno, com suas necessidades, carandá de emprego, de atendimento de saúde, transporte, moradia, segurança, e outros. É esse o aspecto mais importante, devendo ser atendido com maior urgência. Trata-se de um problema antigo que vem desde a fundação de Brasília, re que agora vem sendo equacionado, através desse passo mais importante.

Esperamos que o projeto venha a ser aprovado e encontradas, a partir daí, as soluções acertadas para os problemas gerados pelo Entorno, através de um órgão com destinação específica, que deverá receber recursos e planejamento adequados e que só trará benefícios, tanto para o Governo do Distrito Federal como Instituição, quanto para o povo, especialmente os mais carentes, os mais sofridos, como é o caso dos habitantes do Entorno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não toquei na questão da agropecuária.

Sabemos que, hoje, Brasília é um celeiro de grãos, produzido não só dentro do Distrito Federal, mas na região que abrange o Entorno do Distrito Federal.

Soja, arroz, feijão, milho e outros cereais são produzidos intensamente dentro dessa bacia que engloba o Distrito Federal, Goiás e alguns municípios do Minas Gerais. Sem falar também na bacia leiteira, que hoje está compreendida na mesma região, que produz e abastece nossa cidade. Por isso, devemos aplaudir essa louvável decisão do Governo do Distrito Federal, Juntamente com o governo de Goiás, para que aproveemos a criação da Secretaria de Articulação do Entorno.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Secretários, demais companheiros e companheiros Deputados Distritais, gostaria de dizer, inicialmente, que as informações divulgadas pelo "Jornal do Comércio" e pelo "Correio Braziliense", mesmo com as diferenças entre o que foi divulgado e o que foi dito, são de minha inteira responsabilidade. E, respondendo ao companheiro Deputado Distrital Peniel Pacheco, digo que não nos escondemos atrás da fonte. Aqui ressalvo a idoneidade do repórter com quem conversei. E não havendo ficado claro se eu estava passando uma informação em que autorizasse a divulgação do meu nome, foi dada a iniciativa de não divulgá-lo. Então, assumo a responsabilidade, mesmo com a diferença ocorrida na publicação, porque foi divulgado o número de nove assessores. Digo que não seriam nove, mas dezesseis assessores.

Além disso, esclareço, ao ratificar a informação e deixá-la registrada nos Anais desta Casa, porque aqui vamos ter oportunidade de voar em favor da livre contratação, do livre provimento, em apenas duas situações e tão somente em duas situações. Para os gabinetes dos Deputados Distritais, cujos cargos devem ser ocupados por pessoas de absoluta confiança dos eleitos e para as lideranças dos partidos ou blocos partidários. Nos demais casos somos radicalmente contra qualquer contratação por livre provimento, porque consideramos isto um "bomde", sim, para não dizer que é um "trem", e um "bomde" em que se adiciona um "vagão", virando um "trem" e, logo em seguida, um "metrô". Somos contrários à contratação sem concurso público, porque achamos isso uma imoralidade.

Quero parabenizar o companheiro repórter e o jornal que divulgou essa matéria, porque, ao contrário do que pode ter sido dito aqui, eles estão prestando um relevante serviço a esta Casa. Por quê? Porque antes de se permitir que se efetive a contratação imoral de pessoas sem concurso, isto tem de ser evitado, para que esta Casa dê uma demonstração de probidade, dê uma demonstração de seriedade.

Infelizmente, a nota que a Mesa divulga, não desmente o que a matéria informou. A letra "C" diz que os cargos em comissão a serem criados em caráter emergencial, para permitir o funcionamento da Câmara Legislativa, são de livre provimento. Quero dizer à Mesa que se ela concordar e continuarem a dizer que esses cargos são de livre provimento, tenho esperança de que este Plenário rejeitará essa resolução, de que este Plenário não vai admitir essa imoralidade, de que este Plenário não vai admitir que se contrate sem concurso um secretário, um assessor para trabalhar na secretaria, porque o cargo da Mesa, companheiros, não é do Deputado. O cargo da Mesa é do conjunto dos Deputados Distritais. Em suma, ele é da população do Distrito Federal. É diferente dos cargos do gabinete do Deputado Distrital.

Também na letra "D" não foi desmentida a informação de que um dos cargos seria para uso exclusivo da Presidência, do que discordamos, porque o Presidente não pode ter qualquer tipo de

regalia sobre os demais componentes da Mesa. Não queremos uma Mesa presidencialista. Decidimos, desde as reuniões preliminares, as quais tivemos a honra de sermos um dos primeiros a convocar, que a Mesa seria colegiada.

O SR. PENIEL PACHECO - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. GERALDO MAGELA - Concedo a aparte a V.Exa. com muito prazer.

O SR. PENIEL PACHECO - Quero crer que V.Exa. está muito bem-intencionado quando tomou a iniciativa de dirigir à imprensa as informações, pelas quais agora, corajosamente assume a responsabilidade perante este Plenário. Ocorre, entretanto, Sr. Deputado, que naquela matéria se diz que os cargos de livre provimento passariam para o quadro efetivo da Câmara dos Deputados, o que não é verdade. Em segundo lugar, sou a favor, e creio que a imprensa está prestando um grande serviço, mesmo denunciando aquilo que não aconteceu. Não presta um grande serviço quem está dando, como já existente, um fato que ainda não ocorreu e não foi consumado. Al, sim, creio que estaremos abrindo um precedente para a desmoralização do nosso Legislativo. Perdoo-me V.Exa., mas acredito que foi prematura e inoportuna a sua intervenção nesse particular.

O SR. GERALDO MAGELA - Refuto as críticas do companheiro Peniel Pacheco. A verdade é que quem for trabalhar nas Secretarias e na Presidência não irá necessariamente para o quadro efetivo. Este é um outro equívoco quanto a esta matéria. Mas o que já fizemos, e vamos continuar a fazer, é nos antecipar a esse tipo de atitude, até porque, se não tivéssemos feito isto, provavelmente hoje estaríamos aqui votando essa resolução, e dando à Mesa — aos três Secretários, ao Presidente e ao Vice-Presidente — o direito de contratar secretários por livre provimento. Ora, desde quando secretário é cargo em comissão?

Então, companheiros, estaremos sempre atentos e responsabilmente faremos as denúncias que tiverem de ser feitas, e as assumiremos publicamente, como assumimos esta. Tenho a esperança de que este Plenário não vai permitir esta imoralidade, acho até que a Mesa não vai trazer isto é votação desta forma, não vai permitir que isto seja votado e aprovado desta maneira.

É neste sentido o nosso pronunciamento de hoje, Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o nobre Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, demais membros da Mesa, ilustres colegas, quero dizer ao nobre Deputado Geraldo Magela que temos, na 1 - Secretaria, o Deputado Pedro Celso, do PT, a quem está afeta a área de recursos humanos, e creio que ele está atento à manifestação de S. Exa. O que acho é que esse tipo de colocação deveria ser feito apenas entre os colegas, e não trazido a público. Afinal, os nobres colegas têm plena liberdade de conversar uns com os outros.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é a preocupação com a Candangolândia, que está em estado de calamidade, com as ruas praticamente intransitáveis. Tive oportunidade de visitar o local e verificar que é necessário, e com urgência, que se tome uma providência do tipo colocar caminhões de cascalho ou passar uma patrula naquelas ruas, pelo menos para melhorar um pouco a situação até que sejam asfaltadas.

O outro assunto que quero trazer é uma proposta que apresento ao Plenário, no sentido de que o Museu do índio retome às suas antigas e verdadeiras finalidades. Aquela obra foi construída para abrigar o Museu do índio. Esta era a sua finalidade. Não é

possível admitir que uma obra criada especialmente para essa finalidade seja agora desvirtuada. Quem for lá visitá-la verificará que ela é inteiramente adaptada aos costumes dos índios, e mudar isto seria uma aberração. Esta é, portanto, a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Solicito a V.Exa. que encaminhe sua **proposição** à Mesa por escrito.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso, último orador inscrito.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no início desta discussão foi dito aqui, de forma sub-república, que um dos Srs. Deputados eleitos para a Mesa teria colocado a matéria na imprensa — todos devem estar lembrados disso. Agora vem o nobre Deputado Geraldo Magala afirmar que foi ele quem colocou a matéria na imprensa. Portanto, não foi nenhum dos membros da Mesa. Então, peço a V.Exas. que tenham cuidado com este tipo de colocação, pois pode lavar ao descrédito de quem a faz.

Agora quero deixar bem claro que também defendemos o livre provimento para os cargos dos gabinetes dos Deputados e para as Lideranças. Eu mesmo, na reunião da Mesa, cheguei a defender proposta no sentido de que, no caso da estrutura mínima que estava sendo montada naquele momento — chefe de gabinete, assessor e secretária — o chefe de gabinete, por ser cargo de extrema confiança, fosse também de livre provimento, de acordo com o interesse e a escolha pessoal do Secretário, no caso. Hoje, após a reunião da Mesa, fiquei bastante preocupado e até assustado, porque vi que estava sendo colocado em prática aquele velho dito popular segundo o qual onde passa o boi passa a bolada. Foi o que senti na reunião de hoje da Mesa Diretora, quando além de também quererem nomear por livre provimento para cargo de chefe de gabinete, de assessor e de secretária, igualmente a Mesa Diretora e várias pessoas chegaram a defender que aqueles setores de apoio no caso a assessoria jurídica e a assessoria de imprensa e divulgação — também fossem de livre provimento. Eu já estava bastante assustado, mas a coisa não parou aí. Logo em seguida criaram a figura de um diretor e de uma secretária, que também seria de livre provimento. Então estamos percebendo que isto é extremamente perigoso, isto é uma bola de neve. O que queremos é alertar os colegas e também deixar colocado o nosso protesto, pedindo que não se permita a aprovação de medida dessa natureza, porque ela poderá significar a desmoralização desta Casa.

Esta é a nossa posição.

Também quero trazer à apreciação deste Plenário projeto de resolução que modifica o Art. 2º da Resolução nº 48, que diz que o 1º Secretário não poderá participar das Comissões. Como o acordo feito aqui em plenário desdobrou as atividades da 1ª Secretária, considero justa a reivindicação no sentido de o 1º Secretário também participar das Comissões. Essa discussão já foi levada a Mesa Diretora e esperamos que tenha a aprovação dos colegas.

Outro ponto refere-se a projeto de resolução que vamos encaminhar à Mesa e diz respeito — e me parece ser consensual diante de todos nós, ou da grande maioria — à ampliação dos poderes para a requisição de funcionários para esta Casa. Hoje a Resolução nº 49 do Senado Federal restringe as requisições ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, e à administração direta e indireta do GDF. Há uma discussão, não só entre os membros da Mesa, como entre vários parlamentares, no sentido de que se estenda essa medida também aos três poderes da União. Como são questões que vão ser apreciadas num futuro próximo, peço aos companheiros que comecem a refletir sobre elas desde já.

Muito obrigado.

O SR. PENIEL PACHECO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, creio que alguns equívocos estão sendo cometidos quando assuntos que dizem respeito a entendimentos iniciais havidos e reuniões da Mesa — sobre os quais não houve deliberação, e, portanto, ainda não aprovados por este Plenário — estão sendo considerados matéria vencida. Acho que tais equívocos precisam ser reparados, até para o bom andamento dos trabalhos da nossa Casa. Essas matérias serão aprovadas, após examinadas pelo Plenário.

Portanto, ficar levantando questões, questúnculas e questionamentos é até indesejável para o bom desempenho do nosso Legislativo, o que apenas valdar a impressão de que estamos aqui para nos digladiarmos, para promovemos uma competição entre partidos ou forças políticas, para ver qual delas vai fazer valer a sua posição. Acredito que a Mesa ainda não tenha deliberado, e por isso espero que a minha questão não seja dada como matéria vencida, enquanto o Plenário, se este for o caso, não tiver apreciado a matéria.

Era esta a questão que eu queria deixar bem clara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Alberto,

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB - Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quanto a essa questão dos funcionários da Câmara Legislativa, evidentemente, Intransigentemente defendemos o princípio do concurso público. Mas vamos precisar tratar, eu diria até desapalxonadamente — até onde seja possível encontrar um político não-apalxonado — a questão do funcionamento da nossa Casa neste instante. Temos, em primeiro lugar, uma situação bastante concreta que, a meu ver, a Mesa saberá resolver com um quadro provisório, com os funcionários da antiga Embrater, que permitem que esta Casa esteja com as luzes acesas, que haja água nas torneiras, que a mesa telefônica funcione, que a correspondência possa ter o seu curso, assim como outros serviços essenciais a este Legislativo. Eu citaria o nome de duas pessoas, já de todas conhecidas, que vamos ter de contratar. A forma terá de ser resolvida pela Mesa e por nós. Refiro-me ao Sr. Messias Barros dos Santos, Auxiliar de Manutenção, a quem desejo prestar uma homenagem (palmas) em nome de todos os funcionários demitidos da Embrater, e ao Administrador Edson Gil Marques dos Santos (palmas) deste Imóvel, que coordenou, nos últimos tempos, esses funcionários que ainda estão aqui permanecendo. Evidentemente, o princípio é o do concurso público, mas, neste instante, teremos de ter sabedoria para encontrar a forma para que a nossa Casa funcione e para que possamos cumprir as nossas tarefas.

Em segundo lugar, recentemente, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, alguns dos melhores técnicos na área legislativa deste país, dos melhores profissionais, foram aposentados. Já se fez algum levantamento de seus nomes. Eles foram quase que compulsoriamente aposentados em função da aprovação do Regime Único. Então, queremos que essas pessoas — podemos citar alguns, como a Dra. Sara, das Comissões do Senado, o Dr. Clodoaldo, da Câmara, a Dra. Aúrea, e a Dra. Marilda, e tantos outros, os melhores técnicos legislativos deste país — venham, para nos ajudar. Estão aposentados. Não poderão ser requisitados, mas vamos ter de saber resolver essa questão. Assim indica a sabedoria,

Realmente, eu seria totalmente contra qualquer tipo de abertura que pudesse propiciar a contratação ou surgimento de qualquer "trem da alegria". Acho que não podemos ser ingênuos. Existe uma certa cultura neste sentido: este é um país pobre, um país de desempregados, este é uma cidade de desempregados. É natural que cada um de nós, deputados, esteja recebendo, diariamente, pedidos para contratar, para trazer para esta Casa esses funcionários. Então, há, realmente, todo um caldo de cultura propício ao desenvolvimento dessa bactéria do "trem da alegria", e temos de estar alerte em relação a isso. Eu gostaria de dizer que me parece razoável ampliarmos os cargos comissionados de livre provimento, nos termos em que foram inicialmente referidos.

Deputado Pedro Celso: Que "não se pode deixar passar o boi, que passa a bolada", concordo inteiramente com o companheiro. Penso que o Presidente, o Vice-Presidente, os Secretários, devem ter o direito de contratar o seu chefe de gabinete, o seu secretário, em cargos de livre provimento. Isso não significa nenhum "trem da alegria", mas fazer funcionar. Então, entendemos que este Plenário poderia aprovar isso, e não estaríamos abrindo nenhuma exceção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) — Convido o Deputado Tadeu Roriz para assumir a Presidência, porque desejo fazer uso da palavra.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Tadeu Roriz.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) — Tem a palavra o nobre Deputado Salviano Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PFL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, colegas Deputados, senti a necessidade de fazer uso da palavra para prestar alguns esclarecimentos e colocar a verdade nos seus devidos lugares.

A Mesa desta Casa, constituída de Deputados que representam todas as forças políticas, eleita após exaustivos entendimentos, ao assumir a responsabilidade de fazer com que esta Casa efetivamente funcione no menor prazo possível, houve por bem discutir e propor algumas contratações de livre provimento, o que não significa — e é o que todos repudiamos — qualquer tipo de "trem da alegria", mesmo porque o nosso princípio é o de dar oportunidade a todos quantos possam prestar serviços à Câmara Legislativa.

Propusemos, efetivamente, contratação para preenchimento de dezesseis cargos para a Mesa, mais três subcoordenadores e uma assessoria jurídica, o que constitui 21 pessoas,

Discutimos, preliminarmente, antes que se instalasse esta Casa, o livre provimento, de tal forma que permitisse a cada Deputado ter até onze pessoas no seu gabinete, aprovando uma proposta do Sr. Deputado Wasny de Roriz, no sentido de uma quantia acima de um milhão de cruzeiros, na época, pare a contratação desses servidores, pelo critério de livre provimento, para atender exclusivamente aos gabinetes dos Deputados.

Propusemos, ainda, que 21 servidores fossem contratados para prestarem serviços aos Srs. Deputados desta Casa. Buscamos requisitar funcionários e encontramos grandes dificuldades para trazer pessoal qualificado.

Estamos fazendo hoje, efetivamente, aquilo que o PT mais repudia: explorando a mão-de-obra dos funcionários da Embrater, que estão trabalhando gratuitamente para todos nós; dos funcionários do Senado, voluntários, e de outras pessoas que estão nos servindo aqui voluntariamente. Isso configura uma exploração dessas pessoas, porque elas deveriam — e a isso têm direito constitucionalmente —

receber a devida remuneração pelo seu esforço, pelo trabalho que aqui estão desempenhando.

A Presidência desta Casa não admite e repudia qualquer tentativa de jogar lama sobre esta Mesa, que está se sacrificando, trabalhando dia e noite para que esta Casa funcione.

Solicito, portanto, que a medida proposta pela Mesa, ainda não aprovada em plenário, possa ser aprovada, e que cada um dos Srs. Deputados abra mão de um, de apenas um funcionário de livre provimento para, ficar à disposição da Mesa desta Casa, a fim de que se possa dar início aos trabalhos de que precisamos. Não temos como recrutar ninguém, porque não dispomos de um funcionário para datilografar uma requisição. Não temos sequer como preparar uma folha de pagamento, não temos sequer como pagar as pessoas que estão aqui trabalhando, de modo que ou assumimos esta responsabilidade por inteiro, todos nós, ou veremos amanhã sair nas manchetes dos jornais que os deputados distritais não trabalham, que os deputados distritais não estão cumprindo com seu dever, e, se resolvemos trabalhar durante o mês de janeiro, quando há um recesso parlamentar, foi exatamente para provar à população do Distrito Federal que durante este mês organizamos esta Casa, para, a partir da finalidade do processo parlamentar, podermos apreciar as matérias de interesse da população do Distrito Federal.

Assim, no final do recesso parlamentar, estaremos apreciando as matérias de interesse da população do Distrito Federal.

O SR. GERALDO MAGELA - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. SALVIANO GUIMARÃES - Concedo um aparte a V.Exa. com muito prazer.

O SR. GERALDO MAGELA - Inicialmente, gostaria de indagar se são verídicas as informações que V.Exa. nos presta agora, de que os funcionários da Embrater estão sem receber. Eles estão sem receber da Câmara, mas recebem da Embrater, não é isso?

O SR. SALVIANO GUIMARÃES - Mas eles não têm obrigação alguma de prestar serviço aos deputados distritais, o sim à Embrater, que é o seu órgão de origem e que lhes paga.

O SR. GERALDO MAGELA - Quanto à segunda parte da intervenção de V.Exa., coloco um funcionário do meu gabinete, de livre provimento, ao dispor da Mesa, para tarefas de secretaria. Inclui-se para que ela não tenha de contratar ninguém de livre provimento em momento algum. Esse funcionário pode ficar todo o tempo que for preciso, desde que seja condição para não se contratar ninguém de livre provimento. Eu gostaria de dizer que, se há alguém que esteja trabalhando sem receber, cumpre à Mesa informar ao Plenário e sugerir medidas, porque somos radicalmente contrários a que qualquer trabalhador não seja remunerado pelo trabalho que executa. Peco ao companheiro Salviano, que também é o Presidente da Casa, que providencie informações ao Plenário sobre quem está trabalhando sem receber, para que possamos corrigir essa situação.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES - O próprio pessoal que trabalha nos nossos gabinetes não tem como receber, porque até hoje não aprovamos a resolução que lhes dá o direito de receber alguma

coisa, e este Plenário poderá negar a aprovação dessa resolução.

Companheiros deputados; a Mesa entende e assume sua responsabilidade, e deseja contar com a compreensão de todos os Srs. Deputados, porque estamos trabalhando para o engrandecimento desta Casa e não para denegrir sua imagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela ordem, para esclarecimento de questão de ordem, O primeiro posicionamento é mais uma questão de auxílio à Mesa.

Com relação às discussões que ocorreram na Câmara Federal, elas foram registradas em forma taquigráfica e não foram transcritas.

Sugiro que a Mesa solicite à Presidência da Câmara Federal não somente as fitas, mas o serviço de taquigrafia completo, porque eles têm infra-estrutura, têm condições de fornecer.

O segundo é uma questão mais de orientação, por parte da Mesa, no que diz respeito ao registro para pronunciamento no pequeno Expediente. Se há um limite por sessão, ou por sessões, enfim, creio que a Mesa, talvez, terá de examinar essa matéria. Não sei se já há informações sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Nada mais havendo a tratar, lembro que a Câmara Legislativa realizará sua segunda sessão ordinária amanhã, terça-feira, dia 08 de janeiro, às 14h30hs.

Está encerrada a sessão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

5

**1º PROJETO DE LEI
APROVADO**

003078
Digicert



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

Primeira Projeto Aprovado

CASA CL	ÓRGÃO PROT	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA TIPO NÚMERO ANO PL 035 91			DATA DA AÇÃO DIA MÊS ANO 30 01 91			FUNÇÃOÁRIO

Este processo contém 02 folhas nu-
meradas e rubricadas.

CASA CL	ÓRGÃO PROT	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA TIPO NÚMERO ANO PL 035 91			DATA DA AÇÃO DIA MÊS ANO 29 01 91			FUNÇÃOÁRIO

Leitura
A CCJ e CAE, podendo receber emendas
durante o prazo de 05 dias.

CASA CL	ÓRGÃO PROT	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA TIPO NÚMERO ANO PL 035 91			DATA DA AÇÃO DIA MÊS ANO 30 01 91			FUNÇÃOÁRIO

Anexado Reg de Urgência de fl. nº 003.
A Mesa Diretora, atendendo ao pedido
de urgência.

CASA CL	ÓRGÃO PROT	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA TIPO NÚMERO ANO PL 035 91			DATA DA AÇÃO DIA MÊS ANO 04 02 91			FUNÇÃOÁRIO

Operado em plenária. Publicado.
Anexado Parecer da relatora Lúcia Corvelho
de fls. nº 004 e 006.
Anexado fl. nº 007.

003079

Digicert


 SENADO FEDERAL
 FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA OL	ÓRGÃO PROT.	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO		
		TIPO PL	NÚMERO 035	ANO 91	DIA 08	MÊS 02	ANO 91

FUNCIONÁRIO

Sancionado. Transformado na Lei nº 143 de 08 de fevereiro de 1991. Anexada Mens. nº 007/91-GAG a Sanção do Exmº Governador Joaquim Roriz, de fs nº 008 e 009, respectivamente.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

Mensagem 003/91-C.L.
Projeto de Lei 035/91

003080
Digicert

MEMSAGEM

Nº 003 91-GAG

Brasília, 28 de janeiro de 1991

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de 1.800 { Um mil e oitocentos) cargos de Professor, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

A medida se justifica à vista da carência desses profissionais na Fundação Educacional no momento em que o Governo elege a educação como uma de suas metas prioritárias. Assim, é indiscutível a conveniência em dotar o quadro de professores de número suficiente desses servidores.

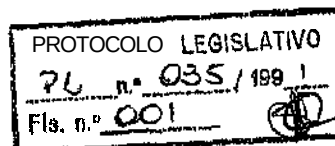
Vale ressaltar que a demanda de matrículas na rede oficial é uma realidade, face a elevadas mensalidades cobradas pelas escolas particulares.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Governador do Distrito Federal

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Distrital SALVIANO GUIMARÃES
Digníssimo Presidente da Câmara
Legislativa do Distrito Federal
N E S T A



PROJETO DE LEI DO DF Nº 035/91

Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

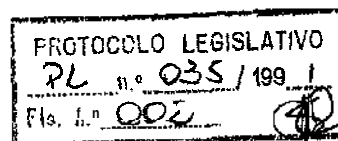
Art. 1º - Ficam criados no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, os cargos de Professor a seguir mencionados, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal:

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL
1.500	Professor	1
200	Professor	2
100	Professor	3

Art. 2º - O provimento dos cargos de que trata o artigo anterior dar-se-á na forma da legislação específica.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



Parecer Nº de 1991

Projeto de Lei do D.F. Nº 35/91

Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

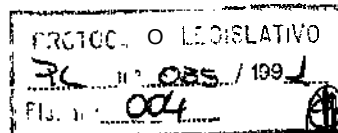
AUTOR: Governador Joaquim Roriz

RELATORA: Deputada Lúcia Carvalho

I - RELATÓRIO:

Através da iniciativa em epígrafe, o ilustre Governador Joaquim Domingos Roriz propõe a criação de cargos de Professor da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, ampliando para 1.500 (um mil e quinhentos) os cargos de Professor nível 1, 200 (duzentos) cargos de Professor nível 2, e, 100 (cem) os cargos de Professor nível 3. Finalmente, dá provimento aos mesmos na forma da legislação específica.

Em sua justificação, alega o Autor a carência atual desses profissionais na Fundação Educacional, além de ressaltar a demanda de matrículas na rede oficial, face ao alto custo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

do ensino cobrado pelas escolas particulares.

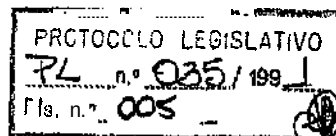
Dado o regime de urgência, cabe-nos, agora, analisar a matéria e pronunciar parecer.

Por ser conhecedora da área a que se destina o Projeto e por entender que o mesmo está sendo apresentado pelo Executivo em decorrência de uma solicitação nossa, através de ofício Nº 001/91, encaminhado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, somos por sua aprovação, com a seguinte ressalva:

- No artigo 1º onde especifica cargos e quantidade, observamos que o número estabelecido de 100 (cem) professores' nível 3 - que possui licenciatura plena para áreas específicas, (Comunicação, Matemática, Física, Química, Biologia, etc...) com ação dirigida para a faixa de 5ª série do 1º Grau até 3ª série do 2º Grau - não está corretamente dimensionada, pois a carência é enorme. Isto ocasiona, principalmente aos alunos de 2º Grau, constantes atrasos em seus currículos, colocando-os em desigualdade de condições com os alunos das escolas particulares.

Por ter sido apresentado em regime de urgência, o referido projeto não possibilitou a apresentação de emendas visando à ampliação do número de vagas, uma vez que, para tal, se faz necessário aprovar a dotação orçamentária pelo Conselho de Política de Pessoal - CPP.

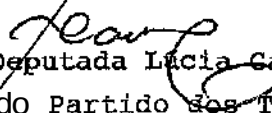
Mas, uma vez que, em entendimentos com o Líder do Governo na Câmara Distrital, ficou patente a concordância de Sua Excelência o Governador Joaquim Roriz com a ampliação do número de vagas de 100 (cem) para 500 (quinhentas) vagas, no nível três, solicitamos do GDF o envio imediato do Projeto dispondo sobre a referida ampliação.

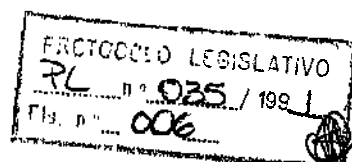


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Assim, somos pela aprovação do Projeto de Lei
Nº 35/91.

Sala das Sessões, 31 de janeiro de 1991.


Deputada Lúcia Carvalho
Líder do Partido dos Trabalhadores



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº

DE 1991

Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, DECRETA

Art. 1º - Ficam criados no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, os cargos de Professor a seguir mencionados, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal:

Quantidade	Cargo	Nível
1.500	Professor	1
200	Professor	2
100	Professor	3

Art. 2º - O provimento dos cargos de que trata o artigo anterior dar-se-á na forma da legislação específica.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de Fevereiro de 1991,

MENSAGEM

Nº 007 /91-GAG

Brasília, 19 de fevereiro de 1991

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, que nos termos do artigo 10 da Resolução nº 157/83, do Senado Federal, acabo de sancionar o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 055, de 1991, que "Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências" e que se converteu na Lei nº 143 de 08 de fevereiro de 1991.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos da mais alta estima e consideração.



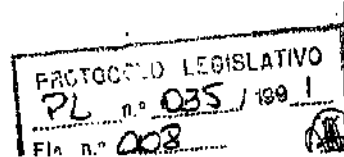
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

A Sua Excelência o Senhor
Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Digníssimo Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal

N E S T A

/ards.

13.2.91. 029



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

*iniciado em
08/02/91*

Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, DECRETA

Art. 1º - Ficam criados no Quadro de pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, os cargos de Professor a seguir mencionados, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal:

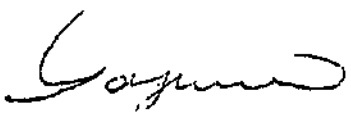
<u>Quantidade</u>	<u>Cargo</u>	<u>Nível</u>
1.500	Professor	1
200	Professor	2
100	Professor	3

Art. 2º - o provimento dos cargos de que trata o artigo anterior dar-se-á na forma da legislação específica.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, em de fevereiro de 1991


Deputado SALVIANO GUIMARAES
Presidente

LEI N.º 143

DE 08 DE FEVEREIRO DE 1991

Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.

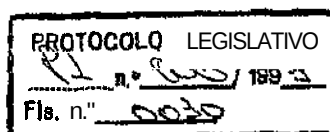
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 12 - Ficam criados no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, os cargos de Professor a seguir mencionados, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal:

Quantidade	Cargo	Nível
•1.500	Professor	1
200	Professor	2
100	Professor	3

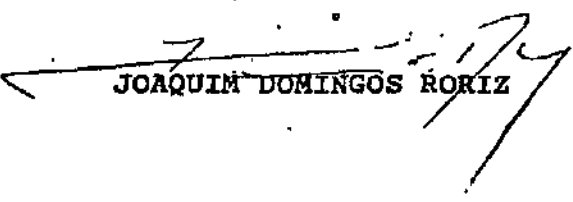
Art. 2º - o provimento dos cargos de que trata o artigo anterior dar-se-á na forma da legislação específica.



Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 08 de fevereiro de 1991
1022 da República e 312 de Brasília


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@ cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

6

**1ª LEI APROVADA NA
CÂMARA LEGISLATIVA E
1ª SANÇÃO DO GOVERNADOR
DO DISTRITO FEDERAL**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 143, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991

Cria cargos de Professor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO **FEDERAL**,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam **criados**, no Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito **Federal**, os Cargos de Professor a seguir **mencionados**, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal:

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL
1.500	Professor	1
200	Professor	2
100	Professor	3

Art. 2º O provimento dos cargos de que trata o artigo anterior dar-se-á na forma da **legislação** específica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as **disposições** em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1991
103º da República e 31º de **Brasília**

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 13/2/1991.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 • 3966 8842 - 3966 8423



**INSTALAÇÃO DA
LEI ORGÂNICA
SESSÃO SOLENE DE ABERTURA**

CÂMARA LEGISLATIVA

SUMÁRIO

- 1- Ata da ~~134 Sessão Solene~~ instalação da Lei Orgânica do Distrito Federal, em 02 de agosto de 1991, presentes as seguintes autoridades:
- Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal
 - D. José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília.
 - D. Carlos Furno, Nuncio Apostólico
 - Sr. Walmir Campeio, Senador (representando o Sr. Presidente do Congresso Nacional - Senador Mauro Benevides)
 - Sra. Márcia Kubistchek, Vice-Governadora do Distrito Federal
 - Sr. Waltênio Mendes Cardoso, Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios
 - Sr. Frederico Augusto, Conselheiro, Presidente do Tribunal de Contas do DF
 - Sr. Estevão Rezende Martins, Secretário (representando o Ministro da Justiça Senador Jarbas Passarinho)
 - Sr. Maurício José Corrêa, Senador
 - Pastor Severino Vilarindo Lima, Presidente do Conselho dos pastores de Brasília
 - Sr. Antônio Ibãnez Ruiz, Reitor da UnB
 - Doutor José Roberto Arruda, Chefe do Gabinete Civil do Governador do DF
 - Coronel Lauro Silvestre de Freitas, Chefe do Gabinete Militar do GDF
 - Doutor Esdras, Presidente da OAB, Seção do DF
 - Coronel Carlos Alberto do Nascimento, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros

CLF 2

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Declaro aberta a sessão solene de instalação dos trabalhos de formulação da Lei Orgânica do Distrito Federal .

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa S.Exa., o Sr. Conselheiro Frederico Bastos, Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (~~palmas~~); S.Exa., o Sr. Senador Walmir Campello Bezerra, representando neste ato o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides (~~palmas~~); S.Exa. Revma. D. Cario Furno, Núncio Apostólico (~~palmas~~); a Exma. Sra. Márcia Kubitschek, Vice-Governadora do Distrito Federal (~~palmas~~) e D. José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília (~~palmas~~).

Nomeio comissão composta pelos Srs. Deputados Maurílio Silva, Maria de Lourdes Abadia, Fernando Naves, Cláudio Monteiro, José Ornellas, Jonas Vetoracci e Gilson Araújo para receber e conduzir a este recinto o Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingues Roriz, e o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Valtênio Mendes Cardoso.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL DE INSTALAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. DO DIA 02 DE AGOSTO DE 1991.

Presidência: Sr. Deputado Salviano Guimarães

às 10 h e 15 min., registravam-se as presenças dos Srs. Deputados:

Agnelo Gueiroz	PC do B
Aroldo Satake	PDS
Benício tavares	PDT
Carlos Alberto	PCB
Cláudio Monteiro	PRP
Edimar Pirineus	PDT
Euripedes Camargo	PT
Fernando Naves	PDC
Geraldo Magela	PT
Gilson Araújo	PTR
Jorge Cauhy	PL
José Edmar	PSL
José Ornellas	PL
Lúcia Carvalho	PT
Manoel Andrade	PTR
Maria de Lourdes ^{europa} ^{badia} ~~ABADEA~~	PSDB
Maurílio Silva	PTR
Jonas Vettoraci	PDT
Pedro Celso	PT
Peniel Pacheco	PST
Rose Mary Miranda	PTR
Salviano Guimarães	PFL
Íadeu Roriz	?5C
Wasny de Roure	PT

4

AUTORIDADES PRESENTES À SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

- D. José Freire Falcão - Cardeal Arcebispo de Brasília
- D. Carlos Furno - Núncio Apostólico
- Sr. Walmir Campeio - Senador (representando o Sr. Presidente do Congresso Nacional - Senador Mauro Be nevides
- Sra. Márcia Kubistcheff - Vice-Governadora do Distrito Federal
- Sr. Waltênio Mendes Cardoso - Desembargador, Presidente do Tribu_ nal de J_ stica do Distrito Federal e dos Territórios *ministério*
- Sr. Frederico Augusto - Conselheiro , Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal
- Sr. Estevão Rezende Martins - Secretário (representando o MI_ n_ s_ tro da Justiça Senador Jarbas Pas_ sarinho)
- Sr. Maurício José Corrêa - Senador
- Pastor Severino Vilarindo Lima - Presidente do Conselho dos Pas_ tores de Brasília
- Sr. Antônio Ibãñez Ruiz - Reitor da UNB
- Doutor José Roberto Arruda - Chefe do Gabinete Civil do Govern_ dor do Distrito Federal
- Coronel Lauro Silvestre de Freitas - Chefe do Gabinete Militar Governo Federal
- Doutor Esdras Dantas - Presidente da OAB, Se_ ssão do Distrito Fe_ deral
- Coronel Carlos Alberto do Nascimento - Comandante-Ge_ ral do Corpo de Bombeiros

21-05

~~Vacompanhados pela comissão designada, aden-~~
~~tram o recinto o Sr. Governador~~ Joaquim Domingues Ro
^{Governador}
riz, do Distrito Federal, e o Sr. Desembargador Val-
tênio Mendes Cardoso, Presidente do Tribunal de Justi
ça do Distrito Federal.)

O SR. PRESIDENTE

Aya/Edson

02/08

10:20

(Salviano Guimarães)

Esp/3/1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) -

Convido os presentes a se manterem em pé. pa

rafa a execução do Hino Nacional ~~XXXXXXXXXX~~ pela Banda da Polícia

Militar do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Presidente do

Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Valtênio Men
des Cardoso.

Aya/Edson

02/08

10:20

{Valtenio Mendes Cardoso) Esp/3/2

O SR. DESEMBARGADOR VALTENIO MENDES CARDOSO -

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia do Dis-

Deputado Salvario Guimarães ;
trito Federal, Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Srs. Sena

Marcelo Kuntzsch
dores, Srs. Deputados Federais e Distritais; Sra. Vice-Governadora

Dom Carlos Turris
-Archiego de Brasília, Dom Joao Freire
Exmo. Sr. Núncio Apostólico, Exmo. Sr. Cardeal Sr. Presidente do

Conselheiro Frederico Dantas ;
Tribunal de Contas do Distrito Federal, Sr. Presidente da Ordem dos

Dr. Eodias Dantas ;
Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, Sr. Jornalista Dr.

Paulo Cabral; Srs. Secretários de Estado, Sras. e Srs. Viver é fa-

zer opções a todos os instantes, de conformidade com a emergência

das novas circunstâncias e conjecturas, porque pressupõe

... de conformidade com a emergência das novas circunstâncias ~~e~~
~~conflictiva que pressupõe~~ a preservação suprema da liberdade. Ne-
nhuma ofensa é maior a essa do que a pretensão que uma pessoa, por um
pequeno grupo de homens decidir tudo e sobretudo, substituindo ao
povo que deles espera a elaboração de regras /que assegura a todos a
liberdade com participação à causa comum, do bem-estar e do progres-
so. Não é sem razão que em sua obra 'L'Esprit des Loix', Montes-
quieu nos adverte: "tudo estaria perdido se uma só pessoa e um só
corpo de notáveis, de nobre ou do povo, exercesse esses três poderes:
o de fazer leis; o de executar as decisões públicas, e o de punir di-
reitos entre os particulares."

Com efeito, a teoria da separação dos poderes está in-
corporada ao constitucionalismo brasileiro desde a Carta do Império,
No passado, porém, a divisão de ^Poderes foi meramente formal. Os
Constituintes de 1988, atentos aos princípios de Montesquieu e a
exemplo dos de 1946, dividiram decididamente os poderes nos termos

do art. 22 da Constituição. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, ^f Legislativo, o Executivo e o Judiciário. ^e vê-se, por tais motivos, que a Assembléia Constituinte há de se situar, necessariamente, no âmbito de um amplo processo democrático, em que, por ser a lei suprema, não é, nem poderia ser, a pré-montagem da sociedade civil, ^U se não o enunciado de modelos jurídicos abertos, capazes de propiciar meios e modos para superar possíveis conflitos econômicos, políticos, culturais, através do jogo livre de interesses e de idéias, conforme as opções soberanas do eleitorado, ^U Não é, pois, um rol de regras compulsórias, mas soluções livremente alcançadas na concretidade da experiência social, através do debate das aspirações de todas as categorias coletivas, ^U Nem pode o legislador, substituindo o povo, elaborar normas rígidas, impeditivas da livre construção ^U de seu próprio destino.

Desse modo, terá a Assembléia Constituinte o dever de evitar a tentação casuística de tudo regular e de tudo resolver, bem

como, a pretexto de defender-se a igualdade ou o bem-estar social, privar a coletividade de seu autônomo poder, o que é próprio de uma sociedade democrática, aberta e pluralista. Se é certo que não se pode elaborar uma Constituição sem se fazerem certas opções e sem se fixarem a determinadas diretrizes. Também é verdadeiro que as normas constitucionais somente são duradouras se se limitarem a estabelecer os parâmetros das ações lícitas, éticas e economicamente aconselháveis, sem a pretensão de antecipar-se aos entendimentos e negócios que deverão ser concluídos pelos indivíduos ou grupos de interessados. Desse jeito, seguramente (nem mesmo/X) legislador Constituinte haveria de se lhe conferir direitos de tutor para decidir, a priori, sobre o conteúdo ou o resultado das ações vindouras, senão para estabelecer e garantir os parâmetros éticos, jurídicos, dentro dos quais se há de, democraticamente, chegar a um consenso. Deve, em princípio, prevalecer numa carta política, normas de ampla experiência que preservem as alternativas de liberdade, ou seja, o

processo de livre escolha do eleitorado, segundo as suas preferen-

cias. A Carta Política de um Estado, como notara Jorge Miguel,

é um documento de maior importância. Não

apresenta todas e quaisquer garantias de

segurança do povo. É na Constituição que H

estabelecem o direito e responsabilidades,

que sejam de povo, que sejam de governo.

A Constituição é, numa ...

(^A Valtenio Mendes)

A Carta Política de um Estado, como notara Jorge Miguel, é um documento de maior importância, ^{boa} nela repousam todas e quaisquer garantias de segurança do povo. É na Constituição que se estabelecem os direitos e responsabilidades, quer seja do povo, quer seja do governo.

A Constituição é, no magistério de Moreira Alves, ~~um instrumento~~ um instrumento pelo qual ~~o Estado Liberal~~ o Estado Liberal disciplina os princípios cardiais do liberalismo ou da liberdade política e da separação dos poderes, um instrumento pelo qual o Estado Social, de índole democrática, regula o direito do trabalho, a previdência, a educação, bem como estabelece* os moldes de sua intervenção do domínio econômico, sem, no entanto, concorrer com os indivíduos. Um instrumento, enfim, pelo qual o Estado Socialista reduz dramaticamente ou elimina a iniciativa privada, no concernente aos meios de produção, «te disciplina* as instituições sócio-econômicas e políticas desse regime e a posição dos cidadãos na sociedade assim estruturada.

Se a defeituosa aplicação desses instrumentos, adverte Moreira Alves, ~~nem~~ acarretaria seu desprestígio junto o homem comum, nem por isso deixa ele de ser necessário to complexo testado dos tempos modernos ~~até~~ impressionável aos de modelo federativo que pressupõe a rigorosa divisão de competência entre os ~~estados~~ ^{múltiplos} de governo que os integram. Se nesse instrumento não se encontram os meios mais apropriados para que se enfrentem OS problemas políticos, sociais e econômicos do País, sobrevêm ^A as crises, e não raro a ruptura da normalidade constitucional.

A Constituição é a ^{f)} Lei Máxima, declaração da vontade que emana do povo por meio de seus representantes, e, ~~essa~~ ^{essa} Lei Máxima ~~deve~~ adquirir caráter de incolumidade, absoluta estabilidade ^{deve} pouparla dos males que há nas constantes alterações de seu texto. De igual modo, não há de se inserir na Lei Maior assuntos subsidiários ou de importância menor, * que constituem matéria típica de lei ordinária e que só por essa ^{razão} ~~deveriam~~ ser regidas. Do contrario, o excesso de instrumen-

CLP H

Lara/Alicéa

02.08.91

10h30

Esp/5.3

ção acabaria por torna-la ineficaz quando sua ^{Finalidade} ~~maior~~ maior con-
siste na edificação de grandes e gerais princípios.

Recomenda-se que o texto de uma Constituição seja genérico e
abstrato, assim como ^{deve} possuir todas as características redacionais de
que necessita o documento; frases claras, ^{sucintas} sucintas, sem excesso, li-
vres de ^{reiteração} reiteração ou de repetição. Desse modo, só questões de alta re-
levância e amplitude devem constar de seus textos.

Nada mais errôneo e perigoso do que pretender-se que uma Consti-
tuição tudo preveja e tudo solucione, como se ela fosse um gigantesco re-
cipiente capaz de abrigar todas as aspirações populares.

Finalmente, percebe-se que o conteúdo de uma Constituição há de
abranger apenas princípios fundamentais, direitos e deveres individuais,
organização do Estado, organização dos poderes, defesa do Estado e das
instituições democráticas, tributação e orçamento, ordem econômica, fi-
nanceira e social.

C12419

Lara/Alicéa

02.08.91

10h30

Esp/5.4

Quando uma Constituição exagera em seu conteúdo, expõe-se a ter uma existência minguada, pois os fatos emergentes, ao longo do processo histórico, implicam às **necessidades de sucessivas alterações.** É **inegá-**
Lvel que os textos sintéticos têm mais condições de durabilidade, assim como quando o texto formular conceito ~~deve fazê-lo de modo unívoco,~~
~~sem margem...~~

5/60 Gramita

(Valtênio Mendes Cardoso)

deve fazê-lo de modo unívoco, sem margem a interpretação ambígua, de modo que todos a entendam e usufruam dos seus benefícios. Todos esses cuidados concorrem para fazer prevalecer a vontade do povo. ^U Nessa visão panorâmica, rápida e ~~satisfatória~~ ^{satisfatória} conclui-se que as normas constitucionais não de ser elaboradas através de trabalho mental indutivo, que tem como ponto de partida a diversificada variedade* de fatos, e como ponto de chegada, a singularidade de idéias satisfatoriamente recolhidas numa só regra, num só preceito, num só mandamento e de modo a não excluir aqueles outros que com ela se relacionam.

A sensibilidade da Constituição traduz-se na sua inteligibilidade e clareza, ² sua grande força reside na ampla aceitação do seu conteúdo.

A Assembléia Constituinte, que ora se instala, tem muito que fazer: consagrar, consolidar e aprimorar primeiramente o

Hermona Silva

02/08/91

10:40

567/1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra
ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz.

O SR. GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL (Joaquim Domingos
Roriz) - Exmo. Sr. Presidente da câmara Legislativa do Distrito
Federal, Deputado Salviano Guimarães; Exmo. Revmo. ~~Cardal~~ Arcebis-
po de Brasília, Dom José Freire Falcão; Exmo., Revmo. ~~Núncio~~ ^{Apostó-}
lico, Dom Cario» ^fTurno; EXMO. Sr. Senador Valmir Campeio representan-
do nesta solenidade, o Presidente do Congresso nacional, Senador Mau-
ro Benevides; Exma. Sra. Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia
~~Kubstchen~~ ^{Kubstchen}; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de ~~Justiça~~ ^{Distrito} Fe-
e dos Territórios, Desembargador Valtênio Mendes Cardoso; Exmo. Sr.
Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Conselheiro Fre-
derico Augusto Bastos; EXMO. Sr. Secretário Estevão Regende Martins,

CLDF 18

Hermione/Alm

02/08/•

10:40

SE 7/2

representante do Ministro da Justiça Senador Jarbas Passarinho;

Exmo. Sr. Senador Mauricio José Corrêa, ~~Exmo. Sr.~~

C 20 19

~~Exmo~~ • SP. Senador ~~Maurício José Corrêa~~ Exmos. Srs.

Deputados Federais aqui presentes; Exmos, Srs. Deputados Distri-
tais aqui presentes; Prezadíssimo Pastor Presidente do Conselho
de Pastores de Brasília, Pastor Severino Vilarino Lima; Exmo, Sr.
Magnífico Reitor da Universidade Brasília, Professor Antônio Ibanẽz
Ruiz; Exmo Sr. Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito
Federal, Dr. José Roberto Arruda; Exmo, Sr. Chefe do Gabinete Mili-
tar do Governador do Distrito Federal, Cel. Lauro Silvestre Frei -
tas; Prezadíssimos Secretários de Estado aqui presentes; Prezado
Presidente do Banco de Brasília; Prezadíssimo Presidente da Or-
dem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, Dr. Es-
dras Dantas; Prezado Comandante- Geral do Corpo de Bombeiros Cel.
Carlos Alberto do Nascimento; Prezado Comandante- Geral da Polí-
cia Militar do Distrito Federal, Cel. Almir Maia Ribeiro; Prezado
Presidente dos Diários Associados, Jornalista Dr. Paulo Cabral;
Prezado Jornalista Representante do Grupo Jaime Câmara, Dr. Fer-

nando Câmara; demais jornalistas, representando órgãos de divulgação, aqui presentes; Sr. Administradores Regionais; Presidentes e Diretores de Empresas; Srs. ex-pracinhas aqui presentes; Srs. Pioneiros de Brasília, aqui presentes; Minhas Sras. e meus Srs; O dia de hoje é um marco na história política de Brasília. O marco da definitiva autonomia política do Distrito Federal, com a instalação dos trabalhos de formulação da sua Lei Orgânica pela primeira Câmara Legislativa eleita na Capital da República. Com a Lei Orgânica, nossa Constituição, serão definidos pelos representantes do povo, os rumos do desenvolvimento do Distrito Federal, para sua consolidação como cidade-modelo para o País.

Brasília foi construída para ser a capital administrativa, mas também para ser pólo indutor de desenvolvimento para todo o interior deste País- continente. É fundamental que a Lei Orgânica resgate os ideais de Juscelino Kubitschek de Oliveira, preservando a cidade-capital e gerando as condições necessárias para a região centro-oeste, porque estou convencido de que o Centro

C. 1. 1. A

-Oeste pode ser o motor da retomada do desenvolvimento nacional.

A partir de hoje, Brasília, através de seus legítimos representantes, escreverá o seu próprio destino, ao tempo em que convive - cidade ainda jovem, com 31 anos- com a sua história. A viabilização do futuro de Brasília começa a tomar forma hoje, através da Lei Orgânica, que devesse institucionalizar a vida da Capital do País.

Tenho a honra de ser o primeiro Governador eleito da História de Brasília. E tenho o privilégio de conviver politicamente com a primeira câmara Legislativa, eleita pelo mesmo povo que me escolheu, e que hoje começa a delinear o futuro de nossa cidade. A eleição do Governador e da Câmara Legislativa transformaram o Distrito Federal, que, em sete meses, já ocupa um lugar de destaque no contexto político nacional. É que se consolidara definitivamente com a Lei Orgânica que os Senhores e Senhoras Deputados Distritais começam a escrever,

(625:22)

Quero, neste momento, colocar o Governo do Distrito Federal inteiramente à disposição desta Câmara Legislativa, desta verdadeira Constituinte que se instala neste momento, para qualquer tipo de colaboração e apoio. A responsabilidade de todos os Senhores e Senhoras é muito grande, Mas o povo está ao lado desta Câmara Legislativa.

O futuro nos espera, Com otimismo, vamos preparar o futuro desta cidade que, em 31 anos, já Patrimônio Cultural da Humanidade, e que será modelo para o País.

Muito obrigado.

CSR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)

Salviano

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Ex. Sr. Joaquim Domingos Roriz, Governador do Distrito Federal, Ex. Sr. Desembargador ~~Guilherme~~ Mendes Cardoso, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Ex. Revma. Dom Carlos Furno, Núncio Apostólico; 3. Exa. Revma. Dom José Freire Fiação, Cardeal Arcebispo de Brasília, Ex. Sr. Conselheiro Frederico Augusto Bastos, Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal; Ex. Sr. Senador Walmir Campeio Bezerra, Representante do Presidente do Congresso Nacional S.Exa. Mauro Benevides; Ex. Sr. Senador Maurício Corrêa; Exa. Sra. ~~Mareia Kubitischek~~ ^{Mareia Kubitischek}, Vice-Governadora do Distrito Federal; Ex. Sr. Representante do Ministro da Justiça do Distrito Federal, Estevão Rezende Martins, Ex. Sr. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, Esdras Dantas, Ex. Sr. Reverendo Severino Vilarinho, Presidente do Conselho de Pastores do Distrito Federal, S. Exa. Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Prof. Ibanes; Ex. Srs. Deputados Federais e Ex-Deputados

24

úensie-stein

02.08.91

10h45

ES/8.2

Federais; meus companheiros Deputados Distritais, Ex.^{as} Srs. Secretários de Estado do Distrito Federal. Srs, Presidentes de Empresa e Diretores das Fundações do Distrito Federal; Srs, Administradores Regionais, Dr. Paulo Cabral, Diretor dos Diários Associados; Dr, Fernando câmara, Diretor do Jochal de Brasília; prezados amigos Pra cinhas Ex-Combatentes aqui presentes...

S/Riva

Riva/ Alzira

02/08/91

10:50

0.9.1

02-08-25

...aqui presentes, demais autoridades, Sras. e Srs. jornalistas, Sras. e Srs. funcionários desta Casa, senhoras e senhores, povo do Distrito Federal; eles tomaram conta daquilo concebido

Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais. Não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído".

Essas palavras, do nosso mestre professor Lúcio Costa, não de ser o orgulho de todos, principalmente daqueles que, como nós, contribuíram para a tomada desta bastilha democrática, capaz de garantir a cidadania aos amantes da liberdade.

Brasília, inspirada na concepção urbanística de Paris, incorporou os conceitos ecológicos preconizados na carta de Ate-

000-26

Riva/ Alzira 02/08 10:50

0.9.2

nas e os princípios da Cidade Jardim. Brasília, dos espaços abertos e da convivência resgatada, desde os princípios democráticos da filosofia grega, até os humanísticos da Revolução Francesa, aceita e discute, com espírito elevado, todas as ideologias, garantindo a liberdade como uma conquista universal permanente e avançada.

Brasília, símbolo da conquista territorial de nossa Pátria, gerada no Brasil do Império como cidadela inexpugnável, confirmada por todas as constituições republicanas, passou pela intenção do Presidente Epitacio Pessoa, que ao meio dia do dia 7 de setembro de 1922, no Morro do Centenário, ali nas colinas que emolduram a nossa centenária Planaltina, mandou que se cravasse a sua pedra fundamental como um marco vivo a reafirmar o compromisso nacional.

Brasília, que no renascer democrático, após o Estaa Novo, foi relembrada nas comissões do General Poli Coelho, em 1947 e que recebe finalmente em 1955 a Comissão do Marechal Pessoa, brota

Riva/ Alizra

02/08

10:50

0.9.3

como uma fénix da vontade nacional pelo vigor e desejo inquebrantável de Juscelino Kubitschek, um mineiro de Diamantina, das mesmas terras pisadas por Tiradentes --um lutador perseverante, amante da liberdade, com tenacidade e destemor. Cumpriu, dia a dia, noite após noite, a missão de construí-la e entrega-la em 21 de abril de 1960 a todos os brasileiros, como um ponto de referência para uma nova geração,

Referencia que adentra vitoriosamente pela História, quando o povo desta terra fará elaborar, a partir deste momento, a Lei Orgânica do Distrito Federal, através dos seus legítimos representantes eleitos em 1990.

Esta lei básica, expressão máxima dos anseios dos cidadãos e dos compromissos que deverão ser firmados entre o Distrito Federal a sociedade e os poderes constituídos, representa um contrato social, onde as características, experiência histórica e identidade cultural, bem como os direitos...

(assinatura) José Albino

CL 28

(Valtênio Mendes Cardoso)
SULAMITA/Alicéa 02/08/91

10:55

SE-06/02

estado de direito do Distrito Federal. Muita coisa vai mudar, e
~~uma mudança~~ tem ^{de} ~~ff~~ único fim dar ao Distrito Federal a organização e
os princípios legais necessários para o pleno desenvolvimento que
todos queremos e buscamos.

A autonomia do Distrito Federal está reconhecida no art.
32, onde se declara que se regerá por Lei Orgânica própria. Sem
dúvida, o problema exige grande atenção dos membros constituintes,
desde que ~~o Congresso Nacional~~ definirá os princí-
pios básicos da organização desta unidade federada. Sua competên-
cia e o tratamento adequado a sua sociedade, em essência, será o
instrumento de organização e de limitação dos poderes.

(APLAUSOS)

S/Hermione

(Salviano Guimarães)

— e as garantias individuais dos brasilienses estarão substanciadas e valorizados, visando sempre ao acatamento e a observância à Lei Magna de nosso País.

Uma constituição escrita, instrumento de institucionalização política, não é obra de nenhum doutrinador imaginoso, mas a criação coletiva alicerçada em fundamentos históricos e doutrinários de um povo, como conjunto de pessoas para as quais se destina o ordenamento jurídico.

Ao escrever a primeira Constituição da Capital do Brasil, devemos ter presente que esta tarefa deve significar fundamentalmente a convicção do dever indeclinável de, acima das ideologias e dos ideais partidários, dar a Brasília uma estrutura racional e orgânica de normas, inspirada nos postulados do Direito, da liberdade, do humanismo e da democracia.

O estabelecimento e a organização dos governos pe-

CH 30

José Alberto/Alzira

02/08

10h55'

Es-10.2

los próprios governados, vale dizer, do poder do Estado pelo povo, em nome do qual é exercido ~~este~~ poder, é um dos pilares da idéia de constituição democrática.

Acima de quaisquer injunções e apenas submissos à vontade soberana do povo, incumbe-se proporcionar aos brasileiros, a partir de hoje, regras básicas que constituam um corpo específico, quer seja quanto à sua matéria, ~~quer~~ quanto à sua supremacia hierárquica, ou quanto à sua estabilidade, ~~que~~ represente as suas mais legítimas aspirações.

O Brasil passou por um recente processo de redemocratização de suas leis e instituições, após um longo período de excepcionalidade, resultando tal processo na discussão e elaboração do texto constitucional, a partir do qual os Estados, através de seus representantes em suas Assembléias Legislativas, foram investidos do alto poder constituinte, para e-

(CLL 31)

José Alberto/Alzira

02/08

10h55'

Es-10.3

laborar suas respectivas constituições.

Esta, sem dúvida, constitue a nossa maior tarefa como servidores do povo do Distrito Federal e, em decorrência dela, o compromisso inarredável, como seus guardiões, de preservá-la contra quaisquer tentativas de sujeição de sua soberania e de violação de seus preceitos.

O Distrito Federal, não obstante suas peculiaridades institucionais face à organização do Estado brasileiro, retoma, ao eleger pela primeira vez seu Governador e os seus Deputados Distritais, uma condição em nada inferior à dos demais Estados brasileiros, cabendo ressaltar o fato de nos ter sido conferida a elevada atribuição de elaborar uma Lei Orgânica que reúna as características de uma Lei Municipal e de uma Constituição similar as Constituições Estaduais.

Para darmos cumprimento à tarefa histórica que ora

José Alberto/Alzira

02/08

10h55'

Es-10.4

iniciamos, podemos inspirar-nos no clamor de Kwame N. Krumah,
famoso condutor da libertação do povo de Gana:

"Vá em busca de seu povo;

Ame-o;

Aprenda com ele;

Comece com aquilo que ele sabe;

Planeje com aquilo que tem."

Coincidentemente hoje, dia da instalação da nossa
Lei Orgânica, pisa as terras de nossa Pátria outro liberta -
dor de preconceitos, o líder Nelson Mandela.

A sabedoria destes heróis da humanidade convoca -
nos nesta hora a continuar a seguir o verdadeiro caminho da
democracia, reconhecendo que todo o poder emana do povo e
que devemos ir ao encontro dos seus interesses e anseios,
conformando-nos à sua história, às características de sua

~~nacionalidade~~ ...

3/11/88

11/11/64 (Dep. Salviato)
-5
N.º 33
NACIONALIDADE, A SEUS PROPÓSITOS DE VIDA E À SUA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS.

TUDO ISSO ESTÁ A EXIGIR DE NÓS UMA REFLEXÃO SOBRE OS MAIS SIGNIFICATIVOS EXEMPLOS DE CONQUISTAS E EXPERIÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DE NOSSO POVO E DE OUTRAS NAÇÕES DEMOCRÁTICAS.

DEVEMOS, PORTANTO, ENVIDAR NOSSOS ESFORÇOS E ATENÇÕES NO SENTIDO DE FAZER PRESENTE À NOSSA LEI MAIOR A VOZ DA POPULAÇÃO DE BRASÍLIA, PARA QUE TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE PARTICIPEM ATIVAMENTE DE SUA ELABORAÇÃO ATRAVÉS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, ATENDENDO-LHES AS LEGÍTIMAS REIVINDICAÇÕES.

ESSA PARTICIPAÇÃO POPULAR, SEM DOVIDA ALGUMA, SERÁ A GRANDE FORÇA LEGITIMADORA DO CONTEÚDO E DO CARÁTER DA LEI À QUAL IREMOS CONFERIR ORGANICIDADE.

INCUMBE-NOS, PORÉM, ~~QUE~~ NOS COLOQUEMOS À ALTURA DA EXPECTATIVA DO POVO QUE REPRESENTAMOS, PARA QUE MUITO ALÉM DE UMA PARTICIPAÇÃO SUPERFICIAL, EFISÓDICA OU PANFLETÁRIA, ELA SEJA A OPORTUNIDADE E A BASE PARA APROVAÇÃO DE UM TEXTO DÍGNO DA CAPITAL FEDERAL, E A GERAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA PERMANENTE PARA SUA EFETIVA VIABILIZAÇÃO SOCIAL POLÍTICA.

LONGE DE UMA PARTICIPAÇÃO QUE RETRATE APENAS O CORPORATIVISMO SETORIALISTA, TEMOS O DEVER, DE, PELO MENOS, DESEJAR PERCEBER, NA ATIVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, UMA AÇÃO POPULAR DE ALTO NÍVEL, QUE ENCARE O ESPÍRITO E OS CONTOURNOS DA NOSSA LEI ORGÂNICA DENTRO DE UMA VISÃO GERAL E AMPLA, PARA QUE, NELA, O VALOR DE ALGUNS ASPECTOS NÃO SEJA HIPERTROFIADO, OCUPANDO UM ESPAÇO MAIOR DO QUE LHE É DEVIDO.

PRECISO QUE EXORTEMOS TAMBÉM A NOSSA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E CIDADÃ PARA QUE ACEITEMOS O DESAFIO DE ELABORAR UM

TEXTO LEGAL, AVANÇADO E INTELIGENTE, E, POR ISSO MESMO, VIÁVEL, PERFEITAMENTE INTEGRADO COM NOSSO TEMPO E COM «S NOSSAS CARACTERÍSTICAS E ASPIRAÇÕES FUNDAMENTAIS.

NOSSA EXPECTATIVA é A DE QUE A EXEQUIBILIDADE DO TEXTO CONSTITUCIONAL ESTEJA ALICERÇADA NA ASPIRAÇÃO POPULAR, NA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO DISTRITO FEDERAL E NA ORIENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA REUNIDA EM BRASÍLIA ATRAVÉS DE MILHARES DE ESPECIALISTAS EM TODOS OS CAMPOS DA VIDA.

TORNA-SE NECESSÁRIO QUE TENHAMOS CLAREZA PARA ESTIMULAR E ACOLHER COM CRIATIVIDADE A CONTRIBUIÇÃO DE TODOS SEM EXCLUSÃO DE NINGUÉM.

AS LUTAS DO POVO BRASILIENSE PELA AUTONOMIA DE BRASÍLIA REMONTAM FUNDADA DA NOSSA CAPITAL, ENCONTRAM, AINDA HOJE, E OS INCONFORMADOS NO SEIO DE MINORIAS QUE NÃO COMUNEAM COM A DESCONCENTRAÇÃO DO PODER.

DEVEMOS ESTAR ATENTOS EM RELAÇÃO A ESSES SETORES, QUE SEGURAMENTE VOLTARÃO SOB FORMA DE PRESSÕES DIVERSIONISTAS, NA TENTATIVA DE PROSSEGUIR EM SUA INSIDIOSA AÇÃO PARA ENFRAQUECER A JOVEM CÂMARA LEGISLATIVA, CONTANDO PARA TANTO COM OS INCAUTOS DE TODOS OS TEMPOS, OS QUE SE ILUEM JULGANDO ESTAR NA ROTA DA MORALIZAÇÃO E DA EFICIÊNCIA, MAS QUE, NA REALIDADE, TRILHAM A LINHA DE FRENTE DA SANGRIA DE UMA DAS MAIS CARAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS DO POVO DE BRASÍLIA.

A ADEQUAÇÃO DO TEXTO DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, À LEGITIMIDADE ANSIADA PELA SOCIEDADE. DEVERA ESTAR BASEADA NOS SEGUINTE PRINCÍPIOS:

NUMERO i - A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL,

11/3
0 LDF 35

COM RESPONSABILIDADES CONSTITUINTES, 'è UM PODER INDEPENDENTE E SOBERANO, E, PORTANTO, AGIRÁ OUVINDO TODA A SOCIEDADE, SEM QUALQUER SUBMISSÃO:

NÚMERO 2 - O PROCESSO CONSTITUINTE GERA ABSOLUTAMENTE TRANSPARENTE. E. PARA TANTO, SERÁ ABERTO AO ACOMPANHAMENTO PÚBLICO EM TODOS OS PASSOS A GEREM DADOS AO LONGO DOS TRABALHOS DE DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO ATÉ A SUA PROMULGAÇÃO:

NUMERO 3 - A PRESENÇA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA ESTÁ ASSEGURADA NAS DISCUSSÕES, ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR, PREVISTA NO PRÓPRIO REGIMENTO DA LEI ORGÂNICA.

SERÃO, PORTANTO, TRÊS OS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS PELOS DEPUTADOS CONSTITUINTES:

INDEPENDÊNCIA,
TRANSPARÊNCIA;
E PARTICIPAÇÃO POPULAR,

INSPIRADOS NOS PRINCÍPIOS DA REVOLUÇÃO FRANCESA, DE LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE, TOMANDO A NOSSA PRÓPRIA BASTILHA, EM DEFESA DA CIDADANIA.

DESSA MANEIRA, TEMOS A CERTEZA DE QUE AS GRANDES INTERROGAÇÕES ACERCA DESSE IMPORTANTE DIPLOMA LEGAL, CUJOS CONTORNOS PRESSUPÕEM O EXAME DE BRASÍLIA COMO A SEDE DOS PODERES DA REPÚBLICA; O DISTRITO FEDERAL COMO UM ESTADO-MUNICÍPIO; A CAPITAL DA REPÚBLICA COMO O MAIS BRASILEIRO DOS MUNICÍPIOS. POR SUA COMPOSIÇÃO SUPLENTE, ENCONTRARÃO AQUI O FORO APROPRIADO PARA BUSCAR AS ADEQUADAS RESPOSTAS AOS DESAFIOS DOS NOSSOS TEMPOS. TEMPOS EM QUE O MUNDO SE VE VARRIDO POR UM VERDADEIRO VENDAVAL DE MUDANÇAS PROFUNDAS AS QUAIS NÃO PODEMOS TEIMAR EM

S. MARGARETH

[Handwritten signature]

FICAR ALHEIOS, NA VÃ TENTATIVA DE PERMANECER AGARRADOS AO VAZIO E AO PASSADO.

É PRECISO RENOVAR! RENOVAR PARA MUDAR RADICALMENTE OS PROCEDIMENTOS, PARA CONTINUAR TECENDO A DEMOCRACIA E A JUSTIÇA SOCIAL, COM TODAS AS MÃOS. NINGUÃM MAIS PODE IMAGINAR UM SETOR DA SOCIEDADE COM PRETENSÕES DE MAGNIFICAÇÃO DO PRÓPRIO PODER, EM DETRIMENTO OU ÀS CUSTAS DO DESAPARECIMENTO DE OUTROS, SOB PENA DE ISOLAR-SE MAIS E MAIS DO CONJUNTO DA SOCIEDADE.

A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL É A GRANDE OPORTUNIDADE DE REVELAÇÃO DA VERDADEIRA FACE DOS DEMOCRATAS E DOS QUE TÊM O COMPROMISSO DE VIABILIZAR O CAMINHO DA JUSTIÇA SOCIAL NESTE PEDAÇO IMPORTANTE DE BRASIL, MAS SEM ESQUECER O PAÍS COMO UM TODO.

NÃO NOS ILUDAMOS, POIS:

SOMENTE JUNTOS, COM TODAS AS MÃOS, TODAS AS CABEÇAS E TODOS OS CORAÇÕES, SEREMOS CAPAZES DE ESCREVER A LEI ORGÂNICA QUE O POVO BRASILIENSE MERECE!

REFLITAMOS NOS DIZERES DO MESTRE PAULO FREIRE:

"NINGUÉM APRENDE SOZINHO:

"NINGUÉM ENSINA sozinho."

"OS HOMENS APRENDEM UNS COM OS OUTROS MEDIATIZADOS PELO MUNDO".

É HORA DE PÔR EM PRÁTICA, DE VERDADE, A NOSSA CAPACIDADE DE PERCEBER E ADMITIR A DEMOCRACIA COMO UMA SOCIEDADE PLURALISTA E NÃO DA UNICIDADE. NÃO PODEMOS DAR ESPAÇO A INTOLERÂNCIA, E NOSSO MUNDO, NÃO PODE SER MAIS O MUNDO DAS CADEIRAS VAZIAS NA MESA DO DIÁLOGO.

É HORA DE PROCLAMAR COM CLAREZA QUE NENHUM SETOR

POLÍTICO DA SOCIEDADE POSSUI RESERVA DE DOMÍNIO SOBRE AQUILO QUE
à ASPIRAÇÃO BÁSICA E PERMANENTE DA HUMANIDADE:

LIBERDADES ESSENCIAIS;

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES;

E JUSTIÇA SOCIAL PLENA.

HOJE, NÃO é APENAS UM DIA DE FESTA' é FUNDAMENTALMENTE UM
MOMENTO DE COMPROMISSO DE ALIANÇA DE GRANDEZA NO QUAL TODOS NÓS,
DEPUTADOS DISTRITAIS, POLÍTICOS, ADMINISTRADORES, JOVENS,
CRIANÇAS, IDOSOS, HOMENS E MULHERES, TODOS NÓS, CIDADÃOS
CONSCIENTES ASSUMIMOS, PERANTE NÓS MESMOS, PARA COM A NOSSA GENTE,
NOSSO DISTRITO FEDERAL E NOSSA PÁTRIA, O COMPROMISSO SOLENE DE
ELABORAR UMA LEI MAIOR QUE SEJA VERDADEIRAMENTE:

MAIOR EM JUSTIÇA SOCIAL;

MAIOR EM IGUALDADE;

MAIOR EM LIBERDADE...!

SENHORAS E SENHORES:

COMO PRESIDENTE DESTA CASA DE LEIS, REPRESENTANTE DE UMA
SOCIEDADE DE CIDADÃOS LIVRES, FIEL AOS IDEAIS DAS LUTAS QUE A
TORNARAM POSSÍVEL, E SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, DECLARO ABERTOS OS
TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL!

MUITO OBRIGADO! (Palmas:)

Convido os presentes a se colocarem de pé para
a execução do Hino "Brasília, Capital da
Esperança", pela Banda da Polícia Militar do
Distrito Federal e, ~~agradecendo~~

Aya/Arimar

02/08

11:10

(Salviano Guimarães)

Esp/13/1

~~O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)~~

Agradecendo a presença de todas as senhoras
e senhores que nos honraram comparecendo na câmara Legislativa nea
te dia, declaro encerrada a presente sessão.

- (Assinatura) -

MESA

Presidente

Salviano Guimarães (PFL)

Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PSC)

1º Secretário

Pedro Celso (PT)

2º Secretário

José Ornellas (PL)

3º Secretário

Benício Tavares (PDT)

Suplentes

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

8

**A LEI ORGÂNICA NO
PLENÁRIO DA
CÂMARA LEGISLATIVA
SESSÃO ORDINÁRIA
Nº 35**

Revisado
maria
OK
24/6/95



OK
LO
A
P
S

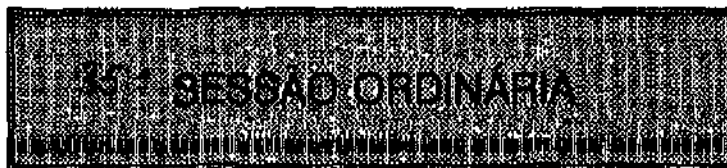
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA



13 200005

DATA: 17.06.93

HORA: 9:50hs

10:55

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA ABERTURA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIDRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
BETOR DE TRANSMISSÃO, ATA M. SÚMULA

ATA SUCINTA

35ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE JUNHO DE 1993

- 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 1ª LEGISLATURA -

PRESENCIA: Deputados Rose Mary Miranda, Gláucio Monteiro e Eurípedes Camargo.

SECRETARIA: Deputado Padre Jonas.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

ABERTURA: 9 horas e 50 minutos.

ENCERRAMENTO: 16 horas e 55 minutos.

REGISTRO DE PRESENCAS NA SESSÃO

Deputado Aynelo Queiroz	(PC do B)	presente
Deputado Aroldo Batake	(PP)	presente
Deputado Carlos Alberto	(PPS)	Presente
Deputado Cláudio Monteiro	(PDT)	Presente
Deputado Edimar Pireneus	(PP)	presente
Deputado Eurípedes Camargo	(PT)	presente
Deputado Fernando Naves	(PP)	Presente
Deputado Geraldo Maheia	(PF)	presente
Deputado Wilson Araújo	(PP)	ausente
Deputado Padre Jonas	(PP)	presente
Deputado Jorge Cauhy	(PL)	ausente
Deputado José Edson	(PFL)	presente
Deputado José Ornelas	(PL)	Presente
Deputada Lúcia Carvalho	(PT)	presente
Deputado Manoel de Andrade	(PP)	ausente
Deputada Maria de Lourdes	(PSDB)	Presente
Deputado Maurício Silva	(PP)	Presente
Deputado Pedro Celso	(PT)	Presente
Deputado Peniel Pacheco	(PTB)	ausente
Deputada Rose Mary Miranda	(PP)	Presente
Deputado Sálvio Guimarães	(PDT)	Presente
Deputado Tadeu Roriz	(PP)	ausente
Deputado Wany de Rouse	(PT)	ausente
Deputado Benício Tavares	(PJ)	ausente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO FERNANDO NAVES (PP)

- Comentário sobre a questão do parcelamento do reajuste salarial dos servidores públicos.

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA (PP)

- Discurso intitulado "Programa da Fome".

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PP)

- Considerações sobre a campanha de combate à fome K à miséria lançada pelo Governo Federal.

DEPUTADO AROLDO SATAKE (PP)

- Pronunciamento sobre a crise social e econômica enfrentada pela população pobre do País.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PC da B)

- Considerações sobre a CPI instituída para apurar as denúncias de aumentos abusivos da mensalidades das escolas privadas.

- Apresentação de projeto de lei que "autoriza a criação do Instituto de Saúde da Criança do Distrito Federal e dá outras providências".

DEPUTADO CLÁUDIO MONTEIRO (PDT)

- Cumprimentos pelos pronunciamentos dos parlamentares, Deputados Rose Mary Miranda, Edimar Pireneus e Aroldo Satake.

- Manifestação de repúdio às atitudes do Secretário de Segurança Pública do DF João Batista Brachado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

IX - ENCERRAMENTO

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do Art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 019, de 17/06/91, lavrei a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA

J - PEQUENO EXPEDIENTE

I.1 - COMUNICADOS DA MESA

Requerimento, de autoria do Oeputado D. flm tçio Tavares, "Solicita a inclusão de editorial do *Correio Braziliense* nos Anais da Câmara Legislativa (do Distrito Federal)".

Hensagem nº 114/93, do Sr. Governador do Distrito Federal, que comunica veto lotu ao Projeto de Lei nº 141/93, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de tubo de descarga vertical, nos veículos de transporte coletivo equipados com motor diesel, no Distrito Federal, e dá outras providências".

Mocão, de autoria do Deputado Padre Jonas, que "Buzere a manifestação desta Casa, junto ao Poder Executivo, no sentido de providenciar melhorias na iluminação pública do pátio de estacionamento da CEASA e áreas adjacentes".

Mocão, de autoria do Deputado Padre Jonas, que "Buzere a manifestação desta Casa, junto ao Poder Executivo reivindicando providências para o desenvolvimento das Cooperativas de Transporte Alternativo dos Passageiros do Distrito Federal".

I.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA, em nome da Bancada do FP.

- Registro de carta, encaminhada ao Presidente do Partido Progressista - PP, onde manifestamos a preocupação com a atuação da cúpula do partido na política do País.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR, em nome da PFL.

- Questionamento sobre a demissão do ex-Ministro Neri de Araújo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL Q h J

recusado OK
18/06/93 (9)

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SUMULA

SUMÁRIO

1 - ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE JUNHO DE 1993.

1.1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 - COMUNICADOS DA MESA*

Requerimento de autoria do Deputado Benício Tavares.
Mensagem nº 114/93 do Sr. Governador do Distrito Federal.

Mocção de autoria do Deputado Padre Jonas.

Mocção de autoria do Deputado Padre Jonas.

Todos os Comunicados de Interesse.

1.2.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA, em nome da Bancada do PP.
DEPUTADO JOSÉ EDMAR, em nome do PFI.

1.2.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO FERNANDO NAVES (PP)

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA (PP)

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PP)

DEPUTADO AROLDO SATAKE (PP)

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (CPC do B)

DEPUTADO CLÁUDIO MONTEIRO (PDT)

1.3 - ENCERRAMENTO

I - ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 17 DE JUNHO DE 1993, -
- 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 1ª LEGISLATURA -

PRESIDÊNCIA: Deputados Rose Mary Miranda, Cláudio Monteiro
«t Eurípedes Camargo»

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PREÂMBULO: Às 09 horas e 30 minutos, compareceram os seguintes Deputados:

Deputado Agnelo Queiroz (PC do B) e Deputado Aroldo Fátima
<PP> e Deputado Cláudio Monteiro (PDT), Deputado Edimar
Pirineus <PP>, Deputado Eurípedes Camargo (CPT), Deputado
Fernando Naves <PP>, Deputado Ovídio Mayela (PT), Deputado
Padre Jonas (PP), Deputado José Edmar (PFL), Deputada Lúcia
Carvalho (PT), Deputada Maria de Lourdes (PSDB), Deputado
Haurílio Silva (PP), Deputado Pedro Celso (PT), Deputada
Rose Mary Miranda (PP) e Deputado Salviano Guimarães (PDT).

1.1 - ABERTURA

O Sr. Deputado Eurípedes Camargo, no exercício da
Presidência:

- Há número regimental, está aberta a sessão. Sob a
proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1... COMUNICADOS DA MESA

1.2.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA, em nome da Bancada do PP.

- Registro de carta, encaminhada ao Presidente do Partido Progressista - PP, onde manifesta desgosto com a atuação da cúpula do partido na política do País.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR, em nome do PFL.

- Questionamento sobre a demissão do ex-ministro Nury Andraus.

1.2.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO FERNANDO NAVES <PP>

- Comentários sobre a questão do parcelamento da reajuste salarial dos servidores públicos.

DEPUTADA ROSE MARY MIRANDA <PP>

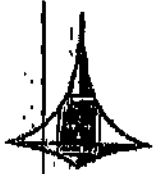
- Discurso intitulado "Programa da Fome".

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS <PP>

- Considerações sobre a campanha de combate à fome & à miséria lançada pelo Governo Federal.

DEPUTADO AROLDO SATAKE <PP>

- Pronunciamento sobre a crise social e econômica enfrentada pela população pobre do País.



DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PC tio B)

" **Condições sobre a CPI instaurada para apurar as denúncias de aumentos abusivos das mensalidades das escolas privadas.**

" **Apresentação do seguinte projeto de lei:**

DEPUTADO CLÁUDIO MONTEIRO (PDT)

• Cumprimentos aos premeuniamenlos dos parlamenlar&a,
DepMendos Rose Mary Hiranda, Edimar Pireneus e Aroldo
Satake.

• Pronunciamentio de verpúdio àw ai"bltrararicla des
prai:ic:adaspKloS (i<;ret:ário dK Seguran(;:a Públic:a, João Manuel
Brochada.

1.3 - ENCERRAMENTO

A Sra. Deputada Rose Mary Miranda, no exercit:ício da
Presidência.

Nada mais havendo a tratar T rfttelmri) encerrada a
presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 55 minutos.)

X



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA K APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

①

TAQUI.:

REVISOR: Edson

HORA: 9h50 Nº 0/5.1

DATA: 17.06,93

ORADOR: Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Há número regimental. Decla-
ro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos NOSSOS trabalhos.

Convido o Deputado Cláudio Monteiro a assumir a Presidência dos nos-
sos, trabalhos.

~~teawa&s&^Ttotftaêffe^^, Deputado Cláudio Monteiro.)~~

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Passamos a

COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

Com a palavra a Deputada Rose Mary Miranda, pela Liderança do PP.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

2

TAQUI.: SULAMITA

REVISOR: EDSON

HORA: 09:55 Nº: 0-06/1

DATA: 17/06/93

ORADOR:

A SRª ROSEMARY MIRANDA (PP. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, agradeço ao Líder do meu Partido por ter me dado a oportunidade de ocupar a tribuna no horário de Liderança.

Deixo registrada nesta Casa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a carta-aberta que enderecei ontem ao Presidente do Partido Progressista, em que digo:

Sulamita/Edson

17/08

9h55

0-06/2

(Rose Mary Miranda)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CARTA ABERTA AO **PRESIDENTE** DO PARTIDO PROGRESSISTA

Brasília, de junho de 1993

Senhor Presidente,

O País vive um momento delicado tanto politicamente quanto economicamente. A fome e a miséria atingem cerca de 45 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, das quais 32 milhões sofrem de desnutrição crônica. A fome e miséria nao são mais privilégios de algumas áreas ou regiões. Elas se generalizaram pelo país inteiro.

Mo campo político, o apoio ao Governo Itamar nao deve ser posto como uma posição automática, ft, fe porque como afirmava o teatrólogo Nelson Rodrigues "todo apoio incondicional é burro". Portanto, o Partido Progressista tem este compromisso de apoiar o Governo Itamar, com independência, em nome da governabilidade, criticando e sugerindo correções de rumos no programa governamental, contribuindo para com o permanente entendimento político-partidário.

Entretanto, este entendimento político-partidário perpassa pelas bases de cada partido. Neste momento de dificuldade nacional os partidos não podem e não tem o direito de elitizar as "decisões salvadoras" que: por ventura venham a fazer parte da própria governabilidade do Governo Itamar Franco.

O Partido Progressista necessita fazer urgentemente consultas às suas bases partidárias para que a agremiação possa marchar unida em torno de objetivos claros, sem que prevale-



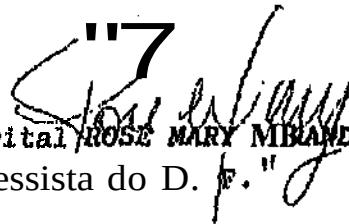
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ça a opinião de "cabeças coroadas" dentro do partido. No próximo ano teremos uma eleição casada em todo país, daí a importância de prestigiarmos as bases do nosso partido.

Alertamos, neste momento, que o abandono a que as bases do Partido Progressista estão relegadas, não tendo voto ou voz na suas decisões mais importantes, poderá acarretar um enfraquecimento da agremiação e uma perda significativa de importantes quadros do Partido Progressista por ocasião da ampla reforma partidária que se avizinha, inclusive influenciada pela reforma constitucional.

O Partido Progressista não tem o direito de errar em função de disputas intestinas ou por rateamentos de cargos na Administração Federal. As bases do Partido Progressista exigem participação e o fim das decisões às portas fechadas.

Atenciosamente,


Deputada Distrital ROSE MARY MIRANDA
Partido Progressista do D. F.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA K APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

5

TAQUI.: SULAMITA

REVISOR: EDSON

HORA: 09:55 Nº: 0-06/4

DATA: 17/06/93

ORADOR: Rose Mary Miranda

Esta, a carta que encaminhei ao Presidente do Partido Progressista, meu Partido. Quis deixar bem clara ao Presidente do PP minha insatisfação com relação às decisões tomadas, a portas fechadas, pelo Partido ao qual pertencço:

O Presidente do meu Partido tem usado freqüentemente a imprensa para dizer que essas decisões foram tomadas com as bases da Agremiação, o que não é verdade, porque as bases do Partido - entendo eu - são feitas pelos Deputados Estaduais, Distritais e Vereadores, e nós, com certeza, não fomos ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Com a palavra o Deputado José Edmar, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ EDMAR (PFL. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o tema que focalizarei foi bastante discutido na última terça-feira, mas não quis adiantar-me nem tomar nenhum posicionamento. Sempre me questionei muito sobre a minha vida nesta cidade. Sou de família do interior, tenho minha fazendinha, no interior de Goiás, e- com toda sinceridade afirmo a todos que não tenho coragem de plantar naquela terra. Crio alguns animais, mas não tenho coragem de plantar, porque há injustiça quanto ao sistema de produtividade agrícola.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

6

TAQUI.: SULAMITA REVISOR: EDSON HORA: 09:55 Nº: 0-06/5
DATA: 17/06/93 ORADOR: José Edmar

Para mim, portanto, fica no ar uma dúvida bastante importante sobre o caso da demissão do Ministro Nuri Andraus. Não quero discutir essa demissão. Houve erros, houve omissão quando da sua nomeação, porque o Presidente da República não foi esclarecido sobre a situação do Ministro, mas questiono: será que a nomeação do Ministro Nuri Andraus incomodou por causa da sua situação moral ou foi realmente

~~SEQUE DENTIST~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

①

TAQUI.: Denise REVISOR: Carlos HORA: 10:00 Nº: 0/7.1
DATA: 17.06.93 ORADOR: J. Edmar

por causa do financiamento através da equivalência de produtos agrícolas?

Sabemos que a equivalência será a justiça para o homem do campo; também, sabemos, que o financiamento com essa base será um inferno para os banqueiros, Sr. Presidente. Os banqueiros, logicamente, deixarão de faturar milhões e milhões de cruzeiros, como vêm faturando atualmente. Aí vem a pergunta: será que o novo Ministro terá coragem de defender a equivalência para os produtos agrícolas como defendia o ex-Ministro Nuri Andraus? E, defendendo isso, será mantido no cargo?

Estas as perguntas que deixo no ar, e que gostaria que o novo Ministro da Agricultura também tivesse a coragem de defender e de coloca-las em prática neste nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Não mais havendo oradores inscritos, está encerrado o Plenário de Lideranças.

Convido a Deputada Rose Mary Miranda a assumir a Presidência dos NOSSOS trabalhos.

(Assumo a Presidência)

Mary Miranda.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

⑧

TAQUI.: Denise

REVISOR: Carlos

HORA: 10:00 Nº: 0/7.2

DATA: 17.06.93

ORADOR:

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda } - Há expediente sobre a mesa.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Padre Jonas, que proceda à
leitura do mesmo.

~~(O Sr. Secretário, Deputado Padre Jonas, procede à leitura do se-~~

~~guinte)~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO N 2 DE 1993.
(Do Deputado BENÍCIO TAVARES)

Solicita a inclusão de editori
al do Correio Braziliense nos Anais
da Câmara Legislativa.

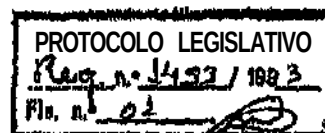
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 107, II do Regimento Interno, venho solicitar a transcrição nos Anais da Câmara Legislativa do editorial intitulado "Alerta", veiculado na edição de 13 de junho último do periódico "Correio Braziliense".

Ressalto que o editorialista, ao conclamar à resistência os parlamentares brasilienses do Congresso Nacional, conflui para a defesa das transferências orçamentárias da União ao Distrito Federal, por que esta Casa coletivamente e cada um dos Parlamentares vêm intransigentemente pugnando.

Sala das Sessões, de junho de 1993.

Benício Tavares
BENÍCIO TAVARES
Deputado Distrital



Alerta

Já se tornou ostensiva a tendência de alguns parlamentares para engordar a pauta da próxima revisão constitucional, prevista no Artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a extinção dos recursos destinados ao Distrito Federal pela União. Por força de justa compreensão do papel político reservado ao território da capital da República, o constituinte de 1988 atribuiu ao Governo Federal a obrigação de manter o Poder Judiciário, o Ministério Público, as polícias civil e militar e o Corpo de Bombeiros do DF. E o que dispõe, de forma cogente o artigo 21, incisos XIII e XIV da Carta.

Além do preceito constitucional, a União cumpre outros deveres em relação ao governo local não sancionados em dispositivos legais, mas sacralizados por uma prática ininterrupta e ditada por conveniências políticas inarredáveis. Assim, os serviços oficiais de saúde e o ensino público são estipendiados com subsídios procedentes do erário federal, desde o ato inaugural de Brasília, há 33 anos. Em múltiplas ocasiões, o ragramento jurídico estampado na Lei Magna e o socorro adicional amparado em disposição por assim dizer consuetudinária enfrentaram contestações solertes no âmbito do Congresso, sempre arredadas por argumentos irresponsáveis tomados à lógica.

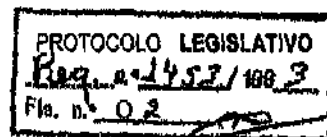
Todavia, as resistências parlamentares no modelo de colaboração entre a órbita federal e o governo de Brasília tornam-se mais incandescentes à medida que a crise se adensa, malgrado persistam cada vez mais fortes as razões que o aconselham e consolidam. E, por faarrenol, a má vontade agora tem pela frente rara oportunidade de cristalizar-se em norma de cumprimento compulsório, por meio de emenda supressiva à Carta Constitucional de 1988. Colocam-se em risco, também, os fluxos espontâneos de recursos para o DF, na hipótese de prosperar a idéia funesta C/H emenda. Se o que resulta de dever jurídico ruir, tudo o mais poderá ser cancelado.

A tese sustentada pelos interessados em inviabilizar a sobrevivência financeira do DF é a de que os estados não recebem ajudas do gênero. Logo, raciocinam, o privilégio atenta contra o princípio do igualitarismo federal. Trata-se de um silogismo falso a todos os títulos, como restou provado em reiteradas ocasiões anteriores, quando tentativas idênticas M insinuaram na esfera do Poder Legislativo, por influências interessadas de alguns estados.

De plano, observe-se que o território da capital da República não é um estado, mas um distrito, ao qual o constituinte de 1988, movido por conveniências políticas consistentes, entendeu conceder um grau relativo de autonomia. O efeito buscado foi o de atribuir ao povo o direito de escolher o seu governador e (h criar, também sob o pálio do voto secreto e direto, uma Câmara Legislativa. Não houve alteração alguma de natureza estrutural capaz de elidir as razões históricas que instituíram a colaboração entre os governos locais e federal.

Na dimensão política, as obrigações da União com referência ao DF fluem da necessidade inarredável de conferir condições de sobrevivência a uma unidade da hierarquia federal criada para o fim específico de abrigar a capital do Brasil. Sua concepção urbana e arquitetônica, além da circunstância singular de sediar o Governo da República, impede-me de buscar recursos tributários com base no desenvolvimento econômico, ainda mais depois que o Plano Piloto se tornou intocável por ter sido declarado pela ONU patrimônio da humanidade. Ora, se não pode industrializar-se como qualquer outra foca, o DF há de conseguir recursos de quem impõe tal restrição, a União Federal.

A bancada do DF na Câmara dos Deputados e no Senado, portanto, deverá permanecer em posição permanente de alerta, para evitar que se consuma semelhante catástrofe na revisão constitucional.



8 LIDO EM 17/06/93

0/7J ✓

(11)

MENSAGEM

Nº 114 /93-GAG

Brasília, 16 de junho de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência especialmente para comunicar que, nos termos do § 1º, do artigo 74, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decidi impor veto total ao Projeto de Lei nº 141/91, cuja ementa está assim redigida:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de tubo de descarga vertical, nos veículos de transporte coletivo equipados com motor diesel no Distrito e dá outras providências",

por considera-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos seguintes

Excelentíssimo Senhor
Deputado BENÍCIO TAVARES
Digníssimo Presidente da Câmara Legislativa
do Distrito Federal

W E S T A

9 0/7.6
(12)

MOTIVOS DO VETO

Preliminarmente, cumpre salientar que não há informações técnicas seguras de que a medida preconizada no Projeto de Lei possa trazer benefícios aos usuários ou à população de um modo geral, pois as partículas prejudiciais ao meio ambiente espelidas pelos tubos de descargas de veículos automotivos se propagam mais rapidamente na razão direta da altura em que são liberadas.

Ademais, mesmo admitindo-se para argumentar, a existência de um benefício ao meio ambiente, o mencionado Projeto de Lei ainda apresentaria falhas, tendo em vista que o universo a ser alcançado pela medida estaria restrito a parcelas dos agentes causadores deste tipo de poluição, descuidando de um sem número de outros veículos, em alguns casos até com maior capacidade poluidora.

Os argumentos acima expendidos, por si só, já demonstram que o Projeto de Lei não atende aos reclamos do interesse público relevante, o que bastaria para a fundamentação legal do presente veto.

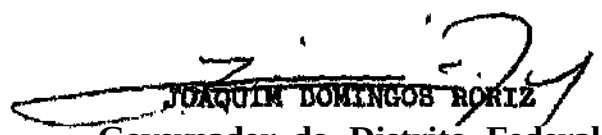
Entretanto, o fundamento maior e mais relevante, no que tange à jurisdição e constitucionalidade, diz respeito à infringência ao disposto no artigo 22, inciso XI, de nossa Carta Magna, o que me impeliu a praticar o veto, total ao supracitado Projeto de Lei.

Estas conclusões são lastreadas no pronunciamento técnico da Secretaria de Transporte e no parecer da Consultoria Jurídica de meu Gabinete.

Y

9 0/7.7
(13)

Aproveito a oportunidade para reiterar os
meus protestos de elevada estima e consideração e estima.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

*Nego Soues
Em 14-06-93.
7-77*

Q18
14

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de tubo de descarga vertical, nos veículos de transporte coletivo equipados com motor diesel no Distrito Federal e dá outras providências".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

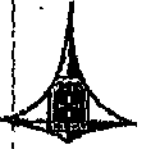
Art. 1º - Todos os veículos equipados com motor diesel e que prestam serviços de transporte público coletivo convencional no Distrito Federal ficam obrigados a utilizar tubo de descarga vertical, situado na lateral traseira e no lado esquerdo da carroceria, com escape à altura do teto.

Art. 2ª - As empresas concessionárias do transporte público coletivo convencional têm prazo de noventa dias, a contar da publicação desta Lei, para apresentar à Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC - projeto e cronograma de adaptação de sua frota.

Parágrafo único - A previsão de tempo para a adaptação da frota não pode exceder dois anos, a contar da data de aprovação do projeto pelo órgão técnico da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Art. 3º - Os contratos para aquisição de novos veículos, a partir da publicação desta Lei, preverão veículos adaptados à normas estabelecidas no parágrafo 1º.

M. B.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

9 0/19
a 07/11
(15)

Art. 4º - O não-cumprimento do disposto no art. 2º implica aplicação de multa equivalente a 100 (cem) Unidades Padrão do Distrito Federal - UPDF, bem como cancelamento da concessão do serviço.

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento desta lei cabe à Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, que para tal fim poderá firmar convênios com entidades públicas,

Art. 6º - A arrecadação proveniente de multas aplicadas será destinada ao Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM, para a execução da política ambiental do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 41 de 13 de setembro de 1989.

Art. 7ª - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Legislativa do Distrito Federal, de maio de 1993.

Deputado **BENÍCIO** TAVARES
Presidente

LIDO EM 17/06/83
①6 013/84
07/12

MOÇÃO Nº 1793.

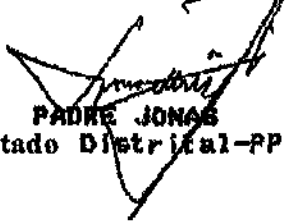
Autor : Deputado Padre Jonas
Partido : Partido Progressista - PP

Nos termos do art. 109 do Regimento Interno, solicitamos a manifestação desta Câmara Junto ao Poder Executivo local reivindicando providência na melhoria da iluminação pública do prédio de estacionamento da CEASA e áreas adjacentes.

JUSTIFICATIVA

As áreas acima mencionadas estão com um nível de iluminação indesejável e, até mesmo, falta dos padrões de modernidade exigidos para o Capital Federal Brasileira. Além disso, a atual iluminação está trazendo uma série de dificuldades de locomoção, fazendo com que as pessoas deixem de comparecer àquela Central, file Abastecimento, tendo serem surpreendidas por acontecimentos desagradáveis.

Sala das Sessões, 04 de junho de 1973.


PADRE JONAS
Deputado Distrital-PP

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Excelentíssimo Senhor
Governador do Distrito Federal,

A Segurança Pública é um dos Fundamentos da Organização do Poderes do Distrito Federal, previstos no Art. 39, inciso VI, d) Lei Orgânica do Distrito Federal, assim transcritos:

Art. 39 São objetivos prioritários do Distrito Federal:

VI - dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, SEGURANÇA PÚBLICA, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Pelo exposto, a Câmara Legislativa do Distrito Federal ciente da grande importância da matéria explanada em Moção em pauta, solicita providências de Vossa Excelência no atendimento ao especificado.

Deputada BENÍCIOTAVARES
Presidente

A. S. A. Presidente...

3/Rev.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO PADRE JONAS

Lido em 17/06/93

04/92

(18)

07/14

MOÇÃO Nº 199.

Autor H Deputado Padre Jonas
PRtido * Partido Progressista - PP

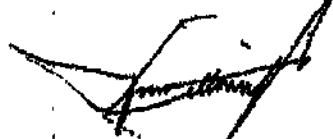
Nos termos do Art. 109 do Regimento Interno, solicitamos a manifestação desta Casa, Junto ao Poder Executivo local, solicitando o credenciamento das Cooperativas de Transporte Alternativo de Passageiros do Distrito Federal, devidamente registradas na Junta Comercial do Distrito Federal e inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Junto ao Departamento Municipal de Transportes Urbanos - DMU, para que as mesmas possam receber os valores referentes aos Vales Transportes recebidos dos passageiros, P&lon seus cooperados.

JUSTIFICATIVA

Na atualidade, o recebimento de Vales Transportes pelo veículo operadores no transporte alternativo de passageiros no Distrito Federal é impraticável, porque o recebimento dos valores correspondentes aos mesmos conduz a um processo não regulamentado, de acordo com a realidade presente.

Assim, movidos pelo senso de atendimento aos usuários & aos operadores do Sistema de Transporte Alternativo de Passageiros, bem como proporcionar maior assistência às cooperativas do Distrito Federal, apresentamos esta proposição, buscando solucionar um problema aparentemente difícil.

Sala das Sessões, de Junho de 1993.


PADRE JONAS
Deputado Distrital-PP

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

X 47.8
07/15
(12)

Excelentíssimo Senhor
Governador do Distrito Federal,

A proposição de apresentação pelo Deputado PR Dr. Jonas, é de grande interesse das Cooperativas do Sistema Alternativo de Passageiros no Distrito Federal, estando amparada no Art. 179, Incisos I e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, assim transcritos:

Art- 179. O Distrito Federal propiciará a criação de Cooperativa e Associação que objetivem:

I - integração e coordenação entre produção e comercialização;

.....
III - integração social.

Diante do exposto, a Câmara Legislativa do Distrito Federal reivindica a Vossa Excelência providencie o credenciamento das Cooperativas de Transportes Alternativas de Passageiros, Junto ao DMTU/DF.

Deputado BENÍCIO TAVARES
Presidente

Assinado



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

20

TAQUI.: Riva REVISOR: Carlos HORA: 10:05 Nº: 0.08.1
DATA: 17.06.93 ORADOR: Pres. Rose Mary Miranda

A SRª PRESIDENTE (RoseMary Miranda) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. Sem revisão do orador.) - Srª Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, inscrevi-me para breve pronunciamento a respeito do reajuste do salário dos servidores, que ontem conseguimos aprovar a antecipação dos 85%. No pagamento passado, o pessoal da Segurança Pública obteve um parcelamento em seus vencimentos, da mesma forma que os servidores, de modo geral. E verdade que, na época, o contracheque contemplava o valor integral; o problema foi solucionado com a explicação do engano havido por ocasião da elaboração da folha, pelo menos na área da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, quando, ao invés de uma folha suplementar para o pagamento da diferença do salário, foi elaborada uma folha única. Caso houvesse o desmembramento, o custo seria dobrado para as duas corporações, pela inexistência de verba àquela época. Com isso, o pagamento foi efetuado em duas parcelas e concluído na segunda-feira, quando entrou na conta corrente de cada um.

Como todos sabemos, no mês de junho, não haverá o mesmo problema, porque foi inserido, ontem no projeto, a seguinte condição: os órgãos que recebem seus pagamentos, através de repasse da União, as Secretarias respectivas terão os seus vencimentos pagos integralmente no mês de junho, não havendo o



TAQUI.: Riva

REVISOR: Carlos

HORA: 10:05 Nº: 0.08.2

DATA: 17.06.93

ORADOR: Fernando Naves

parcelamento, conforme estabelecido para os demais órgãos mantidos com verba ilocal.

Era o que eu gostaria de deixar registrado. O ocorrido quando o parcelamento objetivou evitar mais despesa, por isso que o contra-cheque foi emitido pelo total e o pagamento parcelado em duas vezes,

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) -

Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

Com a palavra o Deputado Padre Jonas.

Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho,

Com a palavra o Deputado José Ornellas.

Estando inscrita para falar, passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Cláudio Monteiro,

~~(Assume a Presidência)~~

O SR, PRESIDENTE (Cláudio Monteiro), - Com a palavra a Deputada Rose Mary Miranda.

~~A SRª ROSE MARY MIRANDA (PP. Pronuncia o seguinte discurso:)~~

1000/10/10 10:10

009.1

32

A SRA.

~~PRONUNCIAMENTO DA SEQUÊNCIA~~ ROSE MARY MIRANDA /
~~PROFESSORA DA~~ 193
~~ASSUNTO: PROGRAMA DA FOME~~ da graduação

San. posição

SENHOR PRESIDENTE, Srs.
SENHORES DEPUTADOS,

INICIOU-SE, SM TODO O PAÍS, UMA CRUZADA CONTRA A FOME E A MISÉRIA QUE ATINGEM CERCA DE 45 MILHES DE PESSOAS QUE VIVEM ABAIXO DA LINHA DA POBREZA, DAS QUAIS 32 MILHES SOFREM DE DESNUTRIÇÃO CRÔNICA. NÃO É UMA SITUAÇÃO ISOLADA, DE UMA OU OUTRA REGIÃO, MAS UMA SITUAÇÃO NACIONAL.

MOBILIZARAM-SE A8 AUTORIDADES, ARTISTAS, INTELLECTUAIS E A POPULAÇÃO EM GERAL, DIANTE DA MAIS PERVERSA DESIGUALDADE SOCIAL EXISTENTE NO MUNDO. ESTE QUADRO DE DESIGUALDADES SOCIAIS É ANTIGO NO BRASIL. A FOME, MAIS AINDA. A POBREZA E A FOME BRASILEIRA APRESENTAM UM VÍNCULO PRATICAMENTE INDISSOLÚVEL, VITIMANDO, PRINCIPALMENTE, A POPULAÇÃO INFANTIL.

NO FINAL DOS ANOS 40, A FOME NO BRASIL ERA FUNDAMENTALMENTE NORDESTINA E RURAL, ENTRETANTO, A PARTIR DOS ANOS 60 ELA GENERALIZOU-SE E DEIXOU DE SER UM FENÔMENO BASICAMENTE RURAL. A FOME HABITA HOJE AS NOSSAS REGIÕES URBANAS E AS GRANDES METRÓPOLES, TAIS COMO SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE E BRASÍLIA E COM ÍNDICES DE DESNUTRIÇÃO ATÉ SUPERIOR A ALGUMAS CIDADES NORDESTINAS.

O BRASIL CONTINUA SENDO UM PAÍS DE CONTRASTES: tfflto SOMOS A NONA ECONOMIA DO MUNDO, DE ACORDO COM O ÚLTIMO RELATÓRIO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) SOBRE A AMÉRICA LATINA, ENTRETANTO, TEMOS UM PERFIL DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PIOR QUE O DE BOTSUANA, UM DOS MAIS ATRASADOS PAÍSES DA ÁFRICA. AQUI, OS 20% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO GANHAM 27,3 VEZES MAIS DO QUE OS 20% MAIS POBRES. EM BOTSUANA, A DIFERENÇA É DE 23,6%.

AINDA RESSALTANDO OS CONTRASTES, APESAR DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA, OS ASSALARIADOS NEGROS E PARDOS GANHAM MENOS DO QUE OS BRANCOS. O BRASIL É UM DOS NOVE PAÍSES DO MUNDO QUE AINDA ACUSAM GRAVES PROBLEMAS DE ESCRAVIDÃO, ONDE PROPRIETÁRIOS RURAIS VÊM EXPLORANDO TRABALHOS FORÇADOS. AS MULHERES, QUE JÁ RESPONDEM POR 40% DAS VAGAS NO MERCADO DE TRABALHO, CONTINUAM RECEBENDO UM SALÁRIO BASTANTE INFERIOR AO DOS HOMENS.

NO MAIS RECENTE ANUÁRIO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), RELATIVO AO ANO DE 1992, O BRASIL É RETRATADO COMO UM PAÍS DE ECONOMIA TOTALMENTE ESTAGNADA. A POBREZA CONJUNTURAL DO

PAÍS LI VISÍVEL SE COMPARADA AOS OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA. SEGUNDO DADOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID), O BRASIL PICOU EM 22º LUGAR EM TERMOS DE PERFORMANCE DE SUA ECONOMIA NO ANO PASSADO. O PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO CAIU 1% EM 92. ATUAÇÃO, PIOR, SOMENTE 100 DE BARBADOS, HAITI E PERU- A ARGENTINA E URUGUAI CRESCERAM EM 5% . O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO CHILE FOI DA ORDEM DE 10%.

COM UMA INFLAÇÃO ANUAL DE 1.157,95% NO ANO PASSADO, O BRASIL FICOU DE FORA DA LISTA DOS PAÍSES CITADOS PELO BID COMO CAMPESES DE REFORMAS BEM SUCEDIDAS EM SUAS ECONOMIAS. TAMBÉM PUDERA, SOMENTE NA ÚLTIMA DÉCADA O BRASIL TEVE 8 PROGRAMAS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA; 15 POLÍTICAS SALARIAIS; 54 ALTERAÇÕES DE SISTEMAS DE CONTROLE DE PREÇOS; 18 MUDANÇAS DE POLÍTICAS CAMBIAIS; 21 PROPOSTAS DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA; 11 ÍNDICES INFLACIONÁRIOS DIFERENTES; 5 CONGELAMENTOS DE PREÇOS E SALÁRIOS E 8 DETERMINAÇÕES PRESIDENCIAIS PARA CORTES DRÁSTICOS NOS GASTOS PÚBLICOS. ALIÁS, 19 DETERMINAÇÕES COMO ESTA DA ÚLTIMA SEGUNDA-FEIRA, FEITA PELO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO.

SEU PRESIDENTE, Sr.
SENHORES DEPUTADOS,

É INCRÍVEL QUE, APESSAR DE TANTOS DESAFIOS; O PAÍS AINDA CONTINUE SOBREVIVENDO E A SUA POPULAÇÃO SE MANTENHA ORDEIRA NO SEU DIA-A-DIA, CUMPRINDO AS SUAS OBRIGAÇÕES. E ESTA FAZENDO AINDA MAIS, AO MOBILIZAR-SE, CONTRIBUINDO COM SOLUÇÕES CRIATIVAS E INOVADORAS NO COMBATE À FOME E À MISÉRIA NO PAÍS.

ENTRETANTO, SOMENTE PALAVRAS E BOAS INTENÇÕES NÃO MATAM A FOME. NÃO SE PODE RETIRAR OS 45 MILHÕES DE BRASILEIROS QUE ESTÃO VIVENDO ABAIXO DA LINHA DA POBREZA. O PROBLEMA DA FOME SÓ SERÁ RESOLVIDO ATRAVÉS DE RESPOSTAS POSITIVAS DA AGRICULTURA. E ATÉ O MOMENTO NINGUÉM TOCOU NESTE ASSUNTO. O GOVERNO FEDERAL ACENA, AGORA, COM CORTES EM TODOS OS MINISTÉRIOS, INCLUINDO, TAMBÉM, O DA AGRICULTURA. NÃO PARECE INCORRETO FALAR EM MATAR A FOME DO POVO E RETIRAR RECURSOS DA AGRICULTURA, PRINCIPALMENTE OS SUBSÍDIOS PARA O PLANTIO.

SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELO BANCO DO BRASIL, A INTENÇÃO DA DIRETORIA É COLOCAR A DISPOSIÇÃO DOS AGRICULTORES, EM SUA CARTEIRA AGRÍCOLA, CERCA DE 2,5 BILHÕES DE DÓLARES. FELIZMENTE, SEUS RECURSOS SERÃO CAPTADOS BASICAMENTE NO MERCADO POR MEIO DA CADERNETA DE POUPANÇA.

MAIS QUE OS RECURSOS, A AGRICULTURA BRASILEIRA PRECISA SER REPENSADA DIANTE DOS NOVOS MOVIMENTOS MUNDIAIS DE CRIAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS. ALÉM DO MAIS, O

GOVERNO COLLOR DESMONTOU TODAS AS ESTRUTURAS DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA, INCLUSIVE ~~EM~~ A EXTINÇÃO DA ENBRATER. POR OUTRO LADO, OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA ESTÃO ESGOTADOS, DO CRÉDITO RURAL À SISTEMÁTICA DE PREÇOS MÍNIMOS.

HÁ UM MOVIMENTO MUNDIAL DE GLOBALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS. OS PAÍSES PRODUTORES AGRÍCOLAS, PARA ENFRENTAR ESJA TENDÊNCIA, ESTÃO-SE ORGANIZANDO MAIS, COM MELHOR TECNOLOGIA E MENORES CUSTOS, PARA INVADIR NOVOS MERCADOS. O BRASIL ESTÁ TODO DESORGANIZADO. HÁ MUITOS ANOS, NÃO SE INVESTE EM TECNOLOGIA AGRÍCOLA. O PAÍS ESTÁ PERDENDO COMPETITIVIDADE NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ESTÁ PERDENDO PRODUTIVIDADE, E ESTA É A PALAVRA-CHAVE PARA VENCERMOS A FOME NO PAÍS.

O BRASIL ESTÁ DIMINUINDO A PRODUTIVIDADE NA AGRICULTURA PORQUE OS PRODUTORES JÁ NSO ESTÃO USANDO OS INSUMOS BÁSICOS DEIXARAM DE FAZER A CORREÇÃO DO SOLO, DIANTE DOS ALTOS CUSTOS DAS TAXAS DE JUROS COBRADAS PELOS BANCOS. TODA ESSA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL, DA COMERCIALIZAÇÃO, DO ARMAZENAMENTO, DO TRANSPORTE, DO SUPRIMENTO, A PRÓPRIA POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMO, SE ESGOTOU E NÃO ATENDE MAIS FCS NECESSIDADES NEM DO PRODUTOR NEM DO CONSUMIDOR. NA HORA DE OS PRODUTORES COMERCIALIZAREM OS PRODUTOS QUE PRECISAM TRANSPORTAR AS ESTRADAS ESTÃO TODAS ESBURACADAS, E O ARMAZENAMENTO É UM CAOS. TUDO ISSO ENCARECE O PRODUTO. EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO, UM PRODUTO QUE CUSTA 100 NA PORTEIRA DA FAZENDA CHEGA AO CONSUMIDOR POR 200. NO BRASIL CHEGA POR 300. A INTERMEDIACÃO SE APROPRIA DE 200.

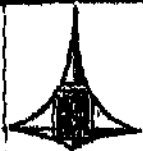
É COM ESSE QUADRO CAÓTICO QUE A NOSSA AGRICULTURA TERÁ QUE RESOLVER O PROBLEMA DA FOME E DA MISÉRIA NO BRASIL. PORTANTO, NO MOMENTO EM QUE NECESSITAMOS REALIZAR PROFUNDAS MUDANÇAS NA MENTALIDADE DAS CLASSES DIRIGENTES, DOS POLÍTICOS E DA SOCIEDADE, É PRECISO QUE A AGRICULTURA DETENHA AS CONDIÇÕES PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO POR MEIO DE USO DE NOVAS TECNOLOGIAS, GARANTINDO GANHOS DE PRODUTIVIDADE, ALÉM DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS REALISTAS. SÓ ASSIM, A MESA DO BRASILEIRO TERÁ A FARTURA QUE CADA CIDADÃO TEM DIREITO-

VAMOS ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA NO PAÍS. A SOCIEDADE ESTÁ MOTIVADA E A AGRICULTURA BRASILEIRA TEM CONDIÇÕES, SE BEM ORIENTADA, DE DAR AS RESPOSTAS E RESGATAR OS 32 MILHÕES DE PESSOAS QUE ~~estão~~ SOFREM DE DESNUTRIÇÃO NO BRASIL, IRONICAMENTE A NONA POTÊNCIA ECONÔMICA DO PLANETA!

MUITO OBRIGADA!

Sei lá

Sei lá



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

25

TAQUI.: "vi

REVISOR: Lizete

HORA: 10h15 Nº: 0/10.1

DATA: 17.06.93

ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Monteiro) - Convido a Deputada Rose

Mary Miranda a assumir a Presidência dos nossos trabalhos.

~~(Assume a Presidência a Deputada Rose Mary Miranda.)~~

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o

Deputado Agnelo Queiroz V.Exa. não se encontra presente em plenário.

Com a palavra o Deputado Edimar Pireneus.

GABINETE DO DEPUTADO EDIMAR FIRENEUS
~~PRONUNCIAMENTO DE MACKTTF 7/06/93~~

Arq» DC10-93

n RR. EDIMAR FIRENEUS, (BB. ~~Profere o seguinte discurso~~)

(O Sr. Edimar Fireneus C.P. sem leitura do order) -

Sra -
SENHOR PRESIDENTE DA MESA, CAROS COLEGAS
DEPUTADOS, COMPANHEIROS DA IMPRENSA, SENHORAS E SENHORES,

ESTAMOS VIVENDO OS LIMITES PERIGOSOS DE UMA CRISE
SOCIAL E ECONÔMICA, QUE ESTÁ DEIXANDO MARCAS CRUAS NOS
SEGMENTOS MAIS POBRES DA NOSSA POPULAÇÃO. SABEMOS QUE AS
MAIORES VÍTIMAS DESSA CRISE SÃO, SEM DÚVIDA, A GRANDE MASSA
DA POPULAÇÃO CASTIGADA PELA FOME E PELA DESNUTRIÇÃO, E O
CADA VEZ MAIS CRESCENTE NÚMERO DE MENORES ABANDONADOS E
DESASSISTIDOS.

SABEMOS, TAMBÉM, ONDE CHEGAREMOS SE NÃO TOMARMOS
MEDIDAS CONCRETAS, EFICAZES E IMEDIATAS. E, SE TEMOS A NOÇÃO
EXATA DOS RISCOS DO CAOS SOCIAL QUE SE AVIZINHA, NÃO
PODEMOS CRUZAR OS BRAÇOS. É PRECISO Pôr MÃOS À OBRA, E JÁ.

A QUESTÃO DA FOME JÁ ESTÁ SENDO TRATADA ATRAVÉS DO
PLANO DE COMBATE À FOME E À MISÉRIA, LANÇADO RECENTEMENTE
PELO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, E COORDENADO PELO AUTOR DA
IDÉIA, O SOCIOLOGO HERBERT DE SOUZA, O BETINHO. PARA SAIR
DO PAPEL, HO ENTANTO, K FUNCIONAR, ESTE PLANO PRECISA DO
APOIO DE TODOS OS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO. A FOME, ASSIM COMO
A INFLAÇÃO, SÓ VAI ACABAR QUANDO TODA A NAÇÃO DECIDIR ISTO.

CITEI EM PRIMEIRO LUGAR, O PROBLEMA DA FOME,
PORQUE AS DUAS QUESTÕES - FOME E MENOR ABANDONADO - SÃO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2

24

INDISSOCIÁVEIS. JOGADOS NA MARGINALIDADE E PRESSIONADOS PELA FALTA AFETIVA, PELO ABANDONO MATERIAL E PELA FOME, QUE « UM PROBLEMA INTRANSFERÍVEL. 0(3 MENORES BRASILEIROS ACABAM OPTANDO PELOS CAMINHOS DO ROUBO E DE OUTROS DELITOS.

FOME E MENOR ABANDONADO SÃO, REPITO, QUESTÕES INDISSOCIÁVEIS. MAS, ENQUANTO A DISCUSSÃO SOBRE O PROBLEMA DA FOME JÁ GANHOU UM PLANO DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL, A QUESTÃO DO MENOR AINDA ENGATINHA. TEMOS, DE UM LADO, UM ESTATUTO CONSIDERADO MODERNO, E COMPLETO, MAS AINDA CARENTE DOS INSTRUMENTOS CAPAZES DE ADEQUÁ-LO À NOSSA REALIDADE E DE FAZER COM QUE SAIA DO PAPEL. DE OUTRO LADO, A PRESSÃO SOCIAL QUE FAZ CRESCER, A CADA DIA, O NÚMERO DE MENORES JOGADOS NA MARGINALIDADE, EXIGINDO UMA RÁPIDA ATITUDE POR ^{parte} ~~parte~~ DE TODA A SOCIEDADE.

NÃO PODEMOS PERDER TEMPO. SÃO VIDAS QUE ESTÃO EM JOGO. VIDA E FUTURO. ENTENDO QUE CADA REGIÃO, CADA CIDADE, TEM QUE BUSCAR, DENTRO DA SUA PRÓPRIA REALIDADE, AS SOLUÇÕES PARA A QUESTÃO DO MENOR. O ^{PROJETO} ~~PROJETO~~ DE LEI QUE ^{está em tramitação} ~~está em tramitação~~ TEM ESTA FINALIDADE - DAR INSTRUMENTOS, PINCADOS DA NOSSA REALIDADE E DAS NOSSAS CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS, PARA A EXECUÇÃO DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NA LEI NÚMERO 234 E NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(C. a)
O PROJETO É O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E TEM O OBJETIVO DE PROMOVER A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, MAS QUE NUNCA SAÍRAM DO PAPEL... PARA ISTO, O PROMENOR SE PROPÕE A MODIFICAR, REESTRUTURAR E REDIMENSIONAR A ATUAL REALIDADE SOCIAL QUE ENVOLVE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO DISTRITO FEDERAL, GARANTINDO-LHES UMA FORMAÇÃO INTEGRAL E A CONSTRUÇÃO DE SUA CIDADANIA.

^{O. A.} SERÃO INSTRUMENTOS DO PROMENOR TODOS OS MOTIVOS E MECANISMOS OFICIAIS DE ENSINO REGULAR E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, E TODAS AS INSTITUIÇÕES, OFICIAIS OU NÃO, DE ASSISTÊNCIA AO MENOR. PARA VIABILIZAR O PROGRAMA SERÁ, TAMBÉM, ENVOLVIDA A INICIATIVA PRIVADA, COM DESENVOLVIMENTO DE INCENTIVOS ESPECIAIS E IMPLEMENTAÇÃO DE TRABALHOS SOCIALMENTE PRODUTIVOS VOLTADOS PARA A INTEGRAÇÃO E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO MENOR.

PARA A SUSTENTAÇÃO DO PROGRAMA SERÁ CRIADO O FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO DISTRITO FEDERAL, COM RECURSOS PROVENIENTES DE CONCESSÕES DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE HOTÉIS, MOTÉIS, TEATROS, CINEMAS E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE DIVERSÃO, DE VINTE E CINCO POR CENTO DAS RENDAS GERADAS POR LOTERIAS E OUTROS CONCURSOS DE APOSTAS PATROCINADOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, DE LEGADOS E OUTRAS FORMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, E DE RENDAS PATRIMONIAIS GERADAS POR ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS E CESSÃO TEMPORÁRIA DE USO DE BEM PÚBLICO.

^{O. A.} ALÉM DAS FORMAS JÁ PREVISTAS, O PROMENOR ESTIMULARÁ A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DE DOAÇÕES DE

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, E DE ENTIDADES ASSISTENCIAIS, COM A CONTRAPARTIDA DOS BENEFÍCIOS DE ABATIMENTO DA RENDA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR. UM ASPECTO IMPORTANTE É QUE O ^{C.A.} ~~PROMENOR~~ DETERMINA, TAMBÉM, A TAXAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS PARA REFORÇAR O LEVANTAMENTO DE FUNDOS DO ~~PROMENOR~~.

DESTA FORMA, ESCORADO EM RECURSOS PRÓPRIOS, O PROGRAMA TERÁ SUPORTE FINANCEIRO PARA EXECUTAR SUBPROJETOS VOLTADOS PARA A SAÚDE, A ALIMENTAÇÃO E A NUTRIÇÃO 003 MENORES, HOJE VÍTIMAS DE CARÊNCIAS ALIMENTARES QUE COMPROMETEM NÃO SÓ O SEU CRESCIMENTO FÍSICO QUANTO O SEU DESEMPENHO INTELLECTUAL.

AI ESTÁ, CAROS COLEGAS, DENTRO D'ÍSSIMOS ARTIGOS QUE INTEGRAM ESTE PROJETO DE LEI, UM INSTRUMENTO CAPAZ DE SOLUCIONAR, A CURTO PRAZO, SE TODOS TRABALHARMOS INCESSANTEMENTE, O GRAVE PROBLEMA DAS CRIANÇAS E 008 ADOLESCENTES CARENTES DA NOSSA REGIÃO. AI ESTÁ O MEIO DE TIRARMOS DEFINITIVAMENTE DAS RUAS ESSAS CRIANÇAS QUE DORMEM AO RELENTO, QUE PERAMBULAM PELOS LIXOS PARA CATAR O QUE COMER E QUE NÃO TÊM QUEM LHE FAÇA UM CARINHO OU QUEM LHE DIRECIONE O FUTURO.

TRATAMOS, NESTE PROJETO DE LEI, DE SOLUÇÕES DE CARÁTER DEFINITIVO, DE PROPOSTAS CAPAZES DE TRANSFORMAR NOSSOS MENORES E ADOLESCENTES, HOJE NA RUA, EM CIDADÃOS APTOS A CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO DA NOSSA PÁTRIA, DE ALTERNATIVAS CAPAZES DE LEVANTAR TRILHAS DE CRUZEIROS PARA ATENDER OS MENORES ABANDONADOS DE NOSSA CIDADE, HOJE

ESTIMADOS EM MAIS DE DUZENTOS MIL. SOLICITO, POR ISSO, O
APOIO DE TODOS NESTA CASA, PARA QUE ESTA PROPOSTA POSSA SER
RAPIDAMENTE IMPLEMENTADA.

MUITO OBRIGADO.

S/GR.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA K APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

31

TAQUI.: Gilwania

REVISOR: Alzira

HORA: 10:25 Nº: 0-12.2

DATA: 17.06.93

ORADOR:

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Sr. Deputado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PP, Sem revisão do orador.) - Srª Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para parabenizar a Deputada Rose Mary Miranda por ter citado a agricultura, tentando arranjar uma solução para o seu problema.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

39

~~O Sr. Aroldo Sat~~ ~~procede~~ à leitura do seguinte:)

Hoje, fala-se muito em acabar com a pobreza, com a fome, em melhorar a qualidade e a quantidade da merenda escolar, em baratear o custo da cesta básica e várias outras formas de levar alimentos mais baratos à flieflrt do brasileiro. Programas e mais programas são criados, verbas e mais verbas são alocadas e nenhum resultado positivo é alcançado. Entra ano sai ano, entra governo sai governo e a situação continua a mesma. Cada vez existem mais pobres, mais famintos, falta merenda escolar e a cesta básica é cada vez mais minguada e mais cara.

Esse quadro ftfioilm&nbe será alterado enquanto não houver a consciência de que a solução para todos esses problemas passa primeiramente por uma mudança radical no tratamento que hoje é dispensado à agricultura brasileira. Jamais haverá fartura, jamais haverá alimento barato enquanto o produtor rural não receber o tratamento que merece e a produção de alimentos não for pesada como a base para a solução de todo esses problemas. o crédito agrícola flícisêe, mas a aplicação da TR ejuro R que chegam a 18% ao ano, o torna inacessível ao homem do campo, meQ mo porque, por natureza, é um cumpridor dos seus, deveres e dos compromissos assumidos e não um caloteiro, e esse será o fim de todos aqueles que se aventurarem ao crédito que os bancos oficiais e particulares colocam a disposição da área rural.

Temos exemplos aqui, no caso a COTIA, a maior cooperativa do Brasil, hoje falida.

Por estas e outras razões é que defendo a equivalência-produto.

Vale ressaltar aqui: a agricultura não é só arroz, feijão e milho, está constando na equivalência ao produto. A agricultura, um todo.

Os que se aventuram aos créditos dentro das regras atuais estão falidos. A equivalência-produto poderá salvar a lavoura nacional, haja vista com esse instrumento, o produtor terá a garantia do pagamento justo pelo empréstimo que contrair. Por isso torço para que o Ministro da Agricultura tenha sucesso na implantação dessa nova modalidade de crédito rural.

Vale lembrar que o Sr. ministro vai tomar posse agora, às 11 horas e já existe denúncias no Jornal a Folha de São Paulo sobre este Ministro.

No Distrito Federal.



No Distrito Federal, um elenco de medidas, precisam urgentemente ser adotadas para a retomada do crescimento da produção de alimentos para o consumo interno, antes que se torne maior nossa dependência na importação de alimentos, o que seria um desastre para a economia local principalmente para o custo de vida da capital do País, hoje tão alto e já insuportável para a população de menor poder aquisitivo.

Entre essas medidas quero destacar: o funcionamento imediato do Conselho de Política Agrícola e Fundiária, já criado por leis de nossa autoria, que deve contar com a participação de representantes dos produtores rurais; a manutenção da isenção do ICMS para produtos hortifrutíferos que conquistamos em 91 e ampliamos em 92; a isenção do ICMS da energia elétrica para os estabelecimentos agrícolas; linha de crédito especial para o financiamento de conserto e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas; incentivos para a instalação de agroindústrias que trabalhariam em parceria com o produtor rural; a instalação de centrais de abastecimento nas satélites (a de Ceilândia já foi aprovada por lei de nossa autoria); a revisão dos atuais contratos de concessão de uso e arrendamento de terras públicas rurais para permitir o assentamento de trabalhadores, e produtores rurais ainda sem terra e a titulação das terras produtivas ocupadas por produtores rurais há mais de dez anos. Todas essas medidas estão amparadas em projetos de lei em tramitação e deverão ir à votação ainda este ano, mas podem ter sua aplicação antecipada, desde que haja interesse por parte do Poder Executivo e dos segmentos envolvidos em "salvar a lavoura".

Na questão da terra rural, conseguimos aprovar na Lei Orgânica, artigo 28 das disposições transitórias, a regularização das terras rurais ocupadas por produtores sem o competente instrumento legal.

*Helia/My**14.06.93**No: 10:30**O. 13.2**(34)*

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Este dispositivo deve atingir 80% dos pequenos produtores rurais que agora poderão requerer do Poder Executivo o seu contrato de concessão a fim que servirá não só para legalizar sua situação sobre a terra mas, também para lhes dá acesso ao Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste do qual estão discriminados por falta deste documento.

A Agricultura do Distrito Federal é viável. Pode-se minorar o sofrimento da população mais carente, melhorar o abastecimento interno como um todo e ativar os demais setores econômicos. Basta tão-somente uma política agrícola compatível com as necessidades do campo e com sua importância no contexto sócio-econômico. Os produtores rurais do Distrito Federal já demonstraram a sua capacidade ao transformar o cerrado bruto em terra produtiva e sua confiança no Governo ao investir o seu capital e reinvestir o seu lucro em terras do Governo, agora é a hora do reconhecimento.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

35

TAQUIL.: Célia

REVISOR: Ney

ttORA: 10:30 Nº: 0.13.3

DATA: 17.06.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PCdo B, Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, na Ordem do Dia, teremos um assunto muito importante que será a votação para instalação da CPI das mensalidades escolares. Esta Câmara se tornara forte ao defender a nossa sociedade, os nossos estudantes, 00 pais de alunos, disso tenho certeza. Falarei, oportunamente, sobre isso na discussão do projeto.

Mas o que me ~~trá~~^{traz} aqui, Sra. Presidente, é um projeto que estamos apresentando neste momento, o qual passo a ler:

Albino/Mey

17.06.93

10: W

0, 13.4

L 100 SM

17/6/93

(36)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI *Opine*

Autoriza a criação do Instituto de Saúde da Criança do Distrito Federal e da* outras providências*.

rt CÂMARA LEGISLATIVA 00 DISTRITO FEDERAL

DECRETA:

Art. 1º . Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Saúde, o Instituto de Saúde da Criança.

Art. 2º . O Instituto de Saúde da Criança terá os seguintes objetivos:

I - Construir, organizar, fazer funcionar e manter, no Distrito Federal, um Hospital Infantil que reúna todas as especialidades necessárias ao moderno atendimento da população infantil, oferecendo recursos humanos diferenciados e tecnologia de ponta apropriada às características da criança?

II - Realizar estudos e pesquisas científicas referentes à situação da criança no Distrito Federal* e investigar soluções adequadas aos seus problemas, especialmente os que concernem à sua saúde;

III - Formar e treinar recursos humanos especializados nos cuidados à saúde da criança?

IV - Realizar campanhas regulares de esclarecimentos à opinião pública relativa a orientação preventiva das principais doenças desta faixa etária;

V - Colaborar com outras instituições para o aprimoramento contínuo da qualidade dos serviços de saúde prestados à população infantil.

Art. 39 - Para a composição do quadro de pessoal do Hospital Infantil deverão ser aproveitados, preferencialmente, os profissionais das diversas repare /AI/ dades que atuam nos serviços pedfátricos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Art. 40 - o regime de trabalho do pessoal, em cada atividade especial teada do Hospital Infantil, deverá ssr prioritariamente tie 40 horas semanais.

Parágrafo único - Os cargos de direção e chefia do Hospital so poderão ser exercidos por servidores em regime de 40 horas semanais.

Art. 50 - O Instituto de Saúde da Criança terá sede no Distrito Federal, em local designado pela Secretaria de Saúde.

Art. 51 - o Instituto de Saúde da Criança será unidade orçamentária da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, gozando sua diretoria de autonomia administrativa para a execução do plano de trabalho anualmente aprovado pelo órgão deliberativo daquela Secretaria.

Art. 70 - Para a realização de seus objetivos, o Instituto de Saúde da Criança deverá promover a integração com todas as instituições do Distrito Federal, governamentais ou não, que atuem em áreas de interesse da saúde da população infantil.

Art. 80 - O Instituto de Saúde da Criança realizará suas ações em consonância com as diretrizes da política de saúde do Distrito Federal para a população infantil.

Art. 90 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1993.

Agnelo Queiroz
Deputado Agnelo Queiroz

S/Eliane



JUSTIFICATIVA

A assistência à saúde da criança vem recebendo, na atualidade, investimentos prioritários nos principais países do mundo desenvolvido e, por extensão, em amplas regiões dos povos economicamente atrasados.

rt nova atitude resulta de um melhor conhecimento científico das necessidades nutricionais e bio-psico-afetivas da criança, produto de importantes descobertas nos campos da genética, da fisiologia, da patologia, da bioquímica e da psicologia do desenvolvimento humano. Todo o formidável acervo destas conquistas criou uma verdadeira ciência do ser humano em fase de crescimento, estabelecendo a especificidade de comportamento do organismo da criança em situação de saúde ou de doença. Daí o surgimento de uma medicina apropriada a esse período da vida da nossa espécie, cuja prática requer recursos humanos particularmente treinados e equipamentos especialmente concebidos para esta finalidade.

Acréscimo, ademais, dizer que esta fase da vida é marcada por grande suscetibilidade a toda sorte de estados mórbidos, com elevado risco de mortalidade, notadamente entre as populações mais pobres, cuja condição de flltJH-ípTas carências inviabiliza o correto atendimento aos requisitos de saúde de suas crianças..

Os povos mais adiantados de há muito se deram conta de que os investimentos na promoção, manutenção ou recuperação da saúde da criança são plenamente justificados, em virtude do elevado retorno social de que se acompanham a médio e longo prazos. Os institutos destinados aos estudos relativos à infância situam-se entre as instituições mais importantes do mundo civilizado e os hospitais pediátricos de alta fecundação surgem no contexto de seus sistemas de saúde. A própria organização das Nações Unidas criou o seu Fundo para a Infância, o UNICEF, que tem despertado as nações do terceiro mundo para esta indiscutível prioridade.

O arrojo e a vocação para a modernidade, que foram elementos inspiradores da construção de Brasília, não de reservar, conseqüentemente, um lugar de destaque para os cuidados à saúde de sua população infantil. Neste particular é forçoso reconhecer que, como produto de uma qualidade de vida superior à dos demais núcleos urbanos do país, e graças à existência de um sistema público de saúde dotado de uma estrutura razoável de prestação de serviços médico-hospitalares aos seus habitantes, a mortalidade infantil na Capital da República mantém-se em níveis inferiores à dos demais estados brasileiros. No entanto, Brasília, não conta com um centro de referência para diagnóstico, prevenção e

tratamento das doenças t/a criança, apto a dar respostas ágeis e tecnicamente qualificadas em todas as especialidades em que atualmente se organiza o atendimento a esta faixa etária da população. Os serviços existentes estão todos localizados na estrutura de hospitais gerais, onde prevalece a clientela de adultos, sendo por isso mesmo desprovidos das condições ambientais indispensáveis ao tratamento do pequeno paciente com níveis molares de traumas decorrentes da hospitalização. Além disso, os recursos humanos e materiais específicos especializados estão dispersos na rede pública, o que desfavorece a sua integração e interação em benefício da quantidade e da qualidade dos serviços que executam.

Assim sendo, a criação de um órgão que centralize estudos e ações destinadas à promoção, manutenção e recuperação da saúde de nossas crianças, representará, sem dúvida, um grande avanço do Distrito Federal rumo à concepção mais moderna de seu sistema de saúde. Esta iniciativa concorrerá, igualmente, para integrar outras instituições do GDF? áreas afins da UNB, num esforço convergente de prestação de serviços especializados, investigação científica e formação de recursos humanos, diferenciados para o atendimento integral à criança. Dada a sua condição de capital da República e polo de desenvolvimento para vastas regiões do país, Brasília poderá através deste empreendimento, irradiar influência favorável que contribua para elevar progressivamente a qualidade de assistência à saúde da criança, gerando, assim, um modelo passível de ser reproduzido em capitais de outros estados.

A criação de um núcleo na estrutura da FHDF, incumbido de desenvolver as fases do atendimento a essa faixa etária da população e que centralize, num hospital infantil, recursos humanos especializados e tecnologia de ponta para diagnóstico, prevenção e tratamento em todas as áreas de assistência à saúde da criança, dotará a rede pública do DF de um componente de indiscutível valor à sua evolução «EM qualidade. Será, também, uma demonstração de que, em Brasília, a prioridade para a criança não se esgota na retórica cerimonial das grandes solenidades.

São estas as minhas palavras, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a pa

lavra o Deputado Cláudio Monteiro.

Agostinho Aguiar
Deputado Agostinho Aguiar

S. Hermione



TAQUI.: Hermione

REVISOR: Edson

HORA: 10:40 Nº: 0-15.1

DATA: 17.06.93

ORADOR:

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, antes de entrar propriamente no tema do meu discurso, devo elogiar a Deputada Rose Mary Miranda e os Deputados Aroldo sa take e Edimar Pireneus pelas manifestações proferidas desta tribuna porque co mungo dessas idéias e o meu Partido, o PDT, defende que as transformações so ci^{ai}s neste País só ocorrerão de baixo para cima, e não com imposições do po der Central, mesmo porque na nossa visão, as pessoas que dirigem esta Nação es tão mais comprometidas com seus próprios interesses do que com a própria socie dade. Portanto, parabenizo esses parlamentares pela ação em seus discursos.



Hermione/Edson

17/6/93

10:40

015/2

(43)

PRONUNCIAMENTO DO, DEPUTADO CLÁUDIO MONTEIRO (PDT)
PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DE~~SENHOR PRESIDENTE,~~ ~~SENHORES DEPUTADOS,~~ *fs.*

BASTA ABRIR UM JORNAL, LIGAR UM APARELHO DE RÁDIO OU TELEVISÃO, PARA CONSTATAR QUE ESTÁ ARMADO EM BRASÍLIA O PALANQUE DA ARBITRARIEDADE. DE FATO, NENHUMA AUTORIDADE OU PERSONALIDADE POLÍTICA LOCAL OCUPA COM TANTA INSISTÊNCIA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO QUANTO O ATUAL SECRETÁRIO (DIGAMOS) W% SEGURANÇA PÚBLICA. NADA HAVERIA CONTRA SE O FIZESSE ESCUDADO NAS NORMAS CONSTITUCIONAIS, NA DOUTRINA JURÍDICA EM VIGOR. MAS É O CONTRÁRIO. O CORONEL EMBRENHOU-SE JUSTAMENTE PÊLO TERRENO DA MAIS VIL ILEGALIDADE. PELO QUE SE DEPREENDE DE SEUS EXALTADOS DISCURSOS PERANTE MICROFONES E CÂMARAS, A AUTORIDADE CRÊ QUE LEIS E NORMAS SÃO FORMULADOS A PARTIR SIMPLEMENTE ^{para} DAR VAZÃO AS SUAS INCONFESSÁVEIS INTENÇÕES.

EM MAIO, FOI A PORTARIA SECA, A SUFOCAR, PRIMEIRO, A AGROVILA SÃO SEBASTIÃO e POUCO DEPOIS, OS MORADORES DA CEILÂNDIA. DE NADA ADIANTOU A PÉSSIMA REPERCUSSÃO NESTA CASA DAQUELA ARBITRARIEDADE. QUANDO EU E O NOBRE DEPUTADO MANOEL DE ANDRADE APRESENTAMOS PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO PARA REVOGAR A MEDIDA, SUBSTITUIU A PORTARIA, ALTERANDO-LHE *detalhes* DETALHES.



Hermione/Edson

17/6/93

10:40

015/3

EM JUNHO, PÔE A TROPA NAS MÃOS, NÃO PARA PREVENIR OU COIBIR A CRIMINALIDADE, MAS PRECISAMENTE PARA ATENTAR CONTRA A LEGISLAÇÃO. AO DESENCADEAR A OPERAÇÃO ARRASTÃO, PRENDENDO INJUSTIFICADAMENTE CRIANÇAS e, PORQUE HUMILDES, O SECRETÁRIO JULGA A BEIRA DA DELINQUÊNCIA, ACABA SEM EXPONDO A AÇÃO SANEADORA DO JUÍZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, QUE IMPÕE O RESTABELECIMENTO DA LEGALIDADE.

POR ACASO, PASSA NA CABEÇA DE ALGUÉM QUE, EM UM E OUTRO CASO, ESCAPOU AO SECRETÁRIO QUE SEUS ATOS ESTAVAM ENVOLVIDOS DE ILEGALIDADE? CLARO QUE NÃO. AFINAL, ELE DISPÕE DE UMA ASSESSORIA QUE NÃO TEM O DIREITO DE DESCONHECER AS MAIS ELEMENTARES NORMAS PERTINENTES À ÁREA DE SUA RESPONSABILIDADE.

O SECRETÁRIO, PORTANTO, NÃO PARECE MINIMAMENTE PREOCUPADO COM A INCONSEQUÊNCIA DOS SEUS ATOS. NÃO FAZ MAL TER DE RECUAR, SE FICA CLARO A QUEM ELE QUER DEMONSTRAR QUE NÃO PROCEDEU COMO PRETENDIA PORQUE FOI IMPEDIDO DE FAZÊ-LO. NÃO FOI ASSIM ALCANÇAR RESULTADOS PARA A SOCIEDADE, MAS, APENAS, ANUNCIAR QUE TUDO SERIA MAIS FÁCIL SE ELE TIVESSE O DIREITO DE DECIDIR SOZINHO. SABE O SECRETÁRIO QUE JUSTAMENTE INCONFORMADA COM O CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE, HÁ UMA PARCELA DA POPULAÇÃO, EQUIVOCADA, APOIA AS MEDIDAS MAIS ARBITRÁRIAS, ALGUNS CHEGANDO A FETTEREIRIA O PURO E SIMPLES EXTERMINIO DE MARGINAIS. NÃO SÃO POUCOS OS QUE EMBARCAM EM TAIS DEVANEIOS E A PRÁTICA DEMONSTRA QUE SÃO SUFICIENTES PARA ELEGEREM CANDIDATOS DADOS A BRAVATAS E COMPROMETIDOS COM PROPOSTAS ARBITRÁRIAS.



COM SUA ATITUDE, O SECRETÁRIO TENTA ESCONDER A TERRÍVEL REALIDADE, ESTA, SIM, RESPONSÁVEL PELA INCAPACIDADE DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE. A VERDADE É QUE TAIS FENÔMENOS ESTÃO TOTALMENTE DESAPARELHADOS. M ANOS NÃO SE ABREM NOVAS VAGAS PARA POLICIAIS CIVIS. ENQUANTO ISSO, O SECRETÁRIO SENTE-SE À VONTADE PARA LANÇAR SUSPEITAS SOBRE TRABALHADORES DA POLÍCIA, SEM SENTIR-SE OBRIGADO A COLOCAR TUDO EM PRATOS LIMPOS, COMO O FEZ AGORA, AO DEMITIR UM GRUPO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS.

NO IML, FALTA MATERIAL BÁSICO PARA A REALIZAÇÃO DE NECRÓPSIAS, JÁ NÃO HÁ SEQUER SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS QUEIMADAS. NÃO HÁ VEÍCULOS EM CONDIÇÕES DE USO, ENQUANTO O GDF ACHE POSSÍVEL CEDER VÁRIAS UNIDADES PARA O ENTORNO.

BEM QUE O SECRETÁRIO PODERIA UNIR-SE ÀS VOZES QUE CLAMAM PELO REAPARELHAMENTO DA NOSSA POLÍCIA. MAS CORRERIA O RISCO DE NEM MESMO MANTER O SEU CARGO, QUE AGORA SE REVELA TÃO ESTRATÉGICO COMO ARMA ELEITORAL.

É ISTO. OS POLÍTICOS QUE PRETENDEM LANÇAR-SE HO PLEITO DE 94 PROPONDO SOLUÇÕES ARBITRÁRIAS PARA O CONTROLE DA CRIMINALIDADE, DEVEM CONCLUIR QUE O ESPAÇO ESTÁ OCUPADO. O SECRETÁRIO PERCEBEU A ENORME FORÇA DE SEU CARGO COMO TRIBUNA ELEITORAL E NÃO QUER ABRIR MÃO DESSA VANTAGEM.

S/feder.



QUI : YÉDA

REVISOR: Edson

HOIRA: 10:45 Nº: 0.16. f

DATA: 7.06.83

ORADOR:

QUERO, PORTANTO, ADVERTIR A POPULAÇÃO PARA OS TERRÍVEIS RISCOS DESSE TIPO DE COMPORTAMENTO. NA MEDIDA EM QUE O AUMENTO DA CRIMINALIDADE ABRE CAMINHO PARA SUAS PROPOSTAS ARBITRÁRIAS, NA PROPORÇÃO EM QUE, ASSIM, VIABILIZA O SEU PROJETO ELEITORAL, É FÁCIL SUPÔR ATÉ QUE PONTO PODERÁ ENCANTAR-SE COM A HIPÓTESE DE PROPOSITADAMENTE, LIBERAR A AÇÃO, EXATAMENTE PARA PODER, COM MAIOR RENDIMENTO, SEMEAR SUAS PROPOSTAS ESTAPAFÚRDIAS E, NATURALMENTE, VOTOS NA PRÓXIMA ELEIÇÃO.

É lamentável, triste e deplorável esse comportamento. Assim, temos a isso não com a passividade desta Casa, porque a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania tem-se empenhado junto à comunidade para reverter este quadro. Mas é lamentável o conformismo e a omissão de determinadas autoridades, que até se sentem constrangidas com essas ações praticadas por esse cidadão. Só que esse inconformismo deve refletir-se em ações nitidamente contrárias a esse tipo de atitude.

Para conter tantas arbitrariedades não será prendendo ou promovendo arrastões que resolveremos o grave problema das crianças do Distrito Federal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

45

TAQUI.: Yêda- REVISOR: Edson HORA: 10:45 Nº: 0.16/2
DATA: 17.06.93 ORADOR: O Sr. Cláudio Monteiro

Nessas ocasiões, aparecem sempre aqueles que, no desejo da fama fácil, prestam-se a tais papéis.

Fica, então, registrado nosso repúdio a tamanhas arbitrariedades.

Gostaríamos de ver a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal voltada especificamente para seu papel e, agindo dentro da norma legal, resguardando a segurança a população do Distrito Federal. Infelizmente, a segurança que temos hoje é com uma vitrine, não resiste a pequeno toque,

Cláudio Monteiro



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

46

TAQUI.: Yeda

REVISOR: Edson

HORA: 10:45 Nº: 0.16.3

DATA: 16.06.93

ORADOR: A Sra. Presidente (Rose Mary Miranda)

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Não há mais ora
dores inscritos.

Passamos à

ORDEM DO DIA

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Padre Jonas, proce
da à leitura do 1º item da Ordem do Dia.

O SR. EDIMAR PIRENEUS - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o
Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDJMAR PIRENEUS (PP, Sem revisão do orador.) - ,
Sra. Presidente, solicito verificação de quorum,

O SR. AGNELO QUEIROZ - Peço a palavra pela ordem, Sra.
Presidente,

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra o
Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.)-
Sra. Presidente, concordo com o encaminhamento do Deputado Edimar Pireneus e
aproveito para solicitar aos Srs. Deputados Jbornpareçam ao Plenário, pois, temos
muitos itens importantes , como a CPI das mensalidades escolares.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

47

TAQUI.: Yêda

REVISOR: Edson

HORA: 10:45 Nº: 0.16/1

DATA: 16.06.93

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - O Sr, Secretário
rio fará a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

3/10012

JORNAL DE BRASÍLIA

8.06.93

pg. 1a.

Brasília ganha Carta e sela sua autonomia

Brasília consolida hoje sua autonomia política. As 10h00, no Memorial JK, acontece a sessão solene de promulgação da Lei Orgânica do DF, concluída depois de um ano, dez meses e seis dias de trabalhos em sua elaboração. Com a nova lei, a população passa a participar indiretamente das decisões do Governo, através dos Conselhos de Saúde, Educação, Cultura, Comunicação e Esportes, entre outros. Além da fiscalização popular, o GDF terá de submeter à Câmara Legislativa várias questões

antes de sua exclusiva competência, como a criação de regiões administrativas. Cerca de 90% dos 422 artigos da Lei Orgânica já poderão ser aplicados a partir de hoje, sem necessidade de legislação complementar. A festa da promulgação no Memorial começa às 8h30, com a celebração de um culto ecumênico pelo arcebispo metropolitano de Brasília, Dom José Freire Falcão, e pelo presidente do Conselho de Pastores, Euler de Oliveira Alves de Souza. Comporão a mesa,

entre outras personalidades, o governador Joaquim Roriz, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, o presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares, o ministro Maurício Corrêa (representando o presidente Itamar Franco), o vice-presidente do Tribunal de Justiça, João Carneiro de Uíhã, e os deputados distritais Maurício Silva (PP) e Lúcia Carvalho (PT). A execução do hino "Brasília, Capital da Esperança." encerra a sessão.

PÁGINAS 13 e 14

Lei Orgânica entra em vigor hoje

A promulgação da Constituição do DF, elaborada em um ano, dez meses e seis dias, será às 10h, no Memorial JK

MARIA FILOMENA

Distrito Federal consolida hoje, às 10h00, a autonomia política. 33 anos depois de sua criação, com a promulgação da Lei Orgânica. A festa começará logo cedo, às 8h30, no Memorial JK, com a chegada do presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PP), e do governador Joaquim Roriz. O presidente Itamar Franco não irá à cerimônia. Ele será representado pelo ministro da Justiça, Mauricio Corrêa. Também comporão a mesa o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, o vice-presidente do Tribunal de Justiça do DF e dos Estados, João Carneiro de Ulhôa, e os deputados distritais Lúcia Carvalho (PT) e Maurício Silva (PP), que presidiu a Comissão de Sistematização da LO.

A Lei Orgânica levou um ano, dez meses e seis dias para ser concluída. Um dos momentos mais polêmicos deste processo foi a votação do capítulo do uso do solo rural. Por falta de entendimento entre os parlamentares, a forma de ocupação da terra rural ficou fora do



documento. A oposição queria manter o atual sistema de concessão de uso e os governistas defenderam a venda da terra.

Com a LO, a população passa a participar das decisões do governo, indiretamente, através da caução de conselhos de saúde, educação, cultura, comunicação, esporte, entre outros. O governo, além de ficar sujeito à fiscalização popular, perde um pouco sua força, já que terá de submeter à Câmara Legislativa várias questões que antes só dependiam da assinatura do governador para serem resolvidas.

Até hoje, o Distrito Federal foi regido por duas Leis federais, pela Constituição Federal e por decretos e leis do Legislativo local. A administração do GDF era regulada pela Lei nº 3.751, de 11 de abril de 1960, assinada por Juscelino Kubitschek, que dispõe sobre a organização do DF e pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, assinada pelo então presidente Castello Branco, que criou a estrutura básica do DF com nove secretarias, traçou a competência de cada uma delas e criou as administrações regionais.

A Câmara Legislativa se pauta pela Lei nº 91, de 5 de maio de 1991, assinada pelo deputado Salvianno Guimarães. Ela foi criada para regulamentar provisoriamente a competência da CL até que a Lei Orgânica fosse promulgada.

Solenidade começa com culto ecumênico

A cerimônia de promulgação da Lei Orgânica está prevista para começar logo depois das 8h30 com a celebração de um culto ecumênico pelo arcebispo metropolitano de Brasília, dom José Freire Falcão, e pelo presidente do Conselho de Pastores de Brasília, pastor Euler de Oliveira Alves de Souza. A celebração será realizada no pátio do Memorial JK com a participação dos corais da Igreja Santo Antônio e Evangélico da Câmara Legislativa.

Ainda no pátio de entrada do Memorial, será apresentado um jogral com os alunos da Escola Normal de Brasília, representando a rede oficial de ensino do DF. Do lado de fora, a festa encerra-se com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, sob a regência do maestro Júlio Medaglia.

A sessão solene acontecerá às 10h00, no auditório do Memorial. Logo após a composição da Mesa, a banda da Polícia Militar executará o Hino Nacional. Em seguida, os parlamentares se pronunciarão sobre a importância da LO para o DF. Antes do encerramento, a PM executará o hino "Brasília, Capital da Esperança". (M.F.)

Presença — Um grande número de eleitores marcou presença na cerimônia de posse da primeira Câmara Legislativa deite no Distrito Federal. Cerca de 800 pessoas, segundo informações do departamento de segurança do Senado, participaram ativamente da cerimônia. O fone calor que fazia no auditório não impedia a manifestação do público, ora através de palmas, ora através de vaías, dependendo das preferências políticas dos anunciados. As maiores manifestações foram registradas durante o juramento e diplomação dos eleitos.

Durante a cerimônia de 65 minutos, discutaram o presidente do Senado, à época, o senador Nelson Carneiro e o presidente da comissão do DF, Mauro Benevides. Coube ao presidente da Câmara Legislativa, José Ornellas, agradecer o apoio dado pelos senadores aos distritais DO período de transição.

O clima solene da posse da Câmara Legislativa do DF só foi quebrado pela manifestação barulhenta de simpatizantes e militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), Apesar do aspecto febril do momento, a quebra do protocolo acabou tirando sorrisos do senador Nelson Carneiro.

O QUE PENSAM OS DISTRITAIS

■ **Deputado Benício Tereves (PP)**, presidente da Câmara Legislativa — "A partir de agora Brasília passa de fato a ser uma unidade da Federação, com autonomia jurídica e leis apropriadas para o seu desenvolvimento e crescimento. Os avanços contidos no texto da lei são muitos. Valeu a pena estes quase dois anos de trabalho intensivo, pois os 24 deputados conseguiram chegar a esta Constituição, 90% auto-aplicável moderna e com garantias para todos os segmentos sociais. O importante agora é a população conhecer e cobrar a aplicação das leis".

■ **Deputado Maurício Silva** — presidente da extinta Comissão de Sistematização da LO — "A Lei Orgânica é a lei que organiza o estado e a cidade. A Lei Orgânica é da maior importância para a sociedade, tendo em vista que se passaram 33 anos de existência da capital federal, sem que tivéssemos esta organização entre o cidadão e o Estado. A LO avançou em alguns assuntos. Classifico-a como progressista com uma certa moderação.

■ **Deputado José Elnor**, fidardo PFL — Acima de tudo dará segurança à autonomia política e à cidadania brasiliense. Daqui para frente nos vamos ter um divisor de águas: antes e depois da LO. É o código que define algumas normas muito peculiares de Brasília. Não quero dizer que ela esteja totalmente correta, dentro de todas as perspectivas, ou seja, tão progressista quanto eu esperava, mas é a espinha dorsal da gestão do DF. Temos parâmetro. Agora é muito mais fácil moldá-la.

■ **Deputado Peniel Pacheco**, líder do PTB — "Por tratar-se de um documento totalmente fundamentado no princípio da democracia, a lei vai expressar a tendência da representatividade hoje existente na Câmara Legislativa. Isso fez com que a LO tivesse alguns detalhes, algumas minúcias, atendendo a interesses cooperativistas que seriam dispensáveis. Poderia ser mais enxuto a fim de tornar seu entendimento mais didático ao cidadão. Algumas questões relevantes não conseguiram ser aprovadas, como o uso do solo rural. Entretanto, isto não anula o valor da qualidade do texto, que é progressista e consolida a maioria das conquistas já vislumbradas pela sociedade local, após a nova Constituição".

■ **Deputado Aroldo Sete**, líder do PP — "A Lei Orgânica foi elaborada com a participação de toda a comunidade. A nossa Comissão teve mais de trinta reuniões, ouviu as reivindicações de todos. Não tem como não ser do agrado da comunidade. No entanto, conseguir agradar 100% é missão quase que impossível, mas foi feita a luz da opinião pública. Tudo que pudemos avançar avançamos, principalmente na participação popular, através dos conselhos.

W **Deputado Geraldo Fittogalp**, líder do PT — "A Lei Orgânica do Distrito Federal na sua versão final é contraditório. Em alguns casos ela negou avanços democráticos como eleição direta para diretores de escola e para administradores regionais. Em outros, ela permitiu conquistas aos trabalhadores como eleição de representantes dos funcionários das empresas públicas e de economia mista para suas direções. Isso é reflexo da influência que O governador Joaquim Roriz teve sobre os deputados de seu partido na elaboração da LO".

■ **Deputado Selvirio Guimarães**, líder do PDT — "Uma de minhas preocupações sempre foi a de assegurar a participação efetiva e clara da população, não apenas através das organizações sociais, mas também a do cidadão comum, que trouxe suas sugestões. Naquela oportunidade, concluí meus pares a agir acima das ideologias e dos ideais partidários, dar a Brasília uma estrutura orgânica de normas, inspirada nos postulados do direito, da liberdade, do humanismo e da democracia. A Lei Orgânica está pronta. Tem qualidades e defeitos. Aperfeiçoá-la é o nosso desafio e responsabilidade de agora em diante, mantendo sempre três princípios: independência, transparência e participação popular.

■ **Deputado José Ornellas**, Bdar do PT — "A Lei Orgânica atende aos princípios gerais estabelecidos pela Constituição Federal e, deve-se ressaltar, contou com a participação popular durante o processo de sua elaboração, refletindo os anseios da comunidade do DF. É uma lei avançada sob o ponto de vista social e estabelece normas adequadas referentes a bens públicos, preservação ambiental, segurança pública, sistema de planejamento territorial e urbano, instrumentos das políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano, política fundiária e uso do solo rural".

■ **Deputado Agnello Queiroz**, fclerda PC do B — "O perfil da LO é um pouco a cora da composição do Câmara Legislativa. Traduzindo: considero um texto razoavelmente progressista por conta de boa presença dos setores progressistas neste Casa. Não conseguimos influir avanços maiores na transparência da administração, mais instrumentos de participação da sociedade na administração da coisa pública. A tena (o uso do solo rural) é uma questão crucial que não conseguimos resolver, deixando margem para a privatização".

■ **Deputado Cm los Alberto Torres**, líder do PPS — "É a lei da cidadania. É a afirmação definitiva do povo numa cidade em que o Executivo exercia o poder sem qualquer controle e fecolização. Nem mesmo o instituição da Câmara Legislativa permitiu a realização deste controle. Só com a LO promulgada é que definitivamente estará instaurada no DF a democracia em sua plenitude. Agora, o Poder Executivo terá que conviver com o Poder Legislativo e submetido às regras jurídicas. É uma lei de caráter democrático".

QUIM SÃO OS LEGISLADORES DO DISTRITO FEDERAL

Agno-lo
Queiroz (PC
do B) — filo-
no de Itape-
tinga, casado
e pai de dois
filhos, médi-
co cirurgião f
único repre-
sentante da equipe na Câmara
Legislativa, elegeu-se aos 35
anos, lotado no Hospital Regio-
nal do Cama, sempre se argu-
inou de «um profundo conhe-
cedor dos problemas do
cidadãos-satélites. Há vários anos
milita na área sindical.



**Edmar Pin-
neus Corde-
iro** (PP) —
Formado em
Sociologia,
elegeu-se
aos 41 anos,
é casado.
Conseguiu
chegar à Câmara Legislativa
com os votos dos eleitores de
Brasília, onde recebeu os
4.155 votos necessários para sua
vitória nas urnas. Originário do
Partido Democrática Trabalhista
(PDT), At onde saiu para inte-
grar a legenda do Governador.



**Maurício Sil-
ve** (PP) —
Morando há
39 anos em
Brasília,
quando se
elegeu tinha
44 anos, Co-
lado, o depu-
tado o pastor evangélico da Ca-
sa da Saneção, Ele chegou à Câ-
mara Legislativa com a proposta
de centrar a tua atuação parla-
mentar na defesa da comunidade
de carentes, criando creches para
01 menores abandonados e abri-
gos para 03 idosos



Sérvano
Gulmerães
irvmm (PDT)
— Arquiteto
da Universi-
dade de Bra-
sília (UnB),
casado, pai
de dois filhos
e ex-administrador d^a Planaltina,
sua terra natal, foi o único
deputado distrital a se eleger—
aos 47 anos — pelo Partido da
Frente Liberal (PFL), sigla que
abandonou mais tarde. Em MUL
planos de campanha, estavam o
reordenamento urbano e a im-
plantação de infra-estrutura nos
assentamentos.



**Wesny Na-
tfo de Au-
re** (PT) —
Economista,
casado e pai
de três fi-
lhos, conse-
guiu os 2.815
votos no Mo-
vimento Evangélico. Eleito pelo
quociente eleitoral do Partido
dos Trabalhadores, é considera-
do um "homem de partido" com
a proposta de aliar dentro dos
chamados 13 pontos da sigla pe-
tista. Destaca-se por sua fala lá-
ci! e w/o senso de disciplina.



Carlos
**Alberto Il-
mm Torres**
(PPS) — Líder
do antigo
Partido Co-
munista Bra-
sileiro (PCB)
desde a épo-
ca da clandestinidade, o depu-
tado distrital é casado, pai de dois
filhos, engenheiro eletrônico e
professor da Universidade de
Brasília (UnB). Com o legaliza-
ção dos partidos políticos no Bra-
sil, em 1986 disputou vaga no Se-
nado Federal, mas foi
derrotado.



**Fernan-
do Neves**
(P P T) —
Elegeu-se
aos 40 anos
Primeiro sur-
gento da Po-
licia Militar,
casado, o de-
putado distrital assumiu o com-
promisso de dar prioridade à se-
gurança pública. Sua plataforma
defendia prioridade as cidades-
satélites. O menor abandonado
foi apresentado como uma d^a
sua preocupação.



Manoel
Paulo do
Andrade
Mato (PP)
— Natural do
Rio Grand^e
do Norte, co-
lado, pai de
dois filhos.
"Manoelzinho" como é conheci-
do, elegeu-se aos 37 anos de-
putado de Brasília. Adepto do
sindicalismo de resultados, qu-
dou o conquistar melhorias para
a classe, como a criação d^a im-
postos na compra de carros tero
quilômetro.



José Edmar
Cordeiro
(PFL) — Co-
sado, ex-
presidente
da Associação
da «Mora-
rfort» da
QNG o pro-
motor de vários festivais de sor-
velas naquele núcleo habitacio-
nal d^a Taguatinga, ficou conhe-
cido pela luta que desenvolveu
em favor dos sem-teto — princi-
palmente os que moram d^a alu-
guel em fundos de quintal. Esta
foi a sua plataforma eleitoral
no eleições da 40.



Geraldo
Mugela (PT)
Único depu-
tado distrital
salleiro.
elegeu-se
aos 34 anos
depois de ser
diretor do
Sindicato das Bancárias de Brasi-
lia. Ao assumir sua cadeira no
Câmara Legislativa tt declarou
um opositor terno ao flouu
no Rorix, mas sempre com muita
responsabilidade. Com história
no movimento sindical brasilei-
ro, é uma das lideranças do PT.



Tadeu Roiz
(PP) — Um
dos empresá-
rios da cons-
trução Civil
mais ricos da
Brasília, co-
sado, com
raízes em
Goiás, chegou à capital federal
em 1961. Elegeu-se aos 35 anos
tom programa voltado para os
problemas da habitação — área
que conhece bem — da trans-
porte coletivo — a flirar(oo de
mau empregos principalmente
através de incentivos &
indústria.



Cláudio
Monteiro
(PDT) — Flui-
minense
chegou a
Brasília em
1959 Policial
civil casado
pai de três fi-
lhos foi o deputado distrital
mais novo a ser eleito — linha
32 anos, completados em no-
vembro de 1990. A época presi-
dente do Sindicato dos Policiais
Civis de Brasília licenciado fez
sua campanha valorizando a vi-
da e a segurança do cidadão.



**Jonas Veto-
racci** (PP)
— Casado,
elegeu-se
deputado aos
63 anos com
os votos de
Sobradinha,
satélite de
ande foi administrador regional.
Conhecido como Padre Jonas,
está licenciado da Igreja, se dis-
sobradinhense e prometeu dire-
cionar sua atuação em prol das
melhorias para aquela satélite
— uma das que têm o melhor
padrão de vida no Distrito
Federal



João
Cauby (PL)
— Mineiro,
reside há
mais de 30
anos na Nú-
cleo Bandeir-
ante, casa-
do, assumiu
sua cadeira na Câmara aos 66
anos. Na época ocupava o fun-
ção de diretor-presidente de três
instituições filantrópicas no Nú-
cleo e prometeu trabalhar em
prol de uma Lei Orgânica mais
humana, usando toda sua
experiência.



Pedro Celso
(PT) — Depu-
tado mais vo-
tado rt« elei-
ções gerais
d^a 1990, é
mineiro d^a
Tirés, casa-
do, pai d^a
dois filhos e elegeu-se aos 32
anos Ex-presidente do Sindicato
dos Rodoviários posicionou-se
desde o início contrário ao proje-
to do metrô-DF favorável à es-
titação das transportes como
foi ma de solucionar os proble-
mas vividos pelo setor.



Luiz
André
Padro do
Camargo
(PT) — Goi-
no d^a Ceres
casado 9 pa-
de um filho,
serralheiro
elegeu-se
aos 39 anos depois de ter se tor-
nado conhecido pela luta na As-
sociação dos Inconformados Moro-
doras de Ceilândia entidade da
qual foi presidente. Dentro do PT
começou a trajetória política no
chamado trabalho d^a base
onde plantou a semente que lhe
deu 4 169 votos na eleição



Mary Araújo da Silva (PP) — Natural do Rio Grande do Norte, casada pela segunda vez — mãe de três filhos. Radicalista, ficou conhecida por participar de diversos programas de rádio a respeito de defender, na Câmara Legislativa, a eleição às escolas comunitárias e "colônias" técnicas para abrigar os menores abandonados.



Glison da Silva Araújo (PP) — Ex-dor da Vila Paronad. Uma das mais de 100 filhas de todo o Distrito Federal, o deputado eleger-se aos 44 anos, é casado, prometeu apoiar, nos trabalhos legislativos, os produtores rurais, o menor abandonado, os idosos e as mães solteiras carentes. Se comprometeu a lutar por uma Lei Orgânica progressista.



José Gonçalves (PD) — Carreira de advogado aos 66 anos, depois de ter sido governador do Distrito Federal entre 1982 e 1984, Coronel da reserva, na condição de deputado assumiu a presidência da Câmara Legislativa até a eleição da Mesa. Ornelas assumiu como principal compromisso a busca da dignidade.



Benício Tavares da Silva (PP) — Eleito aos 34 anos, casado e pai de três filhos — vítima de um acidente automobilístico — chegou à Câmara Legislativa com a bandeira de luta em defesa dos direitos dos deficientes físicos. Licenciado do Senado Federal, onde ocupava a função de assessor parlamentar.



Lúcia Carneiro (PT) — Nascida em Londrina (PR) 6 crianças, professora, mãe de quatro filhos, a segunda deputada mais votada pelo Partido dos Trabalhadores com 11.500 votos, foi presidente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, eleger-se prometendo centrar sua atuação na melhoria da educação, um ponto básico para ela no resgate da cidadania.



Arcelino Sotelo (PP) — Paulista, casado, eleger-se aos 42 anos como o único representante do Partido Democrata Social (PDS), se extinguiu, e de onde migrou para a legenda da governador Ruy Leventum a bandeira da fim da imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre os produtos hortícolas e frutícolas.



Maria d' Lourdes Almeida (PDS) — Natural de Bela Vista (GO), casada, eleger-se deputada pelo partido da Democracia Social (PDS) durante os mandatos de três governadores, a deputada federal cargo do qual renunciou para ocupar sua vaga na Câmara Legislativa. É a única a participar da elaboração da nova constituição.



Paulo Passos (PTB) — Mineiro de Uberlândia, pastor evangélico e radialista, casado por dois filhos, eleger-se aos 32 anos com 375 votos, tornando-se o mais votado das Frentes Comunitárias e Comunitárias. Suas principais atividades na Lei Orgânica foram fortalecer como instituição o núcleo familiar e, ainda, reformular o ensino.



Força vem com a adesão do povo

DEBÍCIO TAVARES

Hoje estamos promulgando a Lei Orgânica do Distrito Federal, a nossa constituição. Esta data é motivo de orgulho para todos nós, sobretudo para os 24 deputados distritais que participaram da elaboração deste documento.

Procuramos confeccionar uma lei que expressasse os anseios do nosso povo e os conciliasse. Buscamos a participação de todos os segmentos sociais de modo a estimular a iniciativa do coletivo em busca de soluções para sua subsistência e desenvolvimento.

A Lei Orgânica é o nosso ordenamento jurídico. Podemos afirmar que, agora, somos de fato uma unidade da Federação. Esta lei é a concretização de um sonho secular, iniciado por São João Dom Bosco. De sonho, Brasília transformou-se em meta. Encampada pela grande estadista que foi Juscelino Kubitschek. Desta forma nasceu Brasília, desafiando a natureza inóspita do Planalto Central, e sua história é marcada por conquistas que vão aos poucos superando suas próprias limitações.

A Lei Orgânica é mais uma conquista dos que rejeitam a ideia do Distrito Federal como uma redoma, alheia aos "males" da democracia é isolada da realidade do Brasil.

É o passo definitivo no sentido de assegurar a cidadania plena à sua população, o que abrange o direito de escolher seus representantes, reivindicar, organizar-se em entidades e em partidos políticos. O direito, enfim, de decidir o seu próprio destino e de ser corresponsável pelos destinos do País.

A nossa Carta Magna é a afirmação da Distrito Federal como unidade autônoma da Federação, que assim não existiria sem um poder constituído para legislar sobre os assuntos de interesse local. Este poder é a Câmara Legislativa, o único órgão capaz de produzir, de forma centralizada, as leis legais para as questões que a comunidade do Distrito Federal enfrenta no seu dia-a-dia.

Com a promulgação da Lei Orgânica está aberto o caminho para a conquista da nossa autono-

mia econômica, além de completar a emancipação do DF.

Estamos certos de que, a partir de agora, temos uma lei. Porém o direito só o teremos se o exercitarmos com nossa força produtiva e nossa capacidade de organização, solucionando as demandas de nossa população.

Entretanto, por melhor que seja a lei, ela só terá força se contar com a adesão do povo. É por isso que peço à população de Brasília que procure conhecer nossa constituição, fiscalize o seu cumprimento, denuncie qualquer desrespeito a suas normas e exija do Poder Público as responsabilidades que lhe são atribuídas.

Só assim a Lei Orgânica irá contribuir de fato para elevar o grau de cidadania de nosso povo, melhorar suas condições de vida e galgar mais um degrau em direção à utopia dos que construíram nossa capital.

• Benício Tavares é deputado distrital pelo PP e presidente da Câmara Legislativa.

solidando Brasília como cidade-estado,

Ela é lei orgânica por "princípio constitucional", para obedecer ao artigo 32 da Constituição Federal, que determina que o DF deve

ciente para possibilitar que isso seja tema de distribuição da terra seja estabelecido futuramente. "O lobby da terra não foi fone o suficiente para conseguir 16 votos, mas conseguiu provocar o buraco negro na lei", observa Carlos Alberto.

solicita para que as pessoas compareçam munidas de seus convites

O QUE MUDA COM A LEI ORGÂNICA

Educação * O Poder Público terá de implantar gradativamente o turno escolar de seis horas diárias para o ensino fundamental;

- Alfabetizadores e docentes do ensino especial receberão gratificação salarial para cobrir eventuais gastos com atividades e incentivos à fixação desses profissionais em sua atividade;

- A rede oficial de ensino terá de colocar no currículo escolar o conteúdo programático de educação ambiental, educação sexual, educação para o trânsito, saúde oral, comunicação social, artes e tudo o que for adequado à realidade específica do DF (como vegetação do cerrado);

- O GDF terá de atender jovens, adultos, principalmente trabalhadores, com ensino noturno de nível fundamental e médio, com cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho.

Saúde * A saúde pública dará assistência especial aos portadores de doenças infecciosas (particularmente a Aids). Fica proibida a discriminação aos portadores de Aids em instituições públicas e privadas. Os infratores serão passíveis de penalidade;

- Fica obrigatória a assistência integral à saúde da mulher em todas as suas fases biológicas — da puberdade à menopausa — e também no caso de aborto legal;

- O Estado é obrigado a investir no planejamento familiar, distribuindo métodos anticoncepcionais e orientando a população quanto às maneiras de evitar a gravidez;

- Serão desenvolvidos programas de atendimento odontológico, psicológico e de assistência médica, aos alunos da rede oficial de ensino fundamental;

- Deverão ser instalados prontuários nos centros médicos públicos para atendimento de doentes mentais.

Meio Ambiente * Fica proibida a instalação de usinas, equipamentos ou qualquer artefato nuclear, com exceção daqueles destinados à pesquisa científica e do uso terapêutico, das indústrias poluentes. Qualquer atividade que comprovadamente degrade o ambiente deve ter seu estudo de impacto ambiental colocado à disposição do público em geral;

- O GDF terá de divulgar semestralmente relatório da qualidade de água consumida e, ainda, informações semelhantes sobre clima e ar;

- O acesso a benefícios fiscais e créditos oficiais a pessoas físicas e jurídicas condenadas, com obrigações ambientais ainda pendentes, vai ser disciplinado (dificultado);

- O Poder Público vai garantir a participação da comunidade no planejamento, na execução e na vigilância de atividades que visem à proteção, recuperação ou melhoria de qualidade ambiental;

Política Rural • A forma de ocupação do uso do solo rural, que ficou fora da Lei Orgânica, poderá ser estabelecida em lei ordinária;

- O GDF fica obrigado a elaborar os planos plurianuais de desenvolvimento agrícola, de safra e operativo;

- Os contratos de concessão de uso do solo serão revistos num prazo de um «no»;

Política Urbana » A política habitacional do Governo terá de priorizar,

além da classe baixa, a média. A prioridade será para as cooperativas habitacionais de trabalhadores;

- Será cobrada uma taxa por uso do solo criado, ou seja, para cada pavimento construído do prédio.

Servidores * Os servidores públicos terão data-base única;

- Fica proibida a substituição, ressalvada a legislação federal aplicável, sobre qualquer pretexto, de trabalhadores de empresas privadas em greve por servidores públicos.

Fleete * **Administrativas/assentamentos** • A denominação cidade-satélite fica substituída por região administrativa;

- Novas regiões administrativas só poderão ser criadas com autorização de maioria absoluta da Câmara (13 votos);

- Assentamentos só poderão ser implantados se obedecidos pressupostos de infra-estrutura básica.

Mulheres * **menores** • Proibida adoção por parte de escolas públicas ou particulares de livros didáticos que discriminem a) mulheres ou qualquer tipo de pessoa;

- O transporte coletivo será adaptado para facilitar a locomoção dos portadores de deficiência física;

- Os idosos terão prioridade em todos os estabelecimentos públicos e particulares;

- Serão instalados núcleos de convivência do idoso, garantindo-lhe melhores condições de saúde, alimentação e lazer.

Defesa do consumidor • Os consumidores passarão a ser informados sobre os impostos embutidos nos preços das mercadorias adquiridas. As empresas, por sua vez, ficarão obrigadas a comunicar aos clientes o envio de seus nomes (sempre que houver necessidade em caso de dívidas) ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e no caso de pa-

gamento das dívidas.

Comunicação Social • Estabelecido o incentivo a rádios comunitárias (rádios piratas), de curto alcance e que atuem diretamente junto à população mais carente.

Desporto * Todas as quadras, ginásios e estádios a serem construídos devem conter equipamentos que possibilitem a prática desportiva pelos deficientes físicos. As atuais praças esportivas também devem se adaptar a essa exigência;

- O GDF deve destinar recursos para o desenvolvimento da atividade esportiva, criando na cidade as condições necessárias para o desenvolvimento do esporte.

Cultura • O Conselho de Cultura articulará o incentivo à produção regionalizada da cultura do DF e uma política com os setores de educação e comunicação.

Assistência Social * Serão criados, pelo Poder Público, um sistema de alojamento para dar apoio a mendigos, presos em liberdade condicional e vítimas de violência.

Incentivos * Brasília terá de desenvolver-se como pólo científico, tecnológico e cultural;

- 2% aos recursos orçamentários do GDF serão destinados a pesquisas científicas e tecnológicas;

- As empresas de micro, pequeno e médio porte serão priorizadas.

TRIBUNA DA
CIDADE

SALVIANO GUIMARÃES

Lei Orgânica do Distrito Federal

No advento da promulgação da Lei **Orgânica** do Distrito Federal devemos realizar uma **profunda** reflexão do seu significado para a cidadania de **Brasília**. Devemos examinar nestes primeiros anos em que temos um governo **legitimamente** eleito pelo **povo**, se realmente o Executivo e o Legislativo estão **cumprindo** sua função **social**, que é o direcionamento maior da Lei Orgânica. Devemos oferecer **permanentemente** a oportunidade de se corrigir os rumos, pois, se decepcionarmos o povo, talvez venhamos a ser amanhã responsabilizados pela descrença nos poderes **democraticamente** constituídos e pela desesperança de melhores dias.

A Lei Orgânica trás em seu bojo, a **tradução política** da vontade popular que elegeu os primeiros parlamentares do Distrito Federal, na procura da solução para os graves problemas, que estão afetando toda Nação, em Brasília, representam a **vitrine** das enormes dívidas sociais que se acumularam nas últimas décadas. Em minha mensagem **como** primeiro Presidente da Câmara Legislativa por ocasião da abertura dos **trabalhos** desta Lei **dizia**: — "Esta lei básica, expressão máxima dos anseios dos cidadãos e dos compromissos que deverão ser firmados entre o Distrito Federal, a sociedade e os poderes **constituídos**, representa um contrato social, onde as características, experiência histórica e a identidade **cultural**, bem como os direitos e as garantias individuais dos **brasilienses**



estarão **consubs-tanciados** e **valorizados**, visando sempre o **acata-mento** e a **obser-vância** à lei magna de nosso País".
A Lei **Orgâni-**

"Não há como transferir a incompetência e com o descaso, não há como transferir competências e responsabilidades"

ca que agora promulgamos não é uma obra acabada e definitiva, pois as necessidades prementes do povo estão sempre a exigir de nós mais **dedicação** e capa-

cidade de responder a esses **anseios**, com o melhor de nosso **conhecimento** e de nossa vontade **política**, num desafio diuturno, que não nos permite **esmorecimento**. A enorme tristeza de assistirmos à miséria e à fome que ronda nosso povo tem que corresponder a um **ânimo** renovado para mudarmos o que está aí, que é a **razão** **precípua** por que fomos eleitos. Não há como transigir com a **incompetência** e com o descaso, não há como **transferir** competências e **responsabilidades**, assim como não há como abdicar da **ética**, da dignidade e da seriedade, como não fossem estas corolários da atividade política, que **exercemos** nestes dois anos para **elaborá-la**.

A promulgação da Lei **Orgânica** não é o final de um processo **político**, é, pelo contrário, a inauguração de um processo **legislativo** frutífero e essencial, tanto para que todas suas diretrizes venham

através de leis **complementares** tornarem-se elementos de mudança da realidade **social**, que pretendemos melhorar, como por **modificações** em seu texto que a **tornem** adequada às necessidades ainda **insatisfeitas** da **população**, como servidores que somos desses anseios populares que nos **levuram** para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Nossa missão e nossos compromissos **prosseguem**, especialmente no sentido de honrar as conquistas do povo do Distrito Federal que se por um lado nos **legou** a Autonomia Política exige de todos nós a luta pela Autonomia Financeira, para construirmos juntos um Estado Democrático Moderno cuja atribuição fundamental é o cumprimento de sua função **social** consubstanciada em ações prioritárias para a Educação, **Saúde**, **Infra-estrutura**, Segurança, Preservação da **qualidade** de vida (**meio ambiente**) e programas **res-**ponsáveis de incentivo ao trabalho — conquista maior claramente apontada neste "Contrato Social" que hoje assinamos —, nossa Lei Orgânica.

• **Salviano Guimarães** é deputado **distri-**tal, sem partido

GAZETA MERCANTIL
8.06.93

Agenda

Ontem
Câmara
• Não houve votação.
Senado
• Não houve votação.
Congresso Nacional
• Não houve sessão.

Hoje
Câmara
• Sessão ordinária a partir das 14 horas. Na pauta: projeto de lei que dispõe sobre o plano de carreira para a área de **Ciência e Tecnologia**; projeto de lei que dispõe sobre M. alíquotas de contribuição para o plano de **segurança** do servidor público civil; projeto de lei que **autoriza o capital** estrangeiro a adquirir até 100% das **empresas** estatais em **leilão**; projeto de lei que

dispõe sobre a extinção do **trib. Qn**; projeto de lei que estabelece normas para o parcelamento de **débitos de esta-**ções e municípios junto ao **FOT**; e projeto de lei que dispõe sobre empresas de **transporte ferroviário** e **pa-**sageiros.
Senado
• Sessão ordinária a partir das 14 horas. Na pauta: projeto de resolução que **autoriza** o governo do **Maranhão** a contratar operação de **crédito** junto a **Finec**; **recomenda-**to propondo a **financ.** **comissão especial** para estudar a **problemática** vinculada ao programa **Calha Norte**; projeto de lei que altera **arti-**go do Código Penal.
Congresso Nacional
• Não haverá sessão.

Maioridade cívica

Brasília ganha hoje seu atestado de **maioridade cívica**, com a **promulgação** de sua **Constituição** — a **Lei Orgânica do Distrito Federal**! Mais que um conjunto de leis, votadas democraticamente por representantes eleitos **pela população**, trata-se de uma **bússola**, a orientar o desenvolvimento de nossa cidade, que, por sua **condição** de capital da República, possui singularidades que a distinguem das demais unidades da **federação**.

A nova Carta está em sintonia com temas de grande atualidade e **importância**, como as questões ecológica e social. **Cerca de 45%** de seus artigos estão contidos no Título da Ordem Social e do Meio Ambiente. E **abordam** temas tão variados e fundamentais como defesa do **consumidor**, cultura, desporto, **assistência social**, **idosos**, **criança** e **adolescente**, **minorias**, **deficientes**, etc.

É possivelmente nessas **questões** a **legislação** mais avançada no Brasil e, nesses termos, **servirá** de balizamento para as demais **unidades** da federação. Também aí Brasília estará cumprindo seu papel de capital, **colocando-se** mais uma vez como **modelo** e referência.

No campo da assistência ao menor e ao adolescente — problema dramático e prioritário hoje em todo o Brasil —, a **Lei Orgânica** avançou mais que a própria **Constituição Federal**, **estabelecendo** proteção à **vida** desde a concepção. A **legislação** brasileira em vigor garante esse direito a partir apenas do nascimento.

O idoso, por sua vez, além de ter garantida prioridade de **atendimento** nos **estabelecimentos públicos**, passará a dispor de **Núcleos de Convivência** a serem instalados pelo Poder Público. Os deficientes passam a ter garantida por lei conquista que já lhes vinha sendo providenciada pelo Governo do Distrito Federal: a adaptação obrigatória do **transporte coletivo** para conduzi-los.

No campo da cultura, a Lei Orgânica, em consonância com o que tem buscado o Governo do Distrito Federal — e o Pólo de Cinema e Vídeo é um exemplo disso —, incentiva a produção **regionalizada** e **estabelece** uma

política articulada com os setores de educação e comunicação. Em relação à Comunicação Social, cria-se um Conselho integrado por representantes da sociedade civil e dos poderes Executivo e Legislativo, para estimular a **produção** independente,

A idéia é permitir o surgimento de rádios comunitárias de curto alcance que atuem diretamente junto à população mais carente, auxiliando-a em suas necessidades **vitais**. Também aí, uma iniciativa inovadora e **necessária**.

A defesa do consumidor registra um avanço importante: a partir do segundo semestre deste ano, os consumidores de **Brasília** **saberão** quais impostos estão embutidos nos preços das mercadorias adquiridas. Uma providência que facilita a fiscalização dos preços e equipara Brasília aos mercados do Primeiro Mundo. Outra inovação nesse setor: a obrigatoriedade das **empresas** comunicarem aos clientes **inadimplentes** o envio de seus nomes ao Serviço de Proteção ao Crédito.

São muitos os aspectos que podem ser **particularizados** e enfatizados. O mais importante, no entanto, é frisar que a Lei Orgânica estabelece a participação da sociedade no processo de **decisões** e na formulação das **políticas** públicas, nas áreas de saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e educação. Cria, por **exemplo**, nas **cidades-satélites**, Conselhos de Representantes Comunitários, para opinar sobre prioridades de obras e fiscalizá-las.

Há que se destacar **ainda**, na nova Carta, uma **característica** fundamental em documentos dessa natureza: sua funcionalidade. Ela é **auto-aplicável** em cerca de 80% dos seus dispositivos. Bem pouca coisa depende de regulamentação posterior pela **Câmara Distrital**. Isso, como é óbvio, facilita **enormemente** a **vida** do **cidadão**, que não precisa aguardar, por tempo indeterminado, o usufruto de direitos que o constituinte lhe garantiu. A nova Lei Orgânica honra os seus autores e inaugura um novo tempo na história de nossa cidade. Estamos todos de parabéns.

• **Joaquim Roriz** é governador do Distrito Federal

Descrédito político já era preocupante

O deputado José Orneias foi o primeiro presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nomeado, **provisoriamente**, por ser ele o mais idoso entre os eleitos para a primeira legislatura. A solenidade de posse foi presidida pelo senador Mauro **Benevides (PMDB/CE)**, presidente da extinta Comissão do Distrito Federal no Senado.

Em seu **discurso**, o senador **manifestava** sua preocupação com a **desfiguração** da classe política, refletida na **última** eleição através dos votos nulos e brancos. Ele **concluiu** os deputados distritais a se juntarem "à cruzada pela valorização do Poder Legislativo, buscando sua austeridade e **dinamização**". Naquele 1º de janeiro de 1991, o senador Mauro Benevides formalizava o **fim** da tutela do Senado sobre o **Distrito Federal**.

A preocupação do senador era compartilhada pelos **distritais**, a exemplo do **presidente** interino da Câmara **Legislativa**, deputado José **Ornellas (PL)**, que dizia: "Foi com base nesta constatação que já **estamos** engajados no esforço pela moralização do **Legislativo**. Princípio seguido nas oito plenárias informais realizadas antes da posse e **objetivo** de nossos quatro anos de mandato", garantia,

Brasília atinge a maioria política

VALMIR CAMPELO

"A lei é a expressão da vontade do povo". Assim concebia Péricles, quando a Democracia ensaiava os primeiros passos, e a cultura grega se revestia dos valores que até hoje norteiam vários setores da civilização ocidental.

Subemais, entretanto, que, em diferentes épocas e inclusive no Brasil, tal máxima, se não foi completamente ignorada, permaneceu à margem do processo legislativo.

Em nosso País, contudo, a partir do momento em que a liberdade reafirmou o seu primado, os legisladores se vêm pautando pelo respeito e obediência aos ditames e às necessidades do povo. Em diversas situações, até a lei, como instrumento de vida que deve ser, se despe da couraça reservadora que a imobiliza. Torna-se, então, verdadeiramente, um instrumento flexível, dinâmico, regulador das relações cambiantes da sociedade.

Tais características estão, sem sombra de dúvidas, presentes em todos os capítulos da Lei Orgânica do Distrito Federal. Ao promulgá-la hoje, o presidente da Câmara Legislativa, deputado Flávio Tuvur, entregará à população desta Capital um documento segundo os princípios estabelecidos por Rui Barbosa:

"A lei não rege o passado rumo mesmo o presente que lhe foge, mas o futuro que a espera".

Assim sendo, são inegáveis os avanços sociais presentes em todo o texto, bem como o cuidado em pesquisar as aspirações das diferentes comunidades locais, algumas há longo tempo expressas como reivindicações populares e interesses governamentais.

Pura não voltar muito no tempo, reporto-me a 1988. Naquele ano, o Pacto de Governadores da Região Centro-Oeste apresentou ao Governo Federal uma síntese dos problemas regionais e alternativas de solução. No que concerne ao Distrito Federal, desejo citar apenas alguns dos itens mais importantes, todos contemplados na Lei Orgânica:

- a integração básica com a região do Entorno;
- a elaboração do plano plurianual de desenvolvimento agrícola, plano de safra e plano operacional anual;
- a função social da propriedade;
- o Plano Diretor de Ordenamento Territorial como elemento regulador dos assentamentos humanos e das atividades econômicas e sociais da população;
- a garantia do uso do solo rural como meio de produção e abastecimento;
- a conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;
- a criação de polos industriais de alta tecnologia;
- a busca do pleno emprego;

— o incentivo às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Também a possibilidade de ampliação da base territorial do Distrito Federal, com fulcro no quadrilátero definido pela Comissão Cruz em 1891, foi contemplada na Carta, no An. 54 do ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS. Tal tese, amplamente discutida em 1991, é apoiada por juristas e procuradores de todo o Brasil, como solução aos problemas dos milhares de habitantes das chamadas "cidades-dormitório" do DF.

A partir da promulgação da Lei Orgânica, a ordem jurídico-administrativa do Distrito Federal sofrerá profunda e justa modificação. Nesse contexto se insere a gestão democrática, isto é, a ampliação da participação da sociedade na tomada de decisões que lhe são importantes. Esse envolvimento da população se fará evidente, tanto na atuação dos Conselhos dos Representantes Comunitários, como pelo contato direto com os membros da Câmara Legislativa.

"Uma capital de um grande país não pode (e concepção limitada) essas palavras proferidas por Juscelino Kubitschek nos primórdios do Brasília, bem se aplicariam a este momento histórico.

Somos todos testemunhas de uma nova fase da vida do Distrito Federal: a concretização definitiva da independência política, por meio da adequada atuação do Legislativo local.

Tendo tomado conhecimento de todo o texto, analisei detidamente o Título VI — DA ORDEM SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE. Dele deixo, em primeiro, ressaltar o espírito de atualidade que permeia 111 artigos que O compõem.

O Capítulo II - DA SAÚDE - engloba a preocupação maior da sociedade, o acompanhamento de doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas (especialmente a AIDS); o acesso à assistência à mulher, da puberdade à menopausa, e às que forem vítimas da violência, a instalação de pronto-socorro nos centros médicos públicos, para atendimento de doentes em UBS e várias outras,

Uma das vitórias mais significativas da área de saúde é, porém, a criação dos comitês em todas as cidades-satélites, com uma representação comunitária de pelo menos 50% dos membros. Dessa forma, a população de cada Região Administrativa poderá fiscalizar a aplicação das verbas destinadas ao setor.

Entre outras grandes inovações contidas na ORDEM SOCIAL, destacam-se a proteção à vida desde a concepção; a garantia de prioridade de atendimento aos

que se encontram na terceira idade, em todos os estabelecimentos públicos e particulares do DF e a instalação de Núcleos de Convivência do Idoso, garantindo-lhes melhores condições para a saúde, alimentação e lazer, a obrigatoriedade de adaptação dos transportes coletivos e dos equipamentos de prática desportiva às necessidades dos deficientes físicos; a informação aos consumidores sobre os impostos embutidos nos preços dos produtos comercializados; e o impedimento à adoção de livros didáticos que discriminem as mulheres ou qualquer minoria.

Por fim, no entanto, os mais de 20 artigos dedicados à Educação que maior satisfação me trouxeram, não apenas por estar presente, no Senado Federal, a Comissão encarregada dessa área. Como o celebre filósofo inglês Herbert Spencer, considero que "a educação e a preparação para a vida completa", o único caminho que nos pode conduzir ao desenvolvimento. Sinto-me, portanto, muito orgulhoso por aqui representar esta Unidade da Federação cujo porta-vozes imediatos se preocuparam com esse direito inegável a qualquer cidadão, mas constantemente negligenciado, em matéria de financiamento, estrutura, legislação e recursos humanos.

É alentador registrar a implantação gradual de turnos escolares de, no mínimo, seis horas diárias, nos estabelecimentos de ensino fundamental da rede pública. "a gestão democrática do ensino público, com a participação e cooperação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional"; o atendimento de crianças deficientes em creches comuns, com recursos e serviços especializados de educação e reabilitação, a assistência médica, odontológica e psicológica aos educandos do ensino fundamental, a remuneração especial aos alfabetizadores de crianças e adultos, a gratificação especial aos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes excepcionais, com problemas de conduta, ou em situação de risco e vulnerabilidade, o estudo da língua espanhola como opção de idioma estrangeiro; o encaminhamento do aluno ao mercado de trabalho, por meio de cursos técnico-profissionalizantes e estágios, a implantação de escolas rurais adequadas à realidade e às necessidades locais; e o reconhecimento das escolas comunitárias, sem fins lucrativos.

Permitam-me, porém, apreender-lhes, na íntegra, o artigo da Lei Orgânica que verdadeiramente me emocionou,

"An. 240 O Poder Público criará seu próprio sistema de ensino superior, articulado com os demais níveis, na forma da lei".

Todos se lembram que a criação da Universidade Regional do Distrito Federal constava, desde 1986, de minha plataforma de candidato à Câmara Federal. Eu

num de 1989, apresentou à Comissão do Distrito Federal no Senado o antiprojeto de lei propondo implantação daquela unidade de ensino de 3º Grau, o qual foi transformado em projeto de lei e recebeu pareceres favoráveis de todas as Comissões técnicas em que tramitou.

Com o advento da autonomia política-administrativa, todos os projetos relativos ao Distrito Federal, em tramitação no Senado, foram encaminhados à Câmara Legislativa, inclusive esse cuja inserção no articulado, sob o número 240 e parágrafo, traz-me um sabor de vitória ao final de uma luta de muitos anos. Saúdo, assim, um sério compromisso firmado com as populações do CMI Taguatinga/Canal - área de maior densidade demográfica do DF — onde deverá ser implantada a Universidade.

Quanto ao MEIO AMBIENTE, a Lei Orgânica apresenta, sem sombra de dúvida, uma coletânea de artigos baseados nas últimas conquistas internacionais. Esse tema, abordado do Art. 278 ao 311, visa a garantir a preservação do ecossistema local e da qualidade de vida, sem impedir o crescimento econômico do Distrito Federal.

Gostaria de trazer ao conhecimento público diversos outros conteúdos dignos de realce. Entretanto, temo alongar-me em demasia. Sugiro, não obstante, aos brasileiros em trânsito naquela peculiar legislação que, de agora em diante, norteie os mais importantes aspectos da vida de todos os que residem na Capital Federal e adjacentes.

Para finalizar, desejo congratular-me com aqueles que elaboraram esse importante documento, que concretiza a maioridade do Distrito Federal. Sei que foram muitos e cansativos os estudos, as pesquisas e os debates. Várias vezes criticaram o conteúdo da Lei Orgânica, mesmo antes da conclusão da mesma. Houve agudamento e censuras de pessoas menos informadas. Não importa! A tarefa foi executada com esmero e dedicação.

Que a satisfação do dever cumprido apague todas as decepções ao longo do percurso.

A cada deputado Distrital endereço este sábio provérbio árabe:

"Faz o que a tua natureza te manda fazer. Apenas de ti mesmo espera aprovação. Vive melhor e mais nobremente aquele que faz e respeita suas próprias leis."

• **Valmir Campelo** é senador pelo PTB do DF

PLANO GERAL

Crédito educativo até dia 14

Termina dia 14 o prazo para assinatura dos aditamentos e contratos dos estudantes já inscritos e selecionados até 1991 no programa de Crédito Educativo do Ministério da Educação. Os interessados devem se dirigir a qualquer agência da Caixa Econômica Federal para regularizar a situação de seus contratos. A previsão é de que 70 mil estudantes assinem os aditamentos e 20 mil, selecionados em 1991,

entrem no programa. Com isso o Ministério da Educação e do Desporto espera regularizar inteiramente o programa que estava suspenso desde 91, oferecendo ainda este ano, 40 mil novas vagas no Crédito Educativo. A informação é da Secretaria de Educação Superior do Ministério. Maiores detalhes na própria secretaria ou pelos telefones (061) 214-8674, 223-9078 e 223-9309.

Escola fechada

Os alunos e professores da Escola-Classe 307 de Samambaia se reúnem hoje às 8h00 para discutir uma solução para a falta de segurança da escola. Na semana passada uma gangue de menores invadiu a escola e agrediu um estudante e ameaçou os professores que tentaram intervir. Não há policiamento nem muros na escola que está fechada desde ontem à espera de providências.

Marinha prorroga

O Ministério da Marinha decidiu prorrogar o prazo para inscrições ao concurso de admissão às Escolas de Aprendizagem Marinheiros até o próximo dia 11. Os interessados deverão se dirigir a um escritório da Marinha mais próximo ou obter informações pelos telefones (021) 216-6418, 6419 e 6420.

Loto adiada

O concurso nº 1.008 da Loto, que deveria ser sorteado nesta quinta-feira, foi transferido para domingo às 16h00 em função do feriado religioso de "Corpus Christi". Os apostadores devem ficar atentos para o prazo final das apostas que varia entre amanhã e quinta-feira, conforme o acerto de cada prefeitura com as lotéricas.

Bilionários

Um paulista de Jacarel acertou sozinho o teste 273 da Sena e vai receber Cr\$ 22.972.582.292,00 já descontado o Imposto de Renda. A Sena posterior também só teve um acertador. Outro paulista, de Jaú, que receberá Cr\$ 7.657.527.431,00. As dezenas sorteadas foram 03-07-28-35-38-39. A Sena anterior não teve ganhador e a quinta teve 562 acertadores que receberão, cada um Cr\$ 34.063.735,00 enquanto a quadra premiará 30.393 apostadores com Cr\$ 629.877,00. O prêmio da «na anterior fica acumulado na Sena principal do próximo concurso.

Lixo nas paradas

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa vota amanhã um projeto de indicação do deputado Tadeu Roriz (PP) que determina a instalação de cestas de lixo em todas as paradas de ônibus do Distrito Federal. "Essa medida beneficia o DF em vários sentidos, porque retira das ruas o lixo acumulado, melhorando nossa cidade para os turistas e cria novos empregos, com a abertura de empresas de reciclagem", disse o deputado, que está propondo ainda a implantação das cestas a cada 200 metros em parques e avenidas de alto fluxo de trânsito.

Roriz confirma nomeações de Kalume e Guimarães

Os novos secretários de Agricultura, Francisco Guimarães, e de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Evandro Kalume, deverão ser nomeados hoje, pelo governador Joaquim Roriz. Os dois vão substituir o ex-secretário Nuri Andraus, atual ministro da Agricultura, que acumulava as duas funções. Kalume e Guimarães já assessoravam o ex-secretário nas questões de desenvolvimento econômico e assuntos da região do Entorno.



A nomeação dos novos secretários tem o apoio de diversos setores empresariais da cidade. Os líderes destes setores acham que a manutenção de dois nomes já ligados à área fará com que não haja problema de descontinuidade das ações propostas pelo governo Joaquim Roriz. A efetivação de Guimarães e Kalume foi anunciada, com exclusividade, pelo Jornal de Brasília, sábado passado,

"O governador agiu corretamente nomeando pessoas da sua equipe para ocupar os dois cargos vagos. A entrada de novos membros na equipe faria com que muito

tempo fosse gasto com a adaptação à política de desenvolvimento em vigor", comentaram os líderes empresariais. Pelo menos, por enquanto, fica descartado o nome do deputado distrital Aroldo Satake (PP) para ocupar a pasta de Agricultura, que vinha sendo cogitado desde a última reforma administrativa. De acordo com assessores do Palácio do Buriti, caso Aroldo Satake fosse o indicado, as ações poderiam sofrer descontinuidade se "ele resolvesse se candidatar novamente, porque teria de deixar o cargo em abril do próximo ano".

Perfil — Francisco Guimarães, 51 anos, é engenheiro agrônomo, formado pela Universidade Federal de

Goiás. Pertence aos quadros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde se especializou em questões fundiárias. Ex-professor da UFG, atualmente é o presidente da Associação dos Criadores do Planalto (ACP) e proprietário rural. Guimarães nasceu em Planaltina, é casado e tem três filhos.

Evandro Kalume Pires, 54 anos, é arquiteto, formado pela Universidade de Brasília. É piauiense de Floriano e reside em Brasília desde 1958. Kalume é empresário do setor de metalurgia e foi diretor da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra).

Satake se coloca à disposição

O deputado Aroldo Satake (PP) está mesmo disposto a pleitear a vaga deixada: pelo novo ministro da Agricultura, Nuri Andraus, na Secretaria da Agricultura. Ele aproveitou a presença do governador Joaquim Roriz na cerimônia de transferência de cargos dos ministros ontem à tarde, segundo disse, para colocar seu nome à disposição do GDF. O nome de Satake é apoiado, entre outros parlamentares, pela deputada Rose Mary Miranda (PP).

Quanto ao fato de o secretário-adjunto para região do Entorno, Francisco Guimarães, estar cotado pelos empresários para ser o novo secretário, Satake adverte: "A área que ele pertence (empresarial) quer que ele fique. Se for por aí, eu tam-

bém tenho o meu grupo (dos produtores rurais). Basta mobilizá-lo que ele me apoia". O deputado ressalta, no entanto, que não fará isto sem antes conversar com o governador por "uma questão ética".

O parlamentar garante que se ocorrer o convite oficial por parte de Roriz ele já está pronto para assumir. O deputado destaca que o que faltava para isto era a conclusão da Lei Orgânica (que está sendo promulgada hoje). Seguindo o mesmo raciocínio de Nuri Andraus, Satake assinala que se assumir a secretaria, será o secretário do Agricultura e não da Agricultura. "Colocaria em prática a política agrícola e as leis que já aprovamos para o setor", acrescenta.

Servidores preferem a negociação e adiam greve

O Movimento Unificado dos Sindicatos dos Servidores do Distrito Federal decidiu em votação realizada ontem em frente ao **Palácio do Buriti** pela **continuação** das negociações com o governo e, **consequentemente**, pelo adiamento da greve até **segunda-feira**. A decisão foi anunciada com base em uma nova proposta elaborada pelo governo e encaminhada à direção do movimento pelo secretário do Trabalho, Renato **Riella**.

Apesar de terem conseguido que o GDF **confirmasse** o pagamento dos 85% de reajuste — índice igual ao dos funcionários federais —, os sindicalistas não concordaram com a forma de pagamento. A proposta do governo estabelece que o índice seria pago no dia 21 de junho. Depois o servidor teria seu salário atual pago na data de vencimento, com o reajuste sendo pago somente nos dias 21 dos meses seguintes. Os sindicalistas querem receber os 85% no próximo dia 15 e que a partir do **salário** de junho, pago em julho, o índice seja definitivamente incorporado à folha de pagamento.

"O que o governo está propondo é uma violenta forma de achatar os **salários**, já que, com o atual **pagamento** da inflação, receber 85% do salário quase 20 dias após o dia do pagamento corresponde a ter quase 20% do salário a menos", disse o presidente do Sindser, Cícero Rola.

Radicalização — Uma comissão dos sindicatos esteve em reunião com o **secretário** de Planejamento e Finanças, Everardo **Maciel**, verificando as contas do GDF. Foi com base nestes dados que o governo elaborou a proposta de pagamento do reajuste. Durante a apresentação da proposta à **Assembleia**, funcionários do Serviço de Limpeza Urbana ameaçaram começar um movimento isolado. O **SLU** fez uma paralização de advertência que prejudicou o **recolhimento** de lixo em algumas quadras do Plano Piloto.

O movimento decidiu que se o governo não antecipar a data de pagamento para o próximo dia 15 iniciará uma greve por tempo indeterminado.

AS PROPOSTAS DO GOVERNO

- 1 — **Fixação** do data para pagamento do reajuste de maio, _____
- 2 — **Índice** político salarial vinculada à arrecadação do DF, _____
- 3 — **Suspensão** do contratação por convênios, _____
- 4 — **Desvincular** reajustes salariais entre categorias do DF, ou mesmo com categorias da administração federal, _____
- 5 — **Críticas** a carreira nas nomeações para cargos de confiança, no propósito de instituir progressivamente o sistema de carreira.

A RESPOSTA DO MOVIMENTO

- — Os sindicatos não concordam com a data inicialmente estipulada do dia 21 de maio. Eles querem receber até o dia 13, que o reajuste seja incorporado de uma vez ao salário, e não através de um pagamento extra a cada dia 21.
- — O movimento quer que o GDF utilize os mesmos critérios usados na administração federal, ou seja, 50% da inflação a cada bimestre e 80% por quadrimestre. O GDF acena com uma equiparação do **arrecadação** bem próximo a inflação mensal.
- — Os sindicatos aceitam. Uma das categorias que mal se influenciada pela medida será a do SLU, onde vários contratados da Novacap são utilizados pelo serviço no cotidiano.
- — O movimento abomina a ideia, (de que uma das bandeiras do sindicato é o isolamento entre funcionários dos poderes Legislativo e Judiciário com o Executivo).
- — É a proposta que mal agradou aos sindicalistas. Deve ter fundamento nas futuras negociações, pois acaba com o chamado "funcionário para-quedista", que de repente "aterrissa" nas repartições.

Riella elogia maturidade política

Logo após o final da assembleia, uma **comissão** de sindicalistas já estava reunida com o **secretário** do Trabalho. Renato Riella, para uma nova fase de negociações. O secretário elogiou a maturidade política dos sindicalistas que optaram **pela manutenção** das negociações. À tarde, Riella pretende divulgar uma tabela com o cruzamento das informações dos sindicatos e da Secretaria de Finanças.

"O Governo está levando em consideração as reivindicações dos funcionários. O que nós estamos fazendo é demonstrar que com os 85% de reajuste, a folha de maio irá para um **trilhão** e quatrocentos e trinta e oito bilhões de cruzeiros, com uma arrecadação de um trilhão

e oitocentos. Este valor é bem superior aos 65% de gastos com folha previstos na **Constituição**", disse o secretário.

Riella assegurou que ficou melhor negociar com **as categorias** em conjunto, como acontece com o Movimento Unificado; "Antes nós tínhamos uma série de negociações isoladas, o que acabava criando distorções entre o que um **sindicato** conseguia e outro deixava de ganhar. Com a instalação do Movimento Unificado, em outubro do ano passado, as negociações corrigem estas eventuais distorções".

O secretário defendeu o reajuste acompanhando a **arrecadação**, dizendo que esta tem se mantido corrigida pelos índices da inflação,

8.06.93

Lei Orgânica será assinada no Memorial JK

A Lei Orgânica do DF será promulgada, hoje, às 10h, em solenidade a ser realizada no Memorial JK. O presidente da Câmara Legislativa,

deputado Benício Tavares, considera que a lei vai possibilitar "ordenamento jurídico para devolver a Brasília a chance de pensar o futuro". Na carta, cada setor (agricultura, economia e ordenamento territorial) será contemplado com um plano de ação e as cidades-satélites ganharão conselhos comunitários eleitos pelo voto direto. **Cidades**, capa

CARLOS NUNES



Durante a votação da Lei Orgânica o brasileiro mostrou estar atento ao trabalho (w distritais marcando presença na galerias*

Brasília já tem sua Constituição

Júlio Mosquerra

No Memorial JK, Brasília assiste hoje, a partir das Um, ao que poderia ser chamada de a quarta etapa de um ciclo de vida: a **promulgação** da Lei Orgânica. A entrega da Carta Fundamental do DF encerra uma luta que foi iniciada com a **inauguração** da cidade, **teve** na eleição para o Congresso Nacional, em **1986**, o primeiro ato de independência política e ganhou de vez o perfil do **voto** em **1989**, com a escolha direta do governador e dos 24 deputados distritais.

O presidente da Câmara Legislativa, deputado **Benício** Tavares (PP), vê a Lei Orgânica como "um ordenamento jurídico que vai devolver ao PF a possibilidade de pensar o futuro". Nos 365 artigos das Disposições Permanentes e os 55 que formam as Disposições Gerais e Transitórias, os distritais procuraram nortear o desenvolvimento de Brasília. Para cada setor — agricultura, ordenamento territorial, economia — será elaborado um plano de ação.

Mudanças — A promulgação da Lei Orgânica não põe fim ao trabalho dos deputados distritais. Eles terão, entre outras tarefas, que encontrar alternativas para Brasília fugir da dependência econômico-financeira da União. Mas o presidente da Câmara calcula que 90 por cento dos artigos são auto-aplicáveis: "Esse é um avanço. Os brasilienses vão sentir de imediato as mudanças. Eles vão ter uma legislação que, em grande parte, não vai ficar apenas no papel, esperando regulamentações", destaca Tavares, em referência à Constituição Federal, que ainda hoje espera por leis complementares.

Entre as mudanças imediatas impostas pela Lei Orgânica, está a aposentadoria dos especialistas em educação. O Artigo 41 da Lei Orgânica garante a eles o direito de se aposen-

ta-rem com 30 anos de efetivo exercício de magistério, no caso dos homens, e 25 anos para as mulheres. O Conselho dos Representantes Comunitários também é auto-aplicável.

Participação — A partir da Lei Orgânica, as cidades-satélites ganham uma nova arma de pressão; os Conselhos dos Representantes Comunitários. Os representantes dos conselhos serão eleitos pelo voto direto e opinarão sobre a prioridade das obras, assim como ficarão atentos para a execução de cada uma delas.

A Implantação dos assentamentos também muda com a Lei Orgânica. Daqui por diante, todos terão que seguir o que manda o inciso I, do Artigo 228. Antes de ser levantada a primeira casa, a infra-estrutura básica como rede de esgoto e água precisa estar concluída.

Eleições Diretas — Os administradores regionais continuarão a ser escolhidos pelo governador. Os deputados distritais não chegaram a um acordo sobre o assunto e, por enquanto, fica tudo como está. A Lei Orgânica deixa para a população decidir se quer mudanças. Em um referendo popular ou plebiscito — isso ainda será definido — os eleitores de Brasília vão opinar se desejam votar nos "prefeitos" das satélites.

A eleição direta para os diretores das escolas públicas também ficou de fora da Lei Orgânica. Mas os defensores da proposta não saíram totalmente derrotados. Os deputados distritais aprovaram a criação da "gestão democrática" nos estabelecimentos de ensino. Através dela, professores, alunos e pais participam da escolha dos responsáveis pelo comando da educação de Brasília.

Segurança — Os órgãos de segurança, inclusive a Polícia Civil, ficarão diretamente subordinados ao gabinete do governador. A Lei Orgânica inova, ainda, quando estabelece mais rigor na formação do policial.

BRASÍLIA . DF

• Finalmente, às 5h30, no auditório do Memorial JK, promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal.

8.06.93

Preocupação maior é com social e ambiente

A Lei Orgânica demorou um ano, dez meses e seis dias para ficar pronta. Dividida em oito capítulos, ela tem quase metade dos artigos destinados à Ordem Social e Meio Ambiente. Na avaliação dos deputados distritais e nesses dois pontos que a Constituição do DF traz os maiores avanços.

Com a Lei Orgânica, o cidadão acrescenta ao seu dia-a-dia direitos que conquistou com a Constituição Federal. Agora, ele pode apreciar as contas públicas e conseguir informações da administração para assuntos de seu interesse: enquanto a legislação nacional não organizar a Defesa Pública, todos têm direito de cobrar do DF assistência judiciária: qualquer um pode participar da elaboração de projetos de lei e emendas à Lei Orgânica.

Foi dada uma atenção especial para as mulheres e as minorias na Constituição do DF. Até mesmo os livros didáticos que tragam algum tipo de discriminação, mesmo que atualizada, terão que se adaptar a nova legislação. Para os portadores de deficiências, o GDF terá que fazer adaptações que facilitem a vida deles. Seja nos transportes coletivos, nas vias públicas e mesmo no ambiente de trabalho. O deficiente deve ser visto como um funcionário com potencial a ser desenvolvido e o governo e a iniciativa privada preci-

sam criar os mecanismos para que isso ocorra.

Saúde — Em todas as cidades-satélites serão criados conselhos de saúde com a participação de pelo menos 30 por cento de representantes da comunidade. Assim, a população ganha um instrumento para fiscalizar de perto as aplicações dos recursos no setor; "Cada satélite terá um conselho que vai administrar as verbas recebidas nos centros de saúde e hospitais", explica o deputado distrital Agnelo Queiroz (PCdoB).

A Secretaria de Saúde vai ter programas específicos para o acompanhamento de pessoas portadoras de doenças infecciosas, com especial atenção para a Aids. A mulher terá acompanhamento médico em todas as fases da vida, da puberdade à menopausa, o que deve garantir uma geração mais saudável no futuro.

Outra preocupação da Lei Orgânica com a saúde se refere à pesquisa médica e ao tratamento preventivo. O Executivo — com a promulgação da Constituição do DF — deverá regulamentar um programa de atendimento odontológico para toda a rede oficial e particular de ensino, visando principalmente à aplicação de medidas preventivas à cárie e outros males.

Com as frequentes denúncias de desvio de verba pública para os hospitais particulares de todo o País, os

deputados distritais asseguraram na Lei Orgânica que o dinheiro destinado à Secretaria de Saúde do DF só pode ser aplicado nos hospitais da cidade. E nas unidades de saúde de Brasília, a prioridade absoluta fica para o atendimento gratuito e preventivo.

Educação — São 25 os artigos que detalham o capítulo Educação da Lei Orgânica. Entre os avanços, está o que determina a elaboração de um plano de ação para o setor no período de quatro anos. É a escola pública pensando a longo prazo uma política educacional, com a ajuda da Câmara Legislativa, da sociedade, além do GDF.

Dentro dessa participação social, foi criada a gestão democrática do ensino público. Os pais, alunos e professores ganharam o direito de opinar sobre a escolha dos diretores das escolas. Daqui para frente, os profissionais do magistério público que trabalhem com o pré-escolar e séries iniciais, inclusive com formação de docentes para atuar com superdotados e portadores de deficiência, passarão por cursos de aperfeiçoamento.

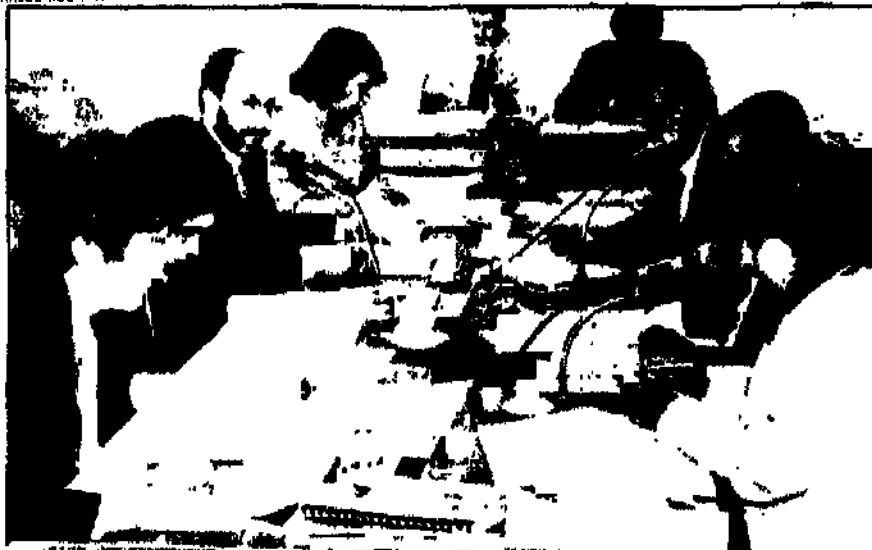
A Lei Orgânica torna obrigatória a implantação da escola rural, com a garantia de que os alunos tenham um tratamento diferenciado, que se adeque à realidade que vivem.

Solenidade terá duração de 2h

Ordem de Entrada	
1	Chegada do presidente da Câmara Legislativa, deputado Benício Tavares
2	Honras militares
3	Chegada do governador do DF, Domingos Joaquim Roriz
4	Honras militares
5	Culto cívico
6	Dom José Figueiredo — arcebispo Metropolitano de Brasília
7	Pastor Euler de Oliveira Alves de Souza — presidente do Conselho de Pastores de Brasília
8	Apresentação do coral da Igreja Santo Antônio
9	Apresentação do coral evangélico da Câmara Legislativa do Distrito Federal
10	Mirra e cantos dos alunos da Faculdade Normal de Brasília, representando a rede oficial de ensino do Distrito Federal
11	Concerto com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, regência do maestro Ildemaro Medeiros
Audiência	
1	Sessão solene de Promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal
2	Composição da mesa
3	Execução do Hino Nacional pela banda da Polícia Militar do Distrito Federal
4	Promenamentos
5	Execução do hino "Brasília, Capital da Esperança" pela banda da Polícia Militar do Distrito Federal

Direitos do cidadão

Além dos direitos assegurados pela Constituição Federal, a Lei Orgânica enfatizou	
1	Anão-discriminação por qualquer motivo, inclusive por orientação sexual e deficiência física, sensorial, mental ou imunológica vale dizer, os portadores de Aids.
2	O direito de apreciar as contas públicas e obter informações da administração para assuntos de seu interesse.
3	A participação na elaboração de projetos de lei e emendas à Lei Orgânica.
4	Assistência judiciária aos necessitados, por parte do Distrito Federal, enquanto a legislação federal não organizar a Defensoria Pública.
5	Criação da Universidade Regional do Planalto — Umplan
6	Erradicação do analfabetismo no Distrito Federal em 10 anos e dos servidores públicos em dois anos.
7	Garantias à proteção do meio ambiente, inclusive com o tratamento do lixo e dos resíduos poluidores.
8	Defesa da mulher contra a violência dos indigentes e idosos.



A sistematização trabalhou duro para garantir hoje a promulgação da Lei Orgânica

Polêmica ficou por conta do solo

A ocupação do solo provocou os debates mais calorosos na Câmara Legislativa durante a elaboração da Lei Orgânica. A divisão entre os deputados distritais tinha um motivo principal: a comercialização das terras públicas. Depois de muitas discussões, prevaleceu a tese de que tudo deve ficar como está. As terras

do Governo continuam sendo utilizadas pelos agricultores, mas através da concessão do uso.

A questão das terras públicas deve ser reativada quando for feito o plano plurianual de desenvolvimento agrícola, plano de safra e o plano operativo anual, conforme prevê o Artigo nº 343 da Lei Orgânica. Mas desde lá

proibida a destinação de terras rurais a membros e servidores dos poderes Executivo, Legislativo e judiciário.

Plano Diretor — As atividades econômicas e sociais da população, a localização dos assentamentos, enfim, toda a política urbana do DF vai ser definida pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).

As cidades-satélites também vão ter um plano diretor. Ele vai valer por 12 anos, passível de revisão a cada quatro anos. E a possibilidade de um crescimento mais harmônico com a cidade de Brasília, fazendo as satélites locais menos dependentes.

Especulação — O Artigo nº 329 da Lei Orgânica é o apontado pelos deputados distritais como uma autêntica "barreira" contra os especuladores imobiliários.

dos artigos da nova H j questão educacional. Entre os avanços nessa área, Valmir citou a implantação gradativa de turnos escolares de no mínimo seis horas diárias nos estabelecimentos de ensino fundamental da rede pública, a gestão democrática do ensino público, com a participação e cooperação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional e assistência médica, odontológica e psicológica aos educandos do ensino fundamental.

Valmir Campello elogiou a inclusão de um artigo prevendo a criação de um sistema próprio de ensino superior custeado pelo poder público no Distrito Federal.

Campello prevê mais integração

O senador Valmir Campello (PTB-DF) previu uma maior participação da sociedade na administração do Distrito Federal com a promulgação da Lei Orgânica prevista para hoje, às 17h, no Memorial JK. Segundo ele, esse é o objetivo da comunidade na discussão de seu destino e deve acontecer nos Conselhos dos Representantes Comunitários, criados pela nova ordem jurídico-administrativa do DF, e na própria Câmara Legislativa, em contato direto com os deputados distritais.

De acordo com o senador, a Lei Orgânica significa a concretização definitiva da independência política do Distrito Federal. Em aparte, os senadores Gerson Camata (PDC-ES), Jonas Pinheiro (PTB-AP) e Mauro Flebendes (C.E), líder do PMDB, destacaram a importância da nova lei como marco da maioridade política da capital federal.

Valmir Campello disse que

área da saúde uma das vitórias mais significativas é a criação de conselhos em todas as cidades-satélites, com uma representação comunitária de pelo menos 50 por cento aos membros. "Dessa forma, a população de cada região administrativa poderá fiscalizar a aplicação das verbas destinadas ao setor", previu.

O senador declarou-se orgulhoso com a decisão dos constituintes do DF de dedicarem 20



Valmir Campello destaca as conquistas obtidas na área educacional

serviços privados de saúde dos servidores, estabelecida pelo parágrafo 3º do artigo 204 da Lei Orgânica.

"Na área federal, nós temos convênios com a rede privada", justifica o deputado. Para ele, o aporte de dinheiro público para os fundos de saúde aos servidores representa um benefício para o próprio estado. "Desafoga a rede pública", acredita Gilson, para quem as servidores foram penalizadas pela Lei Orgânica. Ele acha que será elevado o percentual de descontos na folha de pagamento do servidor, sem os recursos da administração pública, incluindo aí GDF e Câmara Legislativa. "Os servidores vão descontar 11 por cento: oito por cento para INSS e três por cento para o Fundo", explica.

Solenidade une Corrêa e Roriz

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, será o representante do presidente Itamar Franco na solenidade de promulgação da Lei Orgânica. Ele fará parte da Mesa Diretora do ato junto com o governador Joaquim Roriz e o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena. O Tribunal de Justiça do DF será representado por seu vice-presidente, desembargador João Carneiro de Ulhôa. A Mesa será presidida pelo presidente Benício Tavares (PP), à quem caberá a tarefa de promulgar a carta fundamental do DF.

Benício será auxiliado pelo primeiro-secretário da Câmara, cargo ocupado atualmente, pela deputada Lúcia Carvalho (PT). A Mesa contará, ainda, com a presença do presidente da Comissão de Sistematização da Lei Orgânica, deputado Maurílio Silva. Após Benício declarar aberta a sessão, cada um dos distritais terá direito de fazer um pronunciamento de um minuto.

"É uma grande vitória do povo do DF", comentou, ontem,

Agnelo Queiroz (PC do B) antecipando trechos do discurso que fará no Memorial JK, o deputado comunista disse que a Lei Orgânica representa a consolidação da própria Câmara Legislativa. "Vamos diminuir as aventuras vem planejamento. As decisões passarão pelo crivo do debate público", ressaltou.

A deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB) pretende ressaltar o "Senhor Democracia" na promulgação da Lei Orgânica.



Peniel Pacheco (centro) apresentará o requerimento propondo as alterações

Ela vai se inspirar em discursos de Ulysses Guimarães, para fazer o seu pronunciamento. Único parlamentar a participar da elaboração de duas constituições — a Lei Orgânica também tem características de Constituição estadual — Maria de Lourdes assinará o exemplar histórico da Lei Orgânica, fazendo uso da mesma caneta com que assinou a Constituição Federal de

1988. A caneta foi doada pela comunidade de Ceilândia. Pura a deputada tucana, foi mais emocionante elaborar a Lei Orgânica do DF do que a Constituição Federal. "Naquela época, eu não tinha conhecimento profundo dos temas que estavam sendo votados. Agora, votei com mais consciência, pois eram temas da minha cidade", confessa.

Francisco Monteiro assumirá Agricultura

O presidente da Associação dos Criadores do Planalto, Francisco Monteiro Guimarães, deverá ser nomeado interinamente hoje pelo governador Joaquim Roriz para assumir a secretaria de Agricultura, onde ocupa atualmente o cargo de secretário-adjunto para assuntos do Entorno. A outra pasta vaga com a ida de Nuri Andraus para o Ministério da Agricultura, da Indústria e Comércio, também será ocupada interinamente a partir de hoje pelo atual secretário adjunto, Evandro Kalume.

Na Associação dos Criadores do Planalto, a posse de Francisco Guimarães é tida como praticamente certa, segundo informou ontem um assessor do presidente da entidade. Guimarães é agricultor, pecuarista e criador de cavalos da raça Campolino, e pertence a uma das famílias mais tradicionais de Brasília. Ele se formou engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Goiás, na qual também lecionou.

O novo secretário interino já trabalhou como engenheiro agrônomo do Incra e preside a Associação dos Criadores do Planalto desde janeiro. A sua indica-

ção vinha sendo defendida pelas lideranças empresariais da cidade.

Evandro Kalume assumirá interinamente a Secretaria de Indústria e Comércio. Ele é arquiteto formado pela UnB, nasceu no Piauí e foi diretor da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra). As pastas da Agricultura e da Indústria e Comércio já haviam sido desmembradas na última reforma administrativa do GDF, no final do ano passado, mas Nuri Andraus vinha acumulando as duas secretarias.

Indicação — A nomeação do empresário Francisco Guimarães para a Secretaria de Agricultura do GDF não afastou o deputado distrital Aroldo Satake (PP) da luta para ocupar a pasta. Alguns deputados da Dançada do Partido Progressista na Câmara deverão conversar hoje com o governador durante a cerimônia de promulgação da Lei Orgânica e reivindicar a nomeação do parlamentar, que segundo os distritais já foi várias vezes convocado para ocupar o cargo mas não pôde aceitar em virtude dos trabalhos de elaboração da Lei Orgânica.

Câmara discute mudança do Regimento Interno

Dentro de **aproximadamente** 30 dias a Câmara **Legislativa** deverá instalar uma Comissão Especial, formada por deputados distritais, para estudar e propor mudanças no **Regimento Interno da Casa**, atendendo uma **determinação da Lei Orgânica**. Um requerimento neste sentido será protocolado amanhã **pelo segundo secretário** Peniel Pacheco (PTB) e pode detonar uma crise política entre os **parlamentares**. Apesar de todas as correntes concordarem que uma alteração no regimento em Câmara dará maior agilidade no processo **legislativo**, as **modificações** também atingiram a área **administrativa**, com o esvaziamento de funções de algumas secretarias dando início a um novo confronto entre a **bancada governista** e o PT.

Ontem Foi um dia de reuniões entre as principais bancadas da Câmara. **PP** e **PT** se reuniram para analisar um possível processo de mudança no **Regimento Interno**. Peniel Pacheco **afirmou** que o seu requerimento visa **principalmente** cumprir a LO o mais rápido possível, fazendo com que o Legislativo dê o exemplo perante os demais poderes. Ele negou que o pedido tivesse relação direta com os últimos problemas administrativos surgidos na Casa, principalmente no âmbito da Primeira Secretaria, mas confirmou que a Comissão pode propor mudanças na estrutura, com a diminuição das atribuições de alguns órgãos. O distrital do PTB ainda não tem idéia

de como se dará essa **reforma administrativa** na Câmara, mas desde lá vai **começar a discutir** com a **bancada governista** os próximos passos neste sentido. Alguns parlamentares levantaram a possibilidade da criação de mais um cargo na Mesa, **provavelmente uma segunda vice-presidência**.

Política — Mas se as mudanças no **Regimento Interno** da Casa podem dar mais agilidade no processo **legislativo** e na área **administrativa**, também **provocaram muita confusão política**. A **vice-presidente** da Câmara, deputada Rose Mary Miranda, admitiu ontem que **algumas desavenças** políticas estão ocorrendo na **Mesa**, principalmente no **tocante à Primeira Secretaria**. Algumas atitudes que a deputada Lúcia Carvalho tem tomado mostram que ela se porta como um membro à parte da Mesa Diretora. O **nosso objetivo** será evitar que se formem fundos na Câmara, e seja detonado um processo **político**, argumentou a **parlamentar**.

Segundo ela, vários setores da Câmara têm se mostrado insatisfeitos com a Primeira Secretaria, **principalmente** porque Lúcia Carvalho tem atuado **isoladamente**. "O PT está jogando o ônus **político** de todas as decisões que a Mesa toma sobre os ombros de seus demais integrantes. Eles (**petistas**) deveriam ter uma visão mais coletiva da **Câmara**", comentou Rose.

Para o **presidente** da Câmara, deputado Benício Tavares (PP), qualquer mudança no **Regimento**

Interno da Câmara deve passar antes por uma ampla **discussão** entre todas as forças **políticas**. Benício Tavares, **porém**, concorda que a área **administrativa** deva sofrer alterações maiores.

Reação — A bancada do PT vai reagir firmemente contra qualquer proposta de **esvaziamento** dos poderes da Primeira **Secretaria**, ocupada nos dois últimos anos por parlamentares do partido. A **primeira-secretária** Lúcia Carvalho acredita que todas as recentes acusações feitas por Peniel Pacheco e outros deputados do PP não passam de retaliação **pelo** posicionamento do seu partido frente à Resolução que determina a demissão dos servidores requisitados. "Toda a vez que **temos** que **cumprir** a **devolução** dos requisitados, aparece esse tipo de acusação", argumenta Lúcia Carvalho.

A **parlamentar** do PT concorda com mudanças no **Regimento Interno da Câmara**, mas **acha** impossível a diminuição das atribuições da Primeira Secretaria. "Qualquer **mudança** somente para a próxima **legislatura**", avisa Lúcia Carvalho. Segundo ela, a **bancada governista** quer tirar do PT o controle sobre a **contratação** e **acompanhamento dos funcionários**. "Sabemos exatamente **quem está de olhando** os requisitados e **colocando** em atividade os **concurados**", diz a petista, acrescentando que **alguns integrantes** da Mesa não estão **cumprindo a Resolução** que prevê a substituição dos funcionários.

destaque dos grandes jornais às questões locais. Nem se percebia uma reflexão sobre estes temas", revela.

Distrital reage com ação no STF

Ainda no calor da **solemnidade de promulgação**, a Lei Orgânica sem alfo da **primeira Lição de inconstitucionalidade** \ ação dará entrada hoje mesmo no **Supremo Tribunal Federal**, promete o autor, deputado distrital Gilson Araújo (PP). Gilson quer acabar com a proibição da **destinação de recursos públicos** para

Deputado diz que LO representa a sociedade civil

"A Lei Orgânica é um dos estímulos da institucionalização democrática. Cabe-lhe não apenas regular as funções do Estado, mas **principalmente** representar a **sociedade civil**, legitimando, de forma **geral**, a ação e o interesse **público**", disse ontem o deputado **distrital** Tadeu Roriz, sobre a promulgação boje da Lei Orgânica no Memorial JK.

Segundo ele, a nova lei tem à cara da população de **Brasília** e passará a falar **cotidianamente** com ela e por **ela** junto às **grandes decisões públicas** que **afetam** a vida da **cidade**, como o metro, o saneamento, o **reassentamento** da população, o Plano Diretor ou o uso do solo.

Tadeu **Roriz** acrescentou ainda que **agora**, "o Poder **Executivo** deverá prestar **contas**, **sistematicamente**, de suas **ações** à **comunidade**. Com isso gera-se, no Distrito **Federal**, um estado de espírito em que a população se torna **mais** participante das **decisões políticas** da cidade. Isso já se faz sentir nos meios de **comunicação**, pois não havia em Brasília um

8.06,93

Pequenas obras gastam mais que o Metro

À cada centavo que libera para o metrô, o GDF destina quase dois para pequenas obras em todo o Distrito Federal, além de serviços de manutenção de áreas e equipamentos públicos. "Por ser uma obra de grande vulto, é natural que o metrô se destaque. Mas a verdade é que no conjunto de pequenas obras realizadas em 1992, mais de 100 vezes, o GDF investiu quase o dobro do que destinou ao metrô", salienta o secretário de Obras, José Roberto Arruda, encarregado de coordenar não só o metrô como também todas as demais obras públicas em execução.

Segundo levantamento da Secretaria de Obras, ano passado o GDF destinou 54 milhões de dólares para o metrô, sendo 48 milhões para as obras e 6 milhões para a custeio. Já as demais obras iniciadas ano passado — grande parte de pequeno porte — receberam 100 milhões de dólares.

Além disso, o GDF investiu outros vários milhões de dólares na conservação e recuperação de pistas, escolas e hospitais. "O

problema é que muitas obras, como a rede de água tratada de Samambaia, com 360 quilômetros de extensão, e as galerias de águas pluviais do Plano Piloto, ficam debaixo da terra e por isso são pouco notadas", lembra Arruda.

Itinerantes — O secretário ressalta que a importância dessas obras é ainda maior porque são escolhidas pela própria comunidade. "A idéia dos governos itinerantes do governador Joaquim Roriz é uma fórmula vitoriosa que nos possibilitou administrar os escassos recursos de forma mais próxima aos anseios da população".

Este ano o governador Joaquim Roriz decidiu dividir os governos itinerantes em quatro grupos. Terça-feira passada, com a realização do itinerante do Cruzeiro, encerrou-se o terceiro grupo, que teve ainda as cidades de Taguatinga, Guará e Núcleo Bandeirante, além do recém-criado assentamento do Recanto das Emas. "É uma cidade em formação, mas com uma comunidade já cons-

ciente de suas necessidades", explica Arruda.

A destinação dos recursos para as cidades-satélites do terceiro grupo deverá ser decidida esta semana em reunião do governador Roriz com toda a equipe de governo. As satélites do primeiro grupo — Sobradinho, Brazlândia, Gama, Samambaia, Ceilândia, Santa Maria e Planaltina, além da Agrovila São Sebastião e do Varjão — já estão com a maioria das obras concluídas e em fase de execução, num total de investimentos da ordem de Cr\$ 164 bilhões.

Os recursos para o grupo três e também o quatro — cujos itinerantes ainda não foram realizados — serão decididos pelo governador em breve. Arruda faz questão de salientar que, além dos recursos do GDF, há expectativa de obras de fontes como a Caixa Econômica Federal e o BID (Banco Internacional de Desenvolvimento), respectivamente, estão em fase final de acordos de repasses de verbas para a ampliação da Estação de Tratamento de Água do rio Descoberto e a implantação da rede de esgoto em Samambaia.



O trem do metro vai rodar com **quatro** carros e tem capacidade para comportar até **1350** passageiros

Primeiro carro já está pronto e deve chegar a Brasília em julho

O primeiro carro do metro está pronto e vem sendo testado na fábrica da **Mafer**, em São Paulo, devendo ser transportado para Brasília no final do próximo mês com mais outros três carros, cuja previsão de chegada é até o início de agosto. O transporte de São Paulo a Brasília será feito por via rodoviária, através de carretas especiais. Essa viagem deverá durar cerca de 15 dias, tendo em vista que as carretas só poderão rodar durante o dia. Os batedores da Polícia Rodoviária Federal irão acompanhar todo o trajeto fazendo uma sinalização de apoio, devido a essa carga ser considerada especial — cada trem mede 3,13m de largura. Os carros são protegidos por uma embalagem especial de madeira e lona com a finalidade de protegê-los das intempéries ao longo da viagem.

Produto **Nacio-**

nal — O metro de **Brasília** está sendo fabricado pela **Mafer**, que é uma empresa nacional, privatizada recentemente. Toda a sua tecnologia é de ponta — se for comparada a outros sistemas similares. O **metrô-DF** já incorpora avanços tecnológicos desenvolvidos na última década que ainda não estão disponíveis nos equipamentos já em uso. O trem do Metro irá rodar com quatro carros e terá a capacidade de comportar até mil 350 passageiros — em pé e sentados — por composição.

Velocidade será 90Km

Duração das viagens

(O Metro terá capacidade de desenvolver velocidade operacional de 90 km/h - a média estimada para a sua velocidade comercial, levando em consideração as paradas - de 45 km/h)	
Estação Central Plano Piloto	31 minutos
Estação Central Plano Piloto	40 minutos
Taguatinga Central Plano Piloto	23 minutos
Águas Claras Central Plano Piloto	15 minutos
Clitoria Central Plano Piloto	15 minutos

O veículo será dotado de um sistema de controle denominado ATC (controle automático de trem). Ele fará a interface entre o piloto e o centro de controle operacional, o que deverá ser instalado no complexo de manutenção, em Águas Claras. Através desse sistema o condutor irá receber instruções sobre a velocidade a ser desenvolvida em cada trecho da via, de acordo com as condições da mesma, tais como: curvas, aclive, declive, paradas e estações. Além disso o metro ainda possui um sistema de radiotelefonia, através do qual o condutor também se comunica com o CCO, de uma outra forma, pois nesse estágio suas conversas são gravadas. "Para uma melhor visualização desse procedimento podemos compará-lo ao mesmo sistema adotado no transporte ferroviário, que adota as conhecidas caixas-pretas", informa o coordenador adjunto do metro, José Gaspar de Souza.

Cruzeiro luta por avenida comercial

Ana Cristina Gonçalves

Depois de ficar vários anos sob o fantasma da estagnação e o estigma de cidade-dormitório, o Cruzeiro briga pelo seu desenvolvimento econômico e urbanístico, que está diretamente relacionado com a construção de uma avenida comercial. Apesar de ter sido idealizada em 1991, somente agora a avenida deve sair do papel, pois foi garantida pelo governador Joaquim Roriz durante o Governo Itinerante. Até então, entraves burocráticos impediam que o projeto, com a viabilidade técnica e econômica, fosse colocado em prática.

"A avenida comercial será criada a custo zero pelo governo e gerará emprego, lazer e opções de comércio para os moradores de todo o Distrito Federal", afirmou o administrador regional Odilon Cavalcante, completando que a autoria do projeto é da administração. Prova disso é que em 1991 foram realizados dois estudos de viabilidade técnica e econômica do local pela Secretaria de Obras e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). "Foi quando detectamos que a renda familiar dos cruzeirenses é alta e que suas principais necessidades são comércio e serviço forte", explicou Odilon Cavalcante.

Com base no estudo sócio-econômico realizado pelo Sebrae, que tinha por objetivo analisar a viabilidade da avenida comercial foram detectadas características importantes dos moradores. A taxa de fixação, por exemplo, é bastante alta, sendo que na média entre os três núcleos (Cruzeiro

Velho, Cruzeiro Novo e Área Octogonal) 69 por cento dos habitantes residem no local há mais de três anos. A renda familiar também é considerada boa, com 47,5 por cento dos cruzeirenses tendo rendimentos mensais superiores a dez salários mínimos. Na Área Octogonal 42,9 por cento dos moradores recebiam mais de 20 salários mínimos em 1991.

Potencial — "No Sudoeste também teremos moradores com renda familiar alta e consequentemente um mercado consumidor em potencial", argumentou o administrador do Cruzeiro. De acordo com a pesquisa do Sebrae, a população tem aspiração de melhoria não só quantitativa, mas sobretudo qualitativa em relação

ao comércio e oferta de serviços hoje existente. "O Cruzeiro tem hoje o menor comércio do Distrito Federal, sendo que 70 por cento das salas são de propriedade de três grupos que inflacionam o mercado", garantiu o presidente da Associação Comercial e Industrial do Cruzeiro (Acinc), Carlos Alberto de Oliveira.

Segundo ele, há dez anos que não se constrói ou amplia áreas comerciais no Cruzeiro. "A cidade cresceu, ganhando novos núcleos, mas o comércio não acompanhou", disse Carlos Alberto de Oliveira, que também se diz pai do projeto da avenida comercial, e quer o empresariado envolvido na discussão da implantação do projeto. Atualmente o Cruzeiro conta, segundo ele, com cerca de 600 empresas de todas as categorias. "Mas ainda é pouco e de nível inferior à necessidade dos moradores", enfatizou o presidente da Acinc.

Satélite foi a 1ª planejada

O Cruzeiro foi a primeira cidade-satélite planejada do Distrito Federal. Ela foi criada especificamente para alojar funcionários públicos transferidos do Rio de Janeiro para a recém-construída capital. Segundo os historiadores, o Cruzeiro também foi o primeiro local visitado pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, quando veio visitar o local onde construiria Brasília. O avião presidencial teria pousado numa pista próxima de onde hoje está a Rodoferrviária,

Juscelino Kubitschek e seus acompanhantes teriam ido em seguida para o local denominado Cruzeiro, onde Bernardo Sayão colocara uma grande cruz. Ali é o ponto mais alto do Distrito Federal, propiciando uma visão ampla e panorâmica de todo o sítio escolhido para sediar a nova capital. No início, a atual cidade-satélite foi chamada de "Cemitério", devido a casinhas brancas cercadas por terra vermelha por todos os lados, dando a impressão de um cemitério com os seus túmulos.

O segundo nome escolhido pu-

ra aquela localidade foi "Gavião", devido à grande incidência desses animais na região. O nome definitivo do Cruzeiro, entretanto, ocorreu por sugestão dos moradores e uma campanha feita pelo CORREIO BRAZILIENSE, em decorrência de uma linha de ônibus da TCB de nome "Cruzeiro", que passava pela cruz (onde hoje está o Memorial JK) e ia até o bairro "Gavião".

Entretanto, apesar de ter 33 anos o Cruzeiro somente conseguiu sua independência administrativa em 1987 através de um decreto do então governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira. Antes de se tornar cidade-satélite o Cruzeiro era considerado o primo pobre do Plano Piloto, do qual dependia financeira e administrativamente para se desenvolver. Nesses seis anos de "independência" os cruzeirenses e os administradores regionais que por lá passaram lutam contra o tempo para que ela cresça e deixe de ser uma cidade dormitório.

8,06.93

O POVO DO DF JÁ TEM A SUA LEI.

A Câmara Legislativa do DF
promulgou a Lei Orgânica do
Distrito Federal.

Dos vários trabalhos desenvolvidos pela Câmara Legislativa, pelos Deputados Distritais que você elegeu, está a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para a sua execução foram ouvidos todos os segmentos da sociedade, que participaram com sugestões e emendas. Hoje podemos dizer com orgulho que o DF tem a sua constituição e que, através dela, nosso Povo poderá exercer com maior plenitude a sua cidadania.

Mas o trabalho não pára aí: a Câmara vai continuar defendendo, como sempre tem feito, os interesses da nossa comunidade, consolidando cada vez mais a sua função democrática e social. A Lei Orgânica foi só o começo.



AGORA, VAMOS TRABALHAR AINDA MAIS PARA FAZÊ-LA VALER.



Câmara Legislativa do DF

INFORME DF

Odilon. O famoso quem?

O dilon Aires. 41 anos, economista e servidor público, atual administrador regional da cidade-satélite do Cruzeiro, saiu do anonimato de repente. Afinal, como presidente do PMDB/DF, Odilon ocupou ontem um lugar de honra no palanque montado em frente ao Ministério da Agricultura para a posse do ministro Nuri Andraus. Enquanto Nuri discursava, lá estava ele, todo orgulhoso, ao lado do ministro Maurício Corrêa, do senador Mauro Benevides e de outros políticos de expressão nacional. "O PMDB existe em Brasília", garante Odilon que é PMDB te *meninho*. "Sou da turma que fundou o partido na capital, eu e Milton Seligman", conta.

Odilon garante que participou das negociações que levaram a nomeação de Nuri Andraus ao ministério de Itamar. E diz que o partido está preparado para a grande virada política em Brasília, onde o PMDB está implantando onze zonais, possui um diretório regional com 45 membros e uma Executiva muito ativa.

"Na próxima eleição vamos eleger quatro distritais e dois federais, no mínimo", diz o presidente do PMDB candango. Quanto as especulações sobre a entrada do ministro Maurício Corrêa e do próprio governador Roriz no partido, ele não é nada modesto: "Tem lugar para os dois", afirma,

Lei Orgânica

Será hoje, a partir das 8h30, no auditório do Memorial JK a solenidade de promulgação da Lei Orgânica do DF. A realização do culto ecumênico pelo arcebispo metro-

politano de Brasília, Dom Freire Falcão, com apresentação de dois corais, a Orquestra Sinfônica de Brasília, sob a regência do maestro Julio Medaglia, fara um concerto para o

público. A sessão solene terá início as 10h, com a presença do governador Roriz e todos os seus secretários, além dos 24 deputados distritais que elaboraram a Lei Orgânica.

À performática

A artista performática uruguaia Sofia Vivo (foto) abre hoje, no Instituto de Cooperação Iberoamericana, na 707/709 Sul, as 20h, a exposição *Temas Colages*. Sobre sua técnica de quadros-montagens, o crítico paulista Carlos Von Schmidt escreveu: "Constituem no conjunto leituras que requerem cuidadosa apreensão. Seria fácil para a artista reunir simplesmente os elementos que transforma em obras de arte. Não o faz. Seriam apenas conjuntos heterogêneos de coisas. Apropriando-se desses elementos, procura reciclá-los mudando por completo seus sig-



nificados." Sofia Vivo - tará a exposição para dançar temas dos poemas de seu ultimo livro, *Profecia ai Viento*.

PELACAPITAL

• O embaixador da Nigéria, Joseph Lewu, e a princesa F.I. Lewu, recém-amanhã para o lançamento do livro *English Easy*, de Cecilia Obisakin. Estarão presentes no coquetel que começa as 13h, o presidente do BB, Alcir Calilari, além dos empresários brasileiros Paulo Octávio e Newton Romi. Na ocasião, será discutido o lançamento da *estátua* de Zumbi dos Palmares em Brasília.

• O presidente de Sindicato do Comércio do DF,

Lauro Marques Neto, previu que o Dia dos N° moradores vai representar um incremento de 50% nas vendas da comércio de Brasília. Não só porque o namoro voltou a moda, mas porque o mento do *fiuk tofiliisroojasij*.

• O deputado distrital Carlos Alberto, do PPS, requereu ontem que a Câmara Legislativa forme uma Comissão Especial para acompanhar e fiscalizar a instalação da Estação Ecológica de

Águas Emendadas, bem como os processos de desapropriações das áreas da estação.

• O ex-secretário de Trabalho do DF, Edmundo Pinto, está relançando em quarta edição seu livro *Temas de Mudanças*, que trata da Administração Participativa nas instituições.

• Será hoje, as 12h42, 10 Instituto Central de Ciências (ICC) da Universidade de Brasília, o lançamento não oficial da candidatura da cachorrinha Gens ao cargo de reitor.

Segurança I

Professores e alunos da Escola Classe 307, de Samambaia, se reúnem hoje para discutir uma solução para a falta de segurança na escola. Na semana passada, a escola foi invadida por uma gangue de menores que agrediu estudantes e ameaçou professores de morte.

A Escola Classe 307 não tem muro e não conta com policiamento do Batalhão Escolar. Com a palavra, a secretária de Educação, Eurides Brito, e o secretário de Segurança, João Brochado.

Segurança 2

O Detran e a PM precisam tomar providências urgentes para os fiscos que estão correndo os frequentadores do restaurante *Coisas da Roça*, localizado ao longo da EPTG, sentido Guará-Taguatinga. Acidentes graves estão ocorrendo no local por falta de sinalização. Sem oferecer estacionamento aos clientes, os veículos que saem do restaurante e tentam pegar a EPTG correm o risco de serem esmagados por caminhões, ônibus e outros veículos que transitam na estrada em alta velocidade.

Meio Ambiente tem novo Conselho

• Secretaria lança mapa ambiental e 'telefone verde*' que vai receber denúncias

O secretário de Meio Ambiente, Paulo Timm, deu posse ontem aos novos membros do Conselho de Política Ambiental do DF, responsável pela definição da política ambiental da cidade. Composto por seis representantes da sociedade civil e 10 do governo, o Conselho é renovado a cada dois anos. Foi divulgado também o novo mapa ambiental do Distrito Federal com o registro das reservas ecológicas, parques, áreas de proteção ambiental e orientações sobre a fauna e flora do cerrado.

Paulo Timm aproveitou a oportunidade para lançar o Telefone Verde, um serviço de atendimento à população para receber denúncias de agressão ao meio ambiente. Quem quiser denunciar irregularidades cometidas contra a natureza poderá telefonar para o número 156. A ligação não é gratuita. O lançamento foi feito durante um seminário sobre a utilização das águas do DF nos meios urbano e rural.

A primata reunião formal do Conselho de Política Ambiental está marcada para o próximo dia 21. Paulo Timm se responsabilizou por apresentar um relatório sobre sua gestão e as iniciativas que já tomou para preservar o meio ambiente do DF. Os representantes das organizações não-governamentais (ONGs) que participam do Conselho também levarão sugestões.

Águas Emendadas — Na posse do Conselho de Política Ambiental, os representantes das organizações não-governamentais pediram ao secretário que a primeira discussão do grupo seja sobre a ocupação e retalhamento da reserva ecológica de Águas Emendadas.

Segundo Gustavo Souto Maior, membro da ONG Amigos do Parque Nacional e integrante do Conselho de Política Ambiental, a reserva está a caminho de um desastre ecológico devido às ocupações irregulares no local — é proibido qualquer tipo de ocupação em reservas ecológicas permanentes, como no caso de Águas Emendadas. Dos cerca de 11 mil hectares da reserva, a única do mundo reconhecida internacionalmente por conservar a junção de duas bacias hidrográficas, 3.500 estão apropriados por terceiros.

Para desapropriar a área ocupada, o governo deve pagar Cr\$ 1,2 trilhão de indenização. Cerca de 12 ações foram impetradas pelos ocupantes que querem permanecer no local.

O secretário Paulo Timm informou aos membros das ONGs que o governo tem vontade política para resolver o problema e garantir a desapropriação. Mas alerta que não há recursos para pagar a quantia fixada pela Justiça. Mesmo com os cortes previstos no orçamento da



O secretário do Meio Ambiente, Paulo Timm, com o novo mapa

União, Paulo Timm diz que o GDF vai recorrer ao governo federal e tentar negociar a abertura de crédito para pagamento da dívida.

Gustavo Souto Maior diz que o governo local pode rever suas contas e lembra que o valor das desapropriações representa menos de 5% do orçamento do Metro.

A reserva de Águas Emendadas foi criada em 1968. Dezoito anos depois, em 1985, durante a gestão

do então governador José Aparecido, o governo decidiu iniciar as desapropriações. Mas se recusou a pagar o valor estipulado pela Justiça, por considerá-lo alto e baseado em preços de terras urbanas — a reserva está focalizada em área rural. De lá para cá, o valor a ser pago pelas desapropriações rendeu de acordo com a inflação chegando a casa do trilhão. O impasse continua

Lei Orgânica assegura autonomia para o DF

A promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, no Memorial JK, foi recebida por senadores, deputados **federais**, distritais, representantes do poder **Judiciário**, pelo governador de Brasília, **Joaquim Roriz** e outras autoridades como um marco divisor na curta história da cidade. Em cada pronunciamento, conversa informal ou cumprimento; a palavra "autonomia" ganhava uma entonação privilegiada. Dona **Sarah Kubitschek**, a **primeira-dama** que acompanhou de perto o nascer do sonho de Brasília, sua execução, e ontem viu a Constituição do DF ser entregue à população, falou em nome de **Juscelino Kubitschek**.

Uma informação trazida pelo **ministro** da Justiça, **Maurício Corrêa**, que representou o **presidente Itamar Franco**, deu ainda mais importância à cerimônia. **Corrêa afirmou** que o Presidente estava se comprometendo a estar sempre ao lado de Brasília, ajudando na **execução** da política econômica e social da cidade. O governador **Joaquim Roriz** comemorou: "É mais um compromisso público, de grande importância para o DF".

A solenidade de promulgação da Lei Orgânica começou pontualmente às 8h30. No pátio de entrada do Memorial JK, foi celebrado um culto ecumênico por Dom José Freire Falcão, arcebispo Metropolitano de Brasília e pelo pastor **Euler de Oliveira Alvez de Souza**, presidente do Conselho de Pastores de Brasília. A celebração contou com a **apresentação** ao coral da igreja Santo Antônio e também do coral Evangélico da Câmara **Legislativa** do

Distrito Federal. **Logo** em seguida, os **alunos** da Escola Normal de Brasília fizeram um **jogral**. Sob a regência do maestro **Júlio Medaglia**, a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional encerrou a primeira parte do evento.

No auditório do Memorial JK, o presidente da Câmara Legislativa, deputado **Benício Tavares (PP)** abriu a segunda parte da solenidade. Estavam presentes o governador de Brasília, **Joaquim Roriz**,

Emoção marca o momento solene

"Assim a Câmara Legislativa está presente ao memorial JK e, como seu presidente, promulgo a Lei Orgânica do Distrito Federal. Está dado ao povo um novo símbolo. Ele se tornará a realidade que formos capazes de compreender." Com estas palavras o presidente da Câmara, deputado **Benício Tavares (PP)** marcou o fim da **sessão** solene de promulgação da Lei Orgânica e entregou à população **brasiliense** a sua primeira Constituição, em meio aos **aplausos** de cerca de mil pessoas que compareceram ao **auditório** do Memorial JK.

Após a cerimônia, ainda bastante emocionado, o deputado **Benício Tavares** comparou aquele momento à sessão de posse dos distritais, ocorrida em 1991 no auditório Nereu Ramos no Senado Federal. Para **Benício**, a entrega da Lei Orgânica à população é um momento histórico do DF e significa também o início de uma nova fase do **Legislativo**. Em seu discurso, o **deputado** do PP lembrou **JK**, os pioneiros que **construíram** Brasília e também o governador **Joaquim Roriz**, "Vemos aqui novos pioneiros que, de movimentos nasci-

o ministro da Justiça **Maurício Corrêa**, o **ministro-chefe** do Gabinete Civil, **Henrique Hargreaves**, o presidente do Congresso, senador **Humberto Lucena**, o **senador Mauro Benevides**, que foi presidente da Comissão do DF no **Senado**, toda a bancada de Brasília no Congresso, o jornalista **Paulo Cabral**, **diretor-presidente** dos **Diários Associados**, representantes do Judiciário e do Executivo.

dos do povo e estimulados pela visão política de **Joaquim Roriz**, governador do Distrito **Federal**, se propõem a dividir **responsabilidades** e contribuir para o bem-estar da comunidade", **afirmou** **Benício**,

Regulamentação — Segundo o presidente da Câmara Legislativa, os deputados distritais, a partir de agora, devem se empenhar para **regular** todos os dispositivos da nova Constituição que ainda precisam de leis **complementares**. **Benício Tavares** acredita que esse trabalho marcará uma nova fase **política** na Casa, já que todos os parlamentares apresentaram proposta à Lei Orgânica e com certeza, pretendem transformá-las em lei.

Apesar do **otimismo** de todos os distritais no que diz respeito à aplicabilidade da Lei Orgânica, **Benício Tavares** afirmou ontem que não acredita na aplicabilidade imediata de 90 por cento dos artigos da LO, como alguns distritais chegaram a prever. "Não podemos criar expectativa entre a população de que a Lei Orgânica resolverá todos os seus problemas", comentou o presidente da Câmara.

Itamar promete ajudar o DF

Durante a cerimônia de promulgação da Lei Orgânica, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, trouxe uma importante notícia para o Distrito Federal: o presidente Itamar Franco está empenhado em conseguir os recursos necessários para a manutenção administrativa da Capital da República e enviou esta mensagem para todos os **brasilienses**. O governador Joaquim Roriz considerou o fato como "um importante compromisso público" de Itamar Franco, enquanto o presidente da Câmara, deputado Benício Tavares, acredita que isso contribuirá ainda mais para a autonomia política do DF.

Maurício Corrêa transmitiu em seu discurso os votos do presidente Itamar Franco para toda a população **brasiliense** que, naquele momento, vencia mais uma etapa na luta por sua maioria política. "O presidente Itamar Franco tem consciência dos deveres que a União tem com o DF, principalmente no apoio as atividades básicas, como saúde e educação", disse o ministro da Justiça em entrevista à imprensa. Ele relembrou o passado político de Itamar Franco, um dos principais defensores da representação política do Distrito Federal, "A promulgação da Lei Orgânica representa o ponto máximo dessa luta", ressaltou o ministro. Maurício Corrêa acredita que o compromisso que o Presidente



Benício: povoganha mais um símbolo

da República tem com o DF faz com que ele se esforce para garantir os recursos necessários para a manutenção e ampliação da infraestrutura básica para o brasiliense. "Itamar dará toda a atenção a Brasília", finalizou Maurício Corrêa.

Apoio — o governador Joaquim Roriz recebeu com muita satisfação a mensagem enviada pelo presidente Itamar Franco. "Para mim essa garantia de Itamar Franco não se constitui numa surpresa, já que conheço as intenções do Presidente para com Brasília", comentou Roriz.

Para o presidente da Câmara, deputado Benício Tavares, a mensagem é mais uma prova da consideração que Itamar Franco tem com Brasília. "É importante uma manifestação pública como esta do presidente Itamar Franco através do seu Ministro da Justiça", diz o distrital.

Regulamentação é a nova luta

A regulamentação da Lei Orgânica, através de leis ordinárias e complementares, é considerada pelos distritais etapa tão importante quanto a de elaboração. Os parlamentares **procurarão**, a partir de hoje, garantir a aplicabilidade das propostas defendidas na primeira fase. Caso tenham êxito, terão um trunfo nas eleições do ano que vem, independentemente do cargo que venham a concorrer. Os dispositivos não auto-aplicáveis foram a saída para os impasses surgidos no calor dos debates entre bancada **governista e oposições** no plenário.

Defensor da venda das terras públicas rurais, Aroldo Satake (PP) se antecipou ao final da Lei Orgânica. Em março, na mesma semana em que a proposta foi rejeitada pelo plenário, Satake apresentou projeto de lei, que estabelece a alienação. Segundo seus assessores, em termos mais amplos do que previa a proposta original Pelo projeto, poderiam ser vendidas as terras públicas rurais superiores a 25 hectares, ao contrário do que determinava o artigo 338, que foi suprimido do texto final.

Conselho — No seio da bancada **governista**, predomina o sentimento de frustração com a não aprovação do artigo 338. O deputado Manoel Andrade (PP) tem um projeto de lei que permite a venda das terras públicas rurais com até 350 hectares. O projeto já tramita há algum tempo na Câmara Legislativa. "Agora, ele (o projeto) ficou livre para ser discutido. Vou acelerar a sua tramitação", afirma Manoelzinho.

Por outro lado, os defensores do modelo da concessão de uso, pelo qual as terras públicas rurais permanecem sob o controle do GDF, estão se mobilizando. O **petista Euripedes Camargo** informou que a bancada do seu partido está preparando um projeto que **proíbe** a alienação e sacramenta a concessão de uso, norma atual.

Outro **petista**, Pedro Celso, quer regulamentar os Conselhos de Transportes e de Representantes Comunitários, "para que não aconteça o mesmo que ocorreu com a Constituição Federal e algumas constituições estaduais". O Conselho de Representantes Comunitários é julgado vital pelos **petistas**.

Afrustração nas oposições é com a não inclusão do dispositivo que estabelecia a eleição direta para administradores regionais. O PT, o deputado Carlos Alberto Torres (PPS) e a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB) não acreditam que a batalha esteja perdida. Pretendem regulamentar o parágrafo 1º do artigo 10 da Lei Orgânica, que prevê a participação popular na escolha dos administradores.

Os defensores de tal proposta estão conscientes do sério obstáculo que têm pela frente. O mesmo encontrado durante toda a fase de elaboração da carta fundamental do DF: a Constituição Federal, que em seu artigo 32, proíbe a municipalização da Capital Federal, o que seria representado, na prática, pela eleição direta dos administradores regionais.

Nomes da Câmara e LO podem mudar

O deputado Peniel Pacheco (PTB) quer mudar o nome da Câmara e o da Lei Orgânica. O Legislativo local, por sua proposta, passaria a ser chamado de Assembleia Legislativa e a Lei Orgânica ganharia o título de Constituição do DF. A justificativa de Peniel é a de que o DF merece um tratamento de estado. A mudança se daria através de emenda constitucional, que seria encaminhada pelo senador Valmir Campeio (PTB), conforme o distrital petehista.

A tomada de posição de Peniel é um exemplo de que os distritais estão de olho na revisão da Constituição Federal, marejada para o futuro próximo. Um motivo forte para tal atitude está no fato de que a revisão da própria Lei Orgânica está atrelada à revisão da Constituição Federal. Na Câmara, a expectativa é a de que a revisão da Lei Orgânica será feita pelos distritais da próxima legislatura que se inicia em 1995.

O deputado Maurílio Silva (PP) prefere não arriscar previsões de mudanças na Constituição Federal, que obriguem a alterações profundas na Lei Orgânica. Se a proposta sua que ele pretende ver encaminhada na revisão constitucional for aprovada, tudo será diferente. Maurílio quer ver criado o Estado de Fimvilha, com capital em Taguatinga. O novo estudo abri-

ria todas as regiões administrativas atuais, exceto o Plano Piloto, que permaneceria sendo a capital federal.

O deputado Wasny de Roura acha que a revisão constitucional trairia retrocessos para os trabalhadores. Com isso, a Lei Orgânica seria alterada principalmente, no capítulo dos servidores públicos.

Wasny teme pelo fim da estabilidade. Presente à solenidade de promulgação, o presidente do Tribunal Superior Federal, ministro Sepúlveda Pertence, disse que pode haver mudanças nos capítulos da tributação da Lei Orgânica, acompanhando uma provável reforma tributária na revisão constitucional.

Inconstitucionalidade — o deputado Gilson Araújo (PP) entrará com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a Lei Orgânica. Ele quer suprimir a proibição da destinação de recursos públicos para serviços de saúde privativos dos servidores. A proposta foi criticada pelos distritais, inclusive por membros do partido de Gilson.

"É inoportuna. Hoje é um dia festivo, histórico e não é adequado se aproveitar este momento", comentou Tadeu Fioriz (PP). O deputado Manoel Andrade, do mesmo partido, disse que analisará a "competência jurídica" para se apresentara ação de inconstitucionalidade. "O deputado Gilson está equivocado, pois não está respeitando a vontade soberana dos distritais", assinalou Pedro Celso, do PT.

Campanha não mobiliza população

Faltou povo na festa de promulgação da primeira Lei Orgânica do Distrito Federal. Apesar da campanha publicitária desencadeada nos últimos dias nos principais órgãos de imprensa da cidade, o brasileiro não prestigiou a assinatura da sua Constituição e, pouco mais de 50 pessoas assistiram aos eventos programados para a área externa do Memorial JK. O baixo quorum, no entanto, não impediu alguns protestos contra a LO.

A solenidade de promulgação da Lei Orgânica teve início às 8h30, com a celebração de um culto ecumênico no palanque montado no gramado frontal ao Memorial. A festa prosseguiu com a apresentação dos corais da igreja Santo Antônio e Evangélico da Câmara Legislativa, e também da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Todos esses eventos foram assistidos atentamente pelos deputados distritais, autoridades, convidados e, principalmente, servidores da Câmara, que compareceram em bom número. Do outro lado do palanque, porém, poucos populares participavam, mas mesmo assim algumas faixas apareceram. A maior delas homenageava o deputado Maurílio Silva (PP), presidente da Comissão de Sistematização, com os seguintes dizeres: "Parabéns Missionário Maurílio Silva pela Lei Orgânica. O povo de Deus agradece".

O protesto de ontem ficou por conta de vários produtores rurais espalhados pela área do Memorial JK. Dois deles chegaram a SP vestir de



Sinfônica emocionou com Sino de Brasília

preto em sinal de luto pelo "buraco negro" na nova legislação no que se refere à questão das terras rurais. "Para nós produtores falta tudo na LO. Lutávamos pela titulação das terras e agora temos que esperar «m pouco mais», disse tiúdes Augusto, produtor rural presente à solenidade, mas sem roupas negras.

Divulgação — Várias pessoas presentes à festa de promulgação da Lei Orgânica reclamaram contra a feita de divulgação do evento e até mesmo dos próprios trabalhos de elaboração da Constituição do DF.

Q Participaram desta cobertura os repórteres Júlio Mosquera, Antônio Machado, Marcelo Agner, Isaac Amorim (fotos), Wanderley Pozzembom (fotos) e Joaquim Firmão (fotos).

Discursos ganham tom de palanque

Os deputados **distritais** não perderam a oportunidade de fazer política durante a **promulgação da Lei Orgânica**. O **acerçado** com o cerimonial da **Câmara Legislativa** era de que cada um só poderia falar o **equivalente** a uma lauda **datilografada**. Mas não foi isso o que se escutou no **auditório do Memorial JK**. Apenas o **deputado** Manoel Andrade (PP) foi breve. Todos os outros ocuparam um **tempo** maior do que o acordado, fazendo a **cerimônia** durar mais de duas horas.

Durante os discursos, os deputados **abusaram da palavra "orgulho"** e da frase feita "missão cumprida". A maioria **avocou** o passado de **luta** da sociedade **brasiliense** para se chegar à **independência política** e alguns preteriram mesmo fazer um **retrospecto** de suas vidas pessoais.

O discurso mais emocionado foi o da **deputada** Maria de Lourdes Abadia (PSDB), que por várias vezes **lembrou-se de Ceilândia, cidade-satélite** onde ocupou a **Administração Regional** e berço político da **parlamentar**. **Além**, quase todos os distritais **procuraram falar diretamente** para as **categorias**, instituições, entidades ou religiões que **defendem**. Acompanhe o **destaque** de cada discurso:

Agnelo Queiroz (PC do B) — **Visivelmente** nervoso — o papel que segurava **não parava de tremer** — destacou a **emancipação política de Brasília**, e afirmou que a **Lei Orgânica** é "a **escritura definitiva** do cidadão **brasiliense**".

Aroldo Satake (PP) — Comemorou o **trabalho** cumprido e destacou "a participação de todos os **segmentos** da sociedade" na elaboração da **Lei Orgânica**. Convocou "os pares para a tarefa de **regulamentação**" da **L.O.**

Carlos Alberto (PPS) — Lembrou o **trabalho de JK**, do **arquiteto** Oscar Niemeyer e dos **"incansáveis cantangos"**. Ele disse que a **Lei Orgânica** "contém um projeto de **valores** fundamentais" e que "é uma **lei para o futuro**, para a **esperança** e para o **presente**".

Cláudio Monteiro (PDT) — Salientou que a **Lei Orgânica** é "o instrumento que dá a, todos nós a condição de **árbitros**" e que ela "**representa** a média do pensamento da **sociedade**".

Edmar Pireneus — Seguiu as regras básicas de um pronunciamento de **político do interior**. Primeiro dedicou o trabalho aos filhos **Patrícia, Rodrigo e Adriana**. Depois, **mencionou a célebre** frase; "missão cumprida", e por fim lembrou o sonho de **Dom Bosco**.

Eurípedes Camargo (PT) — Foi o único a se levantar contra a **influência** dos grupos **dominantes** durante a **elaboração** de **Lei Orgânica**, afirmando que ela "**reflete** a **manutenção** de alguns privilégios da **elite**".

Fernando Naves (PP) — Começou fazendo um discurso de **exaltação** de sua **lutapessoal** para chegar até o momento da **promulgação** da **Lei Orgânica**. Depois, destacou o **trabalho** dos parlamentares.

Geraldo Magela (PT) — Levou para o **Memorial JK** um brisa que iniciou nos primeiros debates em plenário na **Câmara Le-**

gislativa: a **eleição direta** para os administradores regionais. Perdiu a batalha na **Lei Orgânica**, o deputado afirmou que "**Brasília** tem ao seu redor diversas cidades **cassadas**".

Gilson Araújo (PP) — Passou grande parte de seu discurso defendendo o governador **Joaquim Roriz**. Entre outras frases, disse que "**o Executivo de Brasília é transformador**" e que "temos um Governo que **realiza**".

Jorge Cauhy (PL) — Não perdeu a oportunidade de contar **vitórias**. Destacou que, por suas **contas**, "45 por cento das **propostas** apresentadas" por ele foram **aceitas** pelo **texto original** da **Lei Orgânica**.

José Ornellas (PL) — O deputado disse estar "**orgulhoso** de ter participado" da **elaboração** da **Lei Orgânica**, e que o momento da **promulgação** era "**o coroamento** da honrosa **missão** como **homem público**".

José Edmar (PFL) — Usou uma frase de **efeito** que serve para resumir todo o **discurso**; "Fui operário nessa oficina da **democracia**".

Manoel de Andrade (PP) — Foi rápido no discurso e falou de improviso. Ele se limitou a falar da **satisfação** pessoal por **ter contribuído** "singelamente" com a **Lei Orgânica**.

Maria de Lourdes Abadia (PSDB) — A deputada **conseguiu** passar um momento de **vibração** para a **platéia**. Citou **Fernando Pessoa**; "**Tenho em mim todos os sonhos do mundo**", **Ulysses Guimarães** e defendeu a **Bandeira Nacional**. Mas o momento de maior emoção foi quando lembrou a **caneta** recebida de presentes de associações de **moradores da Ceilândia**. Foi com ela que assinou a **Constituição** e, naquele instante, registrava o cumprimento da tarefa de fazer a **Lei Orgânica** ao **DF**.

Padre Jonas (PP) — Como muitos outros, falou da **realização** de participar da **promulgação da Lei Orgânica**. Fez um breve **relato** de sua vida **política** e não deixou de usar **palavras** pouco comuns na **linguagem cotidiana**, o que **além**, virou uma marca registrada do deputado.

Pedro Celso (PT) — Ao contrário do **esperado**, ato fez um discurso de protesto. Mas **deixou gravada** sua impressão sobre a **Lei Orgânica**: "Não chegou a **empolgar**, mas certamente não **desapontará** a sociedade".

Poniel Pacheco (PTB) — Procurou destacar a **importância** do momento afirmando que o "**DF** é notícia em todo e **qualquer** jornal do **País**". E ainda previu "uma edição **histórica** do **CORREIO BRAZILIENSE**" para hoje.

Rose Mary Miranda (PP) — Fez um discurso de **improviso**, **explicando** que estava muito **emocionada** para escrever **qualquer** coisa. Mas, politicamente, **soube buscar** para ela a defesa dos **radialistas**, **jornalistas** e das **mulheres de Brasília**.

Salviano Guimarães (sem partido) — Definuiu a **Lei Orgânica** como "um contrato social" e disse que **ela** vai levar o "**Governo** a cumprir fundamentalmente sua função **social**".

Tadeu Roriz (PP) — "Não podemos suportar o paradoxo de **construir** uma cidade sem **alma**". Com essa frase, o deputado salientou a importância da **Lei Orgânica** para **Brasília**, e afirmou que a cidade "**emergirá**

não apenas como um **monumento**, mas como uma **expressão humana**".

Wesley de Figueiredo (PT) — Para o **deputado**, a **Lei Orgânica** é um primeiro passo. **Acha** que "é uma lei que servirá de **parâmetro** para outras". Um aperfeiçoamento, que segundo ele, virá com a própria aplicação **diária** da **legislação**.

Maurício Silva (PP) — Dedicou a **Lei Orgânica** a todos os moradores da **cidade**, mas **disse** que **dava** **assim** **assinatura** como membro do Conselho de Pastores e da Comunidade Evangélica do **DF**, que, em suas **contas**, soma hoje mais de 250 mil pessoas.

Lúcia Carvalho (PT) — A **primeira-secretária** da Mesa da **Câmara Legislativa** falou da **luta** dos **interesses** durante a elaboração da **Lei Orgânica**. A parlamentar não considera a **L.O.** uma obra **acabada**, "**mas o início de um trabalho coletivo**". Por fim, pediu a **ajuda** de todos para "**o desafio** da aplicabilidade da **Lei**".

Benício Tavares (PP) — Iniciou o **discurso** com a lembrança de **JK**. **Falou** das **mensagens** de otimismo que o **idealizador de Brasília** deixou para todos. A presença dos **deputados distritais** do **Memorial JK**, segundo o presidente da **Câmara Legislativa**, **significa** a busca da "**inspiração** para **instaurar** no Distrito Federal um novo **símbolo** à **nossa** autonomia".

Educação e a Lei Orgânica

A promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, realizada ontem em clima de exaltação cívica, **levará políticos e administradores públicos a profundas reflexões sobre o grande número de novidades institucionais aí contempladas. Nos oito capítulos que constituem a Cartão do DF, destaca-se a preocupação do legislador com a educação, as questões sociais, o meio ambiente e a melhor estruturação da assistência jurídica, apenas para citar alguns itens de maior relevo. Valeu a pena esperar 22 meses e seis dias e ter dos senhores deputados distritais uma obra completa, cuja maior parte dos dispositivos é auto-aplicável e, portanto, dispensa a sempre demorada regulamentação.**

No setor da **educação**, foram inscritos direitos que situarão o Distrito Federal entre as **cidades** mais avançadas do Brasil, com seu governo vinculado a obrigações em **todos** os níveis de **ensino**, **notadamente o básico**, cumulado com um sério compromisso de erradicação do analfabetismo no território da **capital** brasileira. Outras medidas **possibilitarão** ao sistema educacional a plena utilização de **atualizadas** técnicas pedagógicas, além de tornar a gestão das **escolas** num **eficiente meio de aproveitamento das potencialidades** de professores e pais de **alunos**. Com certeza, só o tempo e a prática do dia-a-dia **confirmarão** se as intenções do legislador se cumprirão de modo pleno ou se não passarão de letra **morta**, como tantas outras que não passaram de **frutos** da imaginação de bem-intencionados parlamentares e seus criativos assessores. Problemas concretos exigem **soluções** concretas e é justo **assim** **que**, aos poucos, os verdadeiros homens públicos vão abandonando a prática da elaboração de leis inúteis ou exóticas.

Se é grande a euforia pelo justo **tratamento** concedido à educação na Lei Orgânica do DF, no plano nacional acumulam-se as **desatenções** constantes à formação dos cidadãos brasileiros, se-

gundo acentuou o senador João **Calmon**, veterano combatente da causa educacional, em seu último pronunciamento, O Tribunal de Contas da União — denuncia o senador **Calmon** — comprovou **que**, por **três** exercícios **seguidos**, o orçamento não respeitou a destinação de 18 por cento dos recursos globais para investimento na educação. A violação é agravada pelo fato de **que**, fosse o dispositivo **cumprido**, metade daquele percentual seria aplicado na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino de primeiro grau.

Para que não se esqueça da magnitude do **desafio** em pauta, convém **reeditar** a informação de que há no mundo 950 milhões de analfabetos e que o **Brasil**, com **18** milhões, ocupa o oitavo lugar nesta **desprimorosa estatística**. E acrescenta-se, segundo a opinião consagrada de João **Calmon**, que só será possível superar o problema da distribuição de **renda** neste País, se houver maciços e **regulares investimentos** no campo da **educação**.

O contraste entre as propostas inovadoras da Lei Orgânica ao DF e a incúria com que **são** tratadas as tarefas educacionais previstas na Constituição da República não pode e não deve ser motivo de desânimo para todos quantos **milltam** na área. E, pelo **contrário**, um **incentivo** a **que** **pedagogos** e homens públicos acompanhem o desenvolvimento das idéias transformadas em artigos de lei, para **verificação** de sua eficácia e dos reais benefícios a serem prestados a todas as camadas da população.

A vocação do Distrito **Federal** para incorporar práticas modernas **consolidou-se** uma **vez** mais no conjunto de **artigos** de sua Lei Orgânica. A empreitada **final e decisiva** cabe aos **governantes**, para quem a Carta Fundamental não é só um código **regulador**, mas **também**, e principalmente, um elenco de sérios compromissos com os cidadãos **brasilienses**.

Educação e a Lei Orgânica

A promulgação da Lei Orgânica ao Distrito Federal, realizada ontem em clima de exaltação cívica, **levará políticos e administradores públicos a profundas reflexões** sobre o grande número de **novidades** institucionais aí contempladas. **Nos oito capítulos que constituem a Carta** do DF, destaca-se a preocupação do legislador com a educação, as **questões** sociais, o meio **ambiente** e a **melhor** estruturação da assistência jurídica, apenas para citar alguns itens de maior **relevo**. Valeu a pena esperar 22 meses e seis dias e ter dos senhores deputados distritais uma obra **completa**, cuja maior parte dos dispositivos é **auto-aplicável** e, portanto, dispensa a sempre **demorada** regulamentação.

No setor da **educação**, foram inscritos direitos que situarão o Distrito Federal entre as cidades mais avançadas do Brasil, com seu governo vinculado a **obrigações** em todos os níveis de **ensino**, **notadamente** o **básico**, **cumulado** com um sério compromisso de erradicação do analfabetismo no **território** da capital brasileira. **Outras medidas possibilitarão** ao **sistema** educacional a plena utilização de **atualizadas** técnicas pedagógicas, além de tornar a gestão das **escolas** num **eficiente** meio de aproveitamento das **potencialidades** de professores e pais de **alunos**. Com **certeza**, só o tempo e a prática do **dia-a-dia** **confirmarão** as intenções do legislador se cumprirão de modo pleno ou se não passarão de **letra** morta, como tantas **outras** que não passaram de frutos da imaginação de **demi-intencionados** parlamentares e seus criativos assessores. Problemas concretos exigem **soluções** concretas e **é justo** assinalar que, aos **poucos**, os verdadeiros homens públicos vão abandonando a **prática** da elaboração de leis **inúteis** ou exóticas.

Se é grande a euforia pelo justo tratamento concedido à educação na **Lei Orgânica** do DF, no plano nacional **acumulam-se** as **desatenções** constantes à formação dos cidadãos brasileiros, se-

gundo acentuou o senador João **Calmon**, veterano **combatente** da causa educacional, em seu último pronunciamento, O Tribunal de Contas da União — denuncia o senador Calmon — **comprovou** que, por **três** exercícios **seguidos**, o orçamento não respeitou a destinação de 18 por cento dos recursos globais para investimento na educação. A violação é agravada pelo fato de que, fosse o **dispositivo** **cumprido**, metade daquele percentual seria aplicado na **erradicação** do **analfabetismo** e na **universalização** do ensino de primeiro grau.

Para **que** não se esqueça da magnitude do desafio em **pauta**, convém reeditar a informação de que há no mundo 950 milhões de analfabetos e que o **Brasil**, com 18 **milhões**, ocupa o oitavo **lugar** nesta **desprimorosa** estatística. E **acrescente-se**, segundo a opinião consagrada de João Calmon, que só será possível superar o problema da **distribuição** de renda neste **País**, se houver maciços e **regulares** investimentos no campo da educação.

O contraste entre as propostas inovadoras da **Lei Orgânica** ao **DF** e a incúria com que são tratadas as farefas educacionais previstas na Constituição da **República** não pode e não deve ser **motivo** de desânimo para todos quantos **militam** na área. E, pelo contrário, um **incentivo** a **que** **pedagogos** e homens públicos acompanhem o desenvolvimento das idéias **transformadas** em artigos de lei, **para** verificação de sua eficácia e dos reais benefícios a serem prestados a todas as camadas da população.

A vocação do **Distrito Federal** para incorporar práticas modernas **consolidou-se** uma **vez** mais no conjunto de **artigos** de sua **Lei Orgânica**. A empreitada **final** e decisiva cabe aos **governantes**, para quem a Carta **Fundamental** não é só um código **regulador**, mas **também**, e **principalmente**, um elenco de sérios compromissos com os cidadãos brasileiros.

CORREIO DA CIDADE

Candidata denuncia

Após a divulgação oficial do resultado final do concurso para Assessor Legislativo da Câmara Legislativa do DF, pode-se constatar que o **IDR** não correspondeu, realmente, às expectativas de se **desincumbir**, a contento, da tarefa a que se propôs.

Desde as primeiras provas ficou comprovado que a banca examinadora, após as suas **discutíveis** correções, pouco se preocupou em ler os recursos apresentados pelos candidatos, haja **vista não** ter, sequer, revisado a contagem errada de algumas **pontuações**. Para completar, a análise da prova de títulos constituiu-se numa barbaridade. Deixaram de considerar certificados de seminários e congressos porque neles não havia especificação de carga horária, mas sim do **período**, em **dias**, de sua **duração**, prejudicando, desse **modo**, profissionais com **grande** experiência e vivência dos **problemas** locais. Além disso, não **consideraram**, para muitos candidatos, o tempo de serviço devidamente comprovado. No meu caso específico, de nada valeram os meus onze anos e oito meses de trabalho de nível superior, no **GDF**, como arquiteta, admitida em concurso público realizado pelo próprio **IDR**, em 1981.

Em **anexo**, apresento cópia da carta que enviei ao superintendente do **IDR**, **Dr. Bruno Vizotto**, da qual eu gostaria que fossem **destacados**, para conhecimento público, os seguintes trechos:

"...Quero ressaltar que o "modismo" de **constar** a carga horária nos **certificados** de **seminários** começou a ocorrer há pouquíssimo tempo, **pois** tenho certeza de que muitos candidatos **como eu**, já de meia idade, possuem numerosos certificados onde não existe a especificação da carga horária mas, apenas, dos **dias** de sua **duração**. Qualquer um que já tenha participado de seminários sabe que em 99 por cento dos **casos**, a carga horária mínima **diária** é de seis horas e, portanto, cinco dias correspondem a pelo menos **30 horas**.

Além de não concordar com os **critérios** da avaliação dos congressos e seminários, o que mais me deixou estarecida foi não haverem considerado o meu tempo de serviço. Tenho certeza de que com os documentos que **apresentei**, não haveria dúvidas de que tenho **mais** de dez anos de serviço em funções de nível superior e, com isso, **terei pelo** menos 20 pontos garantidos em meu currículo, além daqueles considerados **pelos** seminários com carga horária especificada. Pasmê, senhor! O meu currículo obteve apenas a pontuação de **dez** pontos em cem, o que vem comprovar que foi erroneamente **avaliado**.

Devo salientar, ainda, que no **editais** deste concurso não havia previsão de

"segundo recurso de recurso", fato que neste caso aconteceu, mas de que, **infelizmente**, não tive **conhecimento**. Ao que me consta não houve **divulgação** dessa informação nos jornais **locais**. Entretanto, a publicidade dos **atos administrativos** é prevista **constitucionalmente**."

Solicito a publicação desta carta, pois julgo importante que a comunidade se conscientize de que o dever do cidadão não é apenas de reclamar, mas, acima de **tudo**, de denunciar publicamente as irregularidades que venham a ser de seu **conhecimento**. Só assim teremos oportunidade de tentar mudar os rumos do nosso País.

• Cecília Juno Malagutti
Lago Norte

BRASÍLIA . DF

Olha o sussurro

Instigante a observação de um **rorizista**.

Manhã de ontem, antes da solenidade de promulgação da Lei Orgânica do **Distrito** Federal, ele, próximo do Palácio do **Buriti**, dizia numa roda de jornalistas e **políticos**:

"O governador trabalhava com três hipóteses para a sua sucessão. Agora, opera com quatro".

Ignorou, todavia, todos os apelos para detalhar as opções apesar da insistência.

Limpeza poderá ser obrigatória em caixa d'água

A limpeza de reservatórios de água consumida pela população em prédios e condomínios residenciais e comerciais pode se tornar obrigatória no Distrito Federal. Foi aprovado na semana passada, em primeiro turno, um projeto de lei do deputado Agnelo Queiroz (PC do B) que obriga, também, a faxina periódica nas caixas d'água das repartições públicas, transferindo toda a responsabilidade da fiscalização para a Caesb, que deverá emitir laudos anuais.

Para que a água continue potável, a Caesb recomenda aos usuários que a lavagem dos reservatórios deve ser feita de seis em seis meses, junto com a verificação de que não há rachaduras nem falta de vedação nos recipientes. "Realmente, há muitos casos em que a má qualidade da água é resultado da falta de limpeza", afirma a química Eliane Barreto Costa, chefe da Divisão de Monitoramento da Qualidade da Água da Caesb. Ela informa que em cerca de 40 por cento das reclamações sobre qualidade que recebe, o problema está na falta de higiene dos reservatórios.

Doenças — Nos condomínios, o que mais apresenta falta de higiene é o reservatório inferior, onde há o costume de se deixar acumular lixo ao lado ou até mesmo em cima da tampa. Como normalmente ficam em garagens, a água utilizada na lavagem de carros escorre para a caixa. Os técnicos da Caesb acreditam que esse comportamento é fruto mais da falta de informação do que do descaso.

Essa prática não apresenta ris-

co somente se o síndico fizer a recirculação da água, esvaziando o reservatório interior pelo menos duas vezes por semana, segundo a chefe da Divisão de Tratamento de Água, Tânia de Souza Bavlão. A química Eliane Barreto Costa diz que há casos em que a água do reservatório inferior só é utilizada em casos de emergência. A inspetora de Saúde, Berenice Brito Klein, assessora do Departamento de Fiscalização de Saúde, alerta que várias doenças podem ser transmitidas através da água.

"Na praia" — "É uma infinidade de doenças, como hepatite, amebíase, cólera e vários tipos de diarreias", afirma Berenice Klein. Ela assegura porém, que nunca houve nenhum surto por causa da falta de limpeza em caixas d'água, sem deixar de frisar que pode não haver presença de bactérias patogênicas (que provocam doença), mas nem por isso a água passa a ser potável. Berenice afirma que não limpar periodicamente os reservatórios é "falta de higiene" e não se "preserva a integridade do tratamento que a água sofreu" sem esse cuidado. O deputado Agnelo Queiroz justificou seu projeto de lei argumentando que houve "a ocorrência de sérios transtornos para a população por causa da falta de higienização em caixas d'água".

O deputado afirma que esses transtornos são maiores em hospitais e escolas, garantindo aue apenas atendeu aos apelos dos próprios moradores. Em seu projeto de lei, compete à Secretaria de Saúde estabelecer as sanções para quem não cumprir as determinações.

Caesb mostra como proceder

As instruções da Caesb para a correta limpeza dos reservatórios, que deve ser feita de seis em seis meses: retirar toda a água da caixa. Nos reservatórios subterrâneos, a operação é feita com bomba submersa. Nos elevados, basta esvaziá-los através das descargas de fundo. A limpeza das paredes e fundo deve ser feita com pás, baldes, vassouras, rodos e panos. Todo o reservatório deve ser lavado com água.

A solução desinfetante pode ser feita por qualquer um, com a diluição de um litro de água sanitária em cinco litros de água, para cada mil litros de capacidade do reservatório. A solução deve ser espalhada no fundo e nas paredes da caixa com uma broxa ou pano. Em seguida, esperar durante

meia hora. Depois, lava-se novamente o reservatório com jatos de água, retirando toda a água acumulada. Feito isso, o recipiente pode ser enchido novamente.

Na hora da limpeza, todos os cuidados com a assepsia são importantes, principalmente na hora da lavagem. Devem ser utilizadas botas e luvas de borracha e todos os materiais usados nos reservatórios precisam ser reservados somente para essa finalidade. A Caesb recomenda ainda, a proteção das caixas com tampas adequadas para impedir a penetração aos raios solares e elementos estranhos, preservando, dessa maneira, a potabilidade da água. Nenhum depósito deve ficar sobre qualquer reservatório, pois pode contaminá-lo.

Benevides prevê retaliações se o Congresso não for ouvido nos cortes

O líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides (CE), previu ontem retaliação do Congresso se o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, fizer cortes no Orçamento sem ouvir o Legislativo. "Certamente a retaliação ocorrerá, principalmente por parte da Câmara dos Deputados", disse o líder do PMDB, maior partido de sustentação do Governo.

Segundo Benevides, o ministro da Fazenda terá poucas chances de ouvir o Congresso antes dos cortes. Por isso, ele acha que os cortes no Orçamento serão feitos à revelia do Legislativo. O deputado Osório Adriano (PFL-DF) afirmou que se houver cortes para o Distrito Federal ele tomará atitudes contrárias ao Executivo. "Não me considerarei fazendo retaliações em nome do Legislativo, mas do eleitorado de Brasília", disse.

O governador do Distrito Fe-

deral, Joaquim Roriz (PP), afirmou ontem que lutará contra cortes de verbas destinadas a obras na capital. "É claro que vou brigar contra os cortes", disse, Roriz quer, a todo custo, entregar o metro de Brasília no dia 21 de abril do ano que vem. Embora a maior parte das verbas do metro tenha origem em empréstimos externos, que não serão prejudicados com os cortes, o Governo Federal também contribui com pequena parcela. E se esta for cortada, Roriz teme atraso na inauguração do metro.

Joaquim Roriz acha que outros governadores deveriam assumir a defesa de projetos que estão sendo executados nos seus estados. Ele não acredita numa união de governadores contra os cortes, mas em ações isoladas, sempre com as bancadas do Congresso.

O ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, disse que o líder do PMDB no Senado não

precisa ter medo dos cortes. "Tudo será negociado, podem acreditar", garantiu. Hargreaves chegou a usar o Legislativo como exemplo de futuras negociações, "Imagine se o Congresso quiser dar cem por cento de aumento para seus funcionários", afirmou. "Teria que negociar com o Executivo, pois é deste Poder que a verba sairá".

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, ficou preocupado com as declarações do líder do PMDB. Afirmou que iria procurar o senador Mauro Benevides para saber o que o incomodava na questão do Orçamento da União e dos anunciados cortes que serão feitos pelo Governo, na tentativa de baixar o déficit público e, consequentemente, ajudar no combate à inflação. Corrêa também acha que o Governo não deixará de fazer todo tipo de negociação com o Congresso antes de qualquer corte.

GAZETA MERCANTIL

09.06.93

ORÇAMENTO

Linha Vermelha e Metro de Brasília têm verbas ameaçadas

por Eduardo Holanda de Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), encaminhou ontem ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, uma relação de 63 projetos considerados passíveis de cortes no Orçamento deste ano. Os projetos totalizam Cr\$

367,692 trilhões (US\$ 7,6 bilhões) e abrangem projetos do Executivo e emendas parlamentares. Entre os projetos considerados superfluos estão o metro de Brasília, com Cr\$ 2 trilhões; a segunda etapa da Linha Vermelha, com Cr\$ 4 trilhões; e os CIAC, com Cr\$ 12,2 trilhões.

Segundo Inocêncio Oliveira, o levantamento foi feito pela assessoria da Câmara, em conjunto com o senador Mansueto de Lacerda (PMDB-PE), que foi o relator-geral da Comissão Mista de Orçamento para este ano. "O ministro Fernando Henrique disse que a necessidade imediata é de US\$ 2 bilhões (Cr\$ 96 tri-

lhões), por causa do reajuste de 85% para os servidores. Acredito que, dentro desse levantamento, será possível fazer uma escolha criteriosa dos cortes, dentro de um ponto comum."

Agenda

Ontem

Câmara
• Não houve votação,

Senado
• Aprovados: requerimento que propõe a criação de uma comissão especial para estudar a problemática vinculada ao Programa Calha Norte.

Congresso Nacional
• Não houve sessão.

Hoje

Câmara
• Sessão a partir das 9 horas. Na pauta: projeto de lei que extingue o INAMPs; projeto de lei que autoriza o capit. tal estrangeiro a adquirir até 100% das ações de estatais vendidas em leilões.

Senado
• Sessão ordinária a partir das 13h30.

Congresso Nacional
• Não haverá sessão.

83

FORNHEIRO DE CUBA

CIDADE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1993

de Jacó Gênes Dantas



Transmissão ao vivo em canal local de rádio-TV. A solenidade, prestigiada pelo governador, ministros, senadores e deputados federais, contou com a presença de 10 deputados distritais

9.06.93

Itamar promete manter repasse ao DF

Recado foi transmitido por Corrêa, que representou o Presidente na solenidade de promulgação da Lei Orgânica

VÂNIA RODRIGUES

O compromisso da União em repassar recursos para o Distrito Federal foi confirmado, ontem, pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que representou o presidente Itamar Franco na solenidade de promulgação da



Lei Orgânica. "O presidente tem uma atenção especial por Brasília, por isso, fez questão de ressaltar neste momento em que a cidade ganha a sua autonomia política e administrativa, que todas as necessidades constitucionais e o complexo administrativo serão mantidos pelo Governo Federal". Corrêa acrescentou que o presidente tem consciência de que a União é responsável pela manutenção de setores fundamentais como segurança, saúde e educação do DF.

O ministro da Justiça destacou

que o presidente Itamar foi um dos primeiros a defender a autonomia política do DF, apresentando emenda constitucional, em 1979, propondo a representação política de Brasília no Congresso Nacional, Corrêa elogiou a Lei Orgânica, "Ela é uma recompensa a todos aqueles que lutaram incansavelmente pelo direito político, administrativo e jurídico do DF". O ministro disse que a cidade vai viver várias mudanças imediatas com a promulgação da LO. "Grande parte dos artigos são auto-aplicáveis", ressaltou.

Maurício Corrêa disse que a lei é avançada em vários assuntos, especialmente na questão do meio ambiente. "Ela também traz diretrizes para a conquista da autonomia financeira do DF apontando caminhos para a geração de empregos". A mesma opinião de que a LO aponta caminhos para a autonomia financeira do DF e de que a lei chegou na hora certa para consolidar o processo de independência política e administrativa da cidade é compartilhada por diversas autoridades que compareceram à cerimônia.



torneio disse que cabe a câmara tornar a UI Orgânica conhecida

Falta, agora, a regulamentação

MARIAFILOMENA

O trabalho dos deputados distritais de consolidar a autonomia política, administrativa, jurídica e financeira do DF não terminou ontem com a promulgação da Lei Orgânica. Eles terão agora de regulamentar artigos que não são autoaplicáveis e independem de projeto de lei complementar do Executivo. "Acho que agora vamos trabalhar incessantemente na regulamentação daqueles dispositivos", observa o presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PP).

Outra missão do Legislativo, de acordo com Benício, será a de tornar a UI Orgânica conhecida pela população. "Determinei ao departamento de comunicação da Câmara que encontre uma forma para que a LO seja conhecida", adianta o parlamentar. Ele assinala, no entanto, que não quer "criar a expecta-

tativa de que todos os nossos problemas serão solucionados com a Lei Orgânica".

Gratificado — Além da satisfação de ser um dos responsáveis pelo "momento histórico" de promulgação da LO, Benício ficou "gratificado" com a mensagem do presidente Itamar Franco, transmitida pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, de que vai assegurar as necessidades constitucionais do DF e manter o complexo administrativo do Governo. "Vejo a mensagem do Presidente como um compromisso assumido publicamente e afiançado pelo ministro, Me sinto seguro sabendo que os recursos para as áreas fundamentais como saúde, educação e segurança estão garantidos", assinala Benício. Lembrando que "o Presidente tem dois ministros de Brasília — Maurício Corrêa e Nuri Andraus, da Agricultura".

Rose e Araújo vão contestar artigo

Os deputados governistas Rose Mary Miranda e Gilson Araújo, ambos do PP, não concordaram com o texto final da Lei Orgânica. Eles pretendem recorrer à Justiça contra o artigo que veda a concessão de subvenções ou auxílios do Poder Público a entidades de previdência privada. Os discursos dos deputados distritais tiveram uma

só marca: a autodefesa. Eles temem que durante a revisão constitucional senadores e deputados cassem a autonomia política de Brasília. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) tem a intenção de fazer emenda acabando com a Câmara Legislativa. Ele acha que Brasília não deveria ter deputados e, sim, vereadores.

Na Lei Orgânica, os deputados deram a si a incumbência da nomeação de cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Pelas disposições transitórias da Lei, as cinco primeiras vagas serão preenchidas pelo Legislativo. Após, será observada esta proporcionalidade: primeira, segunda, quarta, sexta e sétima vagas serão do Legislativo; terceira e quinta, do Poder Executivo. Como a Constituição do País, a Lei Orgânica do DF é extensa e detalhista. Tem 365 artigos no seu corpo permanente e 55 nas disposições transitórias.

Outros pontos da Lei: combate à poluição em todas as suas formas; combate às cauças da pobreza; veda servidores públicos de substituírem trabalhadores da iniciativa privada em greve; concede a cédula de identidade gratuitamente; cria o plano de carreira para os servidores; fiscaliza atos do Poder Executivo; torna os deputados distritais invioláveis e veda a prisão dele, a não ser em caso de flagrantes crimes inafiançáveis.

A Lei Orgânica do Distrito Federal prevê ainda: um terço da diretoria das empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações será composto por representantes de servidores; ensino público gratuito dos níveis pré-escolar, primeiro e segundo graus; e criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal. (A.E.)

500 pessoas assistem à solenidade

Mais de 500 pessoas lotaram o auditório do Memória! JK para assistir à cerimônia de promulgação da Lei Orgânica do DF, que foi transmitida ao vivo em cadeia local de rádio e TV. A cerimônia começou às 8h40 com a celebração de um culto ecumênico pelo arcebispo metropolitano de Brasília, dom José Freitas Falcão, e pelo presidente do Conselho de Pastores de Brasília, pastor Euler de Oliveira Alves de Souza. Os dois religiosos pediram a Deus que ilumine a cabeça dos governantes do DF e do Legislativo para que a LO seja cumprida de forma a fazer Justiça à sociedade.

Logo depois da cerimônia religiosa, realizada no pátio do Memorial JK, alunos da Escola Normal de Brasília fizeram um jogral enfatizando as principais conquistas da Lei Orgânica. Do lado de fora, a festa foi encerrada com as músicas Guarany (Carlos Gomes), Guerra nas Estrelas (John William) e Pompa e Circunstância (Eduard Elgar), executadas pela Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional sob a regência do maestro Júlio Medaglia.

Durante a cerimônia, apesar



Secretários do DF acompanharam a solenidade de promulgação

das inúmeras autoridades locais e federais presentes, foi sentida a ausência do novo ministro da Agricultura, Nuri Andraus, por ter sido secretário da Agricultura do DF e de representantes da OAB-DF, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e de outras entidades organizadas da sociedade civil.

O ato de promulgação da lei não emocionou apenas os 24 parlamentares que trabalharam quase dois anos na sua elaboração. Quando o presidente da Câmara Legisla-

tiva, Benício Tavares (PP), deu por promulgada a lei, autoridades, funcionários da Casa e a sociedade civil presentes na cerimônia levantaram o documento, em uma demonstração de que estão dispostos a fazer valer os princípios estabelecidos na Lei Orgânica. Outro momento marcante foi o da homenagem à dona Sarah Kubitschek. Por ter visto e ajudado a cidade a nascer ela recebeu um exemplar da lei que ficará no Memorial JK, junto com o acervo do ex-presidente Juscelino Kubitschek. (M. F. e V. R.)

Agricultor veste luto em protesto

A única manifestação popular contra a promulgação da Lei Orgânica foi dos produtores rurais do DF. Trajando luto e com faixas de protesto, cerca de 100 pequenos agricultores demonstraram a insatisfação pelo fato da lei máxima do DF não definir a forma de ocupação do uso do solo rural, "Somos o único segmento da sociedade que não

conquistou a cidadania com a Lei Orgânica", lamentou o presidente da Federação dos Produtores Rurais, Arnóbio Queiroz.

O presidente da federação, que foi acusado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Legislativa — CPI da Terra — de comercializar terras rurais gerencia-

da, pela Fundação Zoobotânica, disse que a Lei Orgânica deveria ter determinado a titulação da terra. Ele acrescentou que as associações de produtores rurais já estão se mobilizando para sensibilizar o governador a enviar um projeto de lei à Câmara Legislativa propondo a titulação da terra rural do DF. (V.R.)

Roriz diz que DF ganhamaioridade cívica

C) governador Joaquim Roriz considerou a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal "a emissão do atestado de maioridade cívica de Brasília". Para Roriz, mais do que um conjunto de leis, trata-se de

uma "bússola" que vai orientar o desenvolvimento da cidade e servir de base para as demais unidades da Federação. De acordo com o governador, Brasília também está cumprindo seu papel de capital, colocando-se mais uma vez como modelo e referência nacional.

A preocupação com temas fundamentais como preservação do meio ambiente, defesa do consumidor, cultura, esporte, assistência social, idosos, criança e adolescente, minorias e deficientes físicos, entre outros, atesta o avanço da Lei Orgânica do Distrito Federal, na avaliação do governador. Cerca de 45% de seus artigos estão contidos no título da Ordem Social e do Meio Ambiente e mais de 90% deles são auto aplicáveis.

"Com essa funcionalidade, já que em média mais de 90% de seus dispositivos são auto-aplicáveis, a Lei Orgânica facilita enormemente a vida do cidadão, que não precisa aguardar, por tempo indeterminado, o usufruto de direitos que o constituinte lhe garantiu", analisem O governador Joaquim Roriz destacou como aspecto importante da Lei Orgânica a participação



A Lei Orgânica, segundo Roriz, servirá de modelo para outras emendas na Federação

da sociedade no processo de decisões "e na formulação das políticas públicas nas áreas de saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e educação". Citou como exemplo a criação nas "satélites" dos conselhos de representantes comunitários, para opinar sobre a prioridade de obras e fiscalizá-las,

Proteção — O governador destacou também o avanço no campo da assistência ao menor e ao adolescente, que considerou como problema dramático e prioritário em todo o Brasil. "Nesse aspecto, a Lei Orgânica ancorou mais que a própria Constituição Federal, estabeleceu

do proteção à vida desde a concepção, enquanto a legislação federal garante esse direito a partir apenas do nascimento", disse. Joaquim Roriz acha importante também a garantia de proteção ao idoso e ao deficiente físico.

No campo da cultura, o governador salientou a preocupação em incentivar a produção regionalizada e em estabelecer uma política articulada com os setores de educação e comunicação. Um dos resultados disso, será o surgimento de rádios comunitárias, de curto alcance. "Elas deverão atuar eticamente junto à população mais carente,

auxiliando-a em suas necessidades vitais, o que é uma iniciativa inovadora e necessária", ressaltou.

Consumidor — A defesa do consumidor é outro aspecto importante da Lei Orgânica, na análise do governador Roriz. Ela prevê que, a partir do segundo semestre deste ano os consumidores de Brasília saberão quais impostos estão embutidos nos preços das mercadorias adquiridas. "Uma providência que facilita a fiscalização dos preços e equipara Brasília aos mercados do primeiro mundo", lembrou destacando que essa medida ajuda a sociedade a aperfeiçoar seus mecanismos de controle do custo de vida.

Convite a **Satake** não é descartado

Com a promulgação da Lei Orgânica, ontem, o governador Joaquim Roriz fica mais à vontade para convidar alguns deputados governistas para compor a sua equipe de governo. O nome mais cotado é o do deputado Aroldo Salake (PP) para substituir o secretário da Agricultura, Nuri Andraus, que deixou a pasta para assumir o Ministério da Agricultura. "Concluído este importante trabalho legislativo, fico com mais liberdade de convidar parlamentares governistas para outros tipos de serviços importantes para a cidade", afirmou o governador. Antes, entretanto, "preciso ouvir as propostas do deputado para a área", disse.

O governador Joaquim Roriz elogiou o trabalho parlamentar do deputado Aroldo Satake, destacando que ele demonstrou ter sintonia com as propostas do GDF. "Satake tem prestado um relevante serviço ao governo e à comunidade", afirmou Satake, mesmo antes de receber o convite, já se mostrou disposto a assumir a pasta. "Estou à disposição do governo para dar continuidade ao trabalho de valorização do agricultor, iniciada pelo ex-secretário Andraus", ressaltou. (Vânia Rodrigues)



Aroldo Satake está à disposição para Agricultura



Maria de Lourdes recebeu aplausos pelo discurso



Itamar foi o 1º a pedir eleição

O ministro da Justiça, **Maurício Corrêa**, lembrou ontem, durante a **solenidade de promulgação da Lei Orgânica**, "pessoas que lutaram pela cidade e que já morreram", destacando o fundador do Núcleo Bandeirante, **Joaquim Cândido Garcia Neto**. Ele disse que o primeiro passo para a emancipação política do Distrito Federal foi dado em 1973, quando o então senador **Itamar Franco** apresentou ao Congresso Nacional a emenda pedindo a realização de eleições em Brasília.

Segundo **Maurício Corrêa**, em 1987, **Itamar Franco** apresentou outro projeto de modificação da Constituição Federal, para que Brasília passasse a contar com representação política. "A partir deste momento uma nova ordem jurídica começa a ser implantada", disse o ministro ao transmitir ao governador **Joaquim Roriz** e ao presidente da Câmara Legislativa, deputado **Benício Tavares**, a mensagem do Presidente da República de que está realizando todos os esforços para garantir a manutenção do complexo administrativo do DF.

Distritais exaltam o texto da lei

Os discursos dos 24 deputados distritais enfatizaram o orgulho de cada um em ter participado da elaboração da primeira Lei Orgânica do DF. A maioria ressaltou também a participação popular no processo de elaboração do documento. Os deputados **Geraldo Magela** (PT), **Maria de Lourdes Abadia** (PSDB), **Rose Mary Miranda** (PP) e **Wasny de Roure** (PT) foram interrompidos por aplausos da plateia.

Agnelo Queiroz (PC do B) disse que o momento representava um "marco histórico" e que a Câmara Legislativa cresceu durante o processo de elaboração da lei. **Aroldo Satake** (PP) lembrou que o documento "é fruto de um trabalho que teve participação efetiva da Câmara". **Carlos Alberto** (PPS), por sua vez, assinalou que o texto da LO garante "igualdade de oportunidade" para vários segmentos da sociedade.

Cláudio Monteiro (PDT) disse que o DF estava em "desigualdade em relação às demais unidades da Federação". Para **Edimar Pireneus** (PP), a "missão foi cumprida", mas existe o compromisso de "continuar ajudando a comunidade". **Eurípedes Camargo** (PT) salientou que os "avanços" contidos na lei refletem a capacidade de conquista da comunidade. **Fernando Naves** (PP) ressaltou que se sentia realizado.

Geraldo Magela (PT) assinalou que os "pontos negativos" da lei são resultados "da postura de quem exerce o poder hoje no DF e de pequenos segmentos da sociedade". **Gilson Araújo** (PP) disse que a LO "é a norma que vai conduzir o DF à felicidade e à prosperidade". **Jorge Cauhy** (PL) observou que o documento é "fruto" do trabalho exaustivo dos parlamentares e da ativa participação de todos os setores, mais representativos da sociedade.

José Edmar (PFL) disse que sentia-se feliz em responder à população que "em seu nome foi operário desta oficina de democracia". O deputado **José Ornellas** (PL) disse que o ato solene representava o "coroamento da honrosa missão" e que a LO atende ao "exercício consciente da cidadania". **Manoel Andrade** (PP) manifestou sua satisfação por "ter podido contribuir singelamente para a elaboração da LO".

Muito emocionada, a deputada **Maria de Lourdes Abadia** (PSDB) ressaltou que a "miséria e a impunidade ameaçam a democracia". "Espero que a nossa LO seja o amparo dos fracos". O deputado **Padre Jonas** (PP) ressaltou que através da LO teremos novos instrumentos indispensáveis "para exercer o mandato legislativo". **Pedro Celso**

(PT), disse que "o processo de construção da autonomia no Brasil deu mais um passo" ontem. O deputado **Peniel Pacheco** (PTB) destacou que "Brasília será manchete no noticiário local e nacional".

Rose Mary Miranda (PP) ressaltou que estava emocionada principalmente por ter sido relatora do capítulo dos direitos da mulher. Tadeu Roriz (PP) disse que a LO contribuiu para "desmonopolizar" o DF. O parlamentar **Maurício Silva** (PP) disse que, em seu lugar, para coordenar o processo de elaboração da LO, deveria estar **Juscelino Kubitschek**.

Saviano Guimarães (sem partido) frisou que o documento "não é uma obra acabada e definitiva. Ela só terminará quando a função social for cumprida". O deputado **Wasny de Roure** (PT) lamentou "a lacuna que ficou na lei por não ter estabelecido claramente que as terras públicas rurais do DF continuariam sendo patrimônio público". **Lúcia Carvalho** (PT) advertiu que ainda resta "o desafio de dar aplicabilidade à lei, incentivando a população a conhecê-la e dela se apropriar". Para **Benício Tavares** (PP), agora "o desafio é cumpri-la e torná-la suporte de nosso desenvolvimento". Existem problemas a superar, mas as potencialidades também não são pequenas". (Maria Filomena)

JORNAL DE BRASÍLIA

9.06.93

OPINIÕES

Humberto Lucena (Presidente do Congresso Nacional) — "A Lei Orgânica é de fundamental importância para dar vida própria a cidade, embora defenda que o DF continue recebendo todos os seus direitos constitucionais por abrigar a capital do País. Brasília precisa de apoio da União para a sua consolidação definitiva".

Antônio Fábio Ribeiro (Presidente da Fibra) — "Os deputados foram sábios em deixar fora da Lei Orgânica a questão da Terra, que tem que ser melhor discutida antes de uma decisão definitiva do seu uso. A lei como um todo é muito boa e aponta caminhos para a autonomia financeira do DF".

José Roberto Arruda (Secretário de Obras Públicas) — "A promulgação da Lei Orgânica é o fato mais importante depois da construção da cidade. Ela consolida a autonomia política e dá um ordenamento jurídico bem definido. Agora é cumpri-la".

Mauro Benevides (Senador - PMDB/CE e ex-presidente da Comissão do DF no Senado) — "Brasília precisava desta lei para que as pessoas da própria cidade resolvessem os seus problemas, criando condições para a sua consolidação e crescimento. Enquanto presidente da Comissão deixei pendente vários assuntos que entendia que somente uma assembleia legislativa poderia aprovar".

Paulo Octávio (Dep. Federal - PRN/DF) — "A Lei foi elaborada a partir de sugestões de segmentos de toda a sociedade. Por isso, ela atenderá às necessidades da cidade. Tenho a certeza que a LO apresenta uma vocação social e é voltada para o meio ambiente, o que nos dará a certeza de que Brasília será mesmo a capital do terceiro milênio".

Henrique Hargreaves (Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República) — "Como morador que me identifico com a cidade, acho que a Lei Orgânica é de fundamental importância para consolidar a Independência política do DF. Não acredito, porém, que as coisas vão mudar imediatamente. É preciso tempo para as adaptações".

Sepúlveda Pertence (Presidente do TSE) — "Espero que a Lei Orgânica possa trazer as soluções para os graves problemas sociais da cidade. Me parece que ela é extremamente preocupada com a implantação do regime democrático, e é importante que isso seja uma realidade".

Wanderley Vallin (ex-governador do DF) — "Com a Lei Orgânica, além de conquistar a autonomia política, a cidade ganha diretrizes para a conquista da Independência financeira. A Lei tira também do governo toda a responsabilidade de gerir o complexo político do DF. Essa responsabilidade é dividida com a Câmara Legislativa".

Augusto de Carvalho (Deputado Federal - PPS) — "A Lei Orgânica consolida definitivamente a autonomia política do DF e aponta os caminhos para a Independência financeira. O mais importante é que a lei passa a regulamentar a cidade, partindo da base, já que ela foi elaborada com a participação popular".

Benedito Domingos (Deputado Federal - PP) — "A Lei Orgânica do DF é fruto da vontade do povo. A partir de agora, a cidade tem uma lei própria e os governantes ficam mais tranquilos para administrar".

Valmir Campeio (Senador - PTB) — "A Lei atende às necessidades de Brasília. Ela consolida a autonomia política e administrativa do DF e, o mais importante, é que ela tem o respaldo do povo que participou diretamente da sua elaboração, através de apresentação de propostas e sugestões".

Dona Sara Kubitschek (ex-primeira-dama do País) — "Este momento significa vitória total e absoluta, sobretudo, por ser realizado no Memorial JK. Me sinto profundamente emocionada. Sinto que o espírito dele (Juscelino Kubitschek) está presente nesta solenidade".

PLANO GERAL

Furto diminui nos hospitais

O furto de roupas hospitalares (capote cirúrgico, pijamas, lençóis, toalhas etc) diminuiu sensivelmente este ano. Dados da costuraria central da Fundação Hospitalar indicam que nos primeiros quatro meses deste ano houve uma redução de 61,97% na produção de peças para reposição em toda a rede hospitalar. Esse fato mostra também maior conscientização por parte das chefias de enfermagem

e lavanderias das regionais que trabalham conjuntamente com o sistema de segurança, quando da entrada e saída de pacientes, segundo observação da chefe da costuraria, Nereide Macedo Nobre. Outro fator que ajudou na redução dos furtos foi a mudança no padrão do tecido dos lençóis, atualmente confeccionados em algodão cru e personalizados pela própria costuraria.

Isenção do IPTU

Aposentados e pensionistas maiores de 65 anos poderão ficar isentos do pagamento do IPTU no Distrito Federal, caso a Câmara Legislativa aprove hoje o projeto de lei do deputado Tadeu Roriz (PP), que institui esse benefício. O projeto, no entanto, limita a isenção, estabelecendo algumas exigências a serem cumpridas pelos interessados.

Lei Orgânica

"Estamos todos de parabéns. A Lei Orgânica é o instrumento que faltava para nortear as ações políticas, econômicas e administrativas do Distrito Federal, nos proporcionando passos seguros e decididos. A promulgação pode ser avaliada como uma vitória do conjunto da comunidade". Palavras do deputado Manoel de Andrade (PP), o Manoezinho.

Vai faltar luz

A Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB) avisa que vai faltar luz hoje em diversos pontos do DF devido à realização de serviços nas redes. De 8h00 às 12h30 na QL 9 do Lago Norte e QL-18 do Lago Sul, QNM 38 e 42 da Ceilândia, EQ 38/40 e 40/42 do Núcleo Rural Melchior no Rodeador, na QNC 9 e 14 de Taguatinga. E no Núcleo Rural Rajadinha de 9h00 às 15h30.

Aeroclube

O Aeroclube de Brasília, sediado em Luziânia apresentará amanhã à imprensa, a sua nova diretoria e divulgará as suas atividades que compreendem a formação de pilotos privados, comerciais, de planadores, rebocadores, instrutores de voo e comissários para companhias aéreas. Alguns desses cursos também são ministrados na sede de Brasília.

Novo presidente

Toma posse hoje às 18h00 no auditório da empresa, o novo presidente da Telebrasil, engenheiro Hassan Gebrim que substitui Jorge de Moraes Jardim Filho que agora fica apenas como secretário executivo do Ministério das Comunicações. Gebrim pertence aos quadros da Telebrasil desde março de 1971 e vive em Brasília desde 65.

Encontro espírita

O Grupo Espírita Guillon Ribeiro e o Centro Espírita Nosso Lar, ambos do Gama, promovem neste fim de semana o 39º Encontro Fraternal Auv de Souza. No sábado, às 10h00, em frente ao Colégio do Gama no Setor Leste, os participantes do encontro farão uma manifestação contra a legalização do aborto e da pena de morte.

Debate na Fibra

Os três candidatos à reitoria da UnB estarão hoje, a partir das 11h00 no terceiro andar do prédio da Fibra, no SIA, trecho 3, participando de um debate promovido pela Fibra, Federação do Comércio e Federação das Associações Comerciais, sobre o tema Universidade e Setor Produtivo. Os três confirmaram a presença.

E água também

A água também vai faltar, segundo a Companhia de Águas e Esgotos de Brasília-Caesb, amanhã em Taguatinga no período de 9h00 às 15h30 no Setor de Concessionárias. Residência Oficial de Águas Claras e trechos da CSA, CSB, CSE, CSF, QSA, QSB, QSD, QSE, QSF além de Samambaia e Santa Maria. O motivo é a falta de energia elétrica.

GDF deve pagar 1,3 tri por Águas Emendadas

VANIA RODRIGUES

O Governo do Distrito Federal vai ter que pagar Cr\$ 1,3 trilhão para não perder 35 % da área da Reserva Biológica de Águas Emendadas. A Justiça já penhorou 284 projeções no Setor Sudoeste, somente como garantia do pagamento da indenização de um dos 12 proprietários das áreas que estão sendo desapropriadas. O secretário do Meio Ambiente, Paulo Timm, disse que embora o governo tenha a vontade para resolver o problema não existem recursos suficientes para quitar a dívida, que em três casos já estão em fase final de execução. Um dos processos ainda não teve bens penhorados e o outro advogado da Terracap ainda não tomou conhecimento do que foi escolhido como garantia de pagamento.

Paulo Timm afirma que o governo já está se mobilizando para conseguir os recursos que deverão vir do próprio orçamento, do Governo Federal, de entidades ambientalistas mundiais e também da iniciativa privada. "Uma coisa é certa, não deixaremos reduzir a po-

lígona de reserva, principalmente porque é exatamente na área de desapropriação que está localizada a única lagoa natural da região do DF", enfatizou o secretário do Meio Ambiente. Timm acrescentou que a intenção do GDF é ampliar a poligonal de Águas Emendadas e jamais reduzir a poligonal.

Decreto — Para Gustavo Souto Maior, assessor do deputado Carlos Alberto e integrante do Conselho de Política Ambiental, existe uma incoerência quando se fala em ampliar a poligonal se o governo tem dificuldades de pagar as desapropriações em curso. Ele cita também o decreto 14.662 de abril deste ano que tentava reduzir a reserva, excluindo exatamente a área em questão. O secretário do Meio Ambiente disse que o decreto, já revogado, foi apenas uma medida jurídica e administrativa para adiar a ação, permitindo que o governo e a sociedade civil se organize para pagar a dívida. Timm não considera incoerência falar em ampliar a poligonal antes mesmo de pagar as desapropriações. "Estas poligonais têm que ser revistas constantemente",

argumentou.

Gustavo Souto Maior disse que embora na tabela fornecida pela Terracap até final de maio a dívida era pouco superior a Cr\$ 524 bilhões, o próprio presidente da Terracap admite que a dívida é da ordem de Cr\$ 1,3 trilhão (de 25 a 30 milhões de dólares). Veja quadro. O assessor disse que o mais estranho em todo esse processo de desapropriação, que começou no governo José Aparecido, é que as terras foram avaliadas como urbanas. "Todas elas são rurais. O pior é que as autoridades competentes não recorreram na época certa e agora o processo é irreversível", lamentou. Souto Maior disse que através de um requerimento o deputado Carlos Alberto pediu a criação de uma Comissão Parlamentar para verificar todo o processo de desapropriação das terras de Águas Emendadas.

As Organizações Não-Governamentais (Ongs) também estão entrando com uma ação popular no Ministério Público para verificar se houve dolo administrativo no processo. "As responsabilidades depois de apuradas serão punidas", destacou Souto Maior.

QUANTO CUSTA CADA DESAPROPRIAÇÃO

Expropriados	Área/hectare	Data	Terra nua Cr\$	Beneficiários Cr\$	Total Atualizado em 31/5/93 Cr\$
Antônio de Pádua Horst e outros	185.0000	30/05/87	3.281.053.509	181.137.061	4.261.572.719,46
Dacolin Empreendimentos Imobiliários	69.0000	07/06/83	2.002.583.272	—	150.440.813,77
Carlos Henrique de Almeida e outros	307.3137	16/06/90	248.312.973.691	33.201.127.612	487.687.785.501,21
Francisco Salazar Pessoa	769.4882	07/01/87	148.071.624.524	68.725.310.365	390.268.670.795,36
Igreja São Sebastião	299.0000	05/12/87	—	—	—
Irmãos Grant e outros	9.7288	10/07/91	871.269.047	—	1.217.823.906,34
Jado Correia Silva e outros	103.2000	30/05/81	3.493.803.329	—	7.167.574.709,83
Lincoln de Almeida Campos	190.2335	01/02/90	21.055.432.090	869.669.724	27.545.839.855,17
Rubens de Barros Firizolla	40.5000	01/02/87	2.408.334.317	72.854.455	3.262.718.744,01
Tomaz Caldeira e outros	193600	10/11/87	631.145.416	1.359.919.411	2.673.605.538,61
Hady Somo (1ª gleba)	34.5400	—	—	—	—
Hady Somo (2ª gleba)	3.008.0000	—	—	—	—
Total	4.982.0000	—	422.381.234.202	109.390.246.651	524.264.232.713,76

Obs: Os dados são da Terracap, fornecidos pelo deputado Carlos Alberto (PPS).

— No total geral estão incluídos o depósito inicial, atualização, juros e honorários. A última atualização aconteceu em maio de 93.

Câmara promulga a Lei Orgânica

Todas as forças políticas **brasilienses** se unem em sessão solene no Memorial JK

Na presença do ministro da Justiça, **Maurício Corrêa**, que representou o presidente **Itamar Franco**; do governador do Distrito Federal, **Joaquim Roriz**; do presidente do Congresso Nacional, senador **Humberto Lucena**; e de dezenas de outras autoridades dos três poderes **fla' República**, foi promulgada ontem a Lei Orgânica do DF, que tem força de Constituição.

A solenidade aconteceu no auditório do Memorial JK. Durante duas horas, os 24 deputados distritais que elaboraram a Lei Orgânica discursaram **enaltecendo** o documento que consolida a emancipação de Brasília.

Antes da sessão solene, o governador Roriz, os convidados e os 24 deputados distritais assistiram ao culto ecumênico realizado pelo **cardeal-arcbispo de Brasília**, dom José Freire Falcão, do lado de fora do Memorial.

Democracia — Sob sol quente, os parlamentares se concentraram nas palavras do **cardeal** e se descontraíram com a **de dois corais e da Orquestra Sinfônica** do Teatro Nacional. Uma manifestação de 100 agricultores que pediam a titulação de terras rurais foi a única participação da **populares** na promulgação da Lei Orgânica.

O ministro Maurício Corrêa ressaltou que a Lei Orgânica é para Brasília "o fim do atraso e do **autoritarismo**" porque garante à população a escolha direta de seus governantes. O ministro lembrou que em 1985 o então senador Itamar Franco apresentou um projeto de lei que defendia mudanças na



Na Lei Orgânica do

Nafinalda sessão solene, os membros da mesa ergueram o livro com a Lei Orgânica do Distrito Federal

Constituição para que o DF tivesse seus representantes políticos.

Como senador por Brasília, Maurício Corrêa considera a Lei Orgânica "moderna, objetiva e atual", que assegurará a autonomia política já conquistada e a participação progressiva da população nas decisões da cidade. O ministro afirmou que o presidente Itamar está empenhado em restabelecer o crescimento econômico da cidade e "consciente de que a União precisa socorrer o DF". Segundo Maurício, com o governo **Tocai** pode contar com os recursos que tem direito constitucionalmente

governo federal estar com um orçamento limitado.

O ministro do Supremo Tribunal Eleitoral, José **Sepúlveda Pertence**, elogiou a "preocupação de-roocratizante" da Lei Orgânica e o senador **Humberto Lucena** afirmou que a Lei é "a alavanca do DF para o crescimento econômico e político".

"Agora, Brasília tem sua Constituição", disse o governador do DF, **Joaquim Roriz**, após a promulgação. Consciente de que possa ter dificuldades em **co** guir recursos para efetivar todas as medidas previstas na Lei Orgânica, Roriz

lembra que qualquer modificação poderá ser feita em 1995. "É um momento histórico para a cidade, que tem sua maioria de decreta-da", afirmou.

O presidente da Câmara Legislativa, **Benício Tavares (PP)**, ressaltou que a Lei Orgânica mostra que os deputados distritais "se contrapõem às resistências **preconceituosas** que propugam contra repasses **constitucionais** devidos a todas as regiões" e lembrou a maioria adquirida com a promulgação da Lei. Emocionados, os 24 deputados distritais discursaram para uma plateia de cerca de 500 pessoas.

9.06.93

94

INFORME DF

Três mulheres distritais

As três deputadas distritais da Câmara Legislativa foram aplaudidíssimas em seus respectivos pronunciamentos sobre a Lei Orgânica do DF. Lucia Carvalho, HA PT, na condição de primeira-secretária, sentou à mesa ao lado do governador Joaquim Roriz e fez um discurso progressista: "Nossa Lei Orgânica é o resultado ao confronto democrático de interesses diversos. É a expressão da pluralidade social." A vice-presidente da Casa, deputada Rose Mary Miranda, do PP, vestida num elegante rate de veludo negro e botões prateados, muito emocionada, dedicou a lei as mulheres de Brasília.

Deputada constituinte por Brasília em 88, a distrital Maria de Lourdes Abadia (foto), do PSDB, fez o discurso que mais emocionou a plateia. Citou Fernando Pessoa — "tenho em mim todos os sonhos do mundo" —, e foi interrompida com aplausos quando afirmou que "pisar na bandeira nacional é pisar na nação, e pisar no povo."

I rocadilhos

O deputado distrital Peniel Pacheco, do PTB, resolveu prestar uma homenagem à imprensa na sua fala sobre a Lei Orgânica:

"O que acontece aqui e agora nesta parte do dobo, isto é, na capital, será manchete para os homens de visão no JORNAL DO BRASIL"



Querida mais

O líder do PT, deputado distrital Geraldo Magela, achou insuficientes as conquistas w Lei Orgânica: "Infelizmente, temos que destacar pontos negativos. Uma das maiores derrotas sofridas pela população do DF foi a rejeição das eleições diretas para administradores regionais."

A eterna

O cerimonial da Câmara Legislativa conseguiu corrigir a tempo a quase injustiça histórica de não ter convidado dona Sarah Kubitschek (foto) para a mesa da cerimônia da promulgação da Lei Orgânica. Ao anunciar sua presença no auditório, sentada na

primeira fila, o locutor tomou um susto: dona Sarah recebeu uma verdadeira consagração, sendo aplaudida de pé por todos os presentes por quase cinco minutos seguidos. Continua sendo a eterna primeira-dama de Brasília.

PELA CAPITAL

O embaixador da França e Sr Michel Lévy, que recebem hoje em sua residência cerca de 90 convidados para um concerto de violino e piano, seguido de jantares. Os músicos Stéphane Trau Noz (violino) e Olga Klum (piano) fazem apresentação única em Brasília.

A Telebrasil tem novo presidente. É o engenheiro Hassan Gabrini que substitui Jorge de Morte Jardim, que assume o cargo de secretário-executivo do Ministério das Comunicações.

O deputado Genivaldo Corrêa, líder do

PMDB na Câmara, recebeu hoje a Executiva regional do partido no DF para debater a revisão constitucional.

Do deputado distrital Claudio Monteiro, do PDT, sobre a Lei Orgânica: "Não é um produto eslatado que se possa comprar em supermercado."

9.06.93

DISTRITO FEDERAL

Wilson Pedrosa/AG

**Sob o olhar de JK***Corrêa e Lucena no lançamento da Lei Orgânica do DF: defesa da autonomia política de Brasília*

DF promulga Lei Orgânica polêmica

BRASÍLIA — A Câmara Legislativa promulgou ontem, em sessão solene no Memorial JK, a Lei Orgânica do Distrito Federal. Os 24 deputados distritais demoraram um ano e dez meses para concluí-la — a lei tem 365 artigos e outros 5,5 nas disposições transitórias —, mas alguns pontos ainda são polêmicos.

A bancada do PT continua defendendo a eleição direta de administradores das cidades-satélites, hoje escolhidos pelo governador. E os deputados governistas Rose Mary Miranda e Gilson Araújo, do PP, vão recorrer à Justiça contra o veto à concessão de subvenções ou auxílios do poder público a entidades de previdência privada.

Nos discursos, os deputados criticaram a possibilidade de Q Congresso tirar a autonomia política do DF na revisão constitucional. Para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), por exemplo, Brasília não devia ter deputados, mas vereadores. A maioria dos deputados se elegeu por categorias profissionais. Compararam a solenidade o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), e os ministros da Justiça, Maurício Corrêa, e da Casa Civil, Henrique Hartog.

ves, representando o presidente Itamar Franco. Corrêa defendeu a manutenção da Câmara Legislativa.

A Lei Orgânica prevê que cabe ao Legislativo nomear cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do DF e fiscalizar atos do Executivo. Obriga governador, vice, deputados e conselheiros a declarar bens previamente, proíbe deputados de fazer contratos com o governo e determina que eles não podem ser presos em flagrantes de crimes inafiançáveis.

Os funcionários públicos ficam proibidos de substituir trabalhadores da iniciativa privada em greve. A lei determina que um terço da diretoria de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações seja de representantes de servidores, e cria o plano de carreira para o funcionalismo e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores.

Outros pontos: combate à poluição e às causas da pobreza; ensino público gratuito no pré-escolar, primeiro e segundo graus; concede a cédula de identidade gratuitamente; disciplina o uso do solo rural; a função social dos impostos incorpora o princípio da Justiça e progressividade.

016



CORREIO BRAZILIENSE

ÓRGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS LONDRES 1925-7

JOSE DA COSTA, BRASÍLIA, 1980 ASSIS CHATEAUBRIAND

Número 10397

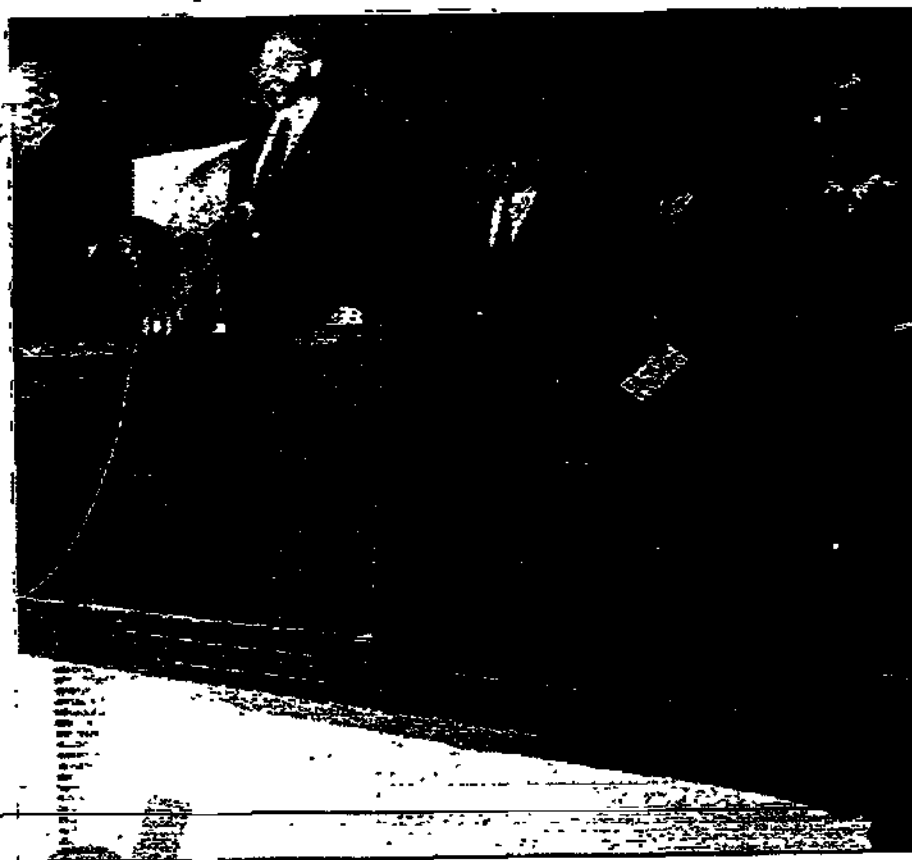
Brasília, quarta-feira, 9 de junho de 1993

Preço: Cr\$ 30.000,00



Deputada Lúcia Carvalho, governador Roriz e deputado Irandir Tavares sob os auspícios da Lei Orgânica, observados pelo presidente do Congresso Nacional

Lei Orgânica assegura autonomia para o DF



Sessão coroa um marco na história do DF, a Lei Orgânica foi promulgada ontem pelo Conselho Legislativo na presença do ministro Márcio Corrêa, que representa o presidente Ramez, o governador Joaquim Roriz e autoridades do DF que foram missionários ao afirmar que estava dando o passo final para o nascimento do Distrito Federal.

85

A promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, no Memorial JK, foi recebida por senadores, deputados federais, distritais, representantes do poder Judiciário, pelo governador de Brasília, Joaquim Roriz e outras autoridades como um marco divisor na curta história da cidade. Em cada pronunciamento, conversa informal ou cumprimento, a palavra "auto" ranhava uma entonação checa, a primeira-dama que acompanhou de perto o nascer do sonho de Brasília, sua execução, e ontem viu a Constituição do DF ser entregue a ela, falou em nome de Juscelino Kubitschek.

Uma informação trazida pelo ministro da Justiça, Correia, que representou o presidente. Bizarro Franco, deu ainda mais importância à cerimônia. C... mou que o Presidente estava se comprometendo a estar sempre ao lado de Brasília, ajudando na execução da política econômica e social da cidade. O governador Joaquim Roriz comemorou: "É mais um compromisso público, de grande importância para o DF".

A solenidade de promulgação da Lei Orgânica começou pontualmente às 8h30. No pátio de

entrada do Memorial JK, foi celebrado um culto ecumênico por Dom José Freire Falcão, arcebispo Metropolitano de Brasília e pelo pastor Euler de Oliveira Alvez. He Souza, presidente do Conselho de Pastores de Brasília. A celebração contou com a presença do cordão da igreja Santo Evangelho da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Logo em seguida, os alunos da Escola Normal de Brasília fizeram uma regência do maestro Júlio Medaguz, a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional encerrou a primeira parte do evento.

No auditório do Memorial JK, o presidente da Câmara Legislativa, deputado Benício Tavares (PP) abriu a segunda parte da solenidade. Estavam presentes o governador de Brasília, Joaquim Roriz, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, o senador Mauro Benevides, o presidente da Comissão do DF no Senado, toda a bancada de Brasília no Congresso, o jornalista Paulo Cabral, diretor-presidente dos Planos Associados, representantes do Judiciário e do Executivo.



Discursos ganham tom de palanque

O deputado Wiltril Atitifo Deves a oportunidade de fazer política durante a promulgação da Lei Orgânica. O discurso foi feito no momento da cerimônia da Câmara Legislativa do DF, que cada um só poderia fazer equivalente a uma lauda da Constituição. Mas foi o que se fez na manhã de Memória JK. Apenas o deputado Manoel Andrade (PP) fez "breve" discurso, pois ocuparam um tempo maior do que o acordado, foi um discurso durar mais de duas horas.

Durante os discursos, os deputados abusaram da palavra "orgulho" e a frase feita "missão cumprida". A maioria evocou o passado de luta da sociedade brasileira para se chegar à independência política, alguns preferiram mesmo fazer um retrospecto do seu trabalho pessoal.

O discurso mais emocionado foi o do deputado Marto de Lourdes (PFL) e W. J. que por várias vezes lembrou-se de Celândia, cidade-santuário onde começou a administração Regional e, por fim, político da paróquia. Aliás, quase todos os deputados procuraram falar diretamente para as categorias, instituições, entidades ou religiões que defendem. Acompanhe o destaque de cada discurso:

Agostinho Queiroz (PC do B) — Visivelmente nervoso — o papel que segurava não parava de tremer — destacou a emancipação política de Brasília, e afirmou que a Lei Orgânica é "a escritura definitiva do cidadão brasileiro".

Amido Satake (PP) — Comemorou a traça/Ao cumprido e destacou "a participação de todos os segmentos da sociedade" na elaboração da Lei Orgânica. Convocou os pares para a tarefa de regulamentação da Lei.

Carlos Alberto (PPS) — Lembrou o trabalho do arquiteto Oscar Niemeyer e dos "inocentes candieiros". Ele disse que a Lei Orgânica "contém um projeto de valores fundamentais" e que "é uma lei para o futuro, para a esperança e para o presente".

Claudio Monteiro (PDT) — Salientou que a Lei Orgânica é "o instrumento que dá a todos nós a condição de árbitros" e que ela "representa a média do pensamento da sociedade".

Edmar Fereus — Seguiu as palavras de "M de um pronunciamento de político do Interior. Primeiro dedicou o trabalho aos filhos Patrícia, Rodrigo e Adriana. Depois, mencionou a obra e a frase: "missão cumprida", e por fim lembrou o sonho de Dom Bosco.

Euripedes Camargo (PI) — Foto trágica. Se levantou contra a influência dos grupos dominantes durante a elaboração da Lei Orgânica, afirmando que ela "refletirá a influência de alguns privilégios da elite".

Fernando Naves (PP) — Começou fazendo um discurso de exaltação da sua luta pessoal para chegar até o momento da promulgação da Lei Orgânica. Depois, destacou o trabalho dos parlamentares.

Gerardo Melo (PT) — Levou para o Memorial JK um dráma que iniciou nos primeiros debates em plenário na Câmara Legislativa: a eleição direta para os administradores regionais. Perda da autonomia da Lei Orgânica, o deputado afirmou que "Brasília tem ao seu redor diversas cidades cassadas".

Gilson Araújo (PP) — Passou grande parte de seu discurso defendendo o governador Joaquim Torja. Entre outras frases, disse que "o Executivo de Brasília é transformador" e que "temos um Governo que realiza".

Jorge Canby (PI) — Não perdeu a oportunidade de contar vitórias. Destacou que, por suas contas, "45 por cento das propostas apresentadas" foram aceitas pelo

texto original da Lei Orgânica".

José Ornellas (PFL) — O deputado disse estar "orgulhoso de ter participado da elaboração da Lei Orgânica, e que o momento da promulgação era "o coroamento da honrosa missão como homem público".

José Edmar (PFL) — Usou uma frase de título que serve para resumir todo o discurso: "Fulgoração dessa oficialidade rítmica".

Manoel de Andrade (PP) — Foi rápido no discurso de improviso. Ele se limitou a falar da satisfação pessoal por ter contribuído "singelamente" com a Lei Orgânica.

Marcelo de Lourdes Abadia (PSDB) — A deputada conseguiu passar um momento de vitórias para a platéia. Citou Fernando Pessoa: "Tudo em mim todos os sonhos do mundo". Ulisses Guimarães e defendeu a Bandeira Nacional. Mas o momento de tuitar o emblema lembrando a caneta recebida de presentes de associações de moradores da Ceilândia. Foi com tifa que assinou a Constituição, e, naquele instante, registrava o cumprimento da tarefa de fazer a Lei Orgânica do DF.

Padre Jansen (PP) — Como muitas outras, falou da realização de participar na promulgação da Lei Orgânica. Foi uma breve relação de sua vida política: não deixou de usar palavras pouco comuns na linguagem cotidiana, o que aliás, virou uma marca registrada do deputado.

Pedro Ceão (PT) — Ao contrário do esperado, não fez um discurso de protesto. Mas deixou gravada sua impressão sobre a Lei Orgânica: "Não chegou a empolgar, mas certamente não desapontou a sociedade".

Penel Pacheco (PTB) — Procurou destacar a importância do momento afirmando que O "DF é notório em todo e qualquer jornal do País". E ainda pediu um momento histórico do "CORRADO" para comemorar, para hoje.

Rose Mary Miranda (PP) — Fez um discurso de improviso, explicando que estava muito emocionada para escrever qualquer coisa. Mal, politicamente, fim ao buscapara ela a defesa dos radialistas, Jornalistas e das mulheres de Brasília.

Salviano Guimarães (sem partido) — Definiu a Lei Orgânica como "um contrato social" e disse que ela vale para o "Governo a cumprir lindamente sua meta cotidiana".

Tadeu Rocha (PP) — "Nós podemos suportar o paradoxo de construir uma cidade sem alma". Com essa frase, o deputado salientou a importância da Lei Orgânica para Brasília, e afirmou que a cidade "emergirá não apenas como um monumento, mas como uma expressão humana".

Wesley de Rouvo (PT) — Para o deputado, a Lei Orgânica é um primeiro passo. Acha que "é uma lei que servirá para aprisionar outras". Um aperfeiçoamento, que segundo ele, virá com a própria aplicação diária da legislação.

Maurício Silva (PP) — Dedicou a Lei Orgânica a todos os moradores da cidade, mas disse que dava a sua assinatura como membro do Conselho de Pastores e da Comunidade Evangélica do DF, que, em seus contos, soma hoje mais de 250 mil pessoas.

Lúcia Carvalho (PT) — A primeira secretária da Mesa da Câmara Legislativa falou a "lula dos Menti" durante a elaboração da Lei Orgânica. A parlamentar não considera a L.O. título obra acabada, "mas o início de um trabalho coletivo". Em fim, pediu a ajuda de todos para "o desenvolvimento da Lei".

Benício Tavares (PP) — Iniciou o discurso com a lembrança de JK. Falou das mensagens de otimismo que o idealizador de Brasília deixou para todos. A presença dos deputados distritais do Memorial JK. Segundo o presidente da Câmara Legislativa, significa a busca da "inspiração para instaurar no Distrito Federal um novo símbolo: a nossa autonomia".

Itamar promete ajudar o DF

Durante a cerimônia de promulgação da Lei Orgânica, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, trouxe uma importante notícia para o Distrito Federal: o presidente Itamar Franco está empenhado em conseguir os recursos necessários para a manutenção administrativa da Capital da República e enviou esta mensagem para todos os brasileiros. O governador Joaquim Roriz considerou o fato como "um importante compromisso público" de Itamar Franco, enquanto o presidente da Câmara, deputado Benício Tavares, acredita que isso contribuirá ainda mais para a autonomia política do DF.

Maurício Corrêa transmitiu em seu discurso os votos do presidente Itamar Franco para toda a população brasileira que, naquele momento, vivia mais uma etapa na luta por sua maioridade política. "O presidente Itamar Franco tem consciência dos deveres que a União tem com o DF, principalmente no apoio às atividades básicas, como saúde e educação", disse o ministro da Justiça em entrevista à imprensa. Ele relembrou o passado político de Itamar Franco, um dos principais defensores da representação política do Distrito Federal. "A promulgação da Lei Orgânica representa o ponto máximo dessa luta", ressaltou o ministro. Maurício Corrêa acredita que o compromisso que o Presidente

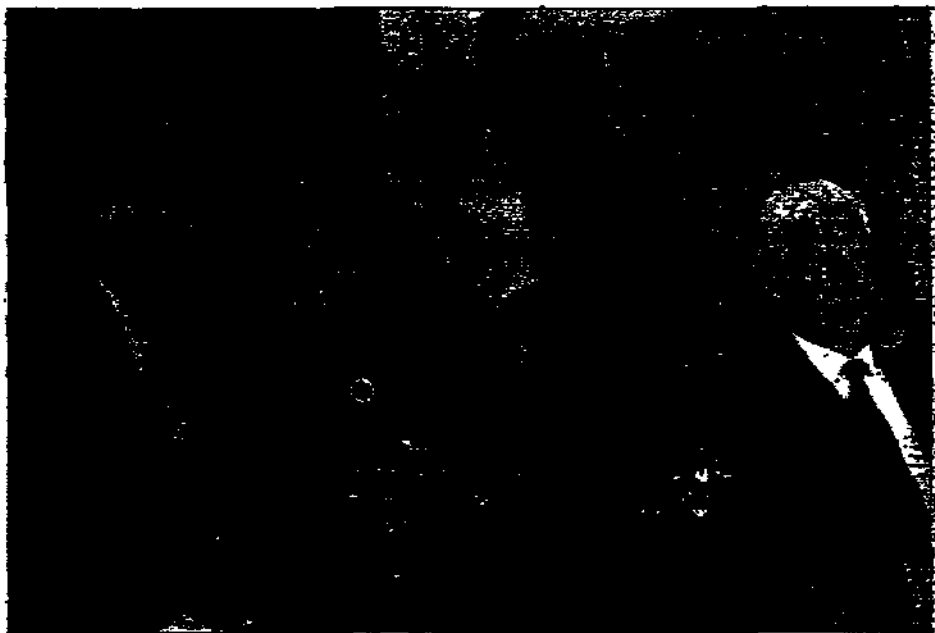


Benício Tavares ganha mais um símbolo

da República tem, com o DF faz com que ele se esforce para garantir os recursos necessários para a manutenção e desenvolvimento da estrutura básica para o brasileiro. "Itamar dará toda a atenção a Brasília", finalizou Maurício Corrêa.

Apoio — o governador Joaquim Roriz recebeu com muita satisfação a mensagem enviada pelo presidente Itamar Franco. "Para mim essa garantia de Itamar Franco não se constitui numa surpresa, já que conheço as intenções do Presidente para com Brasília", comentou Roriz.

Para o presidente da Câmara, deputado Benício Tavares, a mensagem é mais uma prova da consideração que Itamar Franco tem com Brasília. "É importante uma manifestação pública como esta do presidente Itamar Franco através do seu Ministro da Justiça", diz o deputado.



Depois de aplaudir JK, o governador Mineiro Roriz fez um gesto entusiasmado com o ministro Henrique Magalhães

Emoção marca o momento solene

"Assim a Câmara Legislativa está presente ao memorial JK e, como seu presidente, promulgo a Lei Orgânica do Distrito Federal. Está dado ao povo um novo símbolo. Ele se tornará a realidade que formos capazes de compreender." Com estas palavras o presidente da Câmara, deputado Benício Tavares (PP) marcou o fim da sessão solene de promulgação da Lei Orgânica e entregou à população brasileira a sua primeira Constituição, em meio aos aplausos de cerca de mil pessoas que compareceram ao auditório do Memorial JK.

Após a cerimônia, ainda bastante emocionado, o deputado Benício Tavares compareceu aquele momento à sessão de posse dos distritais, ocorrida em 1991 no auditório Nereu Ramos no Senado Federal. Para Benício, a entrega da Lei Orgânica à população é um momento histórico do DF e significa também o início de uma nova fase do Legislativo. Em seu discurso, o deputado do PP lembrou JK, os pioneiros que construíram Brasília e também o governador Joaquim Roriz. "Vemos aqui novos pioneiros que, de movimentos nasci-

dos do povo e estimulados pela visão política de Joaquim Roriz, governador do Distrito Federal, se propõem a dividir responsabilidades e contribuir para o bem-estar da comunidade", afirmou Benício.

Registramento — Segundo o presidente da Câmara Legislativa, o deputado distrital Benício Tavares, a Lei Orgânica não é apenas um documento, ela deve ser aplicada e regulamentada. Todos os dispositivos da nova Constituição que ainda precisam de leis regulamentares. Benício Tavares acredita que esse trabalho marcará uma nova fase política na Câmara, já que todos os parlamentares apresentaram propostas à Lei Orgânica e, com certeza, pretendem transformá-las em lei.

Apesar do otimismo de todos os distritais no que diz respeito à aplicabilidade da Lei Orgânica, Benício Tavares afirmou, porém, que não acredita na aplicabilidade imediata de 90 por cento das artigos da LO, como alguns distritais chegaram a prever. "Não podemos criar expectativa entre a população de que a Lei Orgânica resolverá todos os seus problemas", comentou o presidente da Câmara.



Regulamentação é a nova luta

A regulamentação da Lei Orgânica, através de leis ordinárias e complementares, é considerada, pelos distintos órgãos, importante quanto a de elaboração. Os parlamentares preveem, a partir de hoje, garantir a aplicabilidade das propostas de fundição na primeira fase. Caso tenham êxito, terão um triunfo nas eleições do ano que vem, independentemente do cargo que venham a concorrer. Os dispositivos não auto-aplicáveis foram a saída para os impasses surgidos no calor dos debates entre bancada governista e oposições no plenário.

Defensor da venda das terras públicas rurais, Aníbal Sotelo (PP) se antecipou ao final da Lei Orgânica.

Em março, na mesma semana em que a proposta foi rejeitada pelo plenário, Sotelo apresentou projeto de lei que estabelece a alienação. Segundo seus assessores, existem mais amplos do que previa a proposta original. Pelo projeto, poderiam ser vendidas as terras públicas rurais superiores a 25 hectares, ao contrário do que determinava o artigo 338, que foi suprimido do texto final.

Conselho — No seio da bancada governista, predomina o sentimento de frustração com a não aprovação do artigo 338. O deputado Manoel Antônio (PP) tem um projeto de lei que permite a venda das terras públicas rurais com até 350 hectares. O projeto já tramita há algum tempo na Câmara Legislativa. "Agora, ele (o projeto) ficou livre para ser discutido. Vou acelerar a sua tramitação", afirma Manoel Antônio.

Por outro lado, os defensores do modelo da concessão de uso pelo qual as terras públicas rurais permanecem sob o controle do GDF, estão se mobilizando. O petista Rômulo Camargo informou que a bancada do seu partido está preparando um projeto que proíba a alienação e sacramente a concessão de uso, norma atual.

Outro petista, Pedro Celso, quer regulamentar os Conselhos de Transportes e de Representantes Comunitários, "para que não aconteça o mesmo que ocorreu com a Constituição Federal e algumas constituições estaduais". O Conselho de Representantes Comunitários é julgado vital pelos petistas.

A frustração das oposições é com a não inclusão do dispositivo que estabelece a eleição direta para administradores regionais. O PT, o deputado Carlos Alberto Torres (PPS) e a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB) não acreditam que a batalha esteja perdida. Pretendem regulamentar o parágrafo 1º do artigo 10 da Lei Orgânica, que prevê a participação popular na escolha dos administradores.

Os defensores de tal proposta estão conscientes do sério obstáculo que têm pela frente. O mesmo enfrentado durante toda a fase de elaboração da carta fundamental do DF: a Constituição Federal, que em seu artigo 32, proíbe a municipalização da Capital Federal, o que seria representado, na prática, pela eleição direta dos administradores regionais.



A descontração da solenidade ficou furiosa. Hôfirs fCsentação de alguns da rede oficial



Roriz conclamou os deputados a se empenharem na regulamentação da Constituição do DF para que o povo usufrua de seus benefícios

Nomes da Câmara e LO podem mudar

O deputado Peniel Pacheco (PTB) quer mudar o nome da Câmara e o da Lei Orgânica. O Legislativo local, por sua proposta, passaria a ser chamado de Assembleia Legislativa B e a Lei Orgânica ganharia o título de Constituição do DF. A Justificativa de Peniel é a de que o DF merece um tratamento de estado. A mudança se daria através de emenda constitucional, que seria encaminhada pelo senador Valmir Campello (PDB), coordenador do distrito federalista.

A tomada de posição de Peniel é um exemplo de que os distritais estão de olho na revisão da Constituição Federal, marcada para outubro próximo. Um motivo forte para tal atitude está no fato de que a revisão da própria Lei Orgânica está atrelada a revisão da Constituição Federal. Na Câmara, a expectativa é a de que a revisão da Lei Orgânica seja feita pelos distritais da próxima legislatura, que se inicia em 1995.

O deputado Maurílio Silva (PP) prefere não arriscar previsões de mudanças na Constituição Federal, mas obriga a "fiteja" o projeto fundado na Lei Orgânica. Se uma proposta sua que ele pretende ver acompanhada na revisão constitucional for aprovada, tudo será diferente. Maurílio quer ver criado o Estado do Brasília, com capital em Taguatinga. O novo estado fiteja-

ria todas as regiões administrativas, unidas, exceto o Plano Piloto, que permaneceria sendo a capital federal.

O deputado Wasny do Roriz acha que a revisão constitucional trará retrocessos para os trabalhadores. Com isso, a Lei seria flutuante principalmente, no capítulo dos servidores públicos. Wasny tempele fim da estabilidade. Presente à solenidade de promulgação, o presidente do Tribunal Superior Federal, ministro Sepúlveda Pertence, disse que pode haver mudanças nos capítulos da tributação da Lei Orgânica, propondo uma provável reforma tributária na revisão constitucional.

Inconstitucionalidade — O deputado Gilson Araújo (PP) entrou com uma flita de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a Lei Orgânica. Ele quer suprimir a proibição da destinação de recursos públicos para serviços de saúde privativos dos servidores. A proposta foi arquivada pelos distritais. Inclusive por membros ao partida do Gilson.

"E foi tortuoso. Hoje é um dia festivo, histórico e não é adequado se aproveitar deste momento", comentou Pedro Roriz (PP). O deputado Manoel Andrade, do mesmo partido, disse que analisará a "competência jurídica" para se apresentar a ação de inconstitucionalidade. "O deputado Gilson está equivocado, pois não está respeitando a vontade soberana dos distritais", assinalou Pedro Ceiso, do PT.

Campanha não mobiliza população

Faltou povo na festa de promulgação da primeira Lei Orgânica do Distrito Federal. Apesar da campanha propagandística nos últimos dias nos principais órgãos de imprensa da cidade, o brasiliense não prestigiou a assinatura da sua Constituição e, pouco mais de 60 pessoas assistiram aos eventos programados na área externa do Memorial JK. O baixo quorum, no entanto, não impediu alguns protestos contra a LO.

A solenidade de promulgação da Lei Orgânica teve início às 8h30, com a celebração de um culto ecumênico no palanque, montado no gramado frontal ao Memorial. A festa prosseguiu com a apresentação dos corais da toela Santo Antônio e Evangélico da Câmara Legislativa, e também da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Todos esses eventos foram assistidos atentamente pelos deputados distritais, autoridades, convidados e principalmente servidores da Câmara, que compareceram em bom número. Do outro lado do palanque, porém, poucos populares participavam, mas mesmo assim algumas faixas apareceram. A maior delas homenageava o deputado Maurílio Silva (PP), presidente da Comissão de Sistematização, com os seguintes dizeres: "Parabéns Missionário Maurílio Silva pela Lei Orgânica. O povo de Deus agradece".

O protesto de ontem ficou por conta de vários produtores rurais espalhados pela área do Memorial JK. Dois deles chegaram a se vestir de



Manifestantes protestaram com fita do Brasil Negro

preto, era sinal de luto, pelo "buraco negro" na nova legislação no que se refere à questão das terras rurais. "Para nós produtores falta tudo na LO. Lutávamos pela titulação das terras e agora temos que esperar um pouco mais", disse Rudes Augusto, produtor rural presente à solenidade, mas sem roupas negras.

Divulgação — Várias pessoas presentes à festa de promulgação da Lei Orgânica reclamaram contra a falta de divulgação do evento e até mesmo dos próprios trabalhos do Conselho da Constituição do DF.

D Participaram desta cobertura os repórteres Júlio Mosquera, Antônio Machado, Marcelo Aguiar, Ismael Amorim (fotos), Wanderley Fazzamboni (fotos) e Jonquim Firmino (fotos).

Jornal de Brasília

ANO XX - Nº 6339

Brasília, Distrito Federal, Quarta-feira, 9/6/93

Preço: Cr\$ 30.000,00

EXEMPLAR DE

VENDA PROIBIDA

Itamar manterá verbas para o DF

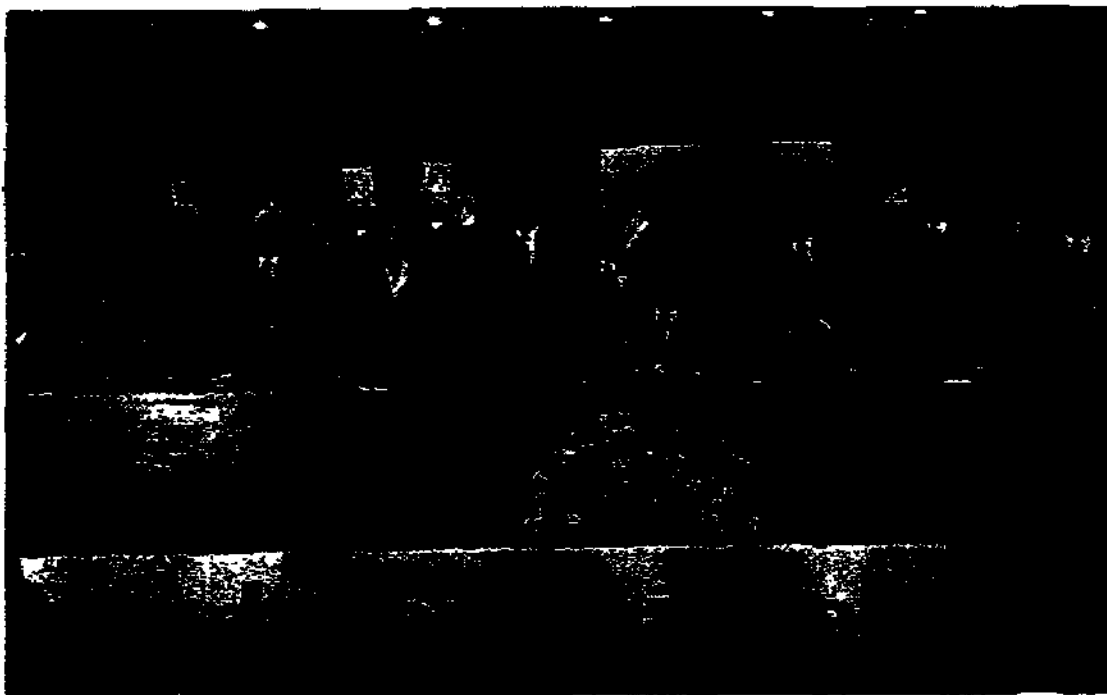


Foto: Gláudio Damasceno

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, assegurou ontem que o compromisso da União em repassar os recursos financeiros necessários ao DF está mantido. O repasse foi confirmado pelo ministro durante a solenidade de promulgação da Lei Orgânica, no Memorial JK, onde representou o presidente Itamar Franco. "O Presidente tem uma atenção especial por Brasília", disse. A cerimônia foi um marco histórico para a cidade, que ganhou sua Carta Magna e, com ela, a autonomia político-administrativa. O governador Joaquim Roriz afirmou que a nova Lei aponta caminhos, regulamenta e dá diretrizes a questões fundamentais do DF. Discursaram ainda os 24 deputados distritais, ressaltando o orgulho de terem feito a Lei Orgânica, além de outras personalidades, como Dona Sarah Kubitschek, viúva do fundador de Brasília.

Roriz, ministros, deputados distritais e parlamentares federais festejaram a Carta Magna de Brasília, nascida sob o "espírito de Juscelino", segundo dona Sarah Kubitschek

PÁGINAS 13 e 14

Jornal de Brasília

CIDADE



Foto: Gilson Delfino

ção da Lei Orgânica do

Transmissão em vídeo em todos os locais de rádio e TV, e solenidade prestigiada pelo governador, ministros, senadores e deputados federais, senadores e deputados estaduais

Itamar promete manter repasse ao DF

Recado foi transmitido por Corrêa, que representou o Presidente na solenidade de promulgação da Lei Orgânica

VÂNIA RODRIGUES

O compromisso da União em repassar recursos para o Distrito Federal foi confirmado, ontem, pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que representou o presidente - Itamar Franco na solenidade de promulgação da



Lei Orgânica. "O presidente tem uma atenção especial por Brasília, por isso, fez questão de ressaltar neste momento em que a cidade ganha a sua autonomia política e administrativa, que todas as necessidades constitucionais e o complexo administrativo serão mantidos pelo Governo Federal". Corrêa acrescentou que o presidente tem consciência de que a União é responsável pela manutenção de setores fundamentais como segurança, saúde e educação do DF.

C ministro da Justiça destacou

que O presidente Itamar foi um dos primeiros a defender a autonomia política do DF, apresentando emenda constitucional, em 1979, propondo a representação política de Brasília no Congresso Nacional. Corrêa elogiou a Lei Orgânica. "Ela é uma recompensa a todos aqueles que lutaram incansavelmente pelo direito político, administrativo e jurídico do DF". O ministro disse que a cidade vai sofrer várias mudanças imediatas com a promulgação da LO. "Grande parte dos artigos são mais aplicáveis", ressaltou.

Maurício Corrêa disse que a lei é avançada em vários assuntos, especialmente na questão do meio ambiente. "Ela também traz diretrizes para a conquista da autonomia financeira do DF apontando caminhos para a geração de empregos". A mesma opinião de que a LO aponta caminhos para a autonomia financeira do DF e de que a lei chegou na hora certa para consolidar o processo de independência política e administrativa da cidade é compartilhada por diversas autoridades que compareceram à cerimônia.



Corrêa disse que o Presidente tem consciência de que a União deve manter setores fundamentais do DF



Benício disse que cabe à Câmara tornar a Lei Orgânica conhecida

Falta, agora, a regulamentação

MANA FLORENA

O trabalho dos deputados distritais de consolidar a autonomia política, administrativa, jurídica e financeira do DF não terminou ontem com a promulgação da Lei Orgânica. Eles terão agora de regulamentar artigos que não são auto-aplicáveis e independentes do projeto de lei complementar do Executivo. "Acho que agora vamos trabalhar incessantemente na regulamentação daqueles dispositivos", observa o presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PP).

Outra missão do Legislativo, de acordo com Benício, será a de tornar a Lei Orgânica conhecida pela população. "Determinei ao departamento de comunicação da Câmara que encontre uma forma para que a LO seja conhecida", adianta o parlamentar. Ele assinala, no entanto, que não quer "criar a expec-

tativa de que todos os nossos problemas serão solucionados com a Lei Orgânica".

Gratificado — Além da satisfação de ser um dos responsáveis pelo "momento histórico" de promulgação da LO, Benício ficou "gratificado" com 3 mensagens do presidente **Ismael Franco**, transmitidas pelo ministro da Justiça, **Maurício Corrêa**, de que vai assegurar as necessidades constitucionais do DF e manter o complexo administrativo do Governo. "Vejo a mensagem do Presidente como um compromisso assumido publicamente e afeiçoado pelo ministro. Me sinto seguro sabendo que os recursos para as áreas fundamentais como saúde, educação e segurança estão garantidos", assinala Benício, lembrando que "o Presidente tem dois 'ministros de Brasília' — **Maurício Corrêa** e **Nuri Andraus**, da Agricultura".

500 pessoas assistem à solenidade

Mais de 500 pessoas lotaram o auditório do Memorial JK para assistir à cerimônia de promulgação da Lei Orgânica do DF, que foi transmitida ao vivo em cadeia local de rádio e TV. A cerimônia começou às 21h40 com a celebração de um culto ecumênico pelo arcebispo metropolitano de Brasília, dom José Freitas Falcão, e pelo presidente do Conselho de Pastores de Brasília, pastor Euler de Oliveira Alves de Souza. Os dois religiosos pediram a Deus que ilumine a cabeça dos governantes do DF e do Legislativo para que a LO seja cumprida de forma a fazer justiça à sociedade.

Logo depois da cerimônia religiosa, realizada no pátio do Memorial JK, alunos da Escola Normal de Brasília fizeram um **jogral** enfatizando as principais conquistas da Lei Orgânica. Do lado de fora, a festa foi encerrada com as músicas **Guany** (Carlos Gomes), **Guerra nas Estrelas** (John William) e **Pompe e Circunstância** (Eduard Elgar), executadas pela Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional sob a regência do maestro **Júlio Medaglia**.

Durante a cerimônia, apesar



Representantes do DF acompanham a solenidade de promulgação

das inúmeras autoridades locais, e federais presentes, foi sentida a presença do novo ministro da Agricultura, **Nuri Andraus**, portador do secretário da Agricultura do DF e de representantes da OAB-DF, do Departamento Interdistrital de Assessoria Parlamentar (Dip) e de outras entidades organizadas da sociedade civil.

O ato de promulgação da lei não emocionou apenas os 24 parlamentares que trabalharam quase dois anos na sua elaboração. Quando o presidente da Câmara Legisla-

tiva, Benício Tavares (PP), deu por promulgada a lei, autoridades, funcionários da Casa e a sociedade civil presentes na cerimônia levantaram o documento, em uma demonstração de que estão dispostos a fazer valer os princípios estabelecidos na Lei Orgânica. Outro momento marcante foi o da homenagem à dona Sarah Kubitschek. Por ter visto e ajudado a cidade a nascer ela recebeu um exemplar da lei, que ficará no Memorial JK, junto com o acervo do ex-presidente **Juscelino Kubitschek**. (M. F. e V. R.)

Agricultor veste luto em protesto

A única manifestação popular contra a promulgação da Lei Orgânica foi dos produtores rurais do DF. Trajando luto e com faixas de protesto, cerca de 100 pequenos agricultores demonstraram a insatisfação pelo fato de a lei máxima do DF não definir a forma de ocupação do solo rural. "Somos o único segmento da sociedade que não

conquistou a cidadania com a Lei Orgânica", lamentou o presidente da Federação dos Produtores Rurais, **Amândio Queiroz**.

O presidente da federação, que foi acusado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Legislativa — CPI da Terra — de comercializar terras rurais gerencia-

das pela Fundação Zootécnica, disse que a Lei Orgânica deveria ter determinado a distribuição da terra. Ele acrescentou que as associações de produtores rurais já estão se mobilizando para sensibilizar o governador a enviar um projeto de lei à Câmara Legislativa propondo a titulação da terra rural do DF. (V.R.)

Convite a Satake não é descartado

Com a promulgação da Lei Orgânica, ontem, o governador Joaquim Roriz fica mais à vontade para convidar alguns deputados governistas para compor a sua equipe de governo. O nome mais cotado é o do deputado Aroldo Satake (PP) para substituir o secretário da Agricultura, Nuri Andraus, que deixou a pasta para assumir o Ministério da Agricultura. "Concluído este importante trabalho legislativo, fico com mais liberdade de convidar parlamentares governistas para outros tipos de serviços importantes para a cidade", afirmou o governador. Antes, entretanto, "preciso ouvir as propostas do deputado para a área", disse.

O governador Joaquim Roriz elogiou o trabalho parlamentar do deputado Aroldo Satake, destacando que ele demonstrou ter sintonia com as propostas do GDF. "Satake tem prestado um relevante serviço ao governo e à comunidade", afirmou. Satake, mesmo antes de receber o convite, já se mostrou disposto a assumir a pasta. "Estou à disposição do governo para dar continuidade ao trabalho de valorização do agricultor, iniciada pelo ex-secretário Andraus", ressaltou. (Vânia Rodrigues)



Aroldo Satake está à disposição para Agricultura



Mário da Lourdes recebeu aplausos pelo discurso

Distritais exaltam o texto da lei

Os discursos dos 24 deputados distritais enfatizaram o orgulho de cada um em ter participado da elaboração da primeira Lei Orgânica do DF. A maioria ressaltou também a participação popular no processo de elaboração do documento. Os deputados Geraldo Magela (PT), Maria de Lourdes Abadia (PSDB), Rose Mary Miranda (PP) e Wasny de Roure (PT) foram interrompidos por aplausos da plateia.

Agnelo Queiroz (PC do B) disse que o momento representava um "marco histórico" e que a Câmara Legislativa cresceu durante o processo de elaboração da lei. Aroldo Satake (PP) lembrou que o documento "é fruto de um trabalho que teve participação efetiva da Câmara", Carlos Alberto (PPS), por sua vez, assinalou que o texto da LO garante "igualdade de oportunidade" para vários segmentos da sociedade.

Cláudio Monteiro (PDT) disse que o DF estava em "desigualdade em relação às demais unidades da Federação". Para Edmar Pireneus (PP), a "missão foi cumprida", mas existe o compromisso de "continuar ajudando a comunidade". Euripedes Camargo (PT) salientou que os "avanços" contidos na lei refletem a capacidade de conquista da comunidade. Fernando Naves (PP) ressaltou que se sentia realizado.

Geraldo Magela (PT) assinalou que os "pontos negativos" da lei são resultados "da postura de quem exerce o poder hoje no DF e de pequenos segmentos da sociedade". Gilson Araújo (PP) disse que a LO "é a norma que vai conduzir o DF à felicidade e à prosperidade". Jorge Cauhy (PL) observou que o documento é "fruto" do trabalho exaustivo dos parlamentares e da ativa participação de todos os setores mais representativos da sociedade.

José Edmar (PFL) disse que sentia-se feliz em responder à população que "em seu nome foi operário desta oficina de democracia". O deputado José Ornellas (PL) disse que o ato solene representava o "coroamento da honrosa missão" e que a LO atenda ao "exercício consciente da cidadania". Manoel Andrade (PP) manifestou sua satisfação por "ter podido contribuir singelamente para a elaboração da LO".

Muito emocionada, a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB) ressaltou que a "miséria e a impunidade ameaçam a democracia". "Espero que a nossa LO seja o amparo dos fracos". O deputado Padre Jonas (PP) ressaltou que através da LO teremos novos instrumentos indispensáveis "para exercer o mandato legislativo". Pedro Celso

(PT), disse que "o processo de construção da autonomia no Brasil deu mais um passo" ontem. O deputado Peniel Pacheco (PTB) destacou que "Brasil será manchete no noticiário local e nacional".

Rose Mary Miranda (PP) ressaltou que estava emocionada principalmente por ter sido relatora do capítulo dos direitos da flumim. Tadeu Roriz (PP) disse que a LO contribuiu para "desmonopolizar" o DF. O parlamentar Maurício Silva (PP) disse que, em seu lugar, poderia coordenar o processo de elaboração da LO, deveria estar Juscelino Kubitschek.

Savião Guimarães (sem partido) frisou que o documento "não é uma obra acabada e definitiva. Ela só terminará quando a foto social for cumprida". O deputado Wasny de Roure (PT) lamentou "a lacuna que ficou na lei por não ter estabelecido claramente que as terras públicas rurais do DF continuariam sendo patrimônio público". Lúcia Carvalho (PT) advertiu que ainda restava "o desafio de dar aplicabilidade à lei, incentivando a população a conhecê-la e dela se apropriar". Para Benício Tavares (PP), agora "o desafio é cumpri-la e torná-la suporte de nosso desenvolvimento. Existem problemas a superar, mas as potencialidades também não são pequenas". (Maria Filomena)

Tramitação da Lei Orgânica do DF
A Lei Orgânica do Distrito Federal, aprovada pelo Congresso Nacional em 1988, foi promulgada em 1989. O texto da lei foi elaborado por uma comissão de deputados distritais, liderada por Aroldo Satake (PP). O documento foi aprovado pela Câmara Legislativa do DF em 1989. A lei estabelece a estrutura do governo do DF, incluindo a criação de novos órgãos e a reorganização dos existentes. A lei também estabelece a forma de eleição dos deputados distritais e a forma de eleição do governador. A lei é considerada um marco histórico na história do DF, pois representa a primeira vez que o DF teve uma constituição própria. A lei foi promulgada em 1989, após a aprovação pelo Congresso Nacional em 1988. A lei estabelece a estrutura do governo do DF, incluindo a criação de novos órgãos e a reorganização dos existentes. A lei também estabelece a forma de eleição dos deputados distritais e a forma de eleição do governador. A lei é considerada um marco histórico na história do DF, pois representa a primeira vez que o DF teve uma constituição própria.

Roriz diz que DF ganha maioria cívica

O governador Joaquim Roriz considerou a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal "a emissão do atestado de maioridade cívica de Brasília". Para Roriz, mais do que um conjunto de leis, trata-se de uma "bússola" que vai orientar o desenvolvimento da cidade e servir de base para as demais entidades da Federação. De acordo com o governador, Brasília também está cumprindo seu papel de capital, colocando-se mais uma vez como modelo e referência nacional.

A preocupação com temas fundamentais como preservação do meio ambiente, defesa do consumidor, cultura, desporto, assistência social, idosos, criança e adolescente, minorias e deficientes físicos, entre outros, atesta o avanço da Lei Orgânica do Distrito Federal, na avaliação do governador. Cerca de 45% de seus artigos estão contidos no título da Ordem Social e do Meio Ambiente e mais de 90% deles são auto-aplicáveis.

"Com essa funcionalidade, já que em média mais de 90% de seus dispositivos são auto-aplicáveis, a Lei Orgânica facilita enormemente a vida do cidadão, que não precisa aguardar, por tempo indeterminado, o usufruto de direitos que o constituinte lhe garantiu", analisou. O governador Joaquim Roriz destacou como aspecto importante da L.O. a garantia da participação



A Lei Orgânica, segundo Roriz, servirá de modelo para outras entidades da Federação

da sociedade no processo de decisões "e na formulação das políticas públicas nas áreas de saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e educação". Citou como exemplo a criação nas satélites dos conselhos de representantes comunitários, para opinar sobre a prioridade de obras e fiscalizá-las.

Proteção — O governador destacou também o avanço no campo da assistência ao menor e ao adolescente, que considerou como problema dramático e prioritário em todo o Brasil. "Nesse aspecto, a Lei Orgânica avançou mais que a própria Constituição Federal, estabeleceu

do proteção à vida desde a concepção, enquanto a legislação federal garante esse direito a partir apenas do nascimento", disse. Joaquim Roriz acha importante também a garantia de proteção ao idoso e ao deficiente físico.

No campo da cultura, o governador salientou a preocupação em incentivar a produção regionalizada e em estabelecer uma política articulada com os setores de educação e comunicação. Um dos resultados disso, será o surgimento de rádios comunitárias, de curto alcance. "Eles deverão atuar diretamente junto à população mais carente,

auxiliando-a em suas necessidades vitais, o que é uma iniciativa inovadora e necessária", ressaltou.

Consumidor — A defesa do consumidor é outro aspecto importante da Lei Orgânica, na análise do governador Roriz. Ela prevê que a partir do segundo semestre deste ano os consumidores de Brasília saberão quais impostos estão embutidos nos preços das mercadorias adquiridas. "Uma providência que facilita a fiscalização dos preços e equipara Brasília aos mercados do primeiro mundo", lembrou destacando que essa medida ajuda a sociedade a aperfeiçoar seus mecanismos de controle do custo de vida.



Humberto Lucena (Presidente do Congresso Nacional) — "A Lei Orgânica 6 de fundamental importância para dar vida própria a cidade, embora defenda que o DF continue recebendo todos os seus direitos constitucionais por abrigar a capital da País, Brasília precisa de apoio da União para a sua consolidação definitiva".

Antônio Fábio Ribeiro (Presidente da Fibra) — "Os deputados foram sábios em deixar fora da Lei Orgânica a questão da Terra, que tem que ser melhor discutida antes de uma decisão definitiva do seu uso. A lei como um todo é muito boa e aponta caminhos para a autonomia financeira do DF".

José Roberto Arruda (Secretário de Obras Públicas) — "A promulgação da Lei Orgânica é o fato mais importante depois da construção da cidade. Ela consolida a autonomia política e dá um ordenamento jurídico bem definido. Agora é cumpri-la".

Mauro Benevides (Senador * PMDB/CE e ex-presidente da Comissão do DF no Senado) — "Brasília precisava desta lei para que as pessoas da própria cidade resolvessem os seus problemas, criando condições para a sua consolidação e crescimento. Enquanto presidente da Comissão deixei pendente vários assuntos que entendia que somente uma assembleia legislativa poderia aprovar".

Paulo Octávio (Dep. Federal - PRN/DF) — "A Lei foi elaborada a partir de sugestões de segmentos de toda a sociedade. Por isso, ela atenderá às necessidades da cidade. Tenho a certeza que a LO apresenta uma vocação social e é voltada para o meio ambiente, a que nas data a certeza de que Brasília será mesmo a capital do terceiro milênio".

Henrique Hargreves (Chefe do Gabinete Civil do Presidente da República) — "Como morador que me identifico com a cidade, acho que a Lei Orgânica é de fundamental importância para consolidar a independência política do DF. Não acredito, porém, que as coisas vão mudar imediatamente. É preciso tempo para as adaptações".

Sepúlveda Pertence (Presidente do TSE) — "Espero que a Lei Orgânica possa trazer as soluções para os graves problemas sociais da cidade. Me parece que ela é extremamente preocupada com a implantação do regime democrático, e é importante que isso seja uma realidade".

Wanderley Vallin (ex-governador do DF) — "Com a Lei Orgânica, além de conquistar a autonomia política, a cidade ganha diretrizes para a conquista da independência financeira. A Lei tira também do governo toda a responsabilidade de gerir o complexo político do DF. Essa responsabilidade é dividida com a Câmara Legislativa".

Augusto de Carvalho (Deputado Federal - PPS) — "A Lei Orgânica consolida definitivamente a autonomia política do DF e aponta os caminhos para a independência financeira. O mais importante é que a lei passa a regulamentar a cidade, partindo da base, já que ela foi elaborada com a participação popular".

Benedito Domingos (Deputado Federal - PP) — "A Lei Orgânica do DF é fruto da vontade do povo. A partir de agora, a cidade tem uma lei própria e os governantes ficam mais tranquilos para administrar".

Valmir Campeio (Senador * PTB) — "A Lei atende às necessidades de Brasília. Ela consolida a autonomia política e administrativa do DF e, o mais importante, é que ela tem o respaldo do povo que participou diretamente da sua elaboração, através de apresentação de propostas e sugestões".

Dona Sara Kubitschek (ex-primeira-dama do País) — "Este momento significa vitória tocai e absoluta, sobretudo, por ser realizado no Memorial JK. Me sinto profundamente emocionada. Sinto que o espírito dele (Juscelino Kubitschek) está presente nesta solenidade".

JOSÉ ORNELLAS

Zelo ambiental deve ser maior

Comemorou-se em 6 de Junho o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Em meio as solenidades que ocorreram em toda a orbe terrestre, fruto da preocupação que dia-a-dia se consolida pelo futuro da humanidade, não poderíamos ficar omissos ante tão relevante questão.

Neste momento, é oportuno refletir sobre o que representa o ambiente natural e sua biodiversidade para o fêlivo Membro sustentado. A qualidade mental necessária para lograr êxito em questão de tal complexidade e amplitude exige, no nosso entendimento político, três abordagens distintas, que se completam: a racionalidade do cientista; a percepção abrangente do ecólogo; a sensibilidade do poeta e do filósofo.

Para o cientista, o ambiente é a fonte de riqueza; para o ecólogo, o conjunto onde a Vida se manifesta por meio das correntes tróficas ou alimentares; para o filósofo e o poeta, a Natureza é o pano de fundo onde a alma dos povos e das nações forjam o seu caráter peculiar.

A natureza constitui-se num patrimônio precioso, raro, e, sobretudo, frágil. Sobre este patrimônio, temos atuado de forma muito descuidada, muitas vezes irresponsável, resultando na degradação ambiental e representando um elevado custo para a humanidade. Urge que haja uma mudança radical do comportamento humano em relação ao uso do meio ambiente.

Na maioria das vezes, a lei segue-se ao fato político. Na questão ambiental, tanto quanto nos é dado perceber, no que concerne ao Distrito Federal, esta ordem deve ser invertida.

(ar submetida à conveniência política porque o risco de



"A natureza constitui-se num patrimônio precioso, raro e sobretudo frágil. Urge que haja uma mudança radical do comportamento humano em relação ao uso do meio ambiente."

melhores não nos são estranhas. Ao contrário, também nos são colocadas, enquanto Poder Público, representando os interesses não a) das presentes, mas das futuras gerações quanto custará recuperar o Lago do Paranoá? Ou preservar as Baías do SSo Bartolomeu ou do Rio Descoberto? ou restaurar as nossas microbacias, quase todas submetidas a manejo predatório?

Estas são tarefas difíceis, mas possíveis e, sobretudo, indescartáveis. Cabe-nos torná-las exequíveis por meio de nossas leis e de nossa vigilância. Eu diria que a humanidade espera de nós estas leis ambientais que, colocadas em prática pelo Poder Público pelas cidadãs, garantam as presentes e futuras gerações o direito estatuído em nossa Carta Magna — o meio ambiente como direito de todos, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida.

Sempre foi na biodiversidade dos ecossistemas naturais que o homem encontrou respaldo para as suas questões mais vitais. Desde a bactéria que nos fermenta o leite, ou no fungo que produz o antibiótico apanimal que libera o humus essencial à fertilidade do solo.

As soluções artificiais são fruto do gênio humano, fonte de todo conhecimento, mas, as vezes, mostram-se inadequadas. MO raro desastrosas. A natureza, ao contrário, apesar de não dar saltos imediatistas, fornece sempre a solução segura e apropriada. Para que este manancial imenso de possibilidades não seja perdido, é que se torna inadiável a preservação da biodiversidade natural. No âmbito do Distrito Federal, a problemática ambiental não foge a regra dos países do terceiro mundo tropical: não convivemos com uma situação nem ao menos satisfatória. E isto é particularmente grave, tendo em vista a nossa peculiar condição geopolítica e cultural, a par de titituir-se, o Distrito Federal, num divisor de águas de importância planetária. A poluição que aqui for gerada e a deterioração da capacidade de infiltração dos nossos latossolos refletem-se imediatamente por três das maiores bacias hidrográficas do Planeta: a Amazônia, a Platina e a do "velho São Francisco". Decorre daí que a relevância ambiental de nossas leis extrapola as fronteiras nacionais. Nesse aspecto, sendo o Brasil maior detentor de reservas mundiais de florestas tropicais e água potável, os olhos do mundo estão voltados para nós.

Estas reflexões têm por escopo considerar o quanto é importante que as nossas leis sejam permeadas pelo zelo ambiental.

• José Ornellas / deputado distrital pelo Pt

Jornal de Brasília, em 9 de junho de 1993

Lei Orgânica

"Estamos todos de parabéns. A Lei Orgânica é o instrumento que faltava para nortear as ações políticas, econômicas e administrativas do Distrito Federal, nos proporcionando passos seguros e decididos. A promulgação pode ser avaliada como uma vitória do conjunto da comunidade". Palavras do deputado Manoel de Andrade (PP), o *Manoelzinho*.



TAQUI.: Lúcia

REVISOR Carlos

HORA: 10:50 Nº 0-17/1

DATA: 17/06/93

ORADOR: Pres. Rose Mary Miranda

~~(Procede-se ao chamado)~~

A SRª PRESIDENTE (ROSE MARY MIRANDA) - Encontram-se em plenário 09 Deputados, não havendo, portanto, quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro ~~o~~ encerrada a presente sessão.

~~(Levanta-se a sessão às 10h55min.)~~

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

SAIN PARQUE RURAL 70.086-900

canais@ cl.df.gov.br

3966 8840 - 3966 8842 - 3966 8423

9

**PROMULGAÇÃO
DA LEI ORGÂNICA
SESSÃO SOLENE**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE TRABALHO - Comissão dos Assis

Sessão: 6^a

N.º de laudas: 64

Documentos faltantes:



PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 1.114
63 LAUDES

DATA: 08.06.93

HORA: 5/ REGISTRO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE TRABALHO - Conselho dos Anais

Sessão: 6^a

N.º de laudas: 64

Documentos faltantes:



*PRODUÇÃO-CAD. DE LEG. ORÇAMENTARIA
62 LAUDAS*

DATA: *08.06.93*

HORA: *5/ REGISTRO*

16-09

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

SUMÁRIO

ATA DA 6ª SESSÃO SOLENE DESTINADA À PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, EM 08 DE JUNHO DE 1993.

ABERTURA

- Promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- Pronunciamentos dos Deputados Distritais e demais autoridades.

ENCERRAMENTO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-02

TAQUI.: ANA REVISOR: HORA: Nº 55-01/1
DATA: 08/06 ORADOR: MESTRE DE CERIMÔNIA

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA -

Senhoras e senhores, tem início neste momento a Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para presidir esta solenidade, S. Exa. o Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Distrital Benício Tavares. (Palmas.)

Para compor a Mesa, convidamos S. Exa. o Sr. Governador do Distrito Federal Joaquim Roriz (Palmas.); S. Exa. a Sra. 1ª Secretária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Lúcia Carvalho (Palmas.); S. Exa. o Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena (Palmas.); S. Exa. o Sr. Ministro de Estado da Justiça, representando S. Exa. o Sr. Presidente da República, Senador Maurício Corrêa (Palmas.); S. Exa. a Sra. Vice-Governadora do Distrito Federal, Marelle Kubitschek (Palmas.); S. Exa. o Sr. Desembargador João Carneiro Ulhôa, Vice-Presidente, representando o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Palmas.); S. Exa. o Sr. Presidente da Comissão de Sistematização da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Maurício Silva (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Agnelo Queiroz (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Aroldo Satake (Palmas.);



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

203

TAQUI.: ANA

REVISOR:

HORA:

Nº SS-01/2

DATA: 05/06

ORADOR: MESTRE DE CERIMÔNIA

S. Exa. o Sr. Deputado Cláudio Monteiro, 3º Secretário da Câmara Legislativa (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Edmar Pireneus (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Eurípedes Camargo (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Fernando Naves (Palmas.); S* Exa. o Sr. Deputado Geraldo Magela (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Gilson Araújo (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Jorge Cauhy (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado José Edmar (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado José Ornellas (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Manoel ^{d*}Andrade (Palmas.); S. Exa. a Sra. Deputada Maria de Lourdes Abadia (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Padre Jonas (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Pedro celso (Palmas.); S. Exa. o Sr. 2º Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Peniel Pacheco (Palmas.); S. Exa. a Sra» Vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Rose Mary Miranda (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Salviano Guimarães (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Tadeu Roriz (Palmas.); S. Exa. o Sr. Deputado Wasny de Roure. (Palmas.)

Com a participação da Banda Sinfônica da Polícia Militar do Distrito Federal, ouviremos o Hino Nacional.

[1 (HINO NACIONAL)

S/MARA 1/2



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA B APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-04

TAQUI.: Nara REVISOR: HORA: Nº: SS 1/2.1
DATA: 08.06.93 ORADOR:

O SR. ~~MESTRE-DE-CERIMÔNIA~~ - Usará da palavra S.Exa. o Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Benício Tavares.

O SR. ~~PRE~~SIDENTE (Benício Tavares) - Tenho a honra de declarar instalada a Sessão Solene, para a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Solicito ao ~~Mestre-de-Cerimônia~~ que proceda à chamada das Sras. e dos Srs. Deputados para breves pronunciamentos, e aposição de assinaturas na Carta Magna do Distrito Federal, assim como aos demais oradores.

O SR. ~~MESTRE-DE-CERIMÔNIA~~ ^{Com a palavra} - S.Exa. o Sr. Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. ~~AGNELO QUEIROZ~~ (PC do B. Profere o seguinte discurso:) —

¶ Sr. Presidente da Câmara Legislativa Deputado Benício Tavares» Sr. Governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, Sr. Ministro da Justiça, Senador Maurício Corrêa, representando o Sr. Presidente da República, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados Distritais, autoridades aqui presentes» Sras. e Srs.,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA B APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-05

TAQUI.: NARA

REVISOR:

HORA:

Nº:SS 1/2.2

DATA: 8.6

ORADOR: Dep. Agnelo Queiroz

O ato que hoje realizamos, a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, representa um marco histórico, é o coroamento de uma luta que começou quando Brasília ainda engatinhava, que foi o polo de aglutinação de toda a força política B progressistas durante os obscuros anos da ditadura militar e que conquistou seu espaço legislativo durante a Constituinte de 1988. Trata-se da emancipação política do Distrito Federal. A Lei Orgânica e a escritura definitiva de cidadania de Brasília.

Junto com a sua elaboração, cresceu a Câmara Legislativa do Distrito Federal como o espaço político, por excelência, dos brasilienses. Os deputados de representação política, privados de canais institucionais para encaminhar seus interesses, ao longo dos anos arrancaram dos constituintes a sua Casa Legislativa, o direito de eleger o seu Governador e a sua representação no Congresso, porque, com sua luta, com sua maturidade, com o espírito cívico demonstrado em tantas ocasiões, mas em especial na luta pelas "Diretas Já!" provaram a sua maioridade política, que dispensava tutelas.

Com a Lei Orgânica e a afirmação da Câmara Legislativa, o povo brasileiro alcança um novo patamar político. As ações do Poder Público já não podem ser tomadas unilateralmente, de forma obscura. Têm que ser tomadas em um espaço de amplo debate, que permite a participação e a interferência popular, inclusive a iniciativa legislativa. É esse o sentido principal da conquista dos brasilienses que comemoramos aqui.

Como todo marco, este foi feito para ser ultrapassado. Partimos daqui para democratizar cada vez mais nossa sociedade, para ampliar cada vez mais a representação popular e a decisão popular sobre seu próprio destino. A Carta Política de Brasília ainda tem algumas limitações que a correlação de forças não permitiu superar, nas que a luta política irá rompendo, aproximando-a cada vez mais dos interesses mais profundos dos cidadãos. Não nos basta, também, ter conquistado a autonomia política. Essa deverá ser a base para a conquista da autonomia econômica do Distrito Federal, de modo a atender aos anseios de sua população. E essas lutas todas deverão ser inseridas na luta mais geral do povo brasileiro por construir a verdadeira independência nacional e a mais profunda democracia.

É uma grande honra para nós do PC do B, neste dia, parabenizar todos os brasilienses por essa merecida vitória. E estas felicitações se estendem à toda a Câmara Legislativa que, na medida do possível, foi instrumento dessa conquista.

Muito obrigado.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

V, C-06

TAQUI.: NARA

REVISOR:

HORA:

Nº:SS 1/2.3

DATA: 8.6

ORADOR:

O SR. ~~MESTRE DE CERIMÔNIA~~ - Convido, para seu pronunciamento e
oposição de ^{Ass}assinatura na Lei Orgânica do Distrito Federal, S. Exa, o
Sr, Deputado Aroldo Satake.

O SR. ~~AROALDO~~ SATAKE (PP. Profere o seguinte *discurso*) —



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

207

TAQUI.: NARA

REVISOR:

HORA:

Nº: SS 1/2.4

DATA: 8.6

ORADOR: Aroldo Satake

(C-6)

A PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA VEN RATTIFICAR A AUTONOMIA POLÍTICA DO DISTRITO FEDERAL E ABRIR OS CAMINHOS PARA O RESGATE DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DA NOSSA SOCIEDADE.

ESTA LEI

É FRUTO DE UM TRABALHO QUE TEVE A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA CÂMARA LEGISLATIVA, DE TODOS OS SEGMENTOS ORGANIZADOS DA POPULAÇÃO, QUE IMBUÍDOS DO ESPÍRITO DE CIDADANIA, OFERECERAM A NÓS, DEPUTADOS DISTRITAIS CONSTITUINTES, TODA UMA GAMA DE SUGESTÕES QUE NOS PERMITIRAM ELABORAR UM TEXTO QUE VIESSE A REFLETIR SEUS REAIS ANSEIOS.

EM RAZÃO DISSO, ACREDITO QUE ESTA LEI RETRATA FIELMENTE O PERFIL SÓCIO-IDEOLÓGICO DE SUA POPULAÇÃO E DEVERÁ SE CONSTITUIR NUM MARCO DIVISOR DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL E COMO SOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS DO NOSSO DIA-A-DIA, JÁ QUE BUSCA A FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE FRATERNA, PLURALISTA E SEM PRECONCEITOS.

A PROMULGAÇÃO DESTA LEI DEVE SER FÉSTEJADA E COMEMORADA POR TODOS, MAS POR NÓS, DEPUTADOS DISTRITAIS, DEVE SER CONSIDERADA APENAS COMO O CUMPRIMENTO DA PRIMEIRA ETAPA DE NOSSA MISSÃO, POIS MAIS IMPORTANTE QUE ESCREVER É FAZÊ-LA SER CUMPRIDA.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA II APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

E-08

TAQUI.: NARA

REVISOR:

«ORA:

Nº: SS 1/2.5

DATA: 8.6

ORADOR: Aroldo Satake

Para esta importante e fundamental missão, convoco os meus Pares para ^{que,} com o mesmo empenho, dedicação e seriedade, unamo-nos pela aplicação desta lei, como também na feitura das leis necessárias à regulamentação dos seus dispositivos que não são auto-aplicáveis.

Assim fazendo, haveremos de banir do nosso Distrito Federal os males que preocupam a todos, principalmente a fome, o desemprego, a carência habitacional, a insegurança, a desigualdade, & tantas outras injustiças que afligem nossa população.

(C-2)

UNIDOS, PODERES CONSTITUÍDOS E POPULAÇÃO, B
COM A BÊNÇÃO DE DEUS, HAVEREMOS DE FAZER DESTA LEI
ORGÂNICA UM INSTRUMENTO QUE POSSIBILITE AO DISTRITO
FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA
E SOLIDÁRIA.

MUITO OBRIGADO.

O SR. ~~PRESE-DE-CERIMONIAS~~ S, Exa. o Sr. Deputado Carlos Alberto,

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Profere o seguinte ^{discurso} ~~discurso~~ *)



Senhoras e Senhores, jovens, trabalhadores, empresários, cidadãos do Distrito Federal, soberanos maiores neste dia da promulgação da Lei Fundamental do DF,

Senhor Presidente da Câmara Legislativa, Deputadas e Deputados, Governador do DF, demais autoridades:

Tudo o que foi construído até aqui com o sonho e a força de JK, com a arte de Niemeyer, com o trabalho incansável dos candangos e dos milhares de brasileiros que para aqui vieram, - sintetiza-se neste documento. É uma lei para o presente e para o futuro. É uma lei de esperança.

É a Carta da Cidadania do DF, da afirmação do poder do povo, pois até hoje vivíamos numa cidade em que o Poder Executivo tudo podia, quase sem controles. Ela contém um projeto de valores fundamentais. Cabe, agora, como numa casa em construção, realizá-los. Quais são esses valores?

1. **AFIRMAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO**, que é a garantia da voz do povo, da democracia, da liberdade e da transparência no exercício do poder.
 2. **CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR** - O patrimônio, as terras, o orçamento, os recursos e os serviços públicos serão controlados pela sociedade. Não pertencem ao Governador, pertencem a todos e, portanto não podem ser utilizados de forma clientelista. O Poder Executivo será controlado pelo Legislativo.
 3. **O DF SERÁ UM PÓLO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E CULTURAL**. Será o habitat próprio para a ciência e para a empresa de alta tecnologia. Aqui florescerão e serão incentivadas todas as expressões artísticas e culturais.
 4. **IGUALDADE DE OPORTUNIDADES** - Todos poderão ter acesso aos serviços de saúde pública da melhor qualidade. Será garantido a todos ensino fundamental e médio. Todos terão acesso democratizado à Universidade pública, aberta e à distância.
 5. **AUTONOMIA ECONÔMICO-FINANCEIRA** - Serão fortalecidas suas empresas, suas indústrias, seu comércio, seu turismo e sua agropecuária. Especial atenção às micro, pequenas e médias empresas. Cabe agora romper a duplicidade do atual Governo e estabelecer um efetivo compromisso com o DF.
 6. **PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE** - A qualidade de vida será garantida com a proteção dos recursos naturais e das áreas ambientais, como a Estação Ecológica de Águas Emendadas.
- Este futuro poderá transformar-se em realidade com a Lei Orgânica. Só depende da nossa vontade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DB TAQUIGRAFIA

1
C - 10

TAQUI.- Lilian

REVISOR:

HORA:

Nº: 553/2

DATA: 8/6

ORADOR:

Este futuro que eu não ~~consegui~~ deixar de retratar com uma certa emoção, porque foi uma longa luta, poderá transformar-se em realidade com a Lei Orgânica. só depende da nossa vontade.

Muito obrigado. (Palmas)

O ~~SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS~~ - Para compor a Mesa desta Sessão Solene, convidamos S.Exa. o Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República Henrique Hargreaves. (Palmas)

Convidamos S.Exa. o Sr. ~~Presidente~~ do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro ~~Spúlveda~~ Pertence. (palmas)

Para o seu pronunciamento e ^{assin.}aposição ~~de assinatura~~ na Lei Orgânica do Distrito Federal, o 3º Secretário da Câmara Legislativa, S. Exa. o Sr. Deputado Cláudio Monteiro. (Palmas)

O SR CLÁUDIO MONTEIRO (PDT. ~~Sem~~ revisão do orador.) -Sr. Presidente, sociedade do Distrito Federal, a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal é o testemunho maior da nossa autonomia. Foram dois anos de trabalhos ~~ininterruptos~~, e estamos entregando à sociedade um novo pulsar, Não é um produto, é um somatório de desejos e sentimentos, é a nossa Lei Maior. Estão registradas em suas páginas as diretrizes do Estado e da sociedade, visando

→



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA C APOIO AO PLENÁRIO
SETOR OB TAQUIGRAFIA

C - 1f

TAQUI.: Lillian

REVISOR:

HORA:

Nº, SS 3/3

DATA: 8/6

ORADOR:

o bem comum*

O Distrito Federal, sem uma constituição própria, estava em desigualdade perante as demais unidades da federação. A partir de hoje, porém, vivemos uma nova fase. A Lei Orgânica mudará nossas vidas como a Constituição Federal mudou o Brasil, É o instrumento legal que dá a todos nós o poder de árbitros, não é a Lei que pessoalmente cada um de nós poderia pretender. .: D





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

12

TAQUI. • Regina Mareia

REVISOR:

HORA:

Nº: SS-1/4.1

DATA: 08.06.93

ORADOR: O Sr. Dep. Cláudio Monteiro

2 É ela que vive e como tal deve ser respeitada.

Não é uma ei perfeita, mas a sociedade também não o é*. E ela re
presenta a média do pensamento da nossa população. E é neste ponto que detém seu
maior acerto: a sabedoria do equilíbrio.

A sociedade está de parabéns e essa paternidade coletiva nos dá a
certeza de parte do dever cumprido.

Agradeço ao povo do Distrito Federal a oportunidade que me foi da
da de, em seu nome, fazer s assinar a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Muito Obrigado!

O SR. ~~MESTRE-DE-CERIMÔNIA~~ - Com a palavra S. Ex^a o Sr, Deputado
Edimar Pireneus, Líder do Governo na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O SR, ~~EDIMAR PIRENEUS~~ (PP. Sem revisão do orador, pronuncia o se
guinte discurso:) - Sr, Presidente, autoridades que compõem a Mesa, demais auto
ridades aqui presentes, Sr^{as}, e Srs.

Hoje é um momento histórico da nossa Capital, momento de alegria
e, com certeza, alegria para todos nós Deputados, assessores e servidores da Ca
mara.

Um dia de felicidade e orgulho para mim. Felicidade, primeiramente
por ter nascido aqui neste Planalto Central e tão conhecido de perto, antes do



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-13

TAQUI., Regina

REVISOR:

HORA:

Nº: SS/1.4.2

DATA; 08.06.93

ORADOR: Dep. Edimar Pireneus

surgimento da nossa querida Capital.

Sinto-me orgulhoso por ter sido escolhido pela população que aqui reside e por aqueles que vieram de longe para construir Brasília, junto com Juscelino.

Também orgulhoso por não ter esquecido - ao escrever a Lei Orgânica - o conselho da minha família, dos meus pais e o conselho que eu dei aos meus filhos - Patrícia, Alexandre e Tatiana - quanto ao compromisso e à dignidade com a população e com toda a comunidade.

E hoje, ao assinar a Lei Orgânica sinto a missão cumprida e a certeza de continuar trabalhando em prol da nossa sociedade.

E cabe aqui, ~~---~~



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

A - 14
C

TAQUI.: Maria Clara REVISOR: HORA: Nº: S.S.05.1
DATA: 08.06.93 ORADOR: Continua o Sr, Edmar Pireneus

Pedir a Deus que ilumine a todos nós, Deputados, para que terminemos este mandato com dignidade e responsabilidade e pedir a Deus que ilumine os nossos dirigentes para que possamos concretizar, de fato e de direito, o nosso sonho, o sonho de Dom Bosco.

Muito obrigado.

O ~~SR. MESSE-DE-CERIMÔNIAS~~ ^{com a palavra} - V. Exa., o Sr, Deputado Eurípedes

Camargo*

O SR. ~~EURÍPEDES~~ CAMARGO (PT. Profere o seguinte discurso:) — 2

Senhor Presidenta da Câmara Legislativa do Distrito Federal- Deputado Benício Tavares
Senhor Governador do Distrito Federal- Joaquim Roriz
Senhoras e Senhores Deputados Distritais
Demais autoridades presentes
Companheiros e Companheiras

Sob a égide e o ideal do regime democrático pelo qual sempre lutamos e a duras penas conquistamos, o povo do Distrito Federal pode hoje comemorar solene e festivamente esta grande vitória que representa o mais significativo passo na consolidação de nossa autonomia política: a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, o nosso diploma de cidadania.

Esta Lei concentra em suas disposições, capítulos e artigos o enorme esforço dispendido pelos colegas deputados e seus assessores, servidores do povo na Câmara Legislativa, aos quais rendemos aqui nossa homenagem e concitamos a sociedade brasiliense a que também o faça, em reconhecimento e gratidão.

Com certeza não é uma Lei perfeita e alguns até já ousaram acoimá-la de erros e vícios de inconstitucionalidade, tendo como parâmetro a Constituição Federal.

Não me alinho entre os que a criticam negativamente ou a elogiam, pois meu método de análise não me leva a relativizá-la, dividindo-a em pontos positivos e negativos.

Preferimos vê-la, com base numa metodologia processual, como uma interdependência de elementos e fatores, refletindo e traduzindo os avanços sociais que os trabalhadores explorados, os excluídos dos benefícios sociais e os oprimidos foram capazes de conquistar em defesa de seus direitos e deveres para que tenhamos uma sociedade justa. Como também reflete e traduz os recuos que os setores dominantes conseguiram impor para a manutenção de seus privilégios, retardando a chegada da libertação social.

Não conseguimos aprovar o uso da Tribuna Popular diretamente pelos movimentos sociais,

A eleição direta para administrador das cidades satélites, também não foi lograda da forma que desejamos para que elas seja mais cidade e menos satélites.

Tivemos inúmeras e importantes conquistas que terão de ser valorizadas e defendidas para que nossa luta nos gratifique a todos e a liberdade jamais seja ofuscada em nossa Pátria e em nossa cidade.

Parabéns a todos nós.

Deputado Eurípedes Camargo
PT

08.06.1993



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

16

TAQUI.: MARIA CLARA

REVISOR:

HORA:

Nº: S.S.05.3

DATA: 08.06.93

ORADOR:

Com a palavra
O SR. ~~MESTRE DE CERIMÔNIAS~~ S.Exa., o Sr. Deputado Fernando Naves.

O SR, ~~FERNANDO NAVES~~ (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Benício Tavares; Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz; demais autoridades; senhoras e senhores; dia 8 de junho de 1973» chegava ao Distrito Federal Fernando Naves, ~~há~~ 20 anos. Não sabia que a frente estava uma missão gratificante a cumprir; escrever a Lei Maior do nosso Distrito Federal» oriundo de um segmento que até então não tinha oportunidade de se manifestar e ~~que~~ ^{que} primava, apenas, pela segurança do cidadão, mas ~~que~~ ^{que} soube impor uma disciplina capaz de fazer com que um de seus integrantes, na primeira Legislatura do Distrito Federal, tivesse a oportunidade de representá-lo.

Sinto-me orgulhoso não só por ter tido a oportunidade de representar aquele segmento, mas por ter tido a oportunidade de representar toda a sociedade do Distrito Federal, por ter merecido a confiança dos cidadãos e dos meus Pares. Hoje, sinto-me realizado; realizado em uma parte do meu mandato, mas a partir de agora, após a promulgação da nossa Lei Orgânica, continuarei trabalhando para que, juntamente com o nosso Governador, possamos conquistar o melhor para a nossa sociedade; fazer com que tenhamos uma vida mais justa; fazer com que possamos atender aos anseios da sociedade quanto à Justiça

D



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-17

TAQUI.: MARIA CLARA

REVISOR:

HORA:

Nº: S.S.05.4

DATA: 08.05.93

ORADOR: Continua o Sr. Fernando Naves

Mag
social.

Deixo aqui meus cumprimentos a todos, e meu muito obrigado pela oportunidade que me foi dada.

Muito obrigado,

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - *com a palavra* S.Exa o Sr. Deputado Geraldo Magela.

DO DISTRITO FEDERAL

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Profere o seguinte pronunciamento:) -

Autoridades componentes da Mesa,
Senhoras e Senhores Deputados,
Demais autoridades,
Cidadãos aqui presentes.

é para nós motivo de grande satisfação podermos,
nesta data, promulgar a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Particularmente, tt*Nprtt privilegiamos a
discussão sobre a Lei Orgânica. Desde o período eleitoral,
mesmo com a turbulência inerente à época, dedicamos parte de
nosso tempo, com o feritbalho de diversos colaboradores, na
elaboração de um anteprojeto de Lei Orgânica.

Neste momento, é importante lembrar que esta Lei
não é mérito exclusivo destes legisladores. Representa, inte-
min, a consolidação de toda uma história de lutas, pois a
Lei Orgânica só foi possível porque o nosso povo não se
submeteu ao autoritarismo, lutando incessantemente pelas
liberdades democráticas e pela autonomia política do DF.

Dentre os aspectos positivos desta Lei, podemos
ressaltar a criação de diversos mecanismos que permitem a
participação da sociedade na fiscalização da administração
pública, e particularmente nas decisões sobre a política
governamentais.

Mas, infelizmente, temos que destacar pontos
negativos. Uma das maiores derrotas sofridas pela população
do Distrito Federal foi a rejeição, pela maioria dos
Deputados, das eleições diretas para administradores



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-19

TAQUI.: Fran

REVISOR:

HORA:

Nº: 55 - 06/2

DATA: 08/05/93

ORADOR: Deputado Geraldo Magela

regionais.

Brasília, que já foi uma cidade cassada, hoje tem ao seu redor diversas cidades que continuam cassadas. Ainda não foi desta vez que a população das cidades-satélites pôde comemorar a conquista da plena democracia.

O texto, ora promulgado, é fruto de uma determinada co-relação de forças que, muitas vezes, fez prevalecer interesses dos atuais ocupantes do Poder Executivo e de segmentos minoritários em detrimento da maioria da população. Mesmo com essas adversidades, estamos certos de termos dado importante passo em direção a consolidação de nossa autonomia política e a construção de uma cidade onde todos possam viver melhor. [Dedicamos a Lei Orgânica e todo o nosso trabalho nele investido aos cidadãos que acreditam na justiça social e participam da edificação de um novo amanhã. Muito obrigado.

O SR. ~~MEIRE-DE-CERIMÔNIA~~ ^{Com a palavra} S.Exa. o Sr. Deputado Gilson Araújo.

O SR. ~~GILSON ARAÚJO~~ (PP. Profere o seguinte discurso) ←

17 Exmo.Sr. Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Benício Tavares, Exmo.Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, Exmo.Sr. Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, demais autoridades, público presente, ^{na imprensa} nesses últimos cinco anos o Distrito Federal passa por momentos de transformações sociais somente igualado ou comparado com nosso saudoso Juscelino Kubitcheck no período de 57 a 61. Não podemos ignorar que nós temos um Executivo transformador, um →



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

20
C-

TAQUI.: FRAN

REVISOR:

HORA:

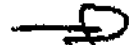
Nº: SS-06.3

DATA: 08/06/93

ORADOR: DEP. GILSON ARAÚJO

Executivo progressista num Governo que realiza e procura melhorar, a cada instante, a qualidade de cada cidadão do Distrito Federal. Nós do Poder Legislativo não podemos ficar atrás, temos o compromisso de fazer as transformações sociais, porque Brasília é a capital do Poder, onde repousam cerca de seiscentos Parlamentares federais, as embaixadas, os Ministros, é uma capital altamente politizada* Neste contexto, não podemos ignorar que o Governo daqui, nestes últimos cinco anos, tem sido um Governo exemplar para todo o Brasil, E nós, Deputados, temos que proceder as transformações sociais, diminuindo as distâncias das pessoas, do ponto de vista da moradia, salário, educação e saúde.

Estou orgulhoso de, hoje» o Distrito Federal estar promulgando a Lei Orgânica, porque é uma norma que vem conduzir, todo o Distrito Federal, no rumo da felicidade e da prosperidade. É preciso que não nos esqueçamos de que para a eleição do administrador regional torna-se imprescindível uma discussão em torno do art. 32 da Constituição Federal. É uma vontade da Câmara Legislativa a eleição direta para administrador. Eu fui administrador regional, mas é preciso que primeiro os Deputados Federais e o Congresso Nacional alterem esse artigo para que possamos, do ponto de vista da Administração Regional, eleger os administradores das cidades-satélites.

Queria agradecer, também, os funcionários da câmara Legislativa, 



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA B APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-21

TAQUI.: FRAN

REVISOR: i

HORA:

Nº: SS - 06/4

DATA: 08/06/93

ORADOR: Deputado Gilson Araújo

estes baluartes que, diuturnamente, de segunda a domingo, viravam a noite para que nós elaborássemos a Lei Orgânica.

Quero agradecer à população do Distrito Federal, à sociedade civil que muito nos ajudou com sua participação. É preciso que finquemos o pé no chão, é preciso que deixemos o discurso e passemos para a ação, é preciso que possamos dar o exemplo para o Brasil que está doente, para o povo que está sofrendo a fome, a falta de moradia, a falta da equivalência salarial, a falta de uma política salarial a nível nacional.

Como Deputado, eu espero que Deus me conduza e que eu sempre esteja pisando no chão, e que o nosso Distrito Federal, daqui a dois anos, quando acabar a nossa legislatura, quando nós terminamos esse período, sentiremos ^{saudades} dessa autonomia, do primeiro governo eleito, da Câmara Legislativa eleita» num período de grande ebulição social. E que os outros Governos que vierem sigam o nosso exemplo. Estamos vivendo a plenitude do progresso, aqui no Distrito Federal, porque tanto a câmara Legislativa como o Governo, tem sido extremamente progressista. O povo dirá: Estamos vivendo um período em que temos saudades do governo JK.

Muito obrigado.

O SR. ~~MESTRE DE CERIMÔNIAS~~ ^{Cem 2ª palavra} - Sr. Exa. o Sr. Deputado Jorge Cauhy.



GABINETE DO DEPUTADO JORGE CAUHY

O Sr. Deputado Jorge Cauhy (profere o seguinte pronunciamento:)

SR. PRESIDENTE,
SRAS. DEPUTADAS E SRS. DEPUTADOS,

(C-6)

CHEGAMOS HOJE AO FXM DE 22 MESES DE
TRABALHOS ININTERRUPTOS E AQUI ESTÁ O FRUTO DESTES TRABALHOS
EXAUSTIVO MAIS ALTAMENTE GRATIFICANTE.

(C-6)

EIS AQUI, A PRIMEIRA LEI ORGÂNICA
DO DISTRITO FEDERAL.

UNA LEI DEMOCRÁTICA, MODERNA E
AVANÇADA, DA QUAL TODOS NÓS E AS GERAÇÕES FUTURAS HAVEREMOS
DE NOS ORGULHAR.

NATURALMENTE, NEM TODOS ESTARÃO
PLENAMENTE DE ACORDO COM TUDO QUE NELA ESTÁ CONTIDO.

MAIS SEM DÚVIDA DE DÚVIDA, ESTA
LEI REFLETE A MÚDIA DA OPINIÃO PÚBLICA, AUERIDA POR TODOS
NÓS OS SEUS ELABORADORES.

POIS PODEMOS VERIFICAR, QUE KLA
RESULTOU DA ATIVA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SETORES MAIS
REPRESENTATIVOS DA NOSSA COMUNIDADE.

DURANTE TODAS AS ETAPAS DE SUA
ELABORAÇÃO, DESDE QUANDO ERA APENAS UM EMBRIO NAS COMISSÕES
E SUB-COMISSÕES TEMÁTICAS, ATÉ A VOTAÇÃO DE SUA REDAÇÃO
FINAL, DEZENAS DE PESSOAS, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E
ENTIDADES DE CLASSE TRANSITARAM PELA CÂMARA LEGISLATIVA,
TRAZENDO E DEFENDENDO AS SUAS REIVINDICAÇÕES.

A CASA DO POVO TRANSFORMOU-SE NUM
CANAL DEMOCRÁTICO EM QUE SE MISTURAVAM TRABALHADORES,
SERVIDORES CÍVIS E MILITARES, EMPRESÁRIOS, PROFESSORES,
APOSENTADOS, PRODUTORES RURAIS, ESTUDANTES E DOMO NÓS OS
DEPUTADOS DISTRITAIS, ESTIVEMOS SEMPRE ABERTOS A TODAS AS
IDÉIAS E NADA DEIXOU DE SER DISCUTIDO E EXAMINADO.

PESSOALMENTE, TENHO MOTIVOS PARA ME
SENTIR DUPLAMENTE GRATIFICADO.

45% DAS MINHAS PROPOSTAS
ENCAMINHADAS FORAM APROVEITADAS E INSERIDAS NO TEXTO FINAL
E POSSO TAMBÉM ME ORGULHAR DE TER SIDO UM

Reg

José dos 24 REPRESENTANTES DO POVO QUE
PRODUZIU ESTE TEXTO QUE É BOM.

ESTA LEI ORGÂNICA, POR SE MESMA É
NA SUA QUASE TOTALIDADE AUTO-APLICÁVEL.

SABEMOS QUE ELA NÃO PRODUZIRÁ
NENHUM MILAGRE IMEDIATO, MAIS É UM INSTRUMENTO EFICAZ QUE
PRECISA SER UTILIZADO EM FAVOR DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS
QUE ESPERAMOS SEJAM ALCANÇADAS.

ERA O QUE TINHA A DIZER, MUITO
OBRIGADO.

JORGE CAUHY
DEPUTADO DISTRITAL

Com a palavra.

O SR. MESSE-DE-CERIMÔNIAS - V. S. Exa. o Sr. Deputado José Ed-

mar.

O SR. ~~JOSE~~ EDMAR PROFERE O SEGUINTE PRONUNCIAMENTO:) — :

(C-b)

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES, FUI PRESENTES.
SENHOR PRESIDENTE.
SENHORAS e SENHORES DEPUTADOS DISTRITAIS.
SENHORAS E SENHORES.

TENHO A HONRA DE FESTEJAR HOJE, JUNTO COM A
POPULAÇÃO DE BRASÍLIA, MAIS UM ATO DE PIONEIRISMO. A
VIGÊNCIA DA CARTA MAGNA DO DISTRITO FEDERAL.

SINTO-ME FELIZ DE RESPONDER À SOCIEDADE QUE,
EM SEU NOME, FUI UM OPERÁRIO NESTA OFICINA DE DEMOCRACIA, DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, VOLTADOS PARA O BEM-ESTAR DA
POPULAÇÃO.

NÓS, BRASILIENSES DE NASCIMENTO E DE CORAÇÃO,
SAUDAMOS ESTA PÁGINA HISTÓRICA COMO O FRUTO DO ARROJO E DA
VONTADE CRIADORA DOS AUDAZES CANDANGOS DA LIBERDADE.

BRASÍLIA, SEMPRE FOI MARCADA PELA INSPIRAÇÃO
DO FAZER A TODO CUSTO. CARREGAMOS EM NOSSOS OMBROS AS
ENERGIAS DO DESBRAVAMENTO. NÃO NOS CURVAMOS QUANDO EXAURIDOS
PELAS TRAÍÇÕES E PERSEQUIÇÕES PRATICADAS CONTRA O DISTRITO
FEDERAL E SEUS VALENTES HABITANTES.

ESTA LEI ORGÂNICA É PUJANTE DEMONSTRAÇÃO DA
FÉRREA ESPERANÇA DA CONSOLIDAÇÃO DE NOSSA AUTONOMIA DE
CIDADÃOS.

ESTA LEI ORGÂNICA E LUZ AO ACENDRADO AMOR DOS
FILHOS DE NOSSA BRASÍLIA QUE SE ORGULHAM NO TRABALHO, PELA
REALIZAÇÃO, PELA CONSTRUÇÃO.

DESFRALDAMOS COM ESTA CARTA MAGNA A BANDEIRA
DA ESPERANÇA, DA FÉ EM DEUS, POIS, TEMOS PRESSA EM DIZER À
NAÇÃO BRASILEIRA QUE AQUI O MAIOR ANSEIO * QUE A JUSTIÇA
SOCIAL SEJA, A GRANDE FÁBRICA QUE PRODUZ PARA A DIGNIDADE DO
HOMEM.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-25

TAQUI.: MARCIA MONTEIRO

REVISOR:

HORA:

Nº: SS.07.4

DATA; 08.06

ORADOR:

O SR. MESSE-DE-CERIMÔNIAS ~~VS. Exa.~~ ^{COM A DELEGADA} o Sr. Deputado José Orneilas.

O SP. José Orneilas (Profere o seguinte pronunciamento:) —

— Povo de Brasília.

A promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal - cuja elaboração considero o trabalho mais importante desta primeira legislatura da Câmara Legislativa - representa o coroamento da honrosa missão que nos foi delegada pela população.

O cumprimento desta nobre e histórica tarefa, resultou da integração dos esforços da Câmara Legislativa e da sociedade, representando a implantação de uma nova ordem jurídico-administrativa na Capital Federal.

A Lei que estamos promulgando atende a um dos principais atributos democráticos: o exercício consciente da cidadania, pela ampliação da atuação participativa da comunidade. Ela reflete a preocupação constante com os aspectos sociais, COM a preservação do meio ambiente e do ordenamento territorial.

Orgulho-me de ter trabalhado intensamente em busca do aperfeiçoamento da Lei Orgânica, ora promulgada, com minha experiência de muitos anos de serviço público e, especialmente como ex-Governador do Distrito Federal, participando em todas as fases de sua elaboração, mediante a apresentação de inúmeras emendas importantes e de criteriosos destaques, com alto índice de aproveitamento, e a presença permanente nas sessões de discussão e votação de seu conteúdo.

10.11.06



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLCSARIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-26

TAQUI.: CLARA

REVISOR:

HORA:

Nº: S.S. - 8.1

DATA: 08 06 93

ORADOR: JOSÉ ORNELLAS

Cumpre-me, agora - Poder Público e cidadãos - zelar
pelo fiel cumprimento desta lei.

Congratulo-me com todos aqueles que contribuíram na elaboração da nossa Lei Orgânica, em especial felicito a população por esta importante conquista alcançada, que representa um marco definitivo da tão almejada autonomia política da Capital Federal.

Agradeço ao povo do Distrito Federal que, ao eleger-me Deputado Distrital, permitiu-me esta imensa satisfação de assinar esta lei.

Muito obrigado.

[Il. Palmer.]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA B APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-27

TAQUI.: CLARA REVISOR: CARLOS HORA: N-T SS-8.2
DATA: 08.06.93 ORADOR: MANOEL ANDRADE

~~MESE-DE-CERIMÔNIAS~~ - Com a palavra S.Exa.º Sr. Depu-
tado Manoel ^{de} Andrade.

O SR. ~~MANOEL~~ ^{DE} ANDRADE (PP. Sem revisão do orador) -

Sras. e Srs., neste dia de muita alegria, quero dizer da minha satisfação em ter podido contribuir singelamente com a Lei Orgânica e de participar deste momento importante para a definição política de Brasília, trazer à Brasília a sua Carta primeira, que foi confeccionada com a participação das Lideranças vivas do Distrito Federal, de maneira que me somo a todos na alegria deste dia 08 de junho, em que promulgamos a primeira Lei Orgânica do Distrito Federal.

Muito obrigado.

~~MESE-DE-CERIMÔNIAS~~ ^{com a palavra.} - S.Exa. a Sra. Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. ~~MARIA~~ DE LOURDES ABADIA (PSDB - Sem revisão do orador) - Amigos de Brasília: Motivada pela paixão de mudar, desde pequena recusei limites, expulsei medos e , como o poeta Fernando Pessoa, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

Acho que estas razões, dentre tantas, deram-me coragem de enfrentar as urnas e, graças à vontade do povo de Brasília, cá estou trêmula e emocionada pelo momento histórico que estamos vivendo, justamente -

→



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO De TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-28

TAQUI.: CLARA REVISOR: CARLOS HORA: Nº: SS-8.2
DATA: 08.06.93 ORADOR; cont., MANOEL ANDRADE
A

neste lugar onde repousa JK.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-29

TAQUI.: CLARA

REVISOR: CARLOS

HORA:

Nº: 55/8.3

DATA: 8.6.93

ORADOR: Maria de Lourdes

Orgulhosa e honrada pelo privilégio de ter o meu nome gravado na Constituição do Brasil e na primeira Constituição da Capital da República, tenho sérias preocupações e, muitas vezes, sinto-me inconformada. Preocupa-me o tamanho da pobreza; preocupa-me a miséria do nosso povo. "O inimigo mortal do homem é a miséria. E mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não «abe acabar com a miséria" - palavras saudosas do mestre Ulysses.

Inconformada, também, porque já estão pisando na nossa Bandeira - e pisar na Bandeira é pisar na Nação, é pisar no povo. A miséria e a impunidade poderão comprometer as leis, ameaçar a democracia, a liberdade, a cidadania.

Companheiros Deputados Distritais, chegamos! A travessia foi longa mas a lei do povo está quentinha, acaba de sair, pronta para ser conhecida e observada. Missão cumprida, graças a Deus!

Que a nossa Lei Orgânica seja o amparo dos fracos, a irmã dos pobres, que saia das estantes e ande pelos becos, pelas ruas, que escute o clamor do povo e que alivie a dor de nossa fíente. que traga esperanças.

Em 1988, recebi do presente, do povo de Ceilândia, esta caneta com os seguintes dizeres: "Maria de Lourdes, nós, ceilandenses, a fizemos embaixadora das nossas esperanças. Assine a Constituição do Brasil, por cada um de nós, - P



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-38

TAQUI.: CLARA REVISOR: CARLOS HORA: Nº: SS-8.4
DATA: 08.06, 93 ORADOR:

com esta caneta doada pelo seu povo.

Meus amigos, como brasileira brasiliense, como cidadã de Ceilândia, a maneira mais bonita e mais amorosa que encontrei para homenagear a todos vocês, Brasília ^e seu povo, será assinar com esta caneta a Lei Orgânica de Brasília. Valeu a pena.

Viva Brasília!

Viva a nossa Lei Orgânica!

~~MESTRE-DE-CERIMÔNIAS~~ ^{Com a Palavra} S.Exa., o Sr. Deputado Padre Jonas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

27
C-32

TAQUI.: MÁRCIA

REVISOR:

Carla

HORA:

Nº: 55/09/2

DATA: 8/6/93

ORADOR:

o SR. ~~MESTRE-DE-CERIMÔNIAS~~

com a palavra
S. Ex.^a

o Sr. Deputado Pedro

Celso.



TAQUI.: MARGIA

REVISOR: *Carlo*

HORA:

Nº: 08/09/3

DATA: 8/6/93

ORADOR:

O BR. *Carlo* CELSO (PT. Pronuncia n seguinte discurso) - 2

Sen. e Sr. (C. b.)
~~SENHORES B SENHORAS~~ DEPUTADOS; AUTORIDADES PRESENTES;
~~MINHAS SENHORAS~~ e " " " " " "

(C. b.) O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL DEU MAIS UM PASSO- A AUTONOMIA POLÍTICA DO DISTRITO FEDERAL, INICIADA EM 1906 COM A ELEIÇÃO DE NOSSOS PRIMEIROS REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, CONSOLIDADA AGORA COM A PROMULGAÇÃO DE NOSSA LEI ORGÂNICA.

(C. b.) TODOS NOS SAÍAMOS QUE A TRAVESSIA DESSE PROCESSO NÃO FOI UMA TAREFA FÁCIL. A ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA FOI UM LONGO E PROFÍCUO APRENDIZADO. UM APRENDIZADO SOBRE O DISTRITO FEDERAL. SEUS ANSIOS, SEUS SUJEITOS, SUA VOCACÃO... NELA FICARAM IMPRESSOS OS MAIS VARIADOS DEBATES QUE MARCARAM A VIM POLÍTICA DE BRASÍLIA NO ÚLTIMO PERÍODO.

(C. b.) SUA ELABORAÇÃO SOFREU OS REFLEXOS DA PROFUNDA CRISE EM QUE VIVEMOS. O PESSIMISMO, O DESCRÉDITO NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E A FALTA DE PERSPECTIVAS PARA MUDANÇAS AJUDARAM A AFASTAR O POVO BRASILENSE DA ELABORAÇÃO DE SUA "CONSTITUIÇÃO". A LEI ORGÂNICA NÃO CHEGOU A EMPOLGAR A SOCIEDADE, MAS COM CERTEZA NÃO A DECEPCIONARA.

(C. b.) O TEXTO QUE ORA APRESENTAMOS É O RESULTADO DOS DEBATES E DAS POLEMICAS TRAVADAS NAS COMISSÕES E NO PLENÁRIO. ELE TRAZ COMO CARACTERÍSTICA MAIS MARCANTE A PLURALIDADE. APRESENTA TANTO DISPOSITIVOS CONSIDERADOS DEMOCRÁTICOS E PROGRESSISTAS COMO DISPOSITIVOS CONSIDERADOS CONSERVADORES E IMPOPULARES.

(C. b.) MEDIDAS IMPORTANTES COMO ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, DANDO-LHE MAIOR AUTONOMIA PARA O EXERCÍCIO DE SUAS COMPETÊNCIAS, INCLUSIVE O PODES DE INDICAR POR UMA LISTA TRÍPLICE NOMES PARA O CARGO DE PROCURADOR GERAL, FICARAM PARA AS LEIS COMPLEMENTARES.

(C. b.) O MAIOR AVANÇO DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DIVERSAS ESFERAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DE DIVERSOS CONSELHOS NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO, DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E DIREITOS DA MULHER E DO NEGRO. PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA, ATRAVÉS DA INICIATIVA TOMAR DE LEI E DA GARANTIA DE INTERVENÇÃO NO PROCESSO LEGISLATIVO. PARTICIPAÇÃO FISCALIZADORA, ATRAVÉS DO CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E DOS GASTOS PÚBLICOS.

(C-6) A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL SOBE RESGUARDAR O PRINCÍPIO DE QUE "TODO PODER EMANA DO POVO, QUE O EXERCE POR MEIO DE REPRESENTANTES ELEITOS OU DIRETAMENTE". NO ENTANTO, ISTO NÃO SIGNIFICA A GARANTIA DE SUA APLICABILIDADE. ISTO EXIGIRÁ UM ESFORÇO IMENSO DE TODA SOCIEDADE, ESPECIALMENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA, NA VIGILÂNCIA, NA REGULAMENTAÇÃO E NA LUTA PELA CONTINUIDADE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO DISTRITO FEDERAL.

(C-6) A REVISÃO CONSTITUCIONAL APROXIMA-SE. NELA SERÃO DISCUTIDAS E DECIDIDAS MUITAS QUESTÕES IMPORTANTES PARA O DISTRITO FEDERAL, ESPECIALMENTE AQUELAS QUE DIZEM RESPEITO À AMPLIAÇÃO DE NOSSA AUTONOMIA POLÍTICA E DE NOSSA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA. O DISTRITO FEDERAL SEM DÚVIDA ALGUMA ALCANÇA SUA MAIORIDADE COM A PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA, MAS COMO QUALQUER JOVEM DEVE SE PREPARAR PARA ENFRENTAR OS SEUS PRÓXIMOS DESAFIOS, QUE MOLDARÃO DEFINITIVAMENTE SUA PERSONALIDADE.

MUITO OBRIGADO.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-35

TAQUI.: MÁRCIA

REVISOR: *28.1-*

HORA: Nº: 88/09/5

DATA: 8/6/93

ORADOR:

*O SR. ~~MESTRE DE CERIMÔNIAS~~ - a. p. da ma. *C. P. x**, o Sr. 2º Secretário da*
Câmara Legislativa, Deputado Peniel Pacheco.

O SR. ~~PENIEL~~ PACHECO (PTB, Pronuncia o seguinte discurso) - Sr.
Presidente, Deputado Benício Tavares; demais autoridades civis, militares e
eclesiásticas; Sras. e Srs.; \

S/MÔNICA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

c - 36

TAQUI.: MÔNICA

REVISOR: CARLOS

HORA:

Nº:SS-10.1

DATA: 08.06,93

ORADOR: PENIEL PACHECO

Veja, Sr. Presidente, o que ocorre aqui, agora, nesta parte do Globo» isto é, na capital do nosso País: o DF é notícia em todo e qualquer jornal do Brasil, isso porque consolidam-se as prerrogativas inerentes às demais Unidades Federais da Nação; temos agora todos os direitos como os Estados que poderíamos referendar aqui, o Estado de São Paulo ou o Estado de Minas.

Nós, Deputados bandeirantes da autonomia política do Distrito Federal, sentimo-nos honrados ante à visão deste momento político; vencemos a crítica, consolidamos o anseio popular ao contemplarmos no texto os direitos maiores daquele que é, de fato, o real detentor do poder: o povo.

Se o Brasil registra este momento mágico, cada jornal de Brasília também deverá fazê-lo, porque, amanhã, quando se tomar nas mãos uma edição histórica de um Correio Brasiliense, é bom que se recorde que neste dia Brasília foi manchete no Brasil.

Parabéns Brasília, parabéns Brasil, parabéns ao povo desta cidade! (Palmas.)

O SR. ~~MESRE-DE-CERIMÔNIAS~~ - S.Ex^a. a Sra. Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA, ~~ROSE~~ MARY MIRANDA (P.P. Sem revisão da oradora.) -

Quero saudar os companheiros radialistas e jornalistas que aqui estão, por representá-los na Câmara Legislativa; quero saudar as mulheres de Brasília, que nssta Ca





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-37

TAQUI.: MÔNICA

REVISOR: CARLOS

HORA:

Nº:SS-10.2

DATA: 08.06.93

ORADOR: ROSE MARY MIRANDA

sa são representadas por apenas três mulheres.

Eu gostaria de ter trazido um belo discurso, para que os Senhores me aplaudissem até de pé, para que os Senhores e Senhoras até se emocionassem. Mas a rainha emoção foi tão grande que não consegui passar isso para o papel. Mas quero dizer, no pouco tempo de que disponho, aos Senhores e Senhoras, do grande prazer que tive em participar da elaboração da primeira Lei Orgânica do Distrito Federal, e, como uma simples radialista, uma dona-de-oasa comum, poder hoje participar desta festa de Proclamação da Lei Orgânica da Capital do meu País,

É grande minha emoção, Senhoras e Senhores, e quero dizer para as mulheres de Brasília, que foi emocionante demais para mim poder escrever o Capítulo que dita os direitos e deveres de todas nós mulheres.

Brasília foi durante muitos anos e até pouco tempo cassada nos seus direitos, e foi uma cidade motivo até de um comentário de Tancredo Neves que disse: "Eu já vi muitas pessoas cassadas, mas é a primeira vez que vejo uma cidade cassada".

Mas o povo desta cidade foi às ruas, e os políticos honestos trabalharam para que pudéssemos ter os nossos representantes no Congresso Nacional, e pudéssemos ter o nosso Governador eleito pelo voto e a Câmara Legislativa, que hoje entrega a vocês, cidadãos desta cidade, a primeira Lei Orgânica que dita os seus direitos e deveres.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

38

TAQUI.: MÔNICA REVISOR: CARLOS HORA: Nº: SS-10.
DATA: 08.06.93 ORADOR: ROSE MARY MIRANDA 3

Cabe a todos nós, políticos, sociedade organizada, e ao povo era geral, fazê-la cumprir.

Obrigado. (Palmas.)

com a palavra

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS -VS.Exa., o Sr. Deputado Salviano
Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (Profere o seguinte discurso) — Exmos.

e

autoridades; Srs.

*Srs. Compo
e Srs que nos honram com as suas presenças.*

08.06.93

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO SALVIANO GUIMARÃES POR OCASIÃO DA PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

DATA: 8 DE JUNHO DE 1993

~~Excelentíssimos Senhores~~
~~EXCELENTÍSSIMOS SENHORES~~ COMPONENTES DESTA MESA; DEMAIS
AUTORIDADES; *Srs. e Srs. que nos honram com as suas*
~~SENHORAS E SENHORES.~~ *presenças;*

O ESTADO DEMOCRÁTICO MODERNO EXIGE QUE O GOVERNO CUMPA FUNDAMENTALMENTE A SUA FUNÇÃO SOCIAL.

O LEGISLATIVO DO DF ENTREGA HOJE ESTE CONTRATO SOCIAL QUE TEM O MÉRITO MAIOR DE SINALIZAR DE FORMA INEQUÍVOCA O COMPROMISSO DO ESTADO COM O POVO,

A LEI ORGÂNICA TRADUZ A VONTADE POLÍTICA DO POVO BRASILIENSE, QUANDO ELEGEU SEUS REPRESENTANTES, EXATAMENTE PARA QUE ESSA FUNÇÃO FOSSE CUMPRIDA.

EM MINHA MENSAGEM, COMO PRIMEIRO PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DOS TRABALHOS DESTA LEI ORGÂNICA, AFIRMAVA: "ESTA LEI BÁSICA, EXPRESSÃO MÁXIMA DOS ANSEIOS DOS CIDADÃOS E DOS COMPROMISSOS QUE DEVERÃO SER FIRMADOS ENTRE O DISTRITO FEDERAL, A SOCIEDADE E OS PODERES CONSTITUÍDOS, REPRESENTA UM CONTRATO SOCIAL, ONDE AS CARACTERÍSTICAS, EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E A IDENTIDADE CULTURAL, BEM COMO OS DIREITOS E AS GARANTIAS INDIVIDUAIS DOS BRASILIENSES, ESTARÃO CONSUBSTANCIADOS E VALORIZADOS, VISANDO SEMPRE AO ACATAMENTO E A OBSERVÂNCIA À LEI MAGNA DE NOSSO PAÍS."

A CÂMARA LEGISLATIVA, COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR, CUMPRIU COM DIGNIDADE E DEDICAÇÃO SUA MISSÃO MAIOR. PORÉM, SABEMOS QUE A LEI ORGÂNICA HOJE PROMULGADA, NÃO É UMA OBRA ACABADA E DEFINITIVA. O TÉRMINO DE SUA ELABORAÇÃO NÃO SIGNIFICA QUE NOSSA TAREFA ESTÁ ENCERRADA. ELA SÓ TERMINARÁ QUANDO A FUNÇÃO SOCIAL RESULTAR CUMPRIDA,

QUANDO NOSSOS IRMÃOS NÃO TENHAM MAIS QUE SER DEDITOS DA VIDA PELA AUSÊNCIA DE TRABALHO, PELA IGNORÂNCIA B PELA DOENÇA. E AINDA VEREM SEUS FILHOS CONDENADOS À INDIGÊNCIA PERMANENTE NO CICLO DOLOROSO DE UMA VIDA DE ANALFABETOS,

NOSSA MISSÃO DE HONRAR AS CONQUISTAS DO POVO DO DISTRITO FEDERAL PROSSEGUE, POIS SE ESTE POVO NOS LEGOU A "AUTONOMIA POLÍTICA", POR OUTRO LADO NOS EXIGE A LUTA PELA "AUTONOMIA FINANCEIRA", PARA CONSTRUIRMOS JUNTOS UM ESTADO VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICO MODERNO.

Muito obrigado. [Calmas.]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-40

TAQUI.: Mônica REVISOR: Carlos HORA: Nº:SS-10.5
DATA: 08.06.93 ORADOR:

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS ^{Com a palavra} - S. Exa. o Sr. Deputado Tadeu Roriz.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

c - 41

TAQUI.: LUCiêne

REVISOR:

HORA:

Nº: 08.11.1

DATA: 08.06.93

ORADOR: Dep. Tadeu Roriz

O SR. ~~TADEU RORIZ~~ - (PP. Sem revisão do Orador.) - Ex^{ta}. autoridade,

aqui presentes, minhas Senhoras e meus Senhores: ao promulgarmos a Lei Orgânica do Distrito Federal é oportuno perguntarmos se tinham, ou não, razão os defensores da representação política plena para Brasília.

A Lei Orgânica é um dos esteios institucionais da Democracia; cabe-lhe não apenas regular as funções do Estado, mas, principalmente, representar a sociedade civil, legitimando de forma geral, a ação e o interesse públicos.

Não tenho a menor dúvida de que a Lei Orgânica contribuirá, decisivamente, para a desmonopolização do poder, no Distrito Federal, dando um passo significativo para a construção da escala política regional.

Brasília, enfim, sede do Governo Central, não podia mais permanecer cassada em sua cidadania; não podíamos mais suportar o paradoxo de construir uma cidade sem alma. A criação da Câmara Legislativa deu à obra de Juscelino Kubitschek o dom de falar. A Lei orgânica, que está sendo promulgada, tem a cara da população de Brasília, e, passará a falar cotidianamente, com ela, e por ela, junto às grandes decisões públicas que afetam a vida dessa cidade.

Institui-se, com ela, a obrigação do Poder Executivo prestar contas, sistematicamente, de suas ações à comunidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1
c - 42

TAQUI.: Luciene

REVISOR:

HORA:

Nº: SS.11.2

DATA: 08.06.93

ORADOR: Dep. Tadeu Roriz

A população tornar-se mais participante nas decisões políticas; a partir da existência de um Poder Legislativo local e, agora, da Lei Orgânica, que fixa diretrizes para as questões urbanas e rurais, do Distrito Federal, são abertas discussões e polêmicas que escoarão para a grande imprensa, mobilizando inteligências e formando opiniões.

Esse papel, ainda pouco percebido por muitos, enaltece o trabalho da Câmara Legislativa, tão injustamente denegrida. Com a Lei Orgânica, Brasília, emergirá, não apenas como monumento, mas como experiência humana*

Muito obrigado.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - Com a palavra o Sr. Deputado Wasny da Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT - Sem revisão do orador.) - Exm^a Sr. Presidente, Exm^{as} autoridades civis, militares, eclesiásticas e do Poder Judiciário, caros colegas, Deputados; a lei Orgânica dá ao Distrito Federal o estado de verdadeira unidade na Federação. Coloca-nos na perspectiva de cidadãos, com direitos e deveres; na condição de representante desta querida população e integrante da Bancada do Partido dos Trabalhadores, como também representante do reino de Deus, como cristão, ali, na Câmara Legislativa, não podemos deixar de desconhecer que esta é uma Lei que servirá como um primeiro parâmetro para as novas conquistas do Distrito Federal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C 113

TAQUIL.: Luciene

REVISOR:

HORA:

Nº: SS.11.3

DATA: 08.06.93

ORADOR: Dep. Wasny de Bours

Ao ser designado defensor de 8 emendas populares, de um total de 28, que chegaram para serem incluídas na Lei Orgânica, ressaltamos algumas conquistas, ali estabelecidas, tais como o estabelecimento de garantia democrática, através de políticas públicas, onde os conselhos são instrumentos fundamentais de acesso à população, a exemplo do Conselho de Comunicação Social, do Conselho de Assistência Social e os Conselhos de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente; a implantação do Programa Permanente de Alfabetização de Adultos, em estreita harmonia com os seus movimentos sociais organizados e a erradicação em dez anos do analfabetismo, no Distrito Federal, concedendo aos nossos cidadãos o direito efetivo de verdadeiros cidadãos.

Os orientadores educacionais terão presença obrigatória nas escolas da rede pública de ensino médio e fundamental. Na questão ambiental, ressaltamos a proposição que cria o gerenciamento dos recursos hídricos e a obrigatoriedade, por parte do Poder Público, de informar sistematicamente à população sobre a qualidade de água por ela consumida, sobretudo, na condição de Brasília ser a ventente das três bacias hidrográficas de nosso País*

Na área econômica foi a conquista maior do regime de co-gestão das empresas públicas. Destacamos, ainda, o importante avanço na área de saúde mental, com a proibição de uso de selas fortes aos pacientes mentais e a obrigatoriedade da emergência psiquiátrica nos hospitais gerais do Distrito Federal,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

1.
C-44

TAQUI. : Luciene

REVISOR:

HORA:

Nº: SS.11.4

DATA: 08.06.93

ORADOR:

Por fim, apesar de vermos concretizada nossa luta em prol dos
posseiros das terras rurais, no sentido de que sejam efetivados, definitiva-
mente, em suas posses, lamentamos profundamente a lacuna que ficou na Lei Or-
gânica, por ela não ter contemplado, claramente, que as terras públicas rurais
do Distrito Federal, permanecessem como patrimônio da população. Mas a luta
continua em defesa de um futuro de Brasília e de seus habitantes, para que
haja justiça, no Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. ~~MESTRE DE CERIMÔNIAS~~ - Com a palavra o Sr. Deputado Mauri-
lio Silva,

CLÁUDIA

SS.12.1

C-45

08/06/93

SR. MAURÍLIO SILVA

O SR, ~~MAURÍLIO~~ SILVA (PP.-Pronuncia o seguinte discurso:) — :

(C.B.)

O DISTRITO FEDERAL NASCEU SOB O SIGNO DA
ESPERANÇA.

O TRAÇADO ARQUITETÔNICO DA NOSSA CIDADE
SE CONFUNDE COM CRUZ E ASAS.

TANTO A CRUZ, QUANTO AS ASAS APONTAM
PARA A LIBERDADE.

LIBERDADE E ESPERANÇA, EIS O PULSAR DO
CORAÇÃO DO NOSSO POVO.

NA RICA TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS DO
PLANALTO CENTRAL, HÁ PERSONALIDADES DE RENOME NACIONAL E
INTERNACIONAL.

POR ISSO, QUANDO ACEITEI A INCUMBÊNCIA
DE COORDENAR O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA,
ESTAVA CIENTE DA MAGNITUDE, RESPONSABILIDADE E RELEVÂNCIA DA
MISSÃO.

UM ANO E DEZ MESES SE PASSARAM E HOJE
NÓS ENTREGAMOS A SOCIEDADE BRASILENSE
A SUA LEI ORGÂNICA.

A LEI ORGÂNICA NÃO É UM PRODUTO DE
GABINETE E NEM MESMO UM PRODUTO DO PARLAMENTO LOCAL. ANTES,

CLÁUDIA

SS.12.2

C-46

08/06/93

SR. MAURÍLIO SILVA (Continuação)

A CONCRETUDE DAS ASPIRAÇÕES DO NOSSO POVO, MANIFESTADA ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

SENHORAS E SENHORES, CONFESSEI QUE, NÃO DE MOTO PRÓPRIO, ESTOU ROUBANDO A CENA DA HISTÓRIA.

EM MEU LUGAR, PARA COORDENAR O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA, QUE MATERIALIZA DE VEZ A SUA AUTONOMIA POLÍTICA, DEVERIA ESTAR AQUELE QUE IDEALIZOU A CIDADE: JUCELINO KUBITSCHER.

PORÉM, OS CAMINHOS DE DEUS NÃO SÃO OS NOSSOS CAMINHOS E NEM OS SEUS PENSAMENTOS OS NOSSOS PENSAMENTOS.

MAS, COMO PROCURANDO RECONHECER-LHE O DIREITO, ESTAMOS ENTREGANDO O DOCUMENTO MAIOR DO DISTRITO FEDERAL NO MEMORIAL JK.

COUBE-ME, NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, ENTREGAR AO PODER LEGISLATIVO NUM MOMENTO SOLENTE, NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA EM TAGUATINGA, A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

ESTOU CONVENCIDO DE QUE A LEI ORGÂNICA É UM DOCUMENTO ELABORADO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, OBEDECENDO O DISPOSTO NO ARTIGO 32 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,

UM DOCUMENTO QUE PROMOVE E VALORIZA A CIDADANIA,

UM DOCUMENTO QUE MATERIALIZA A AUTONOMIA POLÍTICA DO DISTRITO FEDERAL,

UM DOCUMENTO QUE MELHORA A QUALIDADE DE VIDA DE TODOS OS CIDADÃOS, SEM QUALQUER DISCRIMINAÇÕES,

08/06/93

SR. MAURÍLIO SILVA (Continuação)

3

UM DOCUMENTO EM QUE OS ASPECTOS

(C-b) ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL SE EQUILIBRAM HARMONIOSAMENTE,
OBJETIVANDO A PROMOÇÃO DA CIDADANIA,

UM DOCUMENTO QUE ADOTA O CONCEITO DE
QUALIDADE DE VIDA COLETIVA, OBJETIVANDO REFLETIR OS VALORES
CULTURAIS E OS ANSEIOS POLÍTICOS DO CIDADÃO DISTRITAL,

UM DOCUMENTO QUE PRIORIZA A INDÚSTRIA E
O COMÉRCIO, DANDO-LHES OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO QUE ATENDEM
AS EXIGÊNCIAS DA MODERNIDADE.

O DISTRITO FEDERAL EVOLUIU DE UM
QUADRILÁTERO DE TERRA, NO PLANALTO CENTRAL PARA SER O CENTRO
DAS DECISÕES E DAS ASPIRAÇÕES NACIONAIS.

A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL NÃO RF
O FIM DE UM PROCESSO. ANTES, É O MARCO INICIAL DA CONSTRUÇÃO
DE UMA CIDADE AUTÔNOMA.

DIANTE DESTA REALIDADE, NADA MAIS ME
RESTA, NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
SISTEMATIZAÇÃO E DE PASTOR EVANGÉLICO, ^{do que} PEDIR A DEUS QUE
ABENÇOE O POVO DO DISTRITO FEDERAL,

QUE ABENÇOE A NOSSA NAÇÃO,

QUE ABENÇOE, SOBRETUDO, AS AUTORIDADES
CONSTITUÍDAS E A FIM DE QUE O POVO VIVA EM UM AMBIENTE DE
PAZ, REFRIGÉRIO E SEGURANÇA, NO EXERCÍCIO PLENO DA
CIDADANIA, ATRAVÉS DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SÍTOR DE TAQUIGRAFIA

C-48

TAQUI.: Cláudia REVISOR: HORA: Nº: SS. 12.4
DATA: 08.06.93 ORADOR: Sr. Maurílio Silva (Continuação)

Ao assinar a Lei Orgânica, faço-o em nome de toda a sociedade, mas faço-o, também, em nome do Conselho de Pastores, do qual sou membro efetivo, e da comunidade evangélica do Distrito Federal, que hoje soma mais de 250 mil pessoas, aqui, em nossa capital.

Muito obrigado!

O ~~SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS~~ - Com a palavra ~~Sra. 1ª Secretária da~~ Sra. 1ª Secretária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Lucia Carvalho,

A SRA. ~~LUCIA~~ LUCIA CARVALHO (PT. Pronuncia o seguinte discurso:)

Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Assessores, membros da imprensa, presente cidadãos e cidadãos de Brasília.

(C-6) VIVER é, DIUTURNAMENTE, TENTAR CONSTRUIR NOSSO TEMPO, NOSSA HISTÓRIA, NOSSOS VALORES; E O POVO BRASILEIRO, NESTES ÚLTIMOS DEZ ANOS, TEM DADO PASSOS SIGNIFICATIVOS EM DIREÇÃO À CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM NOSSO PAÍS

(C-6) AS LIBERDADES CÍVIS: RESTABELECEMOS O "ESTADO DE DIREITO", RETOMAMOS A LIBERDADE DE OPINIÃO E EXPRESSÃO, IMPRENSA E DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA, COM ELEIÇÕES DIRETAS PARA ESCOLHA DOS NOSSOS REPRESENTANTES POLÍTICOS.

(C-6) A CONSTITUIÇÃO DE 1988 REPRESENTA A SÍNTESE DESTES PROCESSOS, COM AVANÇOS E LIMITES. POR UM LADO, ASSEGURA LIBERDADE SINDICAL, DIREITO DE GREVE E A CONQUISTA DE NOVOS DIREITOS PARA OS TRABALHADORES. POR OUTRO LADO, PRESERVA A TUTELA MILITAR, O MONOPÓLIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O LATIFÚNDIO IMPRODUTIVO. É O RETRATO DE CONTRADIÇÕES ENTRE O DESEJO DE MUDANÇAS, MANIFESTO PELO POVO, E O CONSERVADORISMO DAS ELITES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO PAÍS.

(C-6) NOSSA LEI ORGÂNICA, MARCO NA HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO DISTRITO FEDERAL, TAMÉM É O RESULTADO DO CONFRONTO DEMOCRÁTICO DE INTERESSES DIVERGENTES; É A EXPRESSÃO DA PLURALIDADE SOCIAL.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DP. TAQUIGRAFIA K APOIO AO PLÊNÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-49

TAQUI.: CLÁUDIA

REVISOR:

HORA:

NºSS.12.5

DATA: 08/06/93

ORADOR: SRA. LÚCIA CARVALHO (Continuação)

(C. L.) CERTAMENTE NÃO É UMA OBRA ACADADA, MAS O INÍCIO DE UM TRABALHO COLETIVO DE DEPUTADOS, ASSESSORES E ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DA SOCIEDADE QUE POR MAIS DE 1 ANO E 10 MESES, PRODUZIRAM 345 ARTIGOS E MAIS 50 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, QUE DISPÕEM SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. REPRODUZ AVANÇOS, ANSEIOS, CONTRADIÇÕES E, COM CERTEZA, É UM INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA.

(C. L.) RESTA-NOS, AGORA, O DESAFIO DE DAR APLICABILIDADE A ESTA LEI, INCENTIVANDO A POPULAÇÃO A CONHECÊ-LA E DELA SE APROPRIAR, ASSEGURANDO O SEU CUMPRIMENTO E, MAIS QUE ISSO, ROMPER SEUS LIMITES NO SENTIDO DE FAZÊ-LA MELHOR.

(C. L.)

DESEJO, NESTE MOMENTO, AGRADECER AOS CIDADÃOS DE BRASÍLIA QUE ME OPORTUNIZARAM PARTICIPAR DE UM ATO E DE UM MOMENTO DE TÃO GRANDE ENVERGADURA, DE TÃO GRANDE RESPONSABILIDADE. E, NESTE MOMENTO, QUERO PEDIR A CADA UM DOS AQUI PRESENTES, QUE TÊM EM MÃOS ESTE EXEMPLAR, QUE O TORNE CONHECIDO POR TODA A POPULAÇÃO DE BRASÍLIA, PORQUE AS LEIS IMPORTANTES QUE AQUI ESTÃO SÓ SERÃO CUMPRIDAS QUANDO TODA A POPULAÇÃO QUANDO CADA UMA DAS CRIANÇAS DA ESCOLA PÚBLICA CONHECER, SEUS DIREITOS, COMO CIDADÃOS.

(Palmas.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-50

TAQUI.: LILIAN

REVISOR:

HORA:

Nº: SS/13.1

DATA: 08/06/93

ORADOR: Lúcia Carvalho

O ~~SR. MESURE-DE~~ CERIMÔNIAS - A Câmara Legislativa do Distrito Federal da
seja, neste instante, prestar uma homenagem a Exma. Sra. Sara. Kubitshek.

Dona Sara Kubitshek, V. Exa. que viu e ajudou esta cidade a nascer
e acompanha, para honra de todos nós, a maioria hoje atingida pela Capital da
República, receba este carinhoso cumprimento de respeito & de agradecimento pe-
la presença de V. Exa.

Muito obrigado.

Ouviremos, agora, a palavra de S.Exa. o Sr. Ministro de Estado da
Justiça, Senador Maurício Corrêa, nesta solenidade, representando Sua Exelência
o Senhor Presidente da República.

O ~~SR. MINISTRO~~ DA JUSTIÇA (Maurício Corrêa) - Exmo. Sr. Presidente
da Câmara Legislativa, Deputado Benício Tavares: Exmo. Sr. Senador Humberto Lu-
cena; Digníssimo Presidente do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Governador do Dis-
trito Federal, Sr. Joaquim Roriz: Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Superior Elei-
toral, Ministro e colega de turma. José Paulo Sepúlveda Pertence: Exmo. Sr. Minis-
tro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Henrique Hargreaves: E-
minentíssimo e Reverendíssimo Dom José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília!
EXMO. Sr. Presidente do Conselho de Pastores, Sr. Representante do Tribunal
de Justiça do Distrito Federal, Desembargador João Ulhoa: Sra, Vice-Governadora,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

6
C - 51 F

TAQUI.: LILIAN

REVISOR:

HORA:

Nº: 55/13.2

DATA: 08/06/93

ORADOR:

Srs* Deputados Distritais, que integram a Mesa, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, minha querida Dona Sara Kubitshek, eterna primeira dama deste País, minhas Senhoras e meus Senhores: eu me permitiria evocar, neste instante, em cima dos 33 anos de Brasília, as dificuldades e as lutas pelas quais passamos, para que esta cidade pudesse adquirir a consciência capaz de formalizar, hoje, o texto da sua Lei Orgânica. Mas, para isso, é necessário recordar, com saudades, eminentes companheiros e amigos mortos, que lutaram por esta cidade, com sacrifício inaudito, e eu me permitiria, dentre esses tantos, que lutaram e que já se foram, evocar, com saudade, a presença, se aqui estivesse, que seria a extraordinária relevância de Joaquim Cândido Garcia Neto, o con-

D



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-52

TAQUI.: LILIAN

REVISOR:

HORA:

Nº: SS13/3

DATA:

08.06.93

ORADOR:

solidador do Núcleo Bandeirante, a cidade livre da Capital da República.

Ao assinalar essas rápidas palavras, eu ainda aduziria que, na verdade, o foro inicial de Brasília era Associação Comercial de Brasília, de onde têm saído figuras expressivas; depois, a Ordem dos Advogados e tantas outras entidades da Capital da República, que foram as primeiras a lutar para que esta cidade tivesse a sua autonomia política, definida na Constituição, e dentre essas figuras exponenciais, que lutaram para a consolidação da autonomia política de Brasília, destaco o Presidente da República, Itamar Franco, o primeiro a apresentar, no Congresso Nacional, a Emenda nº 2/79, pedindo eleições para o povo de Brasília. Em seguida, S.Exa., ainda em 87, apresentou um outro projeto, modificando a Constituição Federal, de tal modo, que aqui pudesse ter a sua representação política. Quero registrar, nestas rápidas palavras, a minha grande alegria por ter participado, sob a Presidência do Congresso Nacional de então, agora novamente Presidente do Congresso, o Senador Humberto Lucena, da Constituinte, que elaborou essa Constituição de 88, e devo assinalar que foi graças a essa bancada de Brasília - muitos dos quais se encontram aqui presentes, - que foi possível colocar no texto da Constituição de 1988 essa definição a respeito da autonomia política do Distrito Federal. Antea era um tabu falar-se nisso; tínhamos opositores de todo

→



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-53

TAQUI.: Lillian

REVISOR:

HORA :

№: SS 13/4

DATA: 8/6

ORADOR:

lado, afaças, porém, a esse primeiro avanço, que foi a definição de uma re-
presentação congressual, os Deputados e Senadores de Brasília lutaram para
que, na Constituição



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-54

TAQUI.: REGINA MÁRCIA

REVISOR: ALZIR

HORA:

Nº: 55/14.1

DATA: 08.06.93

ORADOR: Ministro Maurício Corrêa

... se configura esse Capítulo, a respeito do Distrito Federal, da eleição do nosso primeiro Governador, da nossa primeira Governadora, da eleição dos Deputados Distritais, assim definida na Constituição Federal o dar essa contextura jurídica, que só foi possível - repito - graças a esse pioneiro, a esse bravo, a esse pertinaz trabalho da honrada e digna Bancada representativa do Distrito Federal na Câmara Federal.

É por isso que hoje : temos esta Constituição,
Senhoras e Senhores,

Oito títulos, 365 artigos nas Disposições Permanentes, 55 nas Disposições Gerais e Transitórias - tal é a estrutura, a forma, o signifiante, da Carta fundamental do Distrito Federal. Em seu conteúdo, em seu significado, repousa & declaração de maioridade desse singular quadrilátero, unidade política diferenciada, única, atípica, decorrente do papel institucional que lhe cumpre no conjunto da Federação, como sede dos Poderes da República, como abrigo das representações diplomáticas.

A partir desse momento, uma nova ordem jurídico-administrativa começa a ser implantada. Completa-se o sonho do arrojado fundador de Brasília, o grande estadista JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA. Sua idealização, construção e consolidação apontam para o progresso do País, importante pólo de desenvolvimento a irradiar a civilização por todo o Centro-Oeste, espalhando-se pelas regiões circunvizinhas dos Estados do Norte e do Nordeste.



TAQUI.: REGINA MÁRCIA

REVISOR: fill^-

HORA:

Nº:SS/14.2

DATA: 08.06.93

ORADOR: Ministro **Maurício** Corrêa

O texto constitucional de 1988 significou para o Distrito Federal o coroamento de um progressivo movimento de participação popular, a proporcionar-lhe as naturais formas de emancipação e de participação políticas, inexistentes nas origens de sua História.

Quando da instalação de nossa "Constituinte" * há exatos um ano, dez meses e seis dias -, vivenciamos uma verdadeira festa cívica, pelo que de significado conteve para seu povo, para todos os que, desde os difíceis e negros anos de obscurantismo, nos dedicamos à espinhosa tarefa de conferir a Brasília seu atestado de vida, tornando simples e meros habitantes em plenos e completos cidadãos. Sim, a luta pelo exercício da cidadania, entre nós, significou, em diversos episódios, a luta contra o atraso, a estagnação, a prepotência, o autoritarismo. Lutamos pelo direito ao voto, lutamos pelo direito de escolha dos governantes. B vencemos. Como coroamento de todas as lutas e como louros de todas as vitórias, assistimos, nesta solenidade, à promulgação de nossa Lei Orgânica.

Com ela, inúmeras mudanças far-se-ão sentir de imediato. Com 80 por cento de artigos auto-aplicáveis, cerca de 45 por cento de seus artigos dirigem-se a garantia dos direitos sociais dos cidadãos - assistência social, cultura, desporto, comunicação social, defesa do consumidor, criança e adolescente, idoso, mulheres e minorias, portadores de deficiência. Saúde e Educação despontam com prioridades na Carta. Em seu contexto, ressalta a mais avançada legislação do País sobre o meio-ambiente. O Artigo 343, que prevê a elaboração de plano plurianual de desenvolvimento agrícola, plano de safra e plano operativo anual, enfatiza a prevalência da produção agrícola. O Artigo 321 pressupõe a elaboração de um plano diretor do ordenamento territorial, que regulará a localização dos assentamentos humanos, assim como as atividades econômicas e sociais da população, levando em consideração a vocação de cada cidade-satélite na definição de seu perfil industrial. O título que trata da Ordem Econômica releva como um dos princípios básicos a autonomia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA K APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-56

TAQUI.: Regina Márcia

REVISOR:

HORA:

Nº: SS/14.3

DATA: 08.06.93

ORADOR: Ministro Maurício Corrêa

financeira, a geração de empregos, almejando transformar o Distrito Federal em pólo científico-tecnológico, em harmonia com a preservação do meio-ambiente e com a singular condição de Brasília - Capital Federal e Patrimônio Cultural da Humanidade e além de sua concepção como espaço modelar, em virtude de sua limitada extensão territorial.

Incubiu-me o Senhor Presidente da República, Sr, Presidente, Srs. Deputados Distritas, de trazer a V. Ex^{as} a sua imensa satisfação pelo ato de vital importância que adquire a cidade, neste momento.

E adiantou-me S.Ex^a, que está numa luta enorme para restabelecer o crescimento econômico deste País, numa luta enorme para retirar do mapa todas as corrupções, todos os atos irregulares da Administração pública.

Pediu-me S, Ex^a que transmitisse a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao Exm^o Sr, Governador, que de conhecimento próprio sabe, que envidará todos os esforços para atender Brasília em todas as suas necessidades, a fim de auxiliar no mecanismo de manutenção do complexo administrativo do Distrito Federal. E isso ele cumprirá, regamente, pelo seu amor a esta cidade, inclusive, pela escolha que ele fez de vários de seus Ministros, que aqui moram há tantos e tantos anos.

Ao alinhar tais considerações corro - consciente, embora - o risco de incorrer em viciosa tautologia, diante de platéia tão seleta e imensamente conhecedora da Carta ora promulgada, de suas determinações, de sua orientação. →



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-57

TAQUI.: Regina Márcia

REVISOR:

HORA: tf*: SS/14.4

DATA: 08.06.93

ORADOR: Ministro Maurício Corrêa

Se o faço, move-me justamente, o desejo de congratular-me com os Senhores Deputados Distritais que, auscultando os anseios populares, perscrutando-lhes as mais urgentes necessidades, produziram um texto moderno, objetivo, atual,

Muito de honra e de gáudio assomam-me em participar desta solenidade, em vivenciar este decisivo momento da curta e vitoriosa História do Distrito Federal. Vem-me à memória todos os momentos vividos - os difíceis assim como os gratificantes, na trajetória da luta pela sua emancipação política. Como ela tive a ventura de contribuir, em vários instantes e em diversos níveis - como cidadão e como homem público. Hoje, abraço efusiva e sinceramente todo o povo desta terra querida, em meu próprio nome e no do Presidente Itamar Franco, a quem honradamente represente, ele próprio um batalhador da causa ora concluída e coroada, como bem o atestam duas Propostas de Emenda à Constituição, de números 2 de 79 e 87 de 80, em que propugnava a autonomia política do Distrito Federal.

Recebam neste instante, todos os Deputados Distritais, o abraço fraterno do Presidente da República, desejando a todos muitas felicidades, e que esta Lei Orgânica seja o modelo de Lei Orgânica deste País, que realmente oriente e ajude os destinos da consolidação política, financeira e social do Distrito Federal.

É o desejo de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por meu intermédio, desse instante.

Muito Obrigado!



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO PB TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-58

TAQUI.: MÁRCIA MONTEIRO

REVISOR:

HORA:

Nº: SS.15.1

DATA: 08.06

ORADOR:

O ~~SR. MESSE DE CERIMÔNIAS~~ ^{aj. 1} - usará da palavra, S. Exa., o Sr.

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Benício Tavares, Presidente desta solenidade de honra.

O SR. ~~PRESIDENTE~~ ^{aj. 1} (Benício Tavares) - Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz e ^{aj. 1} esposa; Exmo Sr. Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal; Exmo. Sr. Maurício Corrêa, ~~Ministro~~ ^{aj. 1} da Justiça, representando ^{Sr.} o Presidente da República, Dr. Itamar Franco; Exma. Sra. Márcia Kubitschek, Vice-Governadora do Distrito Federal; Exmo. Sr. Ministro, Sepúlveda ^{aj. 1} Pertence, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Exmo. Sr. Henrique Hargreaves, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Exmo. Sr. João Carneiro Ulhôa, Vice-Presidente e representante do Presidente do Tribunal de Justiça do D.F.; Exmo. Br. José Eduardo Barbosa, Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal; Exmo. Sr. Senador Waldir Campelo, Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Heira Filho; Exmo. Sr. Senador Pedro Teixeira; Exmo. ^{Sr.} Deputado Paulo Otávio; Exmo. ^{Sr.} Deputado Federal, Jofran Freja; Exmo. ^{Sr.} Deputado Federal Osório Adriano; Exmo. ^{Sr.} Deputado Federal Benedito Domingos; Exmo. ^{Sr.} Srs. Chefes de Missões Diplomáticas aqui presentes; Exmo. Sr. Libânio Cardoso, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Exmo. ^{aj. 1} Reverendíssimo Dom José Freire Falcão, Arcebispo Metropolitano de Brasília; ^{aj. 1} Pastor Euler de Oliveira Alves, Presi - D



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA & APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

C-59

TAQUI.: MÁRCIA MONTEIRO

REVISOR:

HORA:

Nº: 88.15.2

DATA: 08,06

ORADOR: O SR. PRESIDENTE BENÍCIO TAVARES

dente do Conselho de Pastores de Brasília; Sr, Afonso Heliodoro, Diretor do Memorial JK; ~~Sr.~~ ^{Sr.} Almirante José Alfredo ~~Lo~~^{Lo}renço dos Santos, Comandante Naval; Srs. Secretários de Estado do Distrito Federal, aqui presentes; Srs, Diretores de Empresas do Distrito Federal; Sr. Wagner Farias, Prefeito Municipal de Padre Bernardo; Srs, Administradores Regionais; Sras, Jornalistas e Radialistas aqui presentes; Sr. Deputado Federal Augusto Carvalho;



MARCIA MONTEIRO 08.06 SS.15.3

CÂMARA M :

15/06/60
C-60

~~CUMPRIMENTOS~~

~~SENHORES E SENHORAS~~

~~POVO DO DISTRITO FEDERAL S~~

(C-6)

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
REÚNE-SE NO MEMORIAL A JUSCELINO KUBITSCKEK PARA EM SESSÃO
SOLENE, PERANTE O FUNDADOR, PROMULGAR A LEI ORGÂNICA DO
DISTRITO FEDERAL.

VIMOS HOMENAGEAR O LÍDER, O POLÍTICO QUE
OFERECEU A NAÇÃO O MAIOR SÍMBOLO DE CONFIANÇA EM SUA
CAPACIDADE CRIADORA.

NO ENTANTO, POUCO TERIA FEITO JK - E ELE
PRÓPRIO O RECONHECEU - SE SUAS PALAVRAS NÃO DESPERTASSEM
HOMENS E MULHERES DE TODO O PAÍS, DE TODAS AS CONDIÇÕES
SOCIAIS, DE TODOS OS NÍVEIS CULTURAIS, DE TODAS AS
PROFISSÕES, DE TODAS AS IDADES. POUCO, DE FATO, ELE PODERIA
TER FEITO SE NÃO NOS FIZESSE ACREDITAR QUE É POSSÍVEL
REALIZAR 30 ANOS EM 9.

ESTAMOS AQUI - PIONEIROS E MIGRANTES - E
HOMENAGEAMOS SUA OUSADIA. VEMOS AQUI NOVOS PIONEIROS, QUE,
DE MOVIMENTOS NASCIDOS DO POVO E ESTIMULADOS PELA VISÃO
PÚBLICA DE JOAQUIM RORIZ, GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, SE
PROPÕEM A DIVIDIR AS RESPONSABILIDADES E CONTRIBUIR PARA O

(C-6)

200 C-61

BEM-ESTAR DA COMUNIDADE.

RECORDO QUE, EM UMA DE SUAS VISITAS A BRASÍLIA, LÚCIO COSTA, ANTE O EVIDENTE INCHAMENTO DA CAPITAL E A VISÍVEL POBREZA DE MUITOS DE SEUS HABITANTES, EXPRESSOU O ESPANTO: "O SONHO FOI MENOR QUE A REALIDADE".

EU DIRIA QUE, CERTAMENTE, O SEU ESPANTO CONSTATOU QUE UM SONHO INDIVIDUAL NSO PODE SUPERAR UM SONHO COLETIVO.

BRASÍLIA FEZ-SE SÍMBOLO EM 1955. INSPIROU O DESENVOLVIMENTO DE UMA DAS REGIÕES MAIS ESQUECIDAS DO BRASIL. HOJE, UM MILHÃO E SEISCENTAS MIL PESSOAS TORNAM-NOS A SEXTA MAIOR CAPITAL DO PAÍS - AQUI ONDE HÁ 38 ANOS JK APENAS ENCONTROU "A SOLIDÃO DO PLANALTO CENTRAL".

INGRESSAREMOS NO TERCEIRO MILÊNIO COM MAIS DE TRÊS MILHÕES DE HABITANTES. TEREMOS DIMENSÕES DE METRÓPOLE, EM TERRITÓRIO REDUZIDO. O DESAFIO NÃO É PEQUENO. ALIMENTAR, ABRIGAR, EDUCAR, ASSEGURAR A SAÚDE, PROVER A SEGURANÇA, OFERECER TRABALHO A TANTOS TORNAM IMPERATIVO QUE REAVIVEMOS A CHAMA PIONEIRA.

QUE PALAVRAS NOVAMENTE FORMARÃO EM NÓS CERTEZA SEMELHANTE À DAQUELES HOMENS E MULHERES QUE, EM TRABALHO DIUTURNO, SUPERANDO TODAS AS ADVERSIDADES, DERAM AO



(C.B.)

BRASIL E AO MUNDO ESTE MONUMENTO DA HUMANIDADE? QUE PALAVRAS REACENDERÃO EM NÓS A CENTELHA DA ESPERANÇA QUE ANIMOU OS CANDANGOS? QUAIS AS NOVAS PALAVRAS QUE PODERÃO INCENDIAR EM NÓS A OUSADIA E O PODER CRIADOR DA PRIMEIRA GERAÇÃO BRASILIENSE?

A NOSSA CÂMARA LEGISLATIVA COMPARECE AO MEMORIAL JK, PARA PROMULGAR A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. VIMOS BUSCAR, NESTE MONUMENTO DE OSCAR NIEMAYER, A INSPIRAÇÃO PARA INSTAURAR MO DISTRITO FEDERAL UM NOVO * SÍMBOLO - A NOSSA AUTONOMIA.

APRESENTAMOS ft POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL A NOSSA CARTA JURÍDICA, O DOCUMENTO EM QUE ASSUMIMOS NOSSA PARCELA DA SOBERANIA DA FEDERAÇÃO, PARA DESENVOLVER-NOS E * SOMAR ESFORÇOS COM OS DEMAIS ESTADOS-MEMBROS.

ASSUMIMOS FINALMENTE O FEDERALISMO E SUAS PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO. CONTRAPONO-NOS AOS FOCOS DE SEGREGAÇÃO E AS RESISTÊNCIAS PRECONCEITUOSAS QUE PROPUGNAM CONTRA REPASSES CONSTITUCIONAIS DEVIDOS A TODAS AS REGIÕES E A TODOS OS BRASILEIROS.

TEMOS A PARTIR DE AGORA A LEI, PORÉM O DIREITO SÁ O TEREMOS SE O EXERCITARMOS, COM NOSSA FORÇA PRODUTIVA E NOSSA CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO. X ENFIM» BE ALCANÇARMOS NOSSA AUTONOMIA FINANCEIRA, BASE DE

→

NOSSA AUTONOMIA POLÍTICA.

DURANTE OS TRINTA MESES DE SUA EXISTÊNCIA, A CÂMARA LEGISLATIVA ASSUMIU AS MÚLTIPLAS TAREFAS DE ORGANIZAR-SE INTERNAMENTE, DE PROVER A CIDADE DE LEIS ORDINÁRIAS E DE ELABORAR A LEI ORGÂNICA.

CUIDAMOS DE ELABORAR UMA LEI QUE EXPRESSASSE OS ANSEIOS DO NOSSO POVO E OS CONCILIASSE. OUVIMOS A TODOS QUANTOS NOS PROCURARAM E COMPARECEMOS AS VÁRIAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. PROCURAMOS CONCLAMAR TODA A COLETIVIDADE EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA SUA SUBSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO. FIRMAMOS SALVAGUARDAS AOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS, SEM OBSTACULIZAR OS EMPREENDIMENTOS. PROPUSEMOS A CO-RESPONSABILIDADE PARA A SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS.

CUMPRIMENTO OS MEUS COLEGAS DEPUTADOS DISTRITAIS E TODOS OS SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA, QUE TRABALHARAM INCANSAVELMENTE, E A COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL QUE, INDIVIDUAL OU COLETIVAMENTE, CONTRIBUIU PARA QUE A LEI ORGÂNICA FOSSE CONCLUÍDA.

ELABORADA A LEI, O DESAFIO É CUMPRÍ-LA E TORNÁ-LA SUPORTE DE NOSSO DESENVOLVIMENTO. EXISTEM PROBLEMAS A SUPERAR, MAS AS POTENCIALIDADES TAMBÉM NÃO SÃO PEQUENAS. TEMOS O HOMEM E A MULHER QUE ANSEIAM POR TRABALHO, TEMOS



(C-6)

C-64

LÍDERES EMPRESARIAIS, QUE NÃO BE TÊM OMITIDO QUANDO CONVOCADOS A PARTICIPAR DA PLANIFICAÇÃO DE NOSSA CAPITAL, TEMOS A MOSSA VOLTA MUNICÍPIOS fCUE PRETENDEM SOMAR ESFORÇOS CONOSCO.

CIENTES DAS DIFICULDADES REAIS E IMPERATIVAS, SEGUROS DE NOSSO POTENCIAL, CUMPRE A NÓS, HABITANTES DO DISTRITO FEDERAL, CONSTRUIR O SONHO QUE NÃO SEJA MENOR QUE A NOSSA REALIDADE.

ASSIM, A CÂMARA LEGISLATIVA ESTÁ PRESENTE AO MEMORIAL JK E, COMO SEU PRESIDENTE, PROMULGO A LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. ESTÁ DADO AO NOSSO POVO UM NOVO SÍMBOLO. ELE SE TORNARÁ A REALIDADE QUE FORMOS CAPAZES DE EMPREENDER.

MUITO OBRIGADO.

(Palmas)

(Hino "Brasília Capital da Esperança")

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Está encerrada a

Sessão.